

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

MARIA DO SOCORRO FURTADO VELOSO

Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia:

20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007)

São Paulo
2008

MARIA DO SOCORRO FURTADO VELOSO

**Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia:
20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação

FOLHA DE APROVAÇÃO

A tese “Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do Jornal Povoal (1987-2007)”, realizada por Maria do Socorro Furtado Veloso, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, área de concentração: Estudos dos Meios e da Produção Mediática, foi em/..../2008, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Laurindo Leal Filho (Orientador)

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

*Dedico à minha família,
em nome do amor que nos une.*

AGRADECIMENTOS

Ao jornalista Lúcio Flávio Pinto, pelas contribuições que deu à pesquisa, e por fazer de seu Jornal Pessoal um campo permanente de conhecimentos e reflexões sobre o Pará e a Amazônia.

Ao professor doutor Laurindo Leal Filho, mestre e amigo, que com sua sabedoria, lucidez e seriedade, em muito auxiliou na condução deste trabalho.

Aos professores doutores Cremilda Medina, Eni Orlandi, José Marques de Melo, José Proença, José Coelho Sobrinho, Manuel Sena Dutra e Silvio Mieli, pelo conhecimento generosamente compartilhado.

A meus pais, Bolívar e Sebastiana (*in memoriam*), pelo amor incondicional que fez de mim o que sou hoje.

À minha família, sempre amorosa na proximidade e na distância. E a Deane, Franco e Kaio, especialmente, por terem sido incansáveis na operacionalização das tarefas solicitadas.

Aos meus amigos, e em especial a Marcos Cripa, Gisele Gabriel, Thaís Silveira, Silmara Moraes, Daniella Rubbo, Patrícia Polacow, Maria Érica Lima, Titilo Nascimento, Rogério Bazi e Cida Sepúlveda, afetuosos companheiros de jornada.

A meus alunos, fonte de onde retiro fé e entusiasmo para o ensino e a pesquisa.

Ao Unifae e Isca Faculdades, instituições onde atuo como docente, pela compreensão e irrestrito apoio.

Aos colegas do Departamento de Jornalismo e da Secretaria de Pós-Graduação da ECA/USP, pela atenção constante.

Devo dizer, enfim, que este trabalho é fruto de uma rede de solidariedade sem a qual jamais poderia ter se materializado. A todos esses homens e mulheres, aqui citados ou não – o que em nada diminui o tanto que para mim representam –, deixo os meus comovidos agradecimentos.

“Os homens e mulheres que devotaram seu tempo e energia para publicar jornais dissidentes eram pessoas convencidas tanto da correção de sua causa como do poder da imprensa. Eles eram os descontentes que queriam mudanças e os idealistas que acreditavam que essas mudanças eram possíveis. [...] Para a maioria, jornalismo não era uma profissão ou um chamado separado de sua causa. Publicar um jornal ou uma revista não era o caminho da riqueza, era o caminho para um mundo melhor”.

Lauren Kessler (1991)

RESUMO

VELOSO, M. S. F. *Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007)*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), ECA - Escola de Comunicações e Artes, USP - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

A reconstituição dos 20 anos de história do *Jornal Pessoal* é o objetivo central desta pesquisa. Considerado a mais importante e longeva experiência alternativa do jornalismo amazônico, o periódico é conduzido solitariamente pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto. Criado em 1987, em Belém (PA), representa um modelo de imprensa contra-hegemônica no Brasil da pós-ditadura. Com peculiaridades no formato, linguagem e modelo de financiamento, tem na ausência de publicidade uma de suas principais características. A linha editorial é inspirada no I.F Stone's Weekly, um semanário produzido durante 19 anos, entre 1952 e 1971, nos EUA, pelo jornalista Isidore Stone. Este estudo visa discutir as razões da existência e longevidade do *Jornal Pessoal*, que sobrevive a despeito de uma intensa campanha de processos na Justiça. Também pretende demonstrar de que forma seu editor consolida, por meio do jornal, a função de intelectual público, a qual incorporou depois de exercer o jornalismo diário por 21 anos. A história do JP, seus campos de interesse, o posicionamento de Lúcio Flávio diante dos problemas do Pará e da Amazônia, e suas preocupações quanto aos fundamentos e ao exercício da profissão, são os eixos de investigação do estudo, que utiliza como procedimentos metodológicos a pesquisa documental e bibliográfica, entrevista e análise de conteúdo.

Palavras-chave: Jornal Pessoal; jornalismo alternativo; imprensa amazônica.

ABSTRACT

VELOSO, M.S.F. *Press, power and anti-hegemony at Amazonia: 20 years of Jornal Pessoal (1987-2007)*. PhD. Thesis (Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008).

The 20 years' history reconstitution of *Jornal Pessoal* is the main goal of this research. Considered as the most important and lasting experience of alternative journalism in Amazonia, the newspaper is lead for the journalist Lúcio Flávio Pinto lonely. Created in 1987, in Belém (PA), it represents a model of anti-hegemonic press in Brazil, in the post dictatorship period. With singularities in its format, language and financial model, the *Jornal Pessoal* has the absence of advertising as one of its most important characteristics. Its editorial guideline is inspired in the I.F Stone's Weekly, self-published for 19 years, between 1952 and 1971, in U.S.A, by the journalist Isidore Stone. This study intends to discuss the reasons of the existence and lasting of *Jornal Pessoal*, which survives in spite of an intense campaign against it, in the court. The study also tries to demonstrate how its editor consolidates, by the newspaper, a function of public intellectual, which he incorporated after work in daily journalism for 21 years. The JP's history, its interests fields, Lucio Flávio's positions about Para's and Amazonia's problems and his concerns about the foundations and practice of journalism are the axes of this investigation, that uses documental and bibliographic research, interview and content analyses as methodological procedures.

Key-words: *Jornal Pessoal*; alternative journalism; Amazonian press

LISTA DE SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ANJ – Associação Nacional de Jornais

Arena – Aliança Renovadora Nacional

Basa – Banco da Amazônia

Celpa – Centrais Elétricas do Pará

CPJ –

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. PROBLEMA DA PESQUISA.....	19
2. OBJETIVOS.....	20
3. HIPÓTESES.....	21
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
5. ESTRUTURA DA TESE.....	24
CAPÍTULO I – QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA: A QUESTÃO DO ALTERNATIVO NO JORNALISMO	28
1.1 – IMPRENSA ALTERNATIVA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA.....	38
1.2 – HEGEMONIA E CONTRA-INFORMAÇÃO: CONCEITOS.....	41
1.3 – O ALTERNATIVO NA PÓS-DITADURA.....	45
CAPÍTULO II – FORMAÇÃO DO PATRONATO DE MÍDIA E AS EXPERIÊNCIAS ALTERNATIVAS NO PARÁ	51
2.1 – PRIMEIRA FASE: ECOS DO VINTISMO NAS PÁGINAS DE ‘O PARAENSE’.....	56
2.1.1 – Cabanagem, a revolução dos índios, negros e caboclos	62
2.1.2 – Na Era da Borracha, surge a combativa imprensa operária	64
2.2 – SEGUNDA FASE: UM ‘RIO DE RAIVAS’ CORRE NO JORNALISMO E NA POLÍTICA.....	67
2.2.1 – A ferro e fogo: a Província de Lemos e Chateaubriand	68
2.2.2 – Folha do Norte e a verve panfletária de Paulo Maranhão	70
2.3 – TERCEIRA FASE: JORNAL COMO EMPRESA E POLÍTICA COMO NEGÓCIO.....	75
2.3.1 – Alternativos na linha de frente da resistência à ditadura	78
2.3.2 – A guerra político-empresarial entre os Maiorana e os Barbalho	82
CAPÍTULO III – UMA CARREIRA FORJADA ENTRE O PODER MUDIÁTICO E OS CANAIS DISSIDENTES	92
3.1 – TRAGÉDIA POLÍTICA NO BAIXO AMAZONAS.....	92
3.2 – NO OLHO DO FURACÃO: JORNALISMO ENGAJADO EM SÃO PAULO.....	96
3.3 – O DESAFIO DAS GRANDES COBERTURAS NA AMAZÔNIA.....	101
3.3.1 – Prestígio e poder em O Liberal	103

3.4 – BANDEIRA 3 E INFORME AMAZÔNICO: ENTRE O ALTERNATIVO E O <i>OUTSIDER</i>	108
3.5 – POR UMA CONSCIÊNCIA DO “SER AMAZÔNIDA”.....	113
CAPÍTULO IV – JORNAL PESSOAL: A AGENDA AMAZÔNICA DE LÚCIO FLÁVIO PINTO.....	125
4.1 – I. F. STONE’S WEEKLY: MODELO DE JORNALISMO <i>OUTSIDER</i>	126
4.2 – CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO JP: NOME, FORMATO, LINGUAGEM E FINANCIAMENTO.....	133
4.2.1 – Nome.....	135
4.2.2 – Formato.....	137
4.2.3 – Linguagem.....	139
4.2.4 – Financiamento.....	141
4.3 – UMA HISTÓRIA DE CAMPANHAS E CONTENDAS.....	144
4.3.1 – 1ª fase (1987-1991): Crime, campanha e omissão nas origens do jornal.....	145
4.3.2 – 2ª fase (1991-1994): JP sofre as primeiras ações na Justiça.....	152
4.3.3 – 3ª fase (1995-2002): O fim como pretexto para um novo começo.....	157
4.3.4 – 4ª fase (2002-2007): Direito à informação em debate.....	167
4.4 – SOB PRESSÃO DAS DEMANDAS JUDICIAIS.....	174
CAPÍTULO V – O JORNALISTA E O INTELLECTUAL - UMA ANÁLISE DO AGENDAMENTO NO JP.....	186
5.1 – CENÁRIOS POLÍTICOS.....	190
5.2 – GRANDES PROJETOS.....	203
5.3 – CONJUNTURA ESTADUAL (PARÁ).....	206
5.4 – IMPRENSA.....	210
5.5 – CONJUNTURA AMAZÔNICA.....	213
5.6 – ESCÂNDALOS.....	215
5.7 – CRIMES DE ENCOMENDA.....	217
5.8 – CONJUNTURA MUNICIPAL (BELÉM).....	218
5.9 – LÚCIO FLÁVIO: JORNALISTA E INTELLECTUAL.....	220
CONCLUSÃO.....	226
REFERÊNCIAS.....	231
APÊNDICES.....	242
ANEXOS.....	318

INTRODUÇÃO

O jornalismo produzido na Amazônia brasileira e as condições que o determinam ainda padecem da ausência de pesquisas acadêmicas mais aprofundadas. São limitadas as contribuições dos programas de pós-graduação em comunicação com foco voltado para o agendamento proposto pela imprensa nortista (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Consulta ao banco de teses da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)¹ localizou 32 pesquisas, sendo 25 de mestrado e sete de doutorado, dedicadas à análise de fenômenos comunicacionais na região amazônica, entre os anos de 1987 e 2006.

Da mesma forma, as experiências em imprensa contra-hegemônica no país representam uma tímida parcela dos estudos. Na consulta ao banco de teses foram listados 30 trabalhos de mestrado e cinco de doutorado no campo da comunicação alternativa, aí compreendidos os jornais. Desses, 23 se referem a veículos criados durante o regime militar (1964-1985), principalmente Pasquim, Opinião e Movimento. Estudos dedicados a veículos surgidos após o fim da ditadura somam oito – seis dos quais referentes à revista Caros Amigos.

Cruzando-se os dois campos de pesquisa – comunicação na Amazônia e comunicação alternativa –, apenas dois trabalhos contemplam as duas categorias².

Em 2003, quando estive no Brasil como palestrante do XXVI Congresso da Intercom, o pesquisador britânico John D.H. Downing manifestou incômodo com a profusão de pesquisas em comunicação voltadas aos meios hegemônicos, em detrimento das formas alternativas de expressão. Quis chamar atenção para as iniciativas que, no âmbito da mídia,

¹ Disponível em: www.capes.gov.br. Acessos em: 14 set. 2003, 10 jul. 2006 e 3 ago. 2006.

² “Meios alternativos de comunicação e movimentos sociais na Amazônia ocidental”, de Pedro Costa Sobrinho (mestrado, ECA/USP, 2000), e “Oralidade e riso na primeira página do Jornal Pessoal: um recorte cultural da Amazônia”, de Célia Regina Trindade Amorim (mestrado, PUC-SP, 2002).

expressam “uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (ASSIS, 2003).

Autor de *Mídia radical* (2002), Downing é especialmente preocupado com veículos de informação que são produzidos com poucos recursos e algumas vezes têm pouco reconhecimento da comunidade:

[...] de tempo em tempo [*esses veículos*] tornam-se alvo da raiva, do medo ou do ridículo de alguma autoridade, ou mesmo do público em geral, ou ambos. Às vezes têm vida curta, como uma espécie de epifenômeno; outras, perduram por muitas décadas [...] (DOWNING, 2002, p. 29).

A argumentação inicial visa reforçar a proposta desta pesquisa, cuja intenção é trazer à luz a história do *Jornal Pessoal*, um veículo impresso com formato provavelmente único no Brasil, que há 20 anos é conduzido solitariamente pelo jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto.

O objetivo central da tese é reconstituir, entre 1987 e 2007, duas décadas de trajetória daquela que é considerada a mais influente publicação alternativa da Amazônia na atualidade. Editado em Belém do Pará, o *Jornal Pessoal* (JP) chegou à 408ª edição em janeiro de 2008. O veículo tem longevidade superior à média dos periódicos alternativos no Brasil, tomando-se por base o clássico estudo de Bernardo Kucinski, *Jornalistas e revolucionários* (1991).

Editado quinzenalmente em formato A-4 (ofício), em papel linha d'água, tem 12 páginas e calcula-se que seus dois mil exemplares sejam lidos por 12 mil pessoas, em média. Seu editor investe prioritariamente em pautas voltadas para a política regional, economia e meio ambiente – com ênfase no impacto dos grandes projetos desenvolvidos na Amazônia por empresas privadas e estatais –, narcotráfico, mídia, escândalos financeiros e problemas urbanos. A ausência de anúncios publicitários é uma das singularidades do periódico, que se mantém apenas com a venda em bancas.

Considerado um dos maiores especialistas brasileiros em questões amazônicas, Lúcio Flávio Pinto atuou na grande imprensa nacional, bem como em importantes veículos

regionais. A marca de seu trabalho no *Jornal Pessoal* é a análise do cenário político-econômico, por meio da qual procura explicar os acontecimentos a partir das raízes.

Ao propor um campo independente de interpretação da realidade amazônica – independência que se ampara, sobretudo, na recusa à publicidade e na condução solitária do jornal –, o JP pretende evidenciar a precariedade do conteúdo fornecido pelas mídias noticiosas dominantes no Norte do Brasil. Por essa razão, aliada à consciência de que a memória é um dos pilares dos processos culturais, Lúcio tem feito do *Jornal Pessoal* uma espécie de “cimento” da história contemporânea da região.

Muitos são os atributos que permitem ao jornalista empenhar-se nessa tarefa. Sociólogo de formação, Lúcio Flávio Pinto foi reconhecido, ainda na juventude, como um intelectual que pensa a Amazônia e, a partir dela, o Brasil. As evidências dessa condição estão no sem-número de referências às suas idéias, feitas em produções jornalísticas e acadêmicas dos mais diferentes níveis.

Desde o início desta pesquisa, em janeiro de 2003, foram encontradas alusões ao trabalho de Lúcio Flávio Pinto em livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias e num incalculável número de artigos científicos, ensaios, entrevistas e reportagens disponíveis em veículos impressos, na internet e nos meios audiovisuais, tanto no Brasil como no exterior.

As idéias do editor do JP interessam não só a jornalistas e/ou pesquisadores de jornalismo, mas a estudiosos dos mais diferentes campos do conhecimento. Da história da imprensa alternativa ao jornalismo científico e/ou ambiental, da análise geopolítica da Amazônia aos estudos sobre liberdade de imprensa, as idéias de Lúcio, de forma direta ou indireta, emergem em uma diversidade de produções relevantes.

Em *Jornalistas e revolucionários* (1991), de Bernardo Kucinski, Lúcio é citado como exemplo de profissional que, tendo militado em jornais que combatiam a ditadura, acabou por

incorporar o “estilo alternativo” à sua prática, a exemplo do jornalista e ilustrador Ivan Maurício e de Paulo Francis, célebre polemista morto em 1997. A obra de Kucinski contribui para a contextualização do período mais laborioso da imprensa alternativa no Brasil, aqui incluído o *Bandeira 3*, lançado por Lúcio Flávio Pinto em 1975, em Belém do Pará.

Em outra obra, *A síndrome da antena parabólica* (1998), Kucinski constata que nos anos 1990 surgiram publicações alternativas inspiradas no mesmo imaginário da imprensa contra-hegemônica da fase ditatorial. Fazendo referência à revista *Caros Amigos* e ao *Jornal Pessoal*, atribui essas iniciativas aos “mesmos criadores de antes, movidos por teimosia, por convicção ou falta de alternativa” (1998, p. 197). Para Kucinski, o *Jornal Pessoal*, “apesar de ser um jornal de uma pessoa só, tem todas as características [*de um alternativo*] pela radicalidade, dissidência, por ser contra a corrente”³.

Além da presente pesquisa, Lúcio aparece como objeto de estudo em outros trabalhos de pós-graduação produzidos em universidades brasileiras. No levantamento bibliográfico localizamos pelo menos quatro; um dos mais recentes é a tese de doutoramento de Magali Franco Bueno, ora em desenvolvimento no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Destinado a analisar o discurso de três intelectuais amazônidas sobre a região – o paraense Lúcio Flávio e os amazonenses Samuel Benchimol e Márcio Souza –, o estudo visa compreender o regionalismo amazônico, em um primeiro momento, a partir das concepções construídas pela elite intelectual local. Os três nomes foram escolhidos pela pesquisadora face à relevância do trabalho que realizam.

Em artigo introdutório⁴, datado de 2004, Bueno observa que, para Lúcio, o modelo de desenvolvimento traçado nos planos governamentais impõe à região a condição de “colônia”, “tanto na dimensão nacional como na internacional, submissa a decisões tomadas

³ Entrevista de Bernardo Kucinski à autora em 18 set. 2007.

⁴ BUENO, Magali Franco. “A Amazônia na visão dos seus intelectuais” [2004]. Disponível em: <<http://www.igeo.uerj.br>>. Acesso em: 5 ab. 2006. A autora usou nove edições do *Jornal Pessoal* como fonte para a compreensão do discurso de Lúcio Flávio sobre a Amazônia.

fora de seu território”. E considera que, entre os três autores, é de Lúcio o conceito mais elaborado sobre o que é ser amazônida.

Em Lúcio, reflete a autora, o conceito “envolve a individualidade da região – que para ele está vinculada à existência da floresta – e também à percepção dessa singularidade” (BUENO, 2004).

A realidade amazônica percebida pelo editor do *Jornal Pessoal* também foi objeto da dissertação de mestrado de Fabíola Imaculada de Oliveira, defendida em 1990 na ECA/USP. Intitulado “Jornalismo científico e a Amazônia: estudo de quatro jornais brasileiros”, o trabalho visa mostrar como os processos de ocupação e uso do solo na região começaram a ser amplamente debatidos pela imprensa brasileira a partir da segunda metade da década de 1980, quando organizações internacionais denunciaram o estágio do desmatamento na Amazônia, culpando o governo federal pela devastação da floresta. A pesquisa focaliza o comportamento da imprensa brasileira diante dessas denúncias, ao investigar as fontes dominantes nos jornais, os assuntos e as abordagens preferidas na cobertura dos problemas da região.

No capítulo IV, sob o título “A visão de um jornalista da Amazônia”, Oliveira reproduz uma longa entrevista com Lúcio Flávio Pinto, cujo pensamento identifica-se, nas palavras da autora, com as hipóteses da dissertação: “[...] é um militante, quase um guerrilheiro solitário do jornalismo na Amazônia” (OLIVEIRA, 1990, p. 128-129).

Na entrevista, realizada em dezembro de 1989, Lúcio Flávio já insistia na tese de que a condição colonial da Amazônia é o seu “pecado original”:

Se não se livrar desta condição colonial, tudo o mais que puder ter significado, não tem valor para esta região. O colonizador que se estabeleceu aqui, seja transoceânico ou seja do próprio país, não tem a cultura da floresta. Ao contrário, a floresta é para ele um estorvo. Ele quer eliminá-la de qualquer maneira (OLIVEIRA, 1990, p.139).

O depoimento de Lúcio revelava, naquele momento, um jornalista indignado com os rumos da região, mas longe de demonstrar sinais de desânimo. Ao criticar a ausência de uma cobertura especializada da Amazônia pelos jornais locais, disse à entrevistadora que, para ajudar a suprir a falta de informações, estava trabalhando na organização de um extenso banco de dados. E que havia sensibilizado a Funtelpa, a fundação mantenedora da Rádio e TV Cultura do Pará, a se envolver no projeto. “[...] estou armazenando tudo que sei e tenho de informações, e dentro de um ano vamos ter uma massa de dados [...] no sistema Rempac da Embratel, para que as pessoas tenham acesso” (OLIVEIRA, 1990, p. 137).

A esse respeito, Lúcio informa que interferências políticas, em virtude do conteúdo do *Jornal Pessoal*, impossibilitaram a continuidade do banco de dados. Ele calcula que o sistema foi alimentado pela última vez entre 1992 e 1993:

O que produzi está disponível na Funtelpa.[...] Foi uma pena. Podíamos ter um bom banco de dados sobre a Amazônia. Ainda cheguei a continuar o projeto na Agência Estado, mas quando o Rodrigo [*Lara Mesquita, diretor do grupo Estado*] se afastou, junto com os outros Mesquita, da direção do Estadão, o negócio foi suspenso. Parte do banco de dados também deve estar em algum lugar da Agência.⁵

Outra dissertação de mestrado produzida na ECA/USP em 2003 discutiu a cobertura que a imprensa nortista dá à questão ambiental na Amazônia, também utilizando como fonte de informação o jornalista Lúcio Flávio Pinto. Intitulado “Jornalismo, meio ambiente e Amazônia: Os desmatamentos nos jornais ‘O Liberal’, do Pará, e ‘A Crítica’, do Amazonas”, o trabalho de Maria Schirley Luft recorreu a cinco edições do *Jornal Pessoal* para contextualizar a história da imprensa paraense a partir de sua relação com grupos políticos locais.

Contribuições de Lúcio a pesquisas sobre os jornais do Pará podem ser encontradas também na dissertação de mestrado de Solange Maria Alves Mota. Sob o título

⁵ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora, por e-mail, em 20 ago. 2006.

“Transformações ocorridas na imprensa paraense no período de 1964-1968”, o trabalho foi defendido na ECA/USP em 1987 e teve como objeto os jornais A Província do Pará e O Liberal. A intenção da autora foi relacionar as mudanças de “ordem política, econômica, administrativa e tecnológica, [bem] como a importância dos partidos políticos nos jornais, [...] a forma como eram administrados” (MOTA, 1987, p. 3).

Correspondente do jornal O Estado de S. Paulo naquela ocasião, Lúcio Flávio Pinto analisou o contexto em que se desenvolveu a imprensa local a partir dos anos 1960. Sobre o desaparecimento de alguns títulos, fato atribuído ao aumento do preço de capa e da ampliação de espaços aos anunciantes, observou na entrevista a Solange Mota:

Esse alto preço limitou também o público [...]. Entretanto, o preço pago por um jornal não dá para compensar nem o seu custo que é então, obrigado a muita publicidade, gerando, assim, uma dependência viciosa. Pois o periódico é desviado, em grande parte, de seu papel de informar (MOTA, 1987, p.78).

A despeito da reconhecida significância do trabalho de Lúcio Flávio Pinto, até outubro de 2006 havia apenas uma dissertação de mestrado no acervo da Universidade Federal do Pará tendo como objeto central de estudo as idéias do jornalista. Sob o título “Lúcio Flávio Pinto x Eletronorte: A vitória do papel – Uma leitura argumentativo-polifônica”, o trabalho de autoria de Maria da Graça Ferreira Leal foi defendido em 1993 no programa de pós-graduação em Linguística do Centro de Letras e Artes.

A autora oferece uma leitura de textos sobre a polêmica hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, escritos por Lúcio Flávio Pinto e publicados no jornal O Liberal, de Belém, em 1984. Com base na teoria enunciativa, Leal observa “a estratégia concessiva, inseparável da polêmica [...] e os princípios argumentativos [...] que regem o discurso de Lúcio Flávio Pinto” (1993, p. 7). O objetivo do trabalho foi constatar “o poder da palavra”: “Quando este poder é usado de modo aberto, público, para impor a verdade do universo do locutor (o que ocorre nos

artigos de Lúcio Flávio Pinto), o discurso, no mínimo, incomoda muitos alocutários” (LEAL, 1993, p. 141).

A linguagem utilizada por Lúcio em reportagens e artigos, desta vez nas páginas de seu *Jornal Pessoal*, foi também objeto da dissertação de mestrado de Célia Regina Trindade Amorim. Defendido no programa de pós-graduação em Comunicação e Semiótica da PUC de São Paulo, em 2002, sob o título “Oralidade e riso na primeira página do *Jornal Pessoal*: um recorte cultural da Amazônia”, o trabalho recorre à análise semiótica para desvendar a linguagem do JP, por meio de suas manchetes de capa e charges. Esses elementos, identificados como códigos verbais e visuais, foram analisados em sua relação “com os materiais da cultura amazônica” (AMORIM, 2002, p. 13).

Sobre o *Jornal Pessoal*, comenta:

[...] apresenta um jornalismo independente com a investigação, a análise e a crítica dos fatos, uma tarefa nada fácil, principalmente numa área de fronteira como é a Amazônia, onde o clientelismo político atrasa e dilacera a região, que vive em um monstruoso paradoxo: rica em recursos naturais, mas pobre no que diz respeito ao desenvolvimento econômico-social (AMORIM, 2002, p. 116).

A autora mapeou 20 edições do alternativo na tentativa de compreender “as estratégias utilizadas por Lúcio Flávio Pinto como arma de denúncia e crítica das questões pertinentes à Amazônia” (AMORIM, 2002, p. 116-117). Concluiu que o “intercruzamento entre o mundo da oralidade nas manchetes e o do riso nas charges” criou um “mosaico hiperbolicamente crítico na primeira página, promovendo um efeito significativo no ato da comunicação jornalística: a mensagem facilmente identificada, memorizada, fixada” (AMORIM, 2002, p. 117).

Em função de suas experiências no campo alternativo, Lúcio também foi fonte para uma dissertação de mestrado sobre a revista *Caros Amigos*, uma interessante publicação surgida no final do século 20. Intitulado “Caros amigos (1997-2001) e o resgate da imprensa

alternativa no Brasil – Um outro jornalismo é possível”, o trabalho de Francisco José Bicudo Pereira Filho foi apresentado em 2002 na ECA/USP.

Na entrevista ao autor, Lúcio tece um conjunto de críticas à revista, ainda que reconhecendo-lhe alguns méritos: “[...] Caros Amigos se tornou muito desigual. Alguns colaboradores permanentes, ao meu ver ruins ou medíocres, se mantêm com um discurso anti-globalização, mas fraco, à base de chavões e palavras de ordem” (PEREIRA FILHO, 2002, p. 142). Para o jornalista, a revista abriu mão da qualidade editorial e do rigor na informação em face de dificuldades econômicas. “É uma posta-restante do pensamento alternativo e contestatório, ainda que ruim”. Sobre as entrevistas veiculadas na publicação, observa que na maioria das vezes ocorre um “solilóquio”. “Os entrevistadores costumam fazer coro ou bater palmas para o entrevistado. [...] Há muito ataque e panfleto, mas cada vez menos controvérsia, pluralidade e densidade”. Ouvido a respeito pelo autor da dissertação, o editor especial de Caros Amigos, José Arbex Jr, rechaçou as críticas do jornalista paraense.

Pela qualidade da atenção que há 41 anos dedica aos problemas amazônicos, o que é possível depreender das considerações acima, Lúcio Flávio aparece neste estudo não apenas como objeto central, por meio de seu *Jornal Pessoal*, mas também como fonte de informação indispensável à reconstituição da história da imprensa do Pará, seja no campo hegemônico ou no alternativo.

1. PROBLEMA DA PESQUISA

Nesta investigação, uma questão se apresenta de imediato: o que determina a existência e longevidade de um veículo como o *Jornal Pessoal*, que é produzido por um único jornalista, não aceita publicidade, tem formato artesanal, é lido por uma minoria e sofre intensa campanha de processos na Justiça – a maioria movida pelo mais importante grupo de comunicação da região?

O problema da pesquisa será pensado a partir de um eixo teórico que aponta para a existência de uma indústria de produtos culturais, que sob a máscara da diversidade opera fundamentalmente no sentido da estandardização desses produtos, na conformação do pensamento e na tentativa de neutralização da crítica. No campo oposto ao do bloco hegemônico onde funciona essa indústria o JP será apresentado como um canal independente de informação, inscrito na chamada “imprensa alternativa” e conduzido por um jornalista que, pelo alcance e qualidade das reflexões, ascendeu à condição de intelectual público – função assumida em definitivo nas páginas do *Jornal Pessoal*.

A partir da bibliografia disponível buscou-se constituir um quadro teórico consistente, que sirva como “diretriz e orientação de caminhos de reflexão” (SEVERINO, 2002, p. 62), fundamental à investigação do objeto e de suas peculiaridades.

A defesa permanente do direito à informação como premissa básica dos sistemas democráticos é a justificativa central da pesquisa. Chauí (1989) lembra que, a despeito da posição que ocupa, o indivíduo participa da vida social na mesma proporção do volume e qualidade das informações que detém, especialmente em decorrência das condições de acesso às fontes de informação, da possibilidade de aproveitá-las e, sobretudo, “da possibilidade de nelas intervir como produtor do saber [...]”. Em sociedades não democráticas, as “regras de interdição” se impõem de maneira que “não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer lugar sob qualquer circunstância” (CHAUÍ, 1989, apud AQUINO, 1999, p. 189-190).

2. OBJETIVOS

Face ao exposto, são os seguintes os objetivos do estudo:

2.1 Objetivo Geral

→ Contribuir para a compreensão das relações entre poder político-empresarial e imprensa na Amazônia, nas suas formas hegemônicas e contra-hegemônicas, a partir da recuperação e sistematização da história do *Jornal Pessoal*.

2.2 Objetivos Específicos

→ Investigar as condições históricas que levaram ao aparecimento do *Jornal Pessoal*, contextualizando o cenário sócio-político em que a publicação surgiu e se desenvolveu;

→ Esclarecer as condições de financiamento e produção do veículo;

→ Identificar o agendamento proposto pelo JP, interpretando-o à luz das motivações de seu editor;

→ Situar a experiência do JP no contexto da democracia e do direito à informação no Brasil contemporâneo.

3. HIPÓTESES

→ Como modelo singular de imprensa alternativa no Brasil, considerando-s

social ou econômica. No desempenho dessa função, o mediador se transformou em *voz especializada*, assumindo a condição de fonte de informação.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Pesquisa documental e bibliográfica

Esta fase do trabalho incluiu a organização da coleção completa do *Jornal Pessoal*, do número 1 ao 400, com a leitura integral, em ordem cronológica, das edições, e registro dos temas destacados na capa (Apêndice A). A coleção do jornal foi obtida por meio de aquisição direta, doação, cortesias e, em menor escala, fotocópias.

A pesquisa documental e bibliográfica se estendeu a jornais e revistas publicados no Pará, além de obras de referência, artigos, reportagens, dissertações, teses, peças processuais, relatórios, cartas e demais fontes – escritas e audiovisuais – que direta ou indiretamente pudessem contribuir para o desenvolvimento do estudo.

4.2 Entrevistas

A coleta de depoimentos foi realizada, preferencialmente, por meio de contatos pessoais, com gravação dos diálogos, transcrição e edição do material. Na impossibilidade de entrevista presencial, foi utilizado correio eletrônico. Além de Lúcio Flávio Pinto, esta pesquisadora ouviu 11 jornalistas, alguns dos quais também professores e pesquisadores da área. A seleção teve como critério as relações profissionais que, em determinado momento, as fontes mantiveram com o editor do *Jornal Pessoal*.

Entre janeiro de 2003 e dezembro de 2007, Lúcio foi entrevistado cinco vezes para esta pesquisa, três delas em encontros presenciais. Sempre que requisitado, também concedeu informações complementares à pesquisadora por telefone ou correio eletrônico.

A coleta de depoimentos tomou por base duas modalidades de entrevista: a *estruturada* e a *não estruturada* (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 94). A primeira técnica pressupõe um roteiro previamente estabelecido pelo entrevistador. Foi aplicada às entrevistas feitas por correio eletrônico. No segundo caso, tratam-se de perguntas abertas e que podem ser respondidas em uma conversação informal, devendo, no entanto, focalizar o objetivo da pesquisa. Procurou-se conduzir essas entrevistas de modo a garantir total liberdade aos entrevistados, incluindo a expressão de opiniões e sentimentos.

Ao destacar a importância do depoimento para o resgate histórico, Samuel (1988) observa que a evidência oral é importante para o pesquisador não apenas como fonte de informação, mas porque “pode ajudar a expor os silêncios e deficiências da documentação escrita” (apud AQUINO, 1999, p. 24).

4.3 Análise de conteúdo

De ênfase qualitativa, a análise de conteúdo foi aplicada na fase final da pesquisa. No primeiro momento, consistiu em classificar e reagrupar unidades de registro em número reduzido de categorias, “com o objetivo de tornar inteligível a massa de dados e sua diversidade” (FONSECA JUNIOR, in: DUARTE; BARROS, 2006, p. 293). O objetivo foi iluminar os grandes temas abordados pelo *Jornal Povo* ao longo dos seus 20 anos de história.

Para a seleção das unidades de análise – no caso, as matérias de capa do JP – foi aplicado o critério jornalístico, segundo o qual o texto eleito para manchete destaca-se no conjunto da edição pela gravidade, pertinência e nível de aprofundamento.

Na constituição do *corpus* adotou-se a regra da exaustividade, segundo a qual todos os documentos relativos ao objeto pesquisado devem ser considerados. Após a aquisição do acervo completo do jornal, catalogação e leitura, foram selecionadas 401 unidades de registro

– resultantes das 400 edições do *Jornal Pessoal* publicadas entre setembro de 1987 e setembro de 2007, e mais uma edição extra, de julho de 2000. A pesquisa permitiu a classificação de 105 diferentes assuntos abordados no jornal, que, reorganizados a partir de suas especificidades, apontaram para a existência de oito categorias de interesse do periódico, assim definidas: Cenários Políticos, Grandes Projetos, Conjuntura Estadual (Pará), Imprensa, Conjuntura Amazônica, Escândalos, Crimes de Encomenda e Conjuntura Municipal (Belém).

À análise categorial foi associado o método hermenêutico. Buscou-se, por meio de interpretação, extrair conhecimentos das unidades selecionadas, que pudessem evidenciar a função pedagógica do *Jornal Pessoal* a partir dos campos de interesse de seu editor, levando-se em conta os aspectos manifestos e latentes das mensagens.

5. ESTRUTURA DA TESE

Este estudo está dividido em cinco capítulos. No primeiro é apresentado o quadro teórico de referência a partir do qual o objeto foi construído, visando à compreensão histórica e atualização do conceito de imprensa alternativa. O referencial do qual este trabalho se aproxima está situado principalmente no campo da teoria crítica. Inclui pesquisas de Bernardo Kucinski, Carlos Ayala Ramírez, Carlos Eduardo Lins da Silva, Ciro Marcondes Filho, John Downing, Lauren Kessler, Luiz Ramiro Beltrán, Mar de Fontcuberta, Máximo Grimberg, Nelson Werneck Sodré, Perseu Abramo e Regina Festa.

A formação do patronato de mídia no Pará e as experiências alternativas à grande imprensa são o tema do segundo capítulo. Nele, a história do jornalismo paraense está dividida em três fases, que começam nas lutas da independência, na primeira metade do século XIX, e se estendem até os dias atuais, com os embates políticos e comerciais entre os dois maiores grupos de comunicação locais. A base teórica contempla estudos de Gabriel Cohn, Noam Chomsky, Edward Herman e Nelson Werneck Sodré, bem como de obras dos

historiadores paraenses Carlos Rocque, Vicente Salles e Geraldo Mártires Coelho. Edições do *Jornal Pessoal* nas quais a história da imprensa local foi abordada e depoimentos de jornalistas também deram suporte à pesquisa.

O terceiro capítulo reconstitui a história de vida de Lúcio Flávio Pinto. O perfil pessoal e profissional do editor do JP leva em conta a influência do pai em sua formação, a carreira construída em redações de grandes jornais, em Belém e no Sudeste, as experiências alternativas que antecederam o *Jornal Pessoal*, e a consolidação de uma consciência amazônica, que se manifesta por meio da profunda identificação de Lúcio Flávio com os desafios da região. A base do estudo foram depoimentos concedidos pelo editor do JP e por colegas de profissão, associados à pesquisa bibliográfica.

As duas décadas de trajetória do *Jornal Pessoal* estão relatadas no quarto capítulo. O resgate da história do periódico é realizado a partir da publicação que serviu de fonte de inspiração para Lúcio, o I.F. Stone's Weekly, um periódico independente mantido por 19 anos pelo jornalista americano Isidore Stone. Questões como formato, linguagem, financiamento e processos judiciais também são analisadas no capítulo, que recupera os 20 anos do JP em quatro fases caracterizadas por interrupções mais ou menos longas na circulação do jornal. As reflexões de Lúcio Flávio em torno da prática jornalística, que acompanham o alternativo desde a primeira edição e são uma das evidências de sua função pedagógica, servem de guia para a condução do capítulo. A coleção completa do JP, integralmente lida e catalogada, foi a base do estudo.

O último capítulo sistematiza o agendamento proposto pelo *Jornal Pessoal*, visando confirmar as hipóteses da pesquisa. A opção metodológica utilizada é a análise de conteúdo. A partir da leitura integral de 401 edições e a classificação dos artigos de capa em categorias, foi possível relacionar oito grandes áreas de interesse do JP. Aqui, o pressuposto é o de que Lúcio consolida no *Jornal Pessoal* a condição de intelectual público, certamente um dos mais

ativos de sua época, no Pará. Ao se desvencilhar dos constrangimentos organizacionais impostos pela grande imprensa, busca, por meio do JP, se fazer ouvir não mais como mediador da informação, mas como *voz especializada*, cuja autoridade reside no domínio epistemológico de alguns dos mais graves problemas da região.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria A. de. *Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência - O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

ASSIS, Diego. “Acadêmico analisa mídia de olho na rua”. *Brasil Online*, 6 set. 2003. Disponível em: <<http://noticias.bol.com.br/variedades/2003/09/06/ult90u36537.htm>>. Acesso em: 10 set. 2003.

BUENO, Magali F. “A Amazônia na visão dos seus intelectuais” [2004]. Disponível em: <<http://www.igeo.uerj.br>>. Acesso em: 5 ab. 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1989.

DOWNING, John D. H. *Mídia radical. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2002.

FONSECA JUNIOR, Wilson C. “Análise de conteúdo”. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

_____. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

LEAL, Maria da G. F. *Lúcio Flávio Pinto x Eletronorte: A vitória do papel. Uma leitura argumentativo-polifônica*. Dissertação (Mestrado em Lingüística), UFPA, 1993.

LUFT, Maria S. *Jornalismo, meio ambiente e Amazônia*. Os desmatamentos nos jornais “O Liberal” do Pará e “A Crítica” do Amazonas. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), ECA/USP, 2003.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

MOTA, Solange M. A. *Transformações ocorridas na imprensa paraense no período de 1964-1968*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), ECA/USP, 1987.

OLIVEIRA, Fabíola I. *Jornalismo científico e Amazônia: Estudo de quatro jornais brasileiros*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), ECA/USP, 1990.

PEREIRA FILHO, Francisco J. B. *Caros Amigos (1997-2001) e o resgate da imprensa alternativa no Brasil – Um outro jornalismo é possível*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), ECA/USP, 2002.

SAMUEL, Raphael (Org.). *Historia popular y teoria socialista*. Barcelona: Crítica, 1984.

SEVERINO, Antonio J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2002.

Depoimentos

KUCINSKI, Bernardo. 18 set. 2007 (gravação).

PINTO, Lúcio F. 20 ago. 2006 (e-mail).

CAPÍTULO I – QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA: A QUESTÃO DO ALTERNATIVO NO JORNALISMO

As condições em que o *Jornal Pessoal* é produzido permitem situá-lo no campo da chamada imprensa alternativa. A priori, entende-se por alternativos os veículos que prezam pelo descomprometimento de sua linha editorial com o poder dominante, operando a revelia de pressões econômicas. Neste sentido, tal modelo é comumente denominado de “alternativo”, “underground”, “radical”, “independente”, “dissidente”, “de resistência” ou “do leitor”. No caso do JP, reitera-se o fato de que não veicula publicidade, é conduzido por um só jornalista e tem formato artesanal.

A constituição dessas categorias é sempre problemática, mas o objetivo é tentar aproximar a experiência do JP de conceituações que dêem suporte à investigação, como opção teórica. Com este objetivo realizou-se uma busca inicial em obras e produções acadêmicas que apresentassem como temática a imprensa alternativa – abordagem que muitas vezes se dá no campo ampliado da comunicação contra-hegemônica. Evidentemente, os trabalhos que mais motivaram atenção foram aqueles cuja ênfase recai no jornalismo enquanto prática social transformadora. Questões como direito à informação e liberdade de imprensa emergirão constantemente nessa busca.

A constituição do alternativo na comunicação se dá, fundamentalmente, pelo rechaço à estrutura vigente. Mar de Fontcuberta e Josep Mompart (1983) afirmam que o surgimento dessa expressão pode ser associado, historicamente, aos episódios de maio de 1968 na França. Citando Hans Enzensberger, lembram a reação dos estudantes ao “informacionismo” e a ênfase na “volta às origens”, quando os rebeldes recorreram a formas artesanais de impressão para produzir seus manifestos⁶ (FONTCUBERTA; MOMPART, 1983, p. 22).

⁶ A esse respeito, Enzensberger afirma: “Para o Maio Parisiense de 1968 foi especialmente característica a retomada de formas de produção antiquadas. Em vez de agitar os trabalhadores de uma gráfica off set moderna, os próprios estudantes imprimiam seus cartazes manuais [...]. As palavras de ordem poética eram desenhadas à

Os autores destacam, ainda, as quatro vertentes históricas propostas por Fernando Reyes Matta (1980) visando determinar a dinâmica alternativa, tanto do ponto de vista da forma como do conteúdo: as lutas contra o colonialismo na Ásia e África, as reações nacionais e internacionais contra o neocolonialismo no Terceiro Mundo, o movimento pela qualidade de vida (liberação feminina, defesa da paz, alimentação saudável) e as reações frente a autoritarismos políticos e econômicos, que geram a deterioração da democracia – especialmente na América Latina (FONTCUBERTA; MOMPART, 1983, p. 22-24).

Ao percorrer estudos produzidos pela escola funcionalista norte-americana e outros de inspiração marxista, constatam, no entanto, que a variedade de definições para a comunicação afeta frontalmente o que se entende por “meios alternativos” ou “alternativas aos meios”. Deste modo, não é possível dar ao alternativo uma definição estável.

Os conceitos são cambiantes e ao longo da história recente comportaram a comunicação popular, marginal, contra o sistema capitalista e até mesmo a comunicação estatal socializada. Por conta disso, podem incluir de panfletos clandestinos a emissoras de TV a cabo. “O alternativo depende da conjuntura concreta de cada panorama comunicativo” e, neste sentido, “mais do que falar de comunicação alternativa, há que referir-se a elementos alternativos na comunicação”⁷ (FONTCUBERTA; MOMPART, 1983, p. 26).

Dentro dessa perspectiva mais ampla, com experiências de contestação que vão do movimento negro a grupos punks, um autor de referência na atualidade é John Downing (2003). Ele observa que muitos dos meios alternativos foram gestados dentro de um modelo destinado a confrontar as estruturas ideológicas dominantes, a partir da noção de contra-hegemonia que se popularizou entre os grupos influenciados pelo pensamento gramsciano:

mão. Matrizes teriam possibilitado sua difusão em massa, mas a fantasia criativa de seeT

[Gramsci] esperava que os comunicadores intelectuais/ativistas se integrassem organicamente com as classes trabalhadoras para o desenvolvimento de uma ordem social justa e culturalmente superior, ao contrário dos intelectuais organicamente integrados com as classes dominantes, cujos esforços comunicativos fortaleceram a hegemonia do capital (DOWNING, 2003, p. 48).

Encorajar a diversidade no jornalismo é o papel central dos intelectuais, afirma Lauren Kessler (1991). A autora investigou a luta de grupos sociais, políticos e culturais que tiveram negado o acesso ao mercado da mídia dominante. Incapazes de obter um espaço justo para expor suas idéias, os dissidentes se retiraram para criar os próprios jornais e periódicos.

Kessler se refere à imprensa alternativa produzida nos EUA por socialistas, negros e feministas, entre outros segmentos sociais, como “dissidente”⁸. Ao abordar as liberdades garantidas pela primeira emenda da Constituição daquele país⁹, propõe o conceito de “supermercado de idéias”, segundo o qual a imprensa deve funcionar como um fórum “que ofereça ao público uma diversidade de teorias, pensamentos, sentimentos e opiniões” (KESSLER, 1991, p. 8)¹⁰. Lendo, ouvindo ou vendo os meios de comunicação de massa, o público pode decidir entre “comprar” (aceitar, concordar com) idéias e rejeitar outras.

Existência e tolerância à diversidade de idéias e opiniões são premissas da imprensa livre. Seus fundamentos podem ser encontrados na *Areopagítica*¹¹ de John Milton, datada do século XVII – “Deixemos que a verdade e a falsidade se batam. Quem jamais viu a verdade levar a pior num combate franco e livre?” – e nas argumentações de John Stuart Mill, filósofo americano do século XIX – “Se toda a humanidade tivesse uma opinião e apenas uma pessoa

⁸ Tradução nossa.

⁹ A primeira emenda proíbe o Congresso norte-americano de impor limitações às liberdades de expressão e imprensa.

¹⁰ Tradução nossa.

¹¹ O discurso de John Milton ao parlamento inglês, em 1644, é considerado um marco na história da luta pela liberdade de imprensa. Foi produzido no contexto da defesa que Milton, um puritano, fez do divórcio, tendo como consequência a censura prévia restabelecida contra livros considerados difamatórios à religião e ao governo. Na *Areopagítica*, ele ataca a censura, que denuncia como um produto da Inquisição católica, e faz uma defesa veemente da razão e da liberdade. No prefácio da edição brasileira (Topbooks, 1999), Felipe Fortuna comenta: “John Milton especula [*no discurso*] sobre os efeitos da censura: desestimular todo tipo de estudo, humilhar a nação, criar um ambiente de perene estupidez”.

tivesse opinião contrária, a humanidade não teria mais justificativa para silenciá-la, do que essa pessoa teria para silenciar a humanidade” (apud KESSLER, 1991, p. 9).

Lembra a autora que na América do pós-guerra, em 1947, um grupo de intelectuais liderados pelo reitor da Universidade de Chicago, Robert Maynard Hutchins, elaborou diretrizes para uma imprensa democrática e responsável. Os jornalistas, segundo a chamada Comissão Hutchins, deveriam fornecer, entre outros, uma cobertura verdadeira, compreensiva e inteligente dos eventos do dia, em um contexto que lhes desse significado; a projeção de um quadro representativo dos grupos que constituem a sociedade, retratando justamente os grupos em conflito, sem estereótipos baseados em indivíduos; e total acesso à “inteligência do dia”.

Como observa Kessler, os membros da comissão, bem como outros críticos do século XX, ressaltaram a importância da participação de todos no “mercado de idéias”. A participação não deveria se basear na riqueza pessoal ou corporativa. De fato, eles insistiram para que o poder corporativo fosse amenizado a fim de se criar condições sob as quais cada indivíduo e grupo minoritário pudesse defender suas posições.

Os tribunais, particularmente no século XX, também apoiaram o conceito de mercado livre, prossegue Kessler. O juiz norte-americano Brandeis escreveu em 1927 que a liberdade “de pensar como quiser e de falar como se pensa” foi essencial para a busca da verdade política. Embora a liberdade de discurso tenha permitido que informações falsas ou equivocadas fizessem parte da discussão pública, para Brandeis, nada garantiria que a intervenção do governo prevenisse ou punisse a falsidade.

Citado por Kessler, um defensor mais recente da livre manifestação das idéias, o juiz Hugo Black, insiste que a diversidade na imprensa foi necessária para o bem estar da sociedade democrática. A primeira emenda, escreveu Black em um caso antitruste contra a Associated Press, “baseia-se no pressuposto de que a ampla possibilidade de disseminação da

informação, por fontes diferentes e antagonistas, é essencial para o bem estar do público; assim, a liberdade de imprensa é condição para uma sociedade livre” (KESSLER, 1991, p.11).

A pesquisadora norte-americana aponta a inexistência de uma troca aberta de idéias nas instituições convencionais de comunicação de massa, que só falam para um grupo médio na condição de defensoras do *status quo*. A nova história social, algumas vezes chamada de “história de baixo para cima”, pode oferecer o contexto necessário, visto enfatizar “vozes humanas, não institucionais”:

Nesse contexto, a história de imprensa pode se tornar a investigação dessas pessoas, cujos esforços fazem parte de nossa herança jornalística, mas que não são parte do *mainstream* institucional. Olhando para a história da imprensa de baixo para cima é possível redescobrir um complexo mercado de idéias na passional retórica dos despossuídos (KESSLER, 1991, p. 15).¹²

A imprensa alternativa sempre coexistiu com a mídia convencional ao longo da história americana e é uma parcela relevante da herança jornalística daquele país, assim como o New York Times, o Chicago Tribune e a revista Times. Os veículos alternativos do passado compõem, segundo Kessler, uma “crônica esquecida de idéias, metas e ações daqueles que foram estranhos às regras de seu tempo” (1991, p. 154).

Foi a necessidade de comunicar idéias normalmente inaceitáveis, associada à falta de acesso à mídia de massa, que levou ao desenvolvimento de canais de notícias específicos de grupos dissidentes. Em muitos casos, observa Kessler, esses grupos teriam preferido usar a mídia convencional ao invés de criar suas próprias publicações. Não apenas porque gostariam de se comunicar com grandes audiências, mas também porque dessa forma não teriam de arcar com despesas extras. Muitos grupos dissidentes funcionaram com pouco dinheiro. Estabelecer e manter suas próprias publicações era parte de um grande esforço financeiro e eles só o fizeram por não ter outra alternativa.

¹² Tradução nossa.

Os homens e mulheres que devotaram seu tempo e energia para publicar jornais

“mantêm um vínculo estreito com a maior parte da sociedade”; permitem uma relação mais horizontal entre emissores e receptores, “dando o poder da palavra a todos os setores sociais, especialmente aos que historicamente foram privados” desse poder; estão abertos a todos os segmentos, sem distinção; “são um lugar de campanhas em favor da saúde, educação, meio ambiente e dos direitos humanos”; visam à qualidade técnica e de conteúdo, “para saber responder às exigências dos novos tempos”; e investem na consciência crítica, estimulando a argumentação e o debate (RAMÍREZ, 1997, p. 32)¹⁵.

Na tentativa de esclarecer em que consiste essa experiência comunicativa e de onde deriva sua necessidade, afirma que o alternativo resulta de um conceito histórico: “[...] por referir-se a realidades cambiantes que dependem da situação estrutural e conjuntural na qual se dá, vem cobrando um significado distinto, segundo o momento do processo e segundo o contexto no qual surge” (RAMÍREZ, 1997, p. 42)¹⁶. Não se trata, acrescenta, da mesma comunicação alternativa que se manifesta num quadro de negação total dos direitos dos cidadãos, como o último período das ditaduras militares na América Latina:

[...] naquelas etapas de nossa história de maior fechamento dos espaços de comunicação e de expressão, de maior distorção e ocultamento da verdade, de maior perseguição a pessoas e instituições identificadas com os setores populares, o alternativo se definiu por sua oposição à ordem vigente. A ênfase principal estava em ser instância crítica e desmascaradora da ideologia e interesses predominantes. [...] para ocultar ou negar o que havia de legítimo neste tipo de comunicação, os mantenedores da ‘ordem’ passaram a satanizar o alternativo, qualificando-o de prática clandestina e desestabilizadora (RAMÍREZ, 1997, p. 42).¹⁷

Em um contexto de maior abertura democrática, o cenário é diferente. Neste caso, a ênfase recai na maior pluralidade de fontes, no acesso irrestrito aos canais e no

¹⁵ Tradução nossa.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

desenvolvimento de uma “consciência coletiva responsável, crítica e criadora” (RAMÍREZ, 1997, p. 42).

Diante da prática excludente no acesso à mídia, o alternativo se propõe a estabelecer o direito à liberdade de expressão para o conjunto da sociedade, democratizando meios escritos e audiovisuais. “O alternativo parte da convicção de que a ação comunicativa começa com a **inserção na realidade** [*grifo do autor*] de seus destinatários, isto é, se situa no mundo daquela parte majoritária da sociedade” (RAMÍREZ, 1997, p. 43-44).

Em um quadro de passividade, de esquecimento e indiferença, o alternativo aponta para a instauração de uma consciência coletiva com memória histórica, capaz de levar a uma atitude responsável, crítica e criadora. “Em outras palavras, se busca passar do obscurantismo e da censura ao exercício ativo do pensar e do divergir” (RAMÍREZ, 1997, p. 44). Em resumo, diz o autor, comunicação alternativa é:

[...] participação dos cidadãos, defesa do bem comum, serviço à verdade, mediação para resolver problemas da vida cotidiana, cultivo do debate responsável e pluralista, garantia efetiva de recepção e expressão para os legítimos movimentos sociais, políticos e culturais (RAMÍREZ, 1997, p. 45).

Neste cenário, conclui Ramírez, a comunicação alternativa aparece como a opção mais difícil, mais cara e perigosa, mas também como a experiência mais humanizadora, humanizante e democrática. Mais difícil porque supõe ir além dos modelos impostos pelo mercado de comunicação tradicional, que limita e condiciona suas mensagens à combinação entre publicidade, entretenimento e informação, e porque exige de quem a pratica “um grande esforço de criatividade e formação”. Mais cara, porque se a intenção é democratizar a palavra e fortalecer a sociedade civil, isto demanda recursos, ainda que modestos. Mais perigosa, porque se o comunicador aposta na luta contra a injustiça e a corrupção, no “respeito à dignidade humana frente a pragmatismos utilitaristas”, em algum momento terá de enfrentar pessoas e/ou instituições (RAMÍREZ, 1997, p. 52-53).

O contraponto a esses desafios, acrescenta o autor, reside no fato de que a comunicação alternativa é democrática porque estende a palavra à parcela da sociedade despossuída de direitos fundamentais, e favorece o pluralismo comprometido com o bem comum. Humanizadora e humanizante, “eleva a qualidade da consciência coletiva e pessoal mediante o cultivo da racionalidade e da sensatez”, e, frente a uma cultura tomada pelo consumismo e narcisismo, propõe valores: “[...] a solidariedade compartilhada; a justiça como juízo crítico da arbitrariedade e da impunidade; a austeridade como freio ao luxo excludente e esbanjado; o fomento dos valores ecológicos frente à crise do meio ambiente, produto da chamada ‘civilização industrial’.” (RAMÍREZ, 1997, p. 54)

Experiências alternativas levadas a efeito no continente latino-americano também foram objeto da reflexão de Máximo Grinberg (1987). Ao constatar a proliferação de meios de informação e comunicação alternativos como “antídoto” ao monopólio da palavra por parte daqueles que exercem o poder político e econômico, o autor aponta dificuldades para a delimitação do conceito.

Ao defender que o “alternativo é factível *através* de diferentes meios e formas de comunicação”, não propõe uma opção aos “media como tais”, mas enquanto instrumentos do poder; do modo inverso, “o meio não é *em si* o alternativo (ou não o é necessariamente) mas o instrumento de uma opção promovida por um grupo de pessoas ou por um setor social” (GRINBERG, 1987, p. 19-20).

Para o autor, é alternativo todo meio que, num contexto onde setores privilegiados detêm o poder político, econômico e cultural, representa uma “opção frente ao discurso dominante”. O surgimento dessas vias alternativas de comunicação e informação é o “sintoma de processos que se verificam no fundo da vida social, uma tentativa de romper o cerco das estruturas informativas predominantes” (GRINBERG, 1987, p. 30-32). Recusando-se a adotar a tese frankfurtiana, observa que os meios são poderosos, mas não onipotentes:

Ao longo da história, as elites sempre usufruíram do monopólio da palavra escrita. E hoje acrescentam ainda o monopólio da voz e da imagem, em escala de ficção científica. Se os meios fossem, porém, realmente, esses maravilhosos reprodutores da submissão, esses todo-poderosos conformadores de consciências, a ordem social seria inamovível. Neste caso, deveria ser fechada, com resignação fatalista, toda possibilidade de mudança; teríamos que renunciar a todo projeto, por modesto que fosse, no sentido de construir as pontes para a democratização das estruturas econômicas, políticas e sociais, e, por conseguinte, das próprias estruturas de comunicação. Mas, felizmente, não vence a guerra de palavras e das imagens, mas o princípio de realidade (GRINBERG, 1987, p. 31).

Para *Ciro Marcondes Filho* (1989), no entanto, o jornalismo conformista de consciências, produtor de “mentes mal-informadas”, é uma questão central neste debate. Ao tratar da imprensa alternativa, o autor aborda experiências modestas e isoladas da imprensa europeia não-alinhada, “e subordinadas, evidentemente, à realidade histórico-social de que emergiram”. Cita publicações surgidas a partir do maio de 1968, como o italiano *Lotta Continua*, o francês *Liberation*, fundado por *Jean Paul Sartre*, e o alemão *Taz*. Apresenta teses, defendidas por esses jornais não-alinhados, de como poderia ser um “outro” jornal, não submetido às condições de produção impostas pelo campo hegemônico (MARCONDES FILHO, 1989, p. 140).

Esta nova imprensa não alinhada objetiva desvincular-se de correntes políticas, dando publicidade apenas aos movimentos e grupos postos à margem de processos políticos, econômicos e sociais. Os clichês que caracterizam a transmissão de notícias são, neste cenário, substituídos pelas novas técnicas do pensar, onde o receptor pode ponderar aspectos da questão sem receber definições prontas para serem consumidas. “Significa usar a capacidade de discernimento do receptor e permitir que ele, a partir do contrato com os

elementos que compõem os fatos, possa formar sua opinião” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 151).

Deste modo, é fundamental que a transmissão de informação crítica esteja vinculada à prática concreta do receptor, colocando-o na condição de “agente da transformação” e não simplesmente de “conhecedor” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 156).

Quanto ao jornalismo brasileiro, atesta “um vazio”:

a grande imprensa não satisfaz, em termos de substância, vitalidade e crítica, o espaço deixado pela pequena imprensa na década passada [*anos 70*]. Há, por outro lado, um público que salta de jornal em jornal, de revista em revista, sem encontrar um veículo seu. O vácuo jornalístico na vida política e cultural brasileira é cada vez mais gritante e os veículos da grande imprensa cada vez menos o preenchem (MARCONDES FILHO, 1989, p. 178).

1.1 – IMPRENSA ALTERNATIVA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

No Brasil, os processos contra-hegemônicos, de resistência à monopolização da palavra impressa pelas elites, resultaram em fenômenos como a explosão de títulos da chamada “imprensa alternativa”, nos anos 60 e 70 do século passado. Antes, a história do jornalismo brasileiro só registra impulso da mesma natureza na proliferação dos pasquins, ocorrida na primeira metade do século 19, em meio às lutas políticas contra Portugal. Resultado de iniciativas na maioria das vezes solitárias e quase sempre condenadas a não passar da primeira edição, essa pequena imprensa panfletária tinha como marca a linguagem violenta e apaixonada, conforme atesta Nelson Werneck Sodré (1999).

Quanto aos jornais criados com o objetivo de confrontar o regime instalado em 1964, uma referência fundamental é o estudo no qual Bernardo Kucinski (1991) mapeia cerca de 150 periódicos surgidos entre 1964 e 1980. Em contraponto à complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, “os jornais alternativos denunciavam sistematicamente

Era preciso que os grandes jornais e revistas dissessem alguma coisa para que os pequenos alternativos pudessem dizer o contrário, ou completar o que não fora dito, corrigir o dito, desmistificar a distorção, desvendar os mistérios habilmente escondidos pelas palavras oficiais. Enfim, clarear o obscuro (ABRAMO, 1997, p. 328).

Para o autor, as informações veiculadas na grande imprensa eram a base dos textos produzidos para os jornais alternativos, o que comprometeria a qualidade destes. A diferença estava na abordagem: “os informantes ouvidos em *off*, a orientação oposicionista de análise e interpretação e, naturalmente, o posicionamento ideológico e político diante do assunto tratado” (ABRAMO, 1997, p. 329).

Protagonista do jornalismo brasileiro durante o regime ditatorial, quando esteve à frente de dois dos principais projetos alternativos daquele período – Opinião e Movimento –, Raimundo Rodrigues Pereira afirma que o termo “alternativo” foi usado indevidamente para caracterizar um modelo de imprensa produzido durante a ditadura militar¹⁸. Ele rejeita a tese de que os jornais alternativos dos anos 70 pretenderam funcionar como “um mecanismo de correção” da imprensa hegemônica, que não estaria cumprindo seu papel:

Enquanto a grande imprensa brasileira tomava o rumo da monopolização impulsionada pelo grande capital nacional e internacional e, a despeito de divergências de setores seus com o regime político, o apoiava, a imprensa alternativa foi expressão da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia, defendeu seus interesses nacionais e populares, portanto, condenava o regime (PEREIRA, in: FESTA; LINS DA SILVA, 1986, p. 55).

Regina Festa (1986) segue a mesma perspectiva, ao classificar os alternativos como publicações de caráter cultural e político produzidas por grupos de oposição, e que “emitiam uma corajosa condenação ao regime político”. Entre as razões para o desaparecimento dessa imprensa após a abertura, cita a criação de novos espaços políticos na sociedade e a

¹⁸ Entrevista de Raimundo Rodrigues Pereira à autora em 10 jun. 2006.

perseguição econômica que sucedeu o fim da censura prévia aos jornais, evidenciada em medidas como a fiscalização contábil redobrada.

A memória que se construiu em torno da imprensa alternativa no Brasil, vinculando-a à censura e justificando o término de sua fase mais laboriosa com o fim da repressão, quando não mais existiriam motivações para sua continuidade, chamam atenção de Maria Aparecida Aquino (1999). Num importante estudo sobre os canais de resistência constituídos nos jornais O Estado de S. Paulo e Movimento, nos anos 1970, a historiadora define a imprensa alternativa como “opção”, considerando-se que busca formas de ocupar os espaços desprezados pela grande imprensa.

A alternativa não se pretende neutra, assumindo-se a serviço da defesa de interesses de grupos [...]. Faz um jornalismo engajado, orientado a não separar opinião de informação. Sua sustentação financeira advém basicamente da venda em bancas ou de assinaturas, de seus associados [...], de filiados [...] e de fiéis [...]. Como alternativa à imprensa convencional, de uma maneira geral, seu esquema de produção de informações busca recuperar a figura do jornalista/repórter que constrói pela pesquisa a matéria a ser veiculada, tentando fugir da homogeneização da informação que ocorre nas grandes empresas (AQUINO, 1999, p. 122-123).

1.2 – HEGEMONIA E CONTRA-INFORMAÇÃO: CONCEITOS

Um dos pressupostos básicos para a compreensão do ambiente em que opera o *Jornal Pessoal* é a questão da hegemonia, pensada a partir de Gramsci. No modelo capitalista, a mídia aparece ao lado da escola, da lei, do Estado e da família como um espaço privilegiado para o exercício da liderança pelas classes dominantes, visando à manutenção do poder econômico, político e cultural sobre o conjunto da sociedade. O aspecto fundamental dessa noção é a necessidade que as alianças hegemônicas têm de buscar “ativamente o

consentimento geral para os modos de fazer sentido no mundo” (O’SULLIVAN, 2001, p.121-122), sem que para isso tenham de lançar mão da coerção direta sobre as classes dominadas.

Produzidos a partir das instituições “colonizadas” por um determinado bloco de poder, os conhecimentos, sentidos e sentidos “são organizados e interpretados de tal modo que transformam os interesses do ‘bloco’ dominante em [...] aparentemente naturais, inevitáveis, eternos, e, portanto, indiscutíveis” (O’SULLIVAN, 2001, p. 122).

De acordo com a concepção gramsciana, o bloco de poder abriga não apenas a classe que exerce a autoridade cultural, política e econômica, mas também segmentos da classe subordinada que entendem seus interesses como os mesmos do grupo dominante. Como resume O’Sullivan, “a hegemonia naturaliza o que historicamente representa uma ideologia de classe, tornando-a uma forma de senso comum” (2001, p. 122).

As contradições inerentes ao modelo capitalista, que se manifestam nos conflitos de interesse gerados pelas formas de propriedade e pelo modo de produção, no entanto, impedem a subordinação absoluta de uma classe a outra. A hegemonia não é total. “Sempre há formas emergentes de consciência e representação podendo ser mobilizadas em oposição à ordem” vigente (O’ SULLIVAN, 2001, p. 122). Neste contexto aparecem as estratégias alternativas, que se apresentam no campo do confronto e tomam por base a consciência contra-hegemônica. Ao bloco de poder cabe desabilitá-las de sentido, dando a essas estratégias a condição de “não oficiais”.

Os meios de comunicação são, historicamente, um espaço de resistência das formas contra-hegemônicas aos grupos dominantes, como observam Ana Maria Fadul, Carlos Eduardo Lins da Silva e Luiz Fernando Santoro (LINS DA SILVA, 1982). Eles sugerem que essa resistência seja pensada a partir do modelo de contra-informação de Pio Baldelli (1972): trata-se da tentativa de “garantir a circulação de informações sobre situações de classe, à margem dos canais controlados pelo poder constituído e também utilizando os espaços que as

contradições da burguesia oferecem no seio desses canais” (BALDELLI, 1972, apud FADUL, in: LINS DA SILVA, 1982, p. 36).

Ao constatar a eficiência dos meios de comunicação de massa na manutenção da hegemonia burguesa, cujas operações visando à preservação desse controle são muitas vezes ignoradas pelas classes subalternas, Lins da Silva afirma que uma das tarefas primárias da contra-informação é a denúncia dessas operações (1982, p. 17-21). Fadul acrescenta que essa prática embute “tanto a operação clandestina, fora do circuito normal, com a criação de meios populares próprios de transmissão de informações, como a ocupação de espaços e brechas deixados pelos meios de comunicação [...]” (in: LINS DA SILVA, 1982, p. 36).

No Informe Mc Bride, produzido no início dos anos 1980 pela Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, a contra-informação é também chamada de “comunicação de substituição”. A força dessa comunicação produzida por grupos dissidentes, diz o relatório, está nas relações interpessoais, onde obtém algum poder para desafiar a autoridade ou contornar entraves. Pelo conteúdo, regularidade e número de pessoas que atinge, não pode ter como finalidade concorrer com os meios massivos. No entanto, observa o documento, “o repúdio radical da corrente radical dominante, o fortalecimento da coesão de certos grupos e a capacidade que oferece para o desenvolvimento das redes horizontais dão-lhe uma importância que não se mede pelas cifras que servem de medida comum” (MC BRIDE, 1983, p. 285).

Silenciar a voz dos dissidentes é colocar em xeque a credibilidade dos órgãos de informação na sua totalidade:

Impondo silêncio à controvérsia, o Estado parece temê-la [...]. Além disso, o controle dos meios de comunicação é solapado por outros métodos de comunicação: as notícias repetidas de boca em boca e os escritos clandestinos que, mesmo rudimentares, fazem surtir os seus efeitos, pois a repressão de que padecem serve para aumentar sua credibilidade (MC BRIDE, 1983, p. 32).

Fontcuberta e Mompart (1983), no entanto, defendem a necessidade de que se estabeleçam diferenças entre a informação clandestina, presente nos regimes totalitários, e contra-informação. Esta, dizem os autores, parte da constatação de que a informação dominante – seja a oficial, a dos grupos políticos majoritários ou de centros de poder importantes – “oculta, deforma ou falseia os fatos”. Com isso, procura trazer à luz a “mentira, dando outra versão dos acontecimentos e apresentando dados sobre os quais a informação original havia silenciado” (FONTCUBERTA; MOMPART, 1983, p. 102).

Perspectiva similar oferece Marcondes Filho, que usa o termo “contracomunicação” para nomear o fornecimento de informações de natureza distinta, às vezes oposta às informações dos grandes veículos estabelecidos de comunicação, e proporcionar uma outra interpretação dos fenômenos políticos e sociais, uma interpretação voltada mais para os interesses dos grupos dominados da sociedade (in: LINS DA SILVA, 1982, p. 59).

Guardadas as especificidades históricas, essa categorização se aproxima da experiência do *Jornal Pessoal*. A publicação de Lúcio Flávio Pinto opera como contraponto à agenda imposta pela mídia hegemônica paraense, à medida que divulga e/ou interpreta informações que, submetidas à “interdição do dizer” (ORLANDI, 1995), de outra forma não circulariam. Essa interdição pode ocorrer por censura, autocensura, omissão, ou mesmo manipulação.

Para Perseu Abramo (2003), a manipulação da informação é uma das principais características do jornalismo brasileiro na contemporaneidade, da qual decorre a cobertura limitada do complexo cotidiano nacional (ABRAMO, 2003, p. 23). Ao relacionar os métodos – que chamou de “padrões” – pelos quais a grande imprensa distorce o conteúdo, Abramo pretendeu demonstrar de que forma a realidade artificial construída pela mídia contradiz e muitas vezes se superpõe ao mundo real, comprometendo a possibilidade de efetiva apreensão. Mas a distorção nem sempre ocorre, e nem é praticada pela totalidade dos veículos

de comunicação, alerta o jornalista. “A gravidade do fenômeno decorre do fato de que ele marca a essência do procedimento geral do conjunto da produção cotidiana da imprensa” (ABRAMO, 2003, p. 25).

Em síntese, como alertam Luiz Ramiro Beltrán e Elizabeth Fox (1982), num ambiente de dominação onde a prática jornalística é alvo de omissões, distorções e manipulação deliberadas, os meios alternativos têm a possibilidade de discutir *o pouco que se informa*, mas também o que *não se informa*, *quem informa* e *como* o faz.

1.3 – O ALTERNATIVO NA PÓS-DITADURA

Se na história da imprensa brasileira o “alternativo” é comumente associado a um tipo de jornalismo produzido durante a ditadura militar (1964-1985), à margem dos grandes veículos, acredita-se que ainda hoje é possível aplicar esse termo a uma forma de comunicação que, como expressa O’Sullivan, “rejeita ou desafia declaradamente as políticas estabelecidas e institucionalizadas”, visando mudanças no campo social ou uma “reavaliação crítica” dos valores tradicionais (O’SULLIVAN, 2001, p. 155).

De fato, não só nos períodos de exceção o jornalismo desvinculado do poder dominante se manifesta, como escreveu Werneck Sodré no final dos anos 1990, depois de constatar que a grande imprensa brasileira assumia uma tarefa sem precedentes em sua história: “a de deformar a realidade, ou de escondê-la”. No entanto, “por razões que a dialética explica”, Sodré identificava, naquele cenário, o grande esforço representado pelo aparecimento de centenas de jornais pequenos, alguns ef meros, “preenchendo o vazio que a grande imprensa estabeleceu em rela o ao que é nacional e ao que   democrático” (1999, p. XVI-XVIII).

Para o historiador, o “Brasil real”, reconhecido pela enorme diversidade, poderia redefinir seus traços e rumos na “proliferação de jornais que contrastam, em tudo e por tudo, com o quadro estabelecido pela grande imprensa, a imprensa tradicional”. Esses veículos de menor porte “refletem com mais clareza e justeza a paisagem social e política do País”, ao abrir espaço aos problemas das classes menos favorecidas, com a discussão de propostas que comportam os “interesses daquelas camadas de opinião que não encontram guarida nem vez na imprensa oligopolizada” (SODRÉ, 1999, p. XVIII).

Evidentemente, as singularidades históricas não permitem que se busque importar, para o presente, o modelo de jornalismo contra-hegemônico produzido no país durante a fase mais tenebrosa do regime ditatorial para a imprensa alternativa – que vai da decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, à onda de atentados contra bancas de revistas que vendiam jornais dissidentes, no início dos anos 1980 (cf. KUCINSKI, 1991).

Se nos anos 1960 e 70 o embate se dava especialmente contra o autoritarismo do regime, hoje tem como alvo preferencial o discurso unissonante da grande imprensa. Novos formatos e linguagens e a defesa de causas vistas com desprezo pela mídia dominante se materializam nessas iniciativas recentes.

Seja na forma impressa, audiovisual ou por meio de sites e blogs, essas formas alternativas de jornalismo no Brasil da pós-ditadura têm em comum a proposta de atuarem como uma espécie de contrapoder no campo midiático, buscando meios de trazer à tona um outro discurso da realidade, cuja marca singular é a recusa ao consenso.

Entre os exemplos que consideramos modelares, neste campo, estão a revista mensal Caros Amigos¹⁹; a agência online Carta Maior²⁰; o jornal Brasil de Fato²¹, a Oficina de

¹⁹ Fundada em 1997 pela Editora Casa Amarela e dirigida por Sérgio de Souza, a revista se destaca pelas grandes entrevistas e pela equipe de articulistas. Caros Amigos é objeto de seis pesquisas localizadas no banco de teses da Capes, a partir de 2002: “Caros amigos (1997-2001) e o resgate da imprensa alternativa no Brasil - Um outro jornalismo é possível”, de Francisco Bicudo Pereira Filho (mestrado, ECA/USP, 2002); “Caros amigos: esfera pública, política e jornalismo independente”, de Marcelo Barbosa Câmara (mestrado, PUC-SP, 2002); “Jornalismo alternativo e literatura marginal em Caros Amigos”, de Marcos Antônio Zibordi (mestrado, UFPR,

Informações²², e certamente o quinzenário *Jornal Pessoal*. Esses veículos expressam um modelo de jornalismo que pode se apresentar como alternativo, dissidente ou de resistência. A nomenclatura parece, hoje, uma questão de menor importância. A discussão fundamental reside no fato de que são experiências contra-hegemônicas, conduzidas de modo a ecoar não só questões historicamente recusadas pela grande imprensa, mas também no sentido de uma outra leitura possível para o modo como os fatos são narrados.

Esses periódicos operam em um segmento da esfera pública onde podem ser encontradas entidades como o FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação)²³ e Intervezes²⁴. A exemplo dos veículos alternativos, essas organizações não-governamentais têm a tarefa comum de estimular o olhar vigilante e crítico dos cidadãos ao

2004); “A força fictícia na narratologia de Caros Amigos”, de Carla Ferreira Nascimento (mestrado, PUC-RJ, 2004); “Duas leituras do Fórum Social Mundial: Caros Amigos e catolicismo”, de Maria do Carmo Medeiros de Paulo (mestrado, IEL/Unicamp, 2004); “As relações de poder no discurso midiático de Caros Amigos sobre o MST”, de Núbia Sílvia Santos (mestrado, UFU, 2004).

²⁰ Publicação eletrônica criada na primeira edição do Fórum Social Mundial, em janeiro de 2001, em Porto Alegre. Seus princípios editoriais estão afinados com o ideário do FSM e incluem, segundo informa no site, a contribuição “[...] para desenvolver um sistema de mídia democrática no Brasil e, de modo mais amplo, trabalhar pela democratização do Estado brasileiro, pelo fortalecimento da integração sul-americana e de todos os movimentos que lutam pela construção de uma globalização solidária”. Disponível em: <<http://agencia.cartamaior.uol.com.br>>.

²¹ O Brasil de Fato foi criado em 2003, também durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Em seu site (www.brasilde.fato.com.br), apresenta-se como um jornal político, destinado a “contribuir no debate de idéias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais” no Brasil. É mantido por movimentos sociais como o MST, Via Campesina, Consulta Popular e pastorais sociais. Circula semanalmente, com tiragem informada de 50 mil exemplares.

²² Empreendimento coletivo de jornalistas e intelectuais lançado em 1997, a Oficina de Informações se apresenta como um “projeto de comunicação popular para o Brasil”, a serviço da popularização do conhecimento. Tem à frente o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, que militou na grande imprensa e ajudou a fundar dois dos maiores títulos da imprensa alternativa: Opinião e Movimento. Até 2005 a Oficina de informações publicou uma revista mensal, Reportagem; atualmente, reedita a coleção Retratos do Brasil e mantém um site alimentado com artigos e a síntese dos principais acontecimentos do dia. Disponível em: <www.oficinainforma.com.br>.

²³ Criado em 1991, o FNDC reúne entidades interessadas no debate dos problemas da comunicação de massa no Brasil. Em 2002 elaborou um programa com propostas para a democratização dos meios, que foi apresentado ao governo federal. O Fórum tem assento no Conselho de Comunicação Social e o Comitê Consultivo do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), além de manter 12 comitês em nove estados, segundo informa o site da entidade (www.fndc.org.br). Na página é possível fazer o *download* gratuito da cartilha “Democratização da comunicação - Como domar essa tal de mídia?” e da revista MídiaComDemocracia.

²⁴ Com o apoio da Fundação Ford, o Intervezes (Coletivo Brasil de Comunicação Social) foi criado em 2003. São seus objetivos: “formular, difundir e disputar um sistema público integrado de comunicação para o Brasil; dedicar esforços para construir um movimento de base em defesa do direito à comunicação; e ampliar o diálogo permanente com outros movimentos sociais e grupos organizados da sociedade para fortalecer a luta por uma sociedade mais justa e igualitária”. No site da entidade (www.intervezes.org.br), no link Publicações, estão disponíveis livros, cartilhas e revistas para *download* gratuito, incluindo a coletânea “Vozes da democracia – Histórias da comunicação na redemocratização do Brasil”, editada em conjunto com a Imprensa Oficial de São Paulo.

“segundo poder”, ou “poder midiático” de que fala Ignácio Ramonet (1999, 2003), quando atribui às corporações de mídia o papel de gerir ideologicamente a globalização.

Nesse campo também ganha ênfase o chamado “mediativismo” (cf. PASQUINELLI, 2002), que pode ser entendido como o uso político, estético e estratégico dos novos e antigos canais midiáticos por pessoas, grupos e entidades empenhados na militância anticorporação. Essa militância é definida por Naomi Klein (2003) como a oposição à lógica segundo a qual o que é bom para os negócios é bom para a sociedade. Trata-se de fenômeno típico do final do século XX e início do século XXI, sobretudo nos Estados Unidos e Europa, com as manifestações de Seattle, em 1999, e Gênova, em 2001, onde as redes de comunicação foram decisivas para a mobilização popular.

Do solitário editor de jornal do interior da Amazônia aos jovens militantes reprimidos a bombas e tiros em cidades do Primeiro Mundo, o que une tantas e tão distintas aventuras humanas, em suma, é o rechaço ao consenso fabricado pelas elites econômicas, políticas e midiáticas.

REFERÊNCIAS

BALDELLI, Pio. *Informazione e controinformazione*. Milão: Mazzota, 1972.

DOWNING, John D. H. *Mídia radical - Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2002.

ENZENSBERGER, Hans M. *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*. São Paulo: Conrad, 2003.

FONTCUBERTA, Mar de; MOMPART, Josep L. G. *Alternativas en comunicaci3n*. Barcelona: Mitre, 1983.

GRINBERG, Máximo S. (Org.). *A comunicação alternativa na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

KESSLER, Lauren. *The dissident press: alternative journalism in America*. California (EUA): Sage Publications, 1991.

KLEIN, Naomi. *Cercas e janelas: na linha de frente do debate sobre globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

_____. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

LINS DA SILVA, Carlos E. *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez; Intercom, 1982.

MARCONDES FILHO, Ciro. “Contra-comunicação oficial e espontânea”. In: LINS DA SILVA, Carlos E. *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez; Intercom, 1982. p. 59-69.

_____. *O capital da notícia – Jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1989.

MC BRIDE, Sean. *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

MILTON, John. *Areopagítica - Discurso pela liberdade de imprensa ao parlamento da Inglaterra*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MORAES, Dênis de. *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 243-252.

O’SULLIVAN, Tim. et al. *Conceitos-chave em estudos de comunicação e cultura*. Piracicaba, SP: Unimep, 2001.

PASQUINELLI, Matteo. *Mediactivismo - Estratégias y prácticas de la comunicación independiente*. Roma: DeriveApprodi, 2002.

RAMÍREZ, Carlos A. (Org.). *Comunicación alternativa y sociedad civil*. San Salvador: Fundação Konrad Adenauer, 1997.

RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. “O poder midiático”. In: MORAES, Dênis de. *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 243-252.

REYES MATTA, Fernando (Org.). *A informação na nova ordem internacional*. Coleção Educação e Comunicação. Vol.3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Depoimento

PEREIRA, Raimundo R. 10 jun. 2006 (gravação).

CAPÍTULO II – FORMAÇÃO DO PATRONATO DE MÍDIA E AS EXPERIÊNCIAS ALTERNATIVAS NO PARÁ

Estudar a trajetória do *Jornal Pessoal* pressupõe a necessidade de reflexão sobre o modo como surgiram e se organizam as empresas de mídia no Pará, particularmente os jornais impressos. O objetivo é contribuir para o entendimento das circunstâncias em que nasceu e se firmou uma publicação com as peculiaridades editoriais do JP.

Neste capítulo pretende-se demonstrar as condições históricas que fomentaram a criação de jornais, e seus laços com as instâncias de poder político e econômico no Estado. Essas relações permeiam também o aparecimento de um tipo de imprensa característica do regime ditatorial instaurado em 1964, de natureza contra-hegemônica, e que teve seu auge na segunda metade dos anos 1970. Os jornais alternativos constituem uma parcela pequena, mas significativa, da história da imprensa paraense.

O campo da comunicação de massa no Pará é dominado, hoje, por dois grandes grupos: as Organizações Romulo Maiorana (ORM), pertencentes à família Maiorana, e a RBA (Rede Brasil Amazônia), do ex-governador, ex-ministro e atual deputado federal Jader Barbalho (PMDB). Ambos detêm, respectivamente, a concessão dos principais canais de TV do Estado: TV Liberal (Canal 7), retransmissora da TV Globo e líder de audiência local; e a TV RBA (Canal 13), retransmissora da Bandeirantes²⁵. Também são donos de dois dos maiores jornais impressos da região Norte: O Liberal, dos Maiorana, e o Diário do Pará, dos Barbalho.

O grupo RBA detém três emissoras de rádio na capital – Clube AM, Diário FM e 99 FM – e cinco no interior do Estado, enquanto as ORM são proprietárias de um segundo jornal impresso diário, o Amazônia, uma emissora de TV a cabo, duas emissoras de rádio na capital

²⁵ A RBA disputa a segunda posição no ranking de audiência com duas outras emissoras: a SBT Belém (Canal 5) e a Record Belém (Canal 10).

– Liberal AM e Liberal FM – e quatro no interior, um portal de internet, além de oito emissoras de TV no interior.

Em setembro de 2007 o grupo Liberal – como também serão chamadas as ORM neste trabalho – firmou contrato com a Rádio Globo visando unir, em cadeia via satélite, a Liberal AM e a emissora da família Marinho. Também foi acertada a criação da rádio Liberal/CBN (FM), com produção local para a rede noticiosa das Organizações Globo.

A indústria midiática paraense reitera as formas de funcionamento da indústria cultural brasileira, caracterizada pela presença dominante de grupos familiares e pela aliança com as elites de poder locais (LIMA, 2001). Esses grupos estão à frente de alguns dos principais conglomerados de comunicação no Brasil, como é o caso da Rede Globo (família Marinho), SBT (Abravanel) e Bandeirantes (Saad), e se consolidaram por meio da propriedade cruzada na radiodifusão (rádio e televisão) e/ou na mídia impressa (jornais e revistas). Neste cenário destacam-se também as famílias Civita (Abril), Frias (Folha de S. Paulo) e Mesquita (O Estado de S. Paulo).

Com propriedade estimada em 227 veículos, incluindo os afiliados, a Globo é o único dos grupos a atuar em todos os segmentos (TV, rádio, jornal, revista, internet, filmes, editora, gravadora). Presente nos 27 Estados, a família Marinho está associada aos mais importantes grupos regionais e lidera o mercado de publicidade, detendo mais de 50% das verbas (WEISSHEIMER, 2006).

Regionalmente, a associação com as redes de TV nacionais, por meio de filiação, é o principal elemento impulsionador da influência que os grupos familiares exercem em seus estados. É o caso dos Sirotsky (Rede Brasil Sul - RBS), do Rio Grande do Sul, a principal expressão do poder midiático regionalizado no país. No Nordeste, a indústria de comunicação é dominada pelas famílias Magalhães (Bahia), Alves (Rio Grande do Norte), Sarney (Maranhão), Collor (Alagoas) e Jereissati (Ceará). No Norte, além dos Maiorana e Barbalho

no Pará, há presença expressiva da família Daou (Amazonas). No Centro-Oeste, predominam as famílias Câmara (Goiás, Distrito Federal e Tocantins) e Zahran (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

Mantidos por oligarquias empresariais e políticas, os veículos de comunicação regionais sofisticaram-se na forma, mas se mantêm conservadores na concepção do conteúdo. Neles predomina a visão hegemônica, que superficializa os acontecimentos, submetendo-os ao chamado “pensamento único”, em contraponto a um mundo cada vez mais complexo e plural. Na perspectiva de Adorno, a velocidade das mudanças dissimula a ausência de transformação:

O que na indústria cultural se apresenta como um progresso, o insistentemente novo que ela oferece, permanece, em todos os seus ramos, a mudança de indumentária de um sempre semelhante; em toda parte a mudança encobre um esqueleto no qual houve tão poucas mudanças como na própria motivação do lucro desde que ela ganhou ascendência sobre a cultura (in: COHN, 1975, p. 289).

A linha editorial dos periódicos locais conduz invariavelmente à conclusão de que os interesses de seus dirigentes são tratados como prioridade absoluta. Esses interesses, obviamente, estão sempre muito distantes do conceito de informação como bem social, ao qual todos podem ter acesso, indiscriminadamente.

É bastante provável que os habitantes de um dos Estados mais pobres da Federação – o que contradiz a presença, em seu território, da maior província mineral do planeta, Carajás²⁶ – não se percebam nesta condição ao consumir o conteúdo noticioso produzido pela imprensa

²⁶ No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, medido pela ONU em 2004, o Pará aparece em 16ª posição, atrás do Amapá e Tocantins – estados que também integram a região Norte. Em 2002, ocupava a 15ª posição entre as 27 unidades da Federação. Dois municípios paraenses estão entre os 100 mais pobres do Brasil: Melgaço, apontado pela ONU como o que tem o pior Índice de Desenvolvimento Humano no Estado, e Cachoeira do Piriá. Paradoxalmente, o Pará é o maior produtor de minério de ferro do país, depois de Minas Gerais. Também detém importantes reservas de bauxita, cobre, caulim, manganês e ouro. Fontes: <www.pund.org.br> e <www.portalbrasil.net>. Acesso em: 21 ab. 2007.

da terra. A rigor, o estatuto colonial da Amazônia, tão insistentemente denunciado por Lúcio Flávio Pinto em seu *Jornal Pessoal*, não está refletido e problematizado na mídia paraense.

Nas páginas dos jornais diários e nos jornalísticos produzidos por emissoras de rádio e TV, esportes, *fait divers*, colunas sociais e vida de celebridades disputam espaço com o material fornecido pelas agências de notícias nacionais e internacionais, cujo valor intrínseco, se não deve ser desmerecido, pouco contribui para a constituição de um senso crítico permanente face às demandas da cultura, da política e da economia regionais.

Essas limitações certamente são fruto das castrações a que as empresas de comunicação estão submetidas em decorrência do modelo altamente concentrador de renda: “a [castração] do anunciante, em primeiro lugar, e a do governo, em segundo, que não é só um dos maiores anunciantes, como dono do poder de aprovar ou cassar as concessões para operações dos canais de rádio e TV em todo o País” (BORIN, 1987, p. 47).

A pluralidade de opiniões, que seria natural e desejável em um ambiente democrático, cede espaço ao que Nelson Werneck Sodré identifica como uma “impressionante uniformidade de posições”. Em introdução à edição de 1999 da obra *História da imprensa no Brasil*, o historiador constatou: “[...] No momento, por exemplo, todos os grandes jornais apóiam o neoliberalismo adotado pelo governo brasileiro, uns com mais veemência, com menos veemência outros” (SODRÉ, 1999, p. XVI).

Essa uniformidade de posições citada por Sodré remete aos “fatos-ônibus” descritos por Bourdieu (1997, p. 22): tratam-se de fatos dirigidos a todos e que, por essa razão, “não devem chocar ninguém, não envolvem disputa, não dividem, formam consenso [...]”. Cercada por toda sorte de pressões econômicas e políticas, na maioria das vezes, a imprensa paraense somente negligencia na veiculação dos “fatos-ônibus” e parte para o dissenso quando interesses privados são contrariados.

A luta pela dominação do mercado de comunicações do Pará entre os grupos Liberal e RBA começou nos anos 80 do século passado e inclui ingredientes que extrapolam a concorrência comercial: ambos polarizam também no campo da política, questão a ser retomada adiante.

O embate de conotações ao mesmo tempo partidárias e empresariais, que opõe os Maiorana aos Barbalho há duas décadas, deve ser compreendido em um quadro histórico mais amplo, de contendas que remontam à primeira metade do século XIX no Pará, e que tem nas imbricações entre imprensa e política uma de suas mais notáveis características.

É uma história marcada por episódios que colocam em segundo plano o conflito de idéias: atentados, perseguições, agressões, atos de vandalismo, assassinatos e até uma revolta popular, a Cabanagem, estão inscritos na trajetória do jornalismo paraense.

Nessa perspectiva, a imprensa do Pará pode ser pensada em três fases: a primeira, inaugural, onde os jornais são produzidos artesanalmente e investem no tom panfletário, ajudando a nutrir os debates em torno das guerras pela Independência; a segunda, quando a imprensa pós-republicana começa a se profissionalizar, mas permanece dominada pela virulência das paixões políticas, sendo estas a sua principal razão de ser; e a terceira, quando os jornais se organizam em indústrias culturais cuja marca é o monopólio da informação, enquanto permanecem atrelados a grupos políticos. A diferença, agora, é que este atrelamento acontece de modo quase sempre escamoteado.

Observe-se ainda que os dois maiores grupos de comunicação do Estado, hoje, têm origem na mesma matriz histórica: o populismo de inspiração getulista que dominou a cena política local entre as décadas de 1930 e 1950.

2.1 – PRIMEIRA FASE: ECOS DO VINTISMO NAS PÁGINAS DE ‘O PARAENSE’

O primeiro jornal impresso em solo paraense surge em um contexto sócio-político que opunha colonizados e colonizadores no Brasil ainda sob domínio da Coroa Portuguesa. Esses embates aconteciam até mesmo quando os primeiros não confrontavam, de maneira explícita, o discurso dominante da Corte. É o que demonstra a recuperação da história da imprensa local, que tem início com a fundação do jornal O Paraense, em maio de 1822, por Felipe Patroni (cf. COELHO, 1989; SALLES, 1992; SODRÉ, 1999).

O jornal de Patroni inaugura a imprensa no Norte do Brasil e antecede o surgimento de jornais nas províncias de Minas Gerais e São Paulo, onde os impressos só apareceriam pela primeira vez nos anos de 1823, com o *Compilador Mineiro*, e 1827, com o *Farol Paulistano*. Também está na raiz dos acontecimentos que conduziram a uma das mais importantes rebeliões populares da história do país – a Cabanagem, movimento de independência deflagrado em 1835.

O nascimento da imprensa no Pará se dá, portanto, em um ambiente de agitação na província, fomentado pela crise na estrutura colonial. Experimentando ritmos de crescimento distintos, Belém e a vizinha São Luís²⁷, contudo, eram afetadas da mesma forma por um “sentimento nativista” que se contrapunha aos ditames da Corte Portuguesa e abria espaço para a subversão (SALLES, 1992).

Este cenário incluía a proliferação de pasquins manuscritos, especialmente em 1819; a circulação clandestina do *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa, que resultou em ordem de apreensão expedida pelo governador d. José Narciso Magalhães (SODRÉ, 1999); a disseminação de ideais iluministas por meio do contrabando de literatura revolucionária, em

²⁷ A esse respeito, comenta Vicente Salles: “Embora dotada de arquitetura mais suntuosa, com magníficos palácios, igrejas e conventos, sede da importante Companhia Geral do Comércio, Belém não acompanhou o ritmo de desenvolvimento que se operou em São Luís, bafejada pelo comércio importador e exportador mais dinâmico” (1992, p. 40-41).

contraposição à censura ditada da Corte, que impedia a instalação de tipografias; e os ecos da Revolução de 1817, em Pernambuco²⁸.

Sodré (1983) e Salles (1992) registram o esforço pioneiro de João Francisco de Madureira visando à instalação de uma tipografia rústica em Belém, no ano de 1820. Nela, teria imprimido o panfleto intitulado “O despotismo desmascarado ou a verdade denodada”.

Havia, portanto, um ambiente propício à disseminação de idéias liberais. “A difusão foi intensificada na segunda metade do século XIX, a partir mesmo de Portugal, tendo suporte numa imprensa altamente politizada e combativa”, constata Salles (1992, p. 41).

É fato que o Pará, naquele período, comunicava-se muito mais com o reino transoceânico do que com a capital da colônia, o Rio de Janeiro. Por essa razão, logo se fizeram sentir, na província nortista, os efeitos do chamado *vintismo* – a revolução liberal e constitucionalista portuguesa de 1820.

Inspirado tardiamente pela Revolução Francesa de 1789, o movimento vintista promoveu e regulou a liberdade de imprensa, estendendo-a, como direito, aos cidadãos portugueses na colônia. A intenção das lideranças era obter, da opinião pública, sustentação para as reformas de cunho liberalizante com as quais pretendiam modernizar Portugal (COELHO, 1989). Foi sob esta condição jurídica que se organizaram os primeiros jornais brasileiros:

Graças a este caminho, a linguagem política, liberal e antiliberal praticada no Portugal constitucionalista, chegou com alguma fluidez ao Brasil e esteve presente no vocabulário político das forças que atuaram no processo de independência brasileira (COELHO, 1989, p. 18).

²⁸ Inspirados pela revolução norte-americana, rebeldes promoveram um levante em Pernambuco, em 1817, com o objetivo de instaurar a república. Muitos intelectuais, entre eles Frei Caneca, estavam à frente da rebelião, que foi sufocada pelas forças do Império. As idéias libertárias dos rebelados iriam inspirar os líderes da Cabanagem no Pará, principalmente o cônego Batista Campos. A respeito de Frei Caneca, comenta Nelson Werneck Sodré: “[...] um dos grandes jornalistas brasileiros, espírito rebelde e indomável, sagrou-se como herói e mártir. [...] Seu jornal, numa frase de supressão da liberdade do país, manteve desfraldada a bandeira da resistência – ‘nefando crime’ que pagou com o martírio” (1999, p. 92).

Entre 1820 e 1822 circularam no Pará importantes jornais e livros onde estavam expressas as linhas do movimento vintista. Essas publicações eram vistas pelos conservadores como “instrumentos das forças do mal a serviço do caos espiritual e material do país”, registra Coelho (1989, p. 20).

Sob forte influência dos acontecimentos em Portugal, com os quais conviveu na condição de estudante de direito em Coimbra entre 1816 e 1820, e como representante dos interesses da Capitania na Corte, de março a dezembro de 1821, Felipe Alberto Patroni (1794-1866) protagonizou o aparecimento da imprensa na então Província do Grão-Pará.

Oriundo da burguesia local e conhecido pelo dom da oratória e agilidade com que produzia manifestos e planos subversivos, que incluíram a defesa do abolicionismo (SALLES, 1992), Patroni foi para Lisboa em 1821 com o

Em torno dos quatro [*sócios*], mas como parte de uma realidade mais ampla, dar-se-ia o estabelecimento da imprensa na Amazônia, dado relevante de um processo social que alteraria o plano das relações entre a *intelligentsia* do Pará, de matriz liberal, e uma parcela dos detentores do poder no âmbito da administração colonial, principalmente na corporação militar (COELHO, 1989, p. 39).

O jornal funcionaria por seis edições sob o comando de Patroni e, nessa fase, refletiria a formação de seu editor, dando ênfase, como atesta Coelho, a um discurso mais “erudito, doutrinário”, em que a oposição a formas de tirania se referia mais ao passado, aos governos dos capitães-generais, do que ao presente da província e à sua Junta Governativa.

Sob a liderança de Felipe Patroni, O Paraense evidenciaria a dependência da província em relação a Portugal, o que permite compreender as razões pelas quais o jornal deu destaque à retórica do vintismo, defendendo o Reino Unido e, por vezes, rejeitando claramente a idéia de independência da colônia. Mas a apropriação dialética dessa retórica vintista seria fundamental para a consolidação do discurso político de oposição às autoridades militares da província do Grão-Pará (COELHO, 1989).

O risco de que a influência do constitucionalismo pudesse abrir espaço para ações separatistas foi usado pelo governador das Armas, brigadeiro português José Maria de Moura, em gestões à Corte contra o jornal de Patroni, o que resultou na prisão do jornalista no Forte do Castelo, em Belém, de onde foi enviado para Lisboa (SALLES, 1992, p. 44).

O Paraense ingressa em sua segunda fase neste momento, quando o cônego Batista Campos assume a condução do jornal e passa a dar mais ênfase para aspectos da realidade local, identificando nas forças militares o principal foco da opressão condenada pelo movimento vintista (COELHO, 1989, p. 41).

A nova linha editorial, de cunho nacionalista e libertário, tinha apoio de setores representativos da sociedade local e da Junta de Governo, cuja autoridade era continuamente ameaçada pelo aparelho militar. O discurso contra a tirania e o servilismo vigentes na

província, que desde o primeiro momento manifestara apoio à Revolução de 1820, ganha acento mais dinâmico e radical com Batista Campos (COELHO, 1993, p. 158).

Na edição nº 27, de 3 de agosto de 1822, já sob a direção do cônego, O Paraense discursava em defesa da liberdade de imprensa:

[...] Sabei que a liberdade de imprensa é a salvaguarda de todas as outras liberdades; é a sentinela, a protetora das mesmas, de tal sorte que enquanto um povo conservar intacta a liberdade da Imprensa, não é possível reduzi-lo jamais à escravidão (COELHO, 1989, p. 6).

Denúncias de espastelamento reforçaram os ataques ao autoritarismo dos quartéis, colocando em confronto aberto o cônego Batista Campos e o governador das Armas. Este, usufruindo de autonomia política em relação à Junta de Governo, iria operar uma intensa campanha contra O Paraense visando silenciar o periódico. A campanha logo resultaria na dissolução da sociedade responsável pelo jornal e seu conseqüente fechamento.

Era a oportunidade em que [o *brigadeiro*] apontava a imprensa como o principal instrumento da dissidência brasileira no norte do Brasil, justificando uma ação preventiva para que a liberdade de imprensa não acabasse por enfraquecer a presença do poder colonial na Amazônia (COELHO, 1989, p. 46-47).

O silenciamento de O Paraense, no entanto, foi antecedido por atos de ousadia do cônego Batista Campos, entre eles a decisão de publicar manifesto em que D. Pedro I conclamava a união dos brasileiros em favor da Independência, mesmo estando Belém ainda subordinada a Portugal. O cônego foi preso em duas ocasiões, sob acusação de abuso da liberdade de imprensa, agredido fisicamente, e acabou por se esconder na selva em virtude de novas perseguições (SALLES, 1992, p. 45).

Ao circular pela última vez, em seu 70º número, O Paraense era dirigido pelo cômego Silvestre Antunes Pereira da Serra. A tipografia foi invadida e empastelada pelos militares em fevereiro de 1823, episódio que pôs fim à história do jornal fundado por Felipe Patroni²⁹.

Logo em seguida, a 1º de março de 1823, uma ação golpista dos militares depôs a Junta de Governo e motivou a prisão e deportação de pessoas que haviam militado no periódico e que foram acusadas de atos anticonstitucionais.

A página mais dramática desse episódio, para a nascente imprensa local, foi a apropriação da tipografia de Garção de Melo pela autoridade militar. Do prelo trazido de Portugal passaram a sair documentos de apoio aos golpistas, além de um novo jornal, o Luso Paraense, cujo objetivo era defender os interesses das forças de sustentação do governador das Armas a partir de uma leitura conservadora do constitucionalismo (COELHO, 1989).

Dessa fase, também chama atenção um virulento manifesto divulgado pelos militares logo após os eventos de 1º de março. Nele, a imprensa é identificada como “o pior mal” que se instalou na província: dela resultou, afirma o documento, apenas um ambiente de intrigas, dissidências e afronta ao poder militar³⁰.

Batista Campos, porém, não abandona a militância política. Informado da adesão do Pará à independência proclamada por Pedro I – o que só ocorreria formalmente em 11 de agosto de 1823 –, ele volta a Belém a tempo de participar das festas alusivas ao fim da dominação portuguesa. Eleito para um cargo na Junta de Governo, nos 11 anos seguintes o cômego lideraria as ações que culminaram com a chamada Revolta da Cabanagem (SALLES, 1992, p. 46).

²⁹ O título reaparecia na campanha eleitoral de 2002, quando um jornal de nome O Paraense, destinado a apoiar o então candidato do PSDB ao governo do Estado, Simão Jatene, foi lançado em Belém.

³⁰ A íntegra do documento está reproduzida em COELHO, Geraldo M. *Letras & baionetas: novos documentos para a história da imprensa no Pará*. Belém: Cultural Cejup, 1989. p. 127-155.

2.1.1 – Cabanagem, a revolução dos índios, negros e caboclos

Nas províncias brasileiras, a Proclamação da Independência não arrefeceu os ânimos de *moderados* e *exaltados*. No Grão-Pará, a insatisfação popular com as decisões advindas da Corte tinha como combustível as péssimas condições de vida impostas pelos detentores do poder político e dos meios de produção a caboclos, negros e índios. O sistema colonial na Amazônia havia transformado Belém em um “burgo oneroso e estéril”, incapaz de lidar com seus extensos domínios e atribulada por interesses mercantis (SALLES, 1992).

Neste contexto surgiria aquele que é considerado por Caio Prado Júnior (1975, p. 68) como “o mais notável movimento popular do Brasil, o único em que as camadas pobres da população conseguiram ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade”: a Cabanagem. A evolução da imprensa paraense, na primeira metade do século XIX, está diretamente relacionada a este acontecimento.

Vicente Salles identifica os cabanos como um grupo que, afetado pela miséria e pelo analfabetismo, desejava recuperar a “identidade perdida”:

[...] eram os negros, caboclos e mestiços em geral, as populações marginalizadas ou expulsas dos campos e que engrossavam cada vez mais, nos vilarejos e nas cidades, a classe dos peões. Essa população seria extremamente sensível aos apelos libertários; ela se constituiria no exército libertador (1992, p. 65).

As intensas atividades de agitação e propaganda política na imprensa, promovidas tanto por opositoristas como pelos defensores do regime, marcariam o período imediatamente anterior à rebelião na Amazônia³¹, que começou nos primeiros dias de 1835, com o assassinato do presidente da província e a tomada do poder pelos cabanos, e terminou em 1840, quando os últimos focos de resistência foram debelados em povoações interioranas

³¹ A Província do Grão-Pará compreendia, nesta fase, parte do Amazonas, além do Amapá e Roraima.

pelas forças do Império³² (cf. ALVES, 2000, 2001; PRADO, 1975; ROCQUE, 1984; SALLES, 1992).

Sodré (1999, p. 132) lembra que a imprensa dos rebelados praticamente desapareceu na Cabanagem, em meio aos violentos choques com as tropas imperiais. A fase de pregação, contudo, foi intensa. Dela fizeram parte o cônego Batista Campos; seu aliado direto, o cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, e um panfletário trazido por Batista Campos do Maranhão, Vicente Ferreira Lavor Papagaio.

O papel de Batista Campos seria decisivo nos episódios que deflagraram a Cabanagem: à frente de um partido, o Filantrópico, sob forte influência de idéias republicanas e amparado pela simpatia dos nativos, foi ele o principal ideólogo da revolução – cuja eclosão não testemunhou por ter morrido de causas naturais pouco antes, no final de 1934.

A inflamada oratória antiimperial do cônego, que ganhou corpo nas páginas de O Paraense, se estenderia a pelo menos outros cinco jornais, alguns de curtíssima existência: Orpheu Paraense (1831), A Luz da Verdade (1832-1833), O Paraguassu (1832-1833), O Publicador Amazoniense (1832-1834) e Sentinela Maranhense na Guarita do Pará (1834).

O Publicador Amazoniense foi o mais polêmico título dessa fase panfletária. Suas páginas refletiriam, juntamente com O Paraguassu, a chamada “ideologia da cabanagem”: “É uma ideologia essencialmente combativa, de luta pelo poder, que define não só a polarização bipartidária, mas as profundas contradições do sistema” (SALLES, 1992, p. 79).

A reação do grupo dominante viria na forma de jornais como o Echo Independente (1831-32), A Opinião (1831), Correio Oficial Paraense (1834-1835) e O Desmascarador

³² A incapacidade de formulação de um projeto político colaborou decisivamente para o fracasso da rebelião cabana. Carlos Rocque destaca: “[...] os cabanos lutavam por uma alguma coisa nobre, por uma reforma social, pela liberdade econômica e política das castas espoliadas [...], mas não sabiam definir esses anseios”. Cita, ainda, “a heterogeneidade dos grupos que compuseram as forças revolucionárias em uma frente ampla que congregou todos os descontentes de todas as camadas sociais e econômicas do Pará, ligadas ao nativismo. E não houve, naquele mar de reivindicações e idéias conflitantes, um líder capaz de agregar todas essas correntes” (ROCQUE, 1984, p. 15). Félix Clemente Malcher, Francisco Vinagre e Eduardo Angelim, este com apenas 21 anos, foram os três presidentes cabanos.

(1834), todos francamente empenhados em desconstruir a figura pública de Batista Campos. A luta, atesta Salles (1992), se dava mais entre grupos do que entre idéias.

O discurso revolucionário e provocador dos jornais opositoristas entra em sua fase mais virulenta com a chegada de Lavor Papagaio, mandado vir do Maranhão por Batista Campos. Dono de um estilo rude, infamante e identificado com o linguajar do povo mais pobre, Lavor Papagaio afrontou o quando pôde, com seus pasquins, a corporação militar.

Convidado a redigir o jornal de Batista Campos, *O Publicador Amazoniense*, não se demorou [...]. O jornal foi substituído, no auge dos acontecimentos, em 1834, por pasquins incendiários colados nas paredes de ruas e esquinas, espalhados pelas praças e lugares públicos de maior trânsito, incitando o povo à revolução (SALLES, 1992, p. 117).

Lavor ainda redigiria integralmente dois números de sua *Sentinela Maranhense* na Guarita do Pará, cujo nome evidencia a influência do baiano Cipriano Barata, a principal referência da imprensa libertária daquele momento, com destacada atuação em Recife.

O panfletário foi expulso do Pará na retomada de Belém pelas forças do Império, em 13 de maio de 1836, quando praticamente desapareceu a imprensa revolucionária. Os historiadores registram a existência de três jornais no período de domínio cabano, em 1835: *Paquete do Governo*, *Publicador Oficial Paraense* e *A Sabatina*. Não se conhece, porém, o conteúdo e nem a periodicidade – se é que houve – desses jornais.

2.1.2 – Na Era da Borracha, surge a combativa imprensa operária

O alto índice de analfabetismo na região Norte manteve as camadas mais pobres afastadas da produção e consumo de jornais até a primeira metade do século XIX. Mas a expansão do comércio de borracha e a chegada de migrantes nordestinos e imigrantes

europeus motivaram a reflexão mais aprofundada em torno dos problemas sociais que afetavam a Amazônia. Vicente Salles descreve aquele momento histórico:

A última década da monarquia foi marcada pela transmigração em massa de sertanejos nordestinos para a Amazônia. Essa migração e a abolição da escravidão constituem, sem dúvida, fatos marcantes, assim como o surgimento de um proletariado urbano em Belém, com uma consciência de classe, que edita jornais e vez por outra rompe as tensões internas promovendo greves.³³

A imprensa operária surgiu no Pará em 1870, por meio de *A Tribuna*. Este jornal exprimiria a inquietação reinante nas relações sociais (SALLES, 1992). Idéias republicanas e nativismo estavam presentes em suas páginas, a exemplo dos jornais comandados pelo cônego Batista Campos quatro décadas antes.

Inspirado pela Comuna de Paris, em 1871, o jornal usava “linguagem virulenta, por vezes insultuosa, que não pouco assusta os burgueses, proprietários, exportadores de borracha e [...] exploradores do comércio varejista” (SALLES, 1992, p. 166).

Outros jornais de tendência republicana circulavam no Pará, como o *Tira-Dentes* (1871-1872) e *O Futuro* (1872-?), mas foi nas páginas de *A Tribuna* que os radicais mais exaltados encontrariam guarida (SALLES, 1992). O jornal circulou até 1876.

A evolução da tecnologia e da ciência, associada às idéias emanadas da literatura de cunho humanista, uniria grupos de intelectuais e artistas em Belém. O esclerosamento da monarquia ajudava a criar um ambiente propício ao debate das questões sociais que atravessaram o século XIX sem resolução na Amazônia. A imprensa operária encontraria, portanto, espaço para se desenvolver.

Já proclamada a República, em setembro de 1891 passa a circular *A Tribuna Operária*, do Partido Operário do Pará, filiado ao Partido Socialista Brasileiro. Em 1994 o

³³ Entrevista concedida por Vicente Salles a Lúcio Flávio Pinto e publicada, em 15 de novembro de 1979, em *O Liberal*, sob o título “Os estrangeiros não quiseram tomar a Amazônia no século XIX”. A íntegra está disponível em SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: Cejup, 1992. p. 259-282.

Clube Patroni lança O Combate, de tendência anarquista (SALLES, 1992, p. 199). Sob o pretexto de punir atos anti-republicanos, a polícia do então governador Lauro Nina Sodré e de seu vice, Gentil Bittencourt, não tardaria a agir contra esses jornais, com prisões, agressões físicas e empastelamento.

Empenhada na formação ideológica do proletariado a partir das teses emanadas da II Internacional, A Tribuna Operária teve sua oficina invadida e empastelada por policiais na noite de 29 para 30 de abril de 1892. No dia 1º de maio haveria um encontro dos operários paraenses, que pela primeira vez lembrariam o massacre de trabalhadores em greve, ocorrido em 1886, em Chicago. O periódico circularia com edição comemorativa à data quando foi atacado. “Não há dúvida de que o episódio marca um dos momentos mais dramáticos nas ações desse tipo, com prisão e espancamento de redatores e operários”, comenta Salles (1992, p. 201). O jornal sairia de circulação um ano depois.

O Correio Paraense, do socialista Bento Tenreiro Aranha, também foi alvo da censura republicana. O jornal foi empastelado em março de 1894 e seus redatores, violentamente agredidos e presos. O Correio voltou a funcionar sete dias depois; em junho do mesmo ano, porém, fecharia as portas. Antes, em 1º de maio, ainda publicaria manifesto em que atacava os atos da polícia paraense contra os trabalhadores.

Os jornais operários do Pará reeditariam, em novas circunstâncias históricas, a imprensa combativa e polêmica de Batista Campos e Silvestre Antunes. A propósito, entre os detidos pela polícia de Lauro Sodré na oficina da Tribuna, às vésperas do 1º de maio de 1892, estavam o bacharel Francisco Gonçalves Campos, acusado de ser o “chefe dos anarquistas”, e seu irmão Eugênio, ambos filhos do jornalista João Victor Campos, sobrinho do líder cabano morto em 1834.

2.2 – SEGUNDA FASE: UM ‘RIO DE RAIVAS’ CORRE NO JORNALISMO E NA POLÍTICA

Empastelar, agredir e aprisionar eram práticas rotineiras da polícia brasileira desde que os primeiros jornais surgiram para apoiar as lutas pela Independência, no primeiro quarto do século XIX. E essas práticas prosseguiram após a queda da monarquia.

No Pará, inúmeros atos de repressão à atividade jornalística ocorreram após a instauração da República, especialmente contra aqueles que, sob o manto republicano, pareciam tramar contra o novo regime. Daí as violentas ações contra a imprensa operária, que perderia força e seria dominada pelo reacionarismo na virada do século³⁴.

Da violência policial não escapariam, porém, jornais identificados com os interesses da elite. Nesta fase, um dos mais afetados foi o Diário do Grão-Pará, primeiro diário local, lançado em 1853.

Na virada do século XIX para o século XX, os jornais brasileiros dão início à transição para a fase industrial. Mas raros são os que, nesse período, apresentam estrutura de empresa (SODRÉ, 1983, p. 324). No Pará, até a primeira metade do século XX, a luta política seria a principal razão da existência da maioria dos veículos. A linguagem vulgar e as ofensas pessoais, por conseguinte, continuavam a imperar sobre os fatos³⁵.

³⁴ Vicente Salles informa sobre criação, em 1901, do jornal O Trabalho. O periódico, que durou até 1907, apresentava-se como porta-voz das classes artísticas e operárias e tinha como lema a famosa frase de Marx: “Operários de todos os países, uni-vos”. Seu redator era Teodomiro Martins, que gozava de popularidade entre os trabalhadores mesmo sem vínculos com o movimento socialista. O programa do jornal expressava a ausência de espírito combativo de seu redator: “O operário de hoje, entre nós, pelas vantagens que usufrui e pela situação em que se acha, não é o aviltado de ontem, decaído da sua função e arredado do seu desígnio” (SALLES, 1992, p. 219-223).

³⁵ A esse respeito, Nelson Werneck Sodré lembra discurso de Epitácio Pessoa no Senado: “É preciso que se tenha coragem de dizê-lo – também a imprensa, desviada de seus nobres intuitos, afastada da sua missão civilizadora, convertida em vazadouro de todas as paixões e de todos os ódios, de todos os despeitos e de todos os insultos contra os homens públicos do país, a ponto tal que ainda o ano passado, em Paris, um deputado francês me dizia que, a julgar pelos jornais do Rio de Janeiro, o Governo do Brasil devia ter sido assaltado por uma quadrilha de bandidos evadidos de um presídio; foi também a imprensa desviada do seu caminho legítimo, decaída, aviltada, prostituída até a ignomínia do achincalhe obscuro, pornográfico e imundo [...]” (RAJA GABAGLIA, 1951, apud SODRÉ, 1983, p. 332).

A linguagem da imprensa política era violentíssima. Dentro de sua orientação tipicamente pequeno burguesa, os jornais refletiam a consciência dessa camada para a qual, no fim das contas, o regime era bom, os homens do poder é que eram maus; com outros homens, o regime funcionaria às mil maravilhas, todos os problemas seriam resolvidos. Assim, todas as questões assumiam aspectos pessoais e era preciso atingir as pessoas para chegar aos fins moralizantes (SODRÉ, 1999, p. 331).

A Província do Pará (1876-2001) e a Folha do Norte (1891-1974) seriam importantes peças no jogo de poder que por cerca de três décadas opôs os interesses do intendente Antônio Lemos aos do governador Lauro Sodré. Legítimos representantes das oligarquias locais, Lemos e Sodré foram as mais importantes lideranças políticas paraenses na primeira fase da República Velha.

Lemos foi o intendente (prefeito) que enquanto modernizava a paisagem urbana de Belém, dava as cartas na política regional. Sodré foi o primeiro governador da República e senador por quatro mandatos, sempre gozando de grande prestígio junto ao governo federal.

Foi na tentativa de afirmar esta liderança que lemistas e lauristas, como eram chamados os partidários dos dois grupos oligárquicos, escreveram alguns dos capítulos mais cruentos da história do Pará, especialmente no campo das relações entre imprensa e política.

2.2.1 – A ferro e fogo: a Província de Lemos e Chateaubriand

Antônio Lemos assumiu a intendência de Belém em 1897, um ano após fundar a Província do Pará em sociedade com Joaquim José de Assis e Francisco de Souza Cerqueira.

O jornal paraense que atravessou três séculos e sobreviveu a três interrupções³⁶ foi o primeiro diário nortista a experimentar o processo de modernização industrial que mudaria a fisionomia da imprensa brasileira. Lemos equipou o jornal com as novidades da época no

³⁶ A primeira interrupção ocorreu entre os anos de 1900 a 1901, motivada por uma briga entre os sócios.

setor gráfico, incluindo uma impressora Marinoni, mudou o formato, abriu espaço ao noticiário geral e manteve, o quanto pôde, A Província afastada das intrigas locais.

Para polemizar com os adversários o intendente recorria a outros jornais. Assim foi até 1911, quando, rompido com o governador João Coelho, Lemos imprimiu nova linha editorial à Província, tornando-a política e panfletária.

Um atentado a tiros contra o então senador Lauro Sodré, na noite de 28 de agosto de 1912, que a história registra como provavelmente forjado, serviu de pretexto para que toda imprensa anti-lemista – além da Folha do Norte, faziam oposição ao intendente o Estado do Pará (1911-1980), A Capital (1912) e O Critério (s/d) – insuflasse os belenenses contra Lemos e seu jornal (ROCQUE, 1974, 1983).

Sodré saiu ileso do atentado, mas o autor dos disparos foi morto. A notícia de que capangas lemistas tentaram matar o ex-governador espalhou-se rapidamente pela cidade. No dia seguinte, sob o título “Assassinos!”, a Folha publicaria um editorial repudiando o suposto ataque e conclamando o povo à revolta:

Não se conquista o poder numa terra, que não é um quilombo africano, nem um eito de escravidão branca, infamando os homens de bem que a defendem e assassinando as entidades mais altas no sentimento de admiração geral.

[...]

A Folha lavra daqui o seu veemente protesto contra o crime, que viria encher de trevas, para sempre, o coração e nos coraria de eterna vergonha as faces; e concita todos aqueles que amam esta terra a porem o seu braço, o seu peito e a sua vida a serviço da desafronta, quando ela se tornar necessária e se até ali forem impelidos pela defesa do bem comum.

Seja o lema – todos por todos, na mais firme resolução de ânimo.³⁷

Um clima de agitação e revolta dominou Belém naquela manhã. À tarde, o prédio de A Província do Pará seria cercado, atacado a tiros e incendiado. Na seqüência dos acontecimentos – que resultaram em mortos e feridos –, a casa do intendente Antônio Lemos

³⁷ O editorial está reproduzido em ROCQUE, Carlos. *Antônio Lemos e sua época: história política do Pará*. Belém: Amazônia Edições Culturais, 1973. p. 378-381.

foi invadida, pilhada e também incendiada. Escondido numa casa vizinha e vestido apenas de pijamas, Lemos foi arrastado para a rua, agredido e humilhado. Retirado das mãos dos populares com a ajuda de um político laurista, rumou no dia seguinte para o Rio de Janeiro, onde morreria um ano depois.

O atentado à Província foi o episódio mais traumático da história do jornal, que só voltaria a funcionar em 1920, sob a direção de Pedro Chermont de Miranda. Mas a nova fase duraria pouco: em 1926 o periódico sofreu novo abalo financeiro e deixou de circular. Retomaria as atividades somente duas décadas depois, em 1947, como propriedade de Assis Chateaubriand. Integrado ao poderoso grupo dos Diários Associados, e mantendo-se estrategicamente afastada das demandas políticas locais, A Província conheceu longa fase de prestígio, que incluiu ruidosa comemoração pelo centenário de fundação, em 1976.

As dívidas, o atraso tecnológico e perda de leitores e anunciantes, porém, conduziram o jornal para um novo período de decadência a partir dos anos 1980. A Província ainda passaria pelas mãos de dois outros proprietários, o editor de livros Gêngis Freire e o publicitário Miguel Ângelo Arraes, antes de, falida e desacreditada, encerrar suas atividades em 2001. Apesar das crises sucessivas, foi o jornal que por mais tempo circulou no Pará: 125 anos.

2.2.2 – Folha do Norte e a verve panfletária de Paulo Maranhão

Fundada em 1896 por Enéas Martins e Cipiano Santos para dar sustentação ao Partido Republicano Federal, de Lauro Sodré, e combater politicamente o intendente Antônio Lemos, a Folha do Norte foi o mais influente jornal do Pará por pelo menos cinco décadas.

O diário liderou as maiores campanhas já promovidas na imprensa paraense contra homens públicos, entre eles o intendente Lemos e o interventor Magalhães Barata. À frente

dessas campanhas, primeiro como redator, depois como proprietário do jornal, estava o jornalista Paulo Maranhão, um modesto revisor de originais que, depois de assumir a chefia do jornal, conseguiu adquiri-lo em 1916.

O próprio Enéas Martins, após eleger-se governador do Pará em 1914 e de vender sua cota no jornal, passaria a ser alvo da pena ferina de Maranhão. O motim que em 1916 derrubaria Martins teve apoio decisivo do jornal.

Paulo Maranhão exerceu com vigor e obsessão a vocação de panfletário nas páginas da Folha do Norte até morrer, em 1966. O talento de polemista seria aplicado em sua plenitude contra o interventor nomeado por Getúlio Vargas para comandar o Pará após a Revolução de 1930, o tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata.

Entre as décadas de 1930 e 1950, Barata governou o Estado em três ocasiões, duas como interventor e uma por eleição direta³⁸. Considerado hoje o mais importante líder político que o Pará já conheceu, entrou para a história como um governante autocrático, que impôs à sua administração o método populista de Vargas.

Atencioso com os mais pobres e truculento com os inimigos, pessoalmente honesto, mas incapaz de impedir que a corrupção fosse uma prática comum na administração estadual, Magalhães Barata comandaria o Pará por quase trinta anos, tendo como principal adversário o jornalista Paulo Maranhão.

As relações entre ambos, que começaram cordiais, se esgarçariam já em 1933, quando o jornal foi suspenso por quatro dias em razão da crítica de Paulo Maranhão a um ato punitivo do governo estadual contra servidores públicos. Começaria ali um período de contendas entre o poder político e o poder da opinião. A Folha assumiria o papel de porta-voz

³⁸ Barata foi interventor no período de 1930 a 1934 e em 1943, durante a II Guerra Mundial. Dias antes de Getúlio Vargas ser deposto, em 1945, passou a interventoria para Lameira Bittencourt, para que pudesse disputar uma vaga no Senado. Em 1955 eleger-se governador pelo voto direto e administrou o Estado até sua morte, em 1959. Seu sepultamento ocorreu em meio a grande comoção popular.

dos adversários de Barata, agrupados na Frente Única Paraense. O grupo era formado por representantes da elite local.

Atos de violência se sucediam a cada editorial publicado pelo jornal de Paulo Maranhão contra o caudilho. Ameaças, prisões, espancamentos e apreensão de edições eram rotina para os jornalistas da Folha do Norte, durante a primeira interventoria de Barata. Em 1934, o prédio do jornal foi alvo de atentados a tiros.

Depoimentos da época, não conclusivos, dão conta de que durante um período do Estado Novo a família Maranhão permaneceu enclausurada nos altos do prédio da Folha, no centro de Belém, temendo represálias da polícia baratista – como eram chamados os seguidores de Magalhães Barata. As versões mais frequentes informam que o encastelamento durou de oito a treze anos. No livro de memórias *Meu querido Ivan* (1999), o escritor e jornalista Haroldo Maranhão – neto do dono da Folha – descreveu a rotina das crianças que, impedidas de ir à rua, jogavam futebol nas oficinas do jornal (apud FERREIRA, 2005).

Em 1943, no segundo governo de Barata, Paulo e o filho João Maranhão seriam afastados por seis meses da direção do veículo. A família só retomaria a Folha após receber aval de Getúlio Vargas.

O episódio mais impressionante deste período, contudo, refere-se ao bizarro ataque sofrido por Paulo Maranhão em abril de 1950, na porta de sua casa. Ele estava voltando do jornal quando três homens despejaram-lhe sobre a cabeça um balde de fezes humanas. A autoria intelectual da mais radical retaliação cometida pelo baratismo contra o jornalista foi atribuída a Armando Correia, deputado que dali por diante passaria a ser chamado pela Folha de “Armando Trampa”.

Em editorial intitulado “Ato porco de um governo porco”, Maranhão sentenciou: “Cada um dá o que tem, e o governo do nosso Estado não tem senão merda a dar”.

Para enfrentar a virulência de Maranhão e dar sustentação à sua legenda, o PSD (Partido Social Democrático), Barata fundou O Liberal em 1946. A história do vespertino, que se transformaria depois no maior influente órgão de imprensa da Amazônia, também é marcada por tragédias nesta fase.

Em maio de 1950, durante a conturbada campanha eleitoral entre Magalhães Barata e Zacharias de Assumpção, o capitão Humberto de Vasconcelos invadiu a redação e matou a tiros o redator Paulo Eleutério Filho. Três anos depois as oficinas do jornal seriam destruídas em um incêndio criminoso³⁹.

Assumpção elegeu-se governador com o apoio da Folha do Norte. O deputado federal Gerson Peres descreve o comportamento do jornal na campanha: “ele [*o jornal*] chamava o povo para ir às ruas fazer manifestações. A Folha tocava sua sirene, localizada no prédio do jornal, e as pessoas começavam a sair para as ruas. [...] Havia toda uma encenação política”⁴⁰.

Magalhães Barata elegeu-se governador do Pará na campanha seguinte, em 1955. Sua morte, ocorrida em 1959, arrefeceu as animosidades políticas no Estado e pôs fim à batalha travada por 26 anos contra Paulo Maranhão.

O velho jornalista exerceria sua verve panfletária pela última vez contra o coronel Jarbas Passarinho, governador nomeado pelos militares em 1964. O golpe militar foi deflagrado no Pará com o apoio da Folha, mas depois encontraria a resistência do jornal.

Na obra *Rio de raivas* (1987), o escritor Haroldo Maranhão descreve o ambiente político reinante no Pará, nos anos 1940 e 50. O escritor e jornalista, que começou a trabalhar no jornal do avô aos 13 anos de idade e chegou ao posto de redator-chefe, mudou os nomes

³⁹ “O incêndio repercutiu de maneira violenta na política paraense, principalmente por ser o jornal baratista e o governador da Coligação: Zacharias de Assumpção. O governador prometeu apurar e punir os causadores do incêndio, [*mas*] as investigações foram esmorecendo até cessarem, ficando o veredito: ‘autoria incerta’” (MOTA, 1987, p. 38).

⁴⁰ O LIBERAL. “Gerson, o sobrevivente, está de volta”. Disponível em www.orm.com.br. Acesso em: 7 jan. 2007.

dos personagens e deu traços ficcionais ao ódio político que, de fato, permeou as relações sociais no Pará naquele período.

A respeito do estilo do Paulo, que ignorava o direito à privacidade dos desafetos, Haroldo o comparou a um “demônio com a caneta na mão”. Ele descreve o avô por meio do personagem Palma Cavalão, alter-ego do dono da Folha, e faz referência ao temor que este impunha ao coronel Cagarraios Palácios (Magalhães Barata):

Da caneta não sai tinta, saem lágrimas de homens humilhados diante dos filhos, da mulher, sai sangue, sai fel, ele espalha a destruição, arrasa lares, aponta adúlteras, marca os cornos de ferro em brasa na testa, escreve que mocinhas prevaricam e dá os nomes das mocinhas. E não aparece um homem nesta terra que pegue um revólver e entre no jornal dele e atire para matar como se mata um cachorro doido?, terra sem homens, parece que o único é ele mesmo, ele e o coronel Cagarraios, só os dois. Mas mesmo o coronel podia apanhar a sua arma que ele é militar e enfrentar a fera de macho para macho. Mas não enfrenta, não vai, agüenta as cusparadas na cara, que o homenzinho escarra na cara do coronel, chama-o de ladrão, de pulha, de corno, de atrabiliário, enxovalha o seu lar, e ele fica nas encolhas tremendo como todos tremem (MARANHÃO, 1987, p. 170).

Paulo morreu aos 94 anos, sem perder a lucidez e a obsessão pela escrita, depois de comandar a Folha por meio século, de 1916 a 1966. Nenhum outro personagem sintetizou a figura de dono de jornal e jornalista como ele, na história da imprensa do Pará.

Com a morte de seu fundador, e minada por brigas de família, a Folha do Norte entraria num período de decadência até deixar de circular em 1974, um ano depois de ter sido vendida ao empresário Romulo Maiorana – já proprietário de O Liberal, como se verá adiante⁴¹.

Do leito de morte, o Palma Cavalão do *roman à clef* de Haroldo Maranhão constataria a decadência do jornal que foi sua razão de viver: “Os jornais cumprem um ciclo

⁴¹ Solange Mota (1987) conta que a família Maranhão relutou em vender a Folha do Norte a Romulo Maiorana. A razão é que o empresário se casara com Lucidéa, sobrinha do governador Magalhães Barata, arquiinimigo de Paulo Maranhão. A situação falimentar do jornal, no entanto, acabou motivando o negócio. Em 1973 a redação de O Liberal foi transferida para o famoso prédio da Folha na rua Gaspar Viana, no centro velho de Belém, onde funcionou até 1995. Hoje o jornal ocupa uma moderna sede na avenida 25 de Setembro, cujas instalações são comparadas as dos maiores diários brasileiros.

de vida, como as pessoas. Não é mais um jornal, mas um papel sem opinião” (MARANHÃO, 1987, p. 236).

2.3 – TERCEIRA FASE: JORNAL COMO EMPRESA E POLÍTICA COMO NEGÓCIO

O mais poderoso grupo de comunicação do Norte do Brasil, comumente chamado de Liberal, ou ORM (Organizações Romulo Maiorana), começou a se constituir em 1966, quando o pernambucano Romulo Maiorana adquiriu o vespertino fundado por Magalhães Barata nos anos 1940.

Dono de uma cadeia de lojas no centro de Belém, Romulo era reconhecido pela vocação para os negócios. Por meio de um empréstimo, comprou O Liberal do engenheiro Ocyr Proença. Com Ocyr, o jornal abandonara os herdeiros do baratismo, passando a apoiar o golpe militar de 1964 e seus representantes no Pará, especialmente o governador Alacid Nunes. Quando foi comprado por Romulo, vendia poucos exemplares e tinha uma oficina em péssimas condições.

O processo de transformação do antigo jornal de partido em empresa começa em 1967, com a aquisição de uma rotativa no Maranhão. O Liberal ganha nova feição gráfica, enquanto o noticiário político cede espaço a notícias de esportes, cidades, polícia e colunismo social. O conteúdo é reforçado por agências nacionais e internacionais, e o horário de fechamento e circulação, paulatinamente reduzido. Em pouco tempo, o jornal passou a chegar nas primeiras horas da manhã às bancas. Ainda não havia cursos de jornalismo no Pará e estudantes de direito e recém-formados foram contratados para a redação (MOTA, 1987, p. 70-72).

Romulo Maiorana administrou todas as mudanças, tanto as de ordem gráfica, como administrativa e editorial, mas, ao contrário do que acontecera com Paulo Maranhão na Folha do Norte, soube delegar poderes a funcionários de confiança. De “Órgão vespertino independente”, slogan da fase política, O Liberal passaria a se intitular “Jornal da Amazônia”.

Romulo promoveu um salto tecnológico na impressão em 1972, ao adquirir o primeiro sistema de impressão off-set do Pará e um dos primeiros do Brasil. Nesta ocasião, já liderava o setor de jornais impressos no Estado.

Em 1976 o empresário fundou a TV Liberal, equipando-a em menos de um ano. Em pouco tempo a emissora se filiaria à Rede Globo. Lucio Flávio Pinto sustenta que Romulo tinha problemas com os militares em função do comércio ilegal nos anos 1960 e precisou recorrer a um “contrato de gaveta” para criar a tevê:

[...] Romulo não pôde colocar a emissora em seu nome, embora fosse seu dono. Os órgãos de informação ainda mantinham em sua ficha a nódoa do contrabando. O regime militar ainda estava no movimento afluyente do seu moralismo (o golpe de 1964 foi dado no Pará a pretexto de combater a subversão e a corrupção). Não concordava em transferir para alguém tido como ex-contrabandista uma concessão pública, o canal de televisão. Romulo teve que colocar a concessão no nome de cinco funcionários, reavendo-lhes a ação depois, quando seus serviços prestados ao governo haviam limpado definitivamente seu nome dos arquivos da "comunidade de informações", o subsolo no qual funcionava um autêntico governo paralelo (PINTO, 2005a, p. 4).

Em 20 anos, Romulo Maiorana construiria um império de comunicação que, no Norte do Brasil, só encontra paralelo na Rede Amazônica da família Daou⁴². Ao jornal e à TV juntaram-se emissoras de rádio em Belém e no interior. Com sua morte, em 1986, os filhos herdaram um grupo empresarial moderno, superavitário e exercendo grande influência junto à opinião pública e às elites locais.

⁴² Este grupo amazonense, que só não penetrou nos Estados do Pará e do Tocantins, detém cinco emissoras de tevê nas seguintes capitais: Manaus (TV Amazonas); Porto Velho (TV Rondônia); Boa Vista (TV Roraima); Macapá (TV Amapá); Rio Branco (TV Acre). Também possui cinco emissoras de rádio, mas não atua na área de jornal impresso.

Os herdeiros continuariam a apostar na modernização dos veículos, com aquisição de rotativas de última geração, e também na expansão dos negócios, que nos anos seguintes incluiriam promoção de espetáculos, produtoras de vídeo, serviço de táxi aéreo e até uma fábrica de refrigerantes.

Romulo morreu um ano depois de os militares devolverem o poder aos civis. Afora o veto à concessão da emissora de TV ao empresário, ao longo do período ditatorial o grupo Liberal não teria problemas com os censores. Isso porque, à evolução tecnológica e empresarial do jornal nos anos de chumbo, correspondeu uma postura editorial pouco sensível ao momento político.

O Brasil estava sob regime dos generais, e a estes nem O Liberal e nem seus concorrentes diretos em Belém – A Província e o Estado do Pará⁴³ – ofereciam qualquer resistência. Por afinidade ideológica e, principalmente, por reconhecida indisposição em confrontar os detentores do poder político, o dono do grupo Liberal invariavelmente cerrou fileiras ao lado da Arena (Aliança Renovadora Nacional) – que, na redemocratização, mudou o nome para PDS (Partido Democrático Social). Lideranças locais da Arena, entre elas o coronel Jarbas Passarinho, que governou o Pará de 1964 a 1966, e foi ministro de Estado, sempre encontraram guarida no jornal dos Maiorana. Passarinho, ainda hoje, é colunista do jornal.

A simpatia do regime também era importante para os negócios de Romulo com os bancos estaduais, como relata o próprio ex-ministro:

Desde que Romulo Maiorana assumiu a direção e o controle acionário de O Liberal, passou a dar-lhe um tratamento empresarial, mas sempre em ligação

com o governo e com os bancos Basa (Banco da Amazônia) e Banpará (Banco do Estado do Pará). Pois, infelizmente, nenhum jornal em Belém sobrevive facilmente se não contar com a ‘boa vontade’ do governo, principalmente o estadual, maior fonte de financiamentos [...].⁴⁴

2.3.1 – Alternativos na linha de frente da resistência à ditadura

Bajulatória ao regime em alguns momentos, dominada pela autocensura na maioria das ocasiões, e invariavelmente preocupada em aumentar os lucros, a grande imprensa paraense afastou-se das lutas políticas nos anos 1970. Os jornais chamados de “alternativos”, porém, proliferavam nos centros mais desenvolvidos do país, acompanhando as experiências bem-sucedidas do Pasquim, Opinião e Movimento.

Sob essa influência, o jornalista Lúcio Flávio Pinto lançou em 1975 o *Bandeira 3*, um tablóide produzido por um grupo de jovens jornalistas que duraria sete edições. A história deste jornal está relatada no capítulo III, dedicado à trajetória pessoal e profissional de Lúcio Flávio.

A mais importante experiência alternativa do jornalismo paraense naquele período surgiria três anos depois da curta existência do *Bandeira 3*. Trata-se do jornal *Resistência*, lançado em fevereiro de 1978 pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), uma organização não-governamental criada no ano anterior (cf. CARVALHO; 1984; FERREIRA, 2006; KUCINSKI, 1991). Advogados, jornalistas, operários, lideranças comunitárias do campo e da cidade, entre outros segmentos sociais, faziam parte da SDDH, que funcionou como um raro e ativo canal dissidente nos anos da ditadura.

Com tiragem média de três mil exemplares, o jornal circulou regularmente até setembro de 1983. Foram 61 edições em pouco menos de seis anos, o que fez do *Resistência* um dos alternativos regionais mais duradouros daquele período. Escrito logo abaixo do título,

⁴⁴ Entrevista concedida por Jarbas Passarinho a Solange Mota (1987).

o lema “Resistir é o primeiro passo” sintetizava os princípios do jornal, que durante parte de sua história foi impresso em gráfica própria, a Suyá. Os equipamentos foram comprados com dinheiro doado por uma entidade assistencial alemã, a Brot Fur Die Welt (Pão para o Mundo).

O Pará vivia um período turbulento, especialmente nos municípios ao sul, onde os conflitos fundiários aumentavam, em consequência da geopolítica de ocupação do governo federal, fortemente influenciada pela doutrina da segurança nacional (FERREIRA, 2006). Após o fracasso da guerrilha do Araguaia⁴⁵, a presença ostensiva das Forças Armadas impunha um clima de medo e cautela na região.

No interior do Estado e na periferia da capital, porém, focos de resistência se organizavam, sobretudo em sindicatos, comunidades eclesiais de base e no movimento estudantil. A anistia dos presos políticos e a liberdade de expressão e pensamento eram duas das principais bandeiras de luta, favorecidas pelo afrouxamento do regime, na segunda metade dos anos 1970.

Resistência foi idealizado na gestão do advogado e ex-presos político Paulo Fonteles de Lima à frente do SDDH⁴⁶. A intenção da entidade era abrir um canal de informações de interesse dos movimentos sociais, muitas delas banidas da grande imprensa paraense, por autocensura ou conveniência política. Lúcio Flávio Pinto, então correspondente de O Estado de S. Paulo na região, e repórter de O Liberal, foi um dos colaboradores do alternativo.

Os dirigentes do Resistência eram escolhidos em assembléia geral. Candidato do grupo de Fonteles, o jornalista Luiz Maklouf Carvalho vinha de experiências na grande imprensa local e foi eleito editor do jornal em 1978, por pequena margem de votos.

⁴⁵ Movimento armado de inspiração maoísta, ocorrido na divisa dos Estados do Pará, Maranhão e Goiás entre 1972 e 1974. O grupo de combatentes, que era ligado ao Partido Comunista do Brasil e pretendia desencadear a revolução a partir da Amazônia, foi dizimado pelas Forças Armadas. Estima-se que mais de meia centena de guerrilheiros e pelo menos 17 moradores da região tenham morrido nos conflitos.

⁴⁶ Fonteles seria assassinado menos de dez anos depois, em 1987. A investigação sobre sua morte ocupou a capa da primeira edição do *Jornal Pessoal*, assunto a ser abordado no capítulo IV.

Segundo Maklouf, Resistência foi um dos poucos alternativos criados no Pará a assumir claramente a defesa dos setores populares e democráticos, divulgando episódios sobre os quais, até então, pesava o silêncio da grande imprensa. Um exemplo foram as cassações políticas promovidas após o golpe de 1964, quando alguns personagens atingidos pelo regime puderam, pela primeira vez, dar sua versão dos acontecimentos nas páginas do jornal (CARVALHO, 1984, in: ANTOLOGIA PRÊMIO TORQUATO NETO, 1985, p. 79-80).

Resistência foi uma experiência marcante para todos os que o fizeram. Acho que o nome expressa bem o que ele foi. Era uma batalha fazê-lo sair. Além das apreensões, sofremos processos. Algumas vezes o jornal teve que ser impresso fora de Belém (até mesmo em São Paulo). Acho que ele deu uma boa contribuição na luta contra a ditadura no Pará – e essa é a sua maior importância. Nos curtos períodos em que outras tarefas me afastaram da editoria do jornal, esta função foi exercida pelos jornalistas Paulo Roberto Ferreira e Marcos Soares – nome que então usava, por questão de segurança, o neto de Pedro Pomar, Pedro Estevam [...] ⁴⁷

O jornalista Paulo Roberto Ferreira, que havia trabalhado no Bandeira 3 com Lúcio Flávio, integrou a equipe do Resistência desde o lançamento do jornal. Ele conta:

No editorial da primeira edição a publicação assume que tem um lado. E se coloca a serviço de todos os oprimidos e democratas que lutam pelo estado de direito. A sua marca era a frase “Resistir é o primeiro passo”, que vinha logo abaixo do título. Vários jornalistas, estudantes e assessores dos movimentos sociais integravam o núcleo que editava o jornal (FERREIRA, 2006).

O recrudescimento do terror promovido por grupo de direita nos últimos anos da ditadura, com ataques a bancas de revistas, afetou a circulação do Resistência. Alguns jornalistas se recusavam a vendê-lo, por medo de serem alvo de bombas. O jornal chegou a ser rodado fora de Belém, em São Luís, Santarém e até São Paulo, porque o temor se estendia às gráficas locais.

⁴⁷ Entrevista de Luiz Maklouf Carvalho à autora, por e-mail, em 25 jul. 2007.

O aparato oficial também promoveu seguidas ações repressivas contra o alternativo. A edição nº 5, comemorativa do primeiro ano de fundação da SDDH, em agosto de 1978, trouxe dez páginas com relatos de torturas nas prisões militares. A tiragem recorde de cinco mil exemplares foi apreendida por determinação do ministro da Justiça, Armando Falcão. Integrantes do Resistência, entre eles Luiz Maklouf Carvalho, foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, mas absolvidos das acusações meses depois. Em 1982, policiais federais invadiram a gráfica da entidade, espancaram e prenderam um grupo de pessoas ligadas à SDDH e ao jornal. “Resistência, por várias vezes, foi atacado violentamente pela rádio oficial do governo federal, em transmissões para o interior do Estado, como ‘jornal de comunistas e terroristas’” (CARVALHO, 1984, in: ANTOLOGIA PRÊMIO TORQUATO NETO, 1985, p. 84).

Dissidências internas de ordem político-partidária; a distensão do regime, com a conseqüente abertura da grande imprensa a temas antes restritos aos alternativos; inabilidade da equipe para organizar a circulação e vendagem do jornal, bem como as permanentes dificuldades financeiras da SDDH são apontadas como algumas das causas que levaram ao fim do Resistência (cf. CARVALHO, 1984; FERREIRA, 2006; KUCINSKI, 1991). Edições esparsas – uma delas com as melhores reportagens da história do jornal – ainda circulariam depois. A mais recente, de 2002, comemorou os 25 anos da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

A última experiência alternativa de vulto durante o período militar, no Pará, foi o jornal Nanico, lançado em Belém por estudantes de Jornalismo da Universidade Federal do Pará, alguns já com passagem pela imprensa local. A prática e o ensino do jornalismo estavam no centro das preocupações iniciais do veículo, que depois abriu espaço a temas nacionais (KUCINSKI, 1991, p. 104-105). “Encarado pela equipe como uma grande ‘aventura’ jornalística, uma demonstração da força de vontade, NANICO foi financeiramente auto-

sustentável, e dotado de alto padrão gráfico e de acabamento” (KUCINSKI, 1991, p. 104). O jornal circulou até agosto de 1980, com oito edições mensais.

Essa imprensa combativa desapareceu dois anos antes do fim do regime militar, quando circulou a última edição do Resistência. A maioria dos jornalistas que atuaram no campo alternativo, naquele período, ocuparia os espaços abertos nos grandes veículos, que se profissionalizavam.

Comprado dois anos depois do golpe militar de 1964, O Liberal de Romulo Maiorana, por exemplo, informatizou sua redação já em 1988, acompanhando a tendência observada nos grandes jornais do Sudeste, como a Folha de S. Paulo.

2.3.2 – A guerra político-empresarial entre os Maiorana e os Barbalho

Ao conviver sem sobressaltos com os governos militares, Romulo Maiorana pôde ampliar os domínios do grupo Liberal, transformando-o num dos mais poderosos e influentes empreendimentos de comunicação da Amazônia.

Sua morte, em 1986, coincidiu com a vertiginosa ascensão de Jader Barbalho, do PMDB, então a mais importante liderança política do Estado. Depois de deixar o governo do Pará, Jader ingressaria no ministério de Sarney, passando a investir na montagem do grupo de comunicação da família.

A presença dos Barbalho na indústria midiática paraense começou a se delinear em 1982, com a fundação do jornal Diário do Pará. Naquele ano Jader fora eleito governador do Estado, depois de liderar a oposição local ao regime militar, ao longo dos anos 1960 e 70. Foi dirigente estudantil, vereador e deputado do então MDB, o Movimento Democrático Brasileiro.

A carreira política de Jader foi forjada no baratismo, sob a influência do pai, Laércio Barbalho, ex-deputado e jornalista. Ao derrotar o candidato do PDS (Partido Democrático Social) nas urnas, Jader encarnava o ideal do jovem político destemido diante do poder ditatorial e comprometido com as mudanças pelas quais o Estado clamava. O empresário Oziel Carneiro, candidato do PDS nas eleições de 1982, contava com o apoio de Romulo Maiorana.

Depois de deixar o governo em 1986, Jader foi ministro da Reforma Agrária e da Previdência Social no governo Sarney (1985-1989), novamente governador do Pará (1990-1994) e senador da República (1994-2001), tendo renunciado ao mandato após troca de acusações com o também senador baiano Antônio Carlos Magalhães, falecido em julho de 2007.

Nos últimos 25 anos, desde sua primeira eleição para governador, Jader se viu enredado em um sem-número de denúncias de corrupção, que incluem desvios de recursos do Banco do Estado (Banpará) e da Sudam, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, extinta no governo de Fernando Henrique Cardoso e recriada no governo Lula.

A resposta dos Maiorana à ascensão de Jader no cenário político e no mercado de comunicação veio na forma de uma intimidade cada vez maior com os adversários do ex-governador na política local. Alguns, de antigos aliados, passaram a usar os veículos do grupo Liberal para atacar Jader Barbalho, entre eles o ex-governador Hélio Gueiros.

A compensação viria na forma de gastos com publicidade oficial sem precedentes na história do Pará: enquanto Gueiros esteve no governo (1986-1990) e na prefeitura (1993-1996), calcula-se que a família Maiorana teria arrebanhado pelo menos 70% das verbas públicas de propaganda.

A maior – em volume de gastos – e mais duradoura aliança da família Maiorana com um grupo político paraense, contudo, seria forjada em 1994 com a eleição de Almir Gabriel,

do PSDB, ao governo do Estado. Foram 12 anos de íntima associação entre os tucanos e os Maiorana, mantida por intensa propaganda do governo do PSDB nos jornais e emissoras de rádio e TV do grupo.

Almir Gabriel foi reeleito em 1998, e em 2002 conseguiu eleger, para seu lugar, Simão Jatene, sempre contando com a maciça, e decisiva, campanha de apoio dos Maiorana junto à opinião pública paraense. Competência, modernidade e probidade foram sinônimos dos atos do PSDB na cobertura jornalística das ORM, ao longo desses 12 anos.

Como retribuição, o governo repassou às ORM uma receita publicitária estimada em R\$ 30 milhões anuais, além de firmar inusitado convênio entre a fundação que administra a TV Cultura do Estado, a Funtelpa, e a TV Liberal. O convênio pode ser encarado como uma espécie de contrato “disfarçado”, provavelmente objetivando driblar a Lei de Licitações. Por meio dele, a emissora do Maiorana pôde, por quase uma década, usar os 78 canais retransmissores da Funtelpa no interior do Estado, sem pagar nada por isso; ao contrário do que seria possível supor, a TV Liberal recebeu cerca de R\$ 200 milhões para utilizar as torres da Cultura.

O acerto, para que fique bem entendido, pressupunha o pagamento, à TV Liberal, pelo uso de infra-estrutura pertencente à tevê pública. Os conteúdos gerados pela TV Globo e sua afiliada no Pará puderam alcançar as populações interioranas por meio desse acordo.

Com a derrota do candidato tucano ao governo do Estado para a candidata do PT, Ana Júlia Carepa – em campanha onde o deputado Jader Barbalho teve papel destacado –, o grupo Liberal perdeu boa parte das verbas de publicidade oficiais e viu extinto o convênio com a Funtelpa, ao mesmo tempo em que se ressentia da perda de liderança na venda de jornais. De acordo com pesquisa feita pelo Ibope em dezembro de 2006, o Diário do Pará é hoje o jornal mais lido do Estado.

Foi um revés empresarial e político impensável para os Maiorana até os anos 1990, quando as ORM detinham a justa fama de maior grupo de comunicação do Norte do País. Como consequência deste novo ordenamento de forças, abriu-se mais uma temporada de ataques entre os Maiorana e os Barbalho por meio de seus jornais.

Um exemplo foram quatro edições veiculadas entre os dias 30 de janeiro e 4 de fevereiro de 2007, duas de cada jornal: no dia 30, o Diário anunciou em manchete a suspensão do convênio entre o governo e as ORM para uso das torres da Funtelpa (“Escândalo Funtelpa/TV Liberal – Governo suspende pagamento”). O jornal reservou uma página ao assunto no caderno de Cidades (“Acabou a mamata – Funtelpa corta verba à TV Liberal”).

No mesmo dia O Liberal criticou, na primeira página, a decisão do governo federal de recriar a Sudam (“290 inquéritos em seis anos – Sudam renasce sob o signo da suspeita”) e anunciou a premiação de um documentário sobre corrupção, no qual Jader Barbalho é um dos personagens (“Filme liga corrupção, Barbalho e seqüestros”). Os dois assuntos ocuparam uma página, cada um, no caderno Poder, de política (“Sudam pode renascer sob o signo da corrupção”; ilustrando a matéria da Agência Globo, uma caricatura de Jader) e no caderno Magazine, de artes e espetáculos (“Corrupção na tela”).

Cabe ressaltar que nem O Liberal noticiou a suspensão do convênio entre o governo e a emissora de tevê do grupo, e nem o Diário noticiou o lançamento do documentário que tem Jader como personagem – *Manda bala*, de Jason Kohn, premiado no Festival de Sundance.

No final de semana, as tensões aumentaram. No dia 3 de fevereiro, sábado, O Liberal publicou entrevista com o diretor do documentário, desta vez como manchete da edição (“Diretor de documentário premiado: ‘Jader une corrupção e tecnologia’ ”). A entrevista ocupou duas páginas do caderno Magazine (“Jader rouba a cena”).

O revide do Diário viria no dia seguinte, 4, com manchete de capa sobre um processo judicial contra Romulo Maiorana Junior por desvio de recursos da Sudam (“Justiça Federal processa Maiorana”). O jornal dedicou uma página ao assunto no primeiro caderno (“Fraude – Justiça indicia Romulo Maiorana”).

Na mesma edição do Diário, a troca de agressões saíria do campo dos fatos – mesmo os *requentados*, como se costuma denominar no jargão jornalístico o reaproveitamento de informações –, e passaria para o campo das ofensas pessoais. Escrita em tom injurioso e difamatório, bastante comum nos pasquins do século XIX, uma seqüência de notas publicadas na principal coluna do jornal de Jader pretendeu atingir a presidente do grupo Liberal, Lucidéa Maiorana:

Família em pânico

Conhecida senhora da sociedade paraense, com mais de 70 anos, está colocando em polvorosa sua família. Por uma razão no mínimo extravagante. Tudo por causa da leitura do sucesso editorial “O doce veneno do escorpião”, de autoria da ex-garota de programa Bruna Surfistinha, na qual a mesma conta em detalhes picantes sua atividade no mundo da prostituição.

Memória indiscreta

Acontece que hoje a propecta senhora acredita que poderá concorrer, com igual ou até maior sucesso, também contando suas memórias na prostituição da alegre Belém dos anos 50. Nesse período, conheceu famoso e bem sucedido mafioso contrabandista, com quem posteriormente se casou. Ela então abandonou a prostituição, ele deixou de lado contrabando e ambos ingressaram no mundo dos negócios – inclusive o da comunicação.⁴⁸

Como se depreende das notas, a busca pela profissionalização não afastou o Diário do Pará de sua principal característica: a de ser um jornal de campanha, destinado, em última análise, a defender os interesses privativos do clã Barbalho, que tem três outros expoentes na cena política local: a ex-mulher de Jader, Elcione Barbalho, deputada federal; o filho do casal, Helder, atualmente prefeito da segunda maior cidade do Estado, Ananindeua; e o ex-deputado José Priante, primo de Jader. Com este objetivo, qual seja, o de estender o domínio político e

⁴⁸ DIÁRIO DO PARÁ. Caderno Cidades (Repórter Diário). 4 fev. 2007. p. A5.

midiático da família Barbalho, o jornal recorrerá ao estilo caluniador dos pasquineiros do Império, sempre que não houver fatos a serem usados contra seus adversários.

Quanto à liderança na venda de jornais pelo Diário, deve-se levar em conta fatores como o preço de capa reduzido à metade em relação ao seu maior concorrente, e a própria incapacidade de O Liberal de manter-se à frente no mercado, mesmo dispondo de maior equipe de jornalistas e de um dos mais sofisticados parques gráficos do país. Ao longo de três décadas, o índice de leitura do jornal dos Maiorana chegou a ser estimado em mais de 90% pelo Ibope – número sem paralelo na história recente dos jornais diários brasileiros.

O embate entre o grupo Liberal e a RBA reitera a análise feita por Bernardo Kucinski (1998) a respeito da estrutura de mercado dos jornais brasileiros no final do século XX. A grande imprensa brasileira é vista como a “imagem reflexa da estrutura da propriedade agrária, na qual, em cada macrorregião, poder e prestígio são disputados por [...] famílias já envoltas numa cultura de rivalidade e vendeta”.

Para Kucinski, os jornais são conduzidos

[...] como uma grande propriedade familiar, na qual o gozo pelo exercício do poder é tão importante quanto o lucro capitalista. Mantêm-se os métodos, valores e mentalidades dos mandatários iniciais da colonização brasileira. Num sistema baseado na lealdade do jornalista aos proprietários e no poder discricionário desse proprietário, o favoritismo editorial e as preferências familiares prevalecem freqüentemente sobre o critério abstrato do interesse público, e até do interesse de classe (KUCINSKI, 1998, p. 25-26).

A indústria midiática, portanto, já não somente se associa às elites políticas e econômicas em projetos hegemônicos. Muitas vezes, ela é a própria natureza dessa elite, sua razão de ser, o que também permite pensá-la a partir do “modelo de propaganda” identificado por Noam Chomsky e Edward Herman (2003). Trata-se de uma estrutura analítica que visa desvendar o modo como opera a mídia norte-americana, em função dos interesses que a controlam.

De acordo com este modelo, dinheiro e o poder são determinantes para a filtragem das notícias a serem impressas, o que permite ao governo e aos interesses privados dominantes transmitirem suas mensagens ao público. Não há espaço para opiniões contrárias.

O modelo em questão pode ser aplicado ao estudo das forças que moldam o comportamento da imprensa no Pará, levando-se em conta os fatores estruturais envolvidos: propriedade e controle, dependência de outras fontes de financiamento (principalmente anunciantes) e a intimidade crescente entre a mídia e aqueles que têm o poder de definir a notícia.

Sob nosso prisma, as mesmas fontes subjacentes de poder que são proprietárias da mídia e a financiam como anunciantes, que servem como definidoras primárias de notícias e que produzem reações negativas e especialistas “adestrados”, também desempenham um papel-chave na determinação de princípios básicos e de ideologias dominantes. Acreditamos que aquilo que os jornalistas fazem, aquilo que acham digno de ser noticiado e aquilo que simplesmente aceitam como normal, ou seja, como premissas de seu trabalho, podem ser com frequência bem explicados pelos incentivos, pelas pressões e pelas restrições incorporadas em tal análise estrutural (CHOMSKY; HERMAN, 2003, p. 12).

Há, portanto, uma relação crescente de dependência entre a mídia e seus definidores primários, que, ao mesmo tempo, geram a notícia e financiam o setor. Assim ocorre no Pará, onde os subsídios concedidos durante 12 anos pelo Estado ao grupo Liberal, por meio de publicidade e contratação de outros serviços, determinou a condução da cobertura legitimadora dos atos do governo. E provavelmente assim continuará a ocorrer com a chegada de outro grupo político à elite de poder no Estado, o que demandaria análise específica.

Chomsky e Herman enfatizam que as restrições são tão poderosas, e presentes no sistema de maneira tão fundamental, que suportes alternativos para a produção de informações raramente são imaginados (2003, p. 62-63).

De fato, poucos foram os espaços alternativos para a produção de notícias e opinião nos 185 anos de história da imprensa do Pará, como se viu neste capítulo. Fundado em 1987,

o *Jornal Pessoal*, de Lúcio Flávio Pinto, emerge como uma dessas iniciativas singulares, e surpreende constatar que tenha chegado aos 20 anos em meio a tantas tentativas de silenciar seu editor.

É na simbiose entre a imprensa e as elites de poder político e econômico do Estado, contudo, que serão encontradas algumas das mais fortes motivações para a existência do pequeno e combativo periódico de Lúcio Flávio Pinto: capítulos fundamentais da história recente do Pará e da Amazônia que não puderam ser revelados nas páginas dos grandes jornais locais, face às restrições impostas pelas alianças entre os grupos hegemônicos, está descrita e contextualizada nas cerca de 400 edições do *Jornal Pessoal* publicadas a partir de setembro de 1987. As duas décadas do JP começam a ser reconstituídas no capítulo III, dedicado à trajetória pessoal e profissional de Lúcio Flávio.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. “A indústria cultural”. In: COHN, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1975. p. 287-295.

ALVES FILHO, Armando. *Pontos de história da Amazônia*. Vol.2. Belém: Paka-Tatu, 2000.

_____. et al. *Pontos de história da Amazônia*. Vol.1. Belém: Paka-Tatu, 2001.

ANTOLOGIA PRÊMIO TORQUATO NETO. Rio de Janeiro: Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do Rioarte, 1985. p. 73-95.

BORIN, Jair. *A notícia e suas versões, no espaço e no tempo dos grupos de pressão* (de rabo preso com a classe dominante). Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), ECA/USP, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CARVALHO, Luiz M. “Apontamentos para a história do Jornal Resistência” [1984]. In: ANTOLOGIA PRÊMIO TORQUATO NETO. Rio de Janeiro: Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do Rioarte, 1985. p. 73-95.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*. São Paulo: Futura, 2003.

COELHO, Geraldo M. *Letras & baionetas: novos documentos para a história da imprensa no Pará*. Belém: Cultural Cejup, 1989.

_____. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: Cejup, 1993.

COHN, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1975.

DIÁRIO DO PARÁ. Edições nº 8.250 (30 jan. 2007) e 8.255 (4 fev. 2007).

FERREIRA, Paulo R. “Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia”. III Encontro Nacional de História da Mídia (Rede Alcar). Florianópolis (SC), 2005 [CD-ROM].

_____. “Tempos de Resistência”. IV Encontro Nacional de História da Mídia (Rede Alcar). São Luis (MA), 2006 [CD-ROM].

JORNAIS PARAOARAS: Catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

_____. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LIMA, Venício A. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LUFT, Maria S. *Jornalismo, meio ambiente e Amazônia – Os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), ECA/USP, 2003.

MARANHÃO, Haroldo. *Rio de raivas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

_____. *Meu querido Ivan*. Belém: Edição Jornal Pessoal, 1999.

MEIRA, Octávio. *A primeira república no Pará*. Belém: Falângola, 1981.

MOTA, Solange M.A. *Transformações ocorridas na imprensa paraense no período de 1964-1968*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), ECA/USP, 1987.

O LIBERAL. “Gerson, o sobrevivente, está de volta”. Disponível em: <www.orm.com.br>. Acesso em: 7 jan. 2007.

_____. Edições nº 31.645 (30 jan. 2007) e 31.649 (3 fev. 2007).

PINTO, Lúcio F. “Acerto de contas”. *Jornal Pessoal*, ano I, nº 9, 1ª quin. jan. 1988. p. 6-7.

_____. *Guerra amazônica: o jornalismo na linha de tiro (dos grileiros, madeireiros, intelectuais etc & cia)*. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2005.

_____. “Um império ao Norte: o de Romulo Maiorana”. *Jornal Pessoal*, ano XIX, nº 353, 2ª quin. set. 2005(a). p. 3-4.

_____. “O poder de O Liberal”. *Jornal Pessoal*, ano XIX, nº 361, 2ª quin. jan. 2006. p. 1-2.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

RAIOL, Domingos A. *Motins políticos*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1865.

RAJA GABAGLIA, Laurita P. *Epitácio Pessoa (1865-1942)*. Rio de Janeiro: [s.n.], s/d.

ROCQUE, Carlos. *Antônio Lemos e sua época: história política do Pará*. Belém: Amazônia Edições Culturais, 1973.

_____. *História de A Província do Pará*. Belém: Mitograph, 1976.

_____. *Cabanagem: epopéia de um povo*. Vol.1. Belém: Imprensa Oficial, 1984.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: Cejup, 1992.

SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

WEISSHEIMER, Marco A. “Liberdade de imprensa”. *Agência Carta Maior*, 1º nov. 2006. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2006.

Depoimento

CARVALHO, Luiz M. 25 jul. 2006 (e-mail).

CAPÍTULO III – UMA CARREIRA FORJADA ENTRE O PODER MIDIÁTICO E OS CANAIS DISSIDENTES

Fundada em 1661 na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, no Oeste do Pará, Santarém está localizada a 1.369 quilômetros da capital por via rodoviária, a 436 milhas aéreas – distância esta equivalente a uma hora de voo em avião de grande porte –, e a 836 quilômetros por via fluvial ou 60 horas de barco pelas águas do Amazonas. Entre as duas cidades as estradas são pouco utilizadas em virtude de sua conhecida precariedade.

Com população estimada em 240 mil habitantes, Santarém é um repositório expressivo dos hábitos e tradições da Amazônia brasileira, bem como de seu clima e geografia. Foi lá que, em 23 de setembro de 1950, nasceu Lúcio Flávio de Faria Pinto, filho de Elias Ribeiro Pinto, este nascido no município de Acará, na região guajarina, Estado do Pará, e de Iraci de Faria Pinto, natural de Santarém. O avô paterno era um migrante nordestino que se refugiou da seca no interior da Amazônia. Elias Pinto chegou a Santarém na década de 1930, onde o pai se estabeleceu como comerciante.

Neste capítulo é traçado um perfil de Lúcio Flávio, considerando-se a influência do pai em sua trajetória, a formação nas redações de São Paulo e Belém, a compreensão privilegiada dos problemas amazônicos, os embates em que se envolveu e os projetos alternativos que antecederam a criação do *Jornal Pessoal*. A intenção é demonstrar o modo como sua biografia – incluindo-se desde as relações familiares até os acontecimentos na vida profissional -, forja as condições para o aparecimento do JP, no qual, de acordo com a segunda hipótese deste trabalho, Lúcio consolida a função de intelectual público.

3.1 – TRAGÉDIA POLÍTICA NO BAIXO AMAZONAS

Pertencente a uma família onde quatro dos sete filhos são jornalistas⁴⁹, Lúcio cresceu sob forte influência das escolhas do pai, que foi radialista, proprietário de jornal – o *Baixo-Amazonas* (1952-1954) – e político em Santarém.

Meu pai dava aula de inglês e era fotógrafo. Foi o primeiro locutor esportivo em Santarém, com 14 anos. Fundou o jornal Baixo Amazonas. Depois foi presidente da Congregação Mariana e secretário do prefeito da cidade [*Adherbal Caetano Corrêa*]. Como o prefeito era muito inibido, era ele quem fazia os discursos [...].⁵⁰

Carismático e excelente orador, Elias Ribeiro Pinto ingressou no início de década de 1950 no PTB, o partido de Getúlio Vargas. De passagem por Santarém, na campanha para presidente, Getúlio prometeu apoio à instalação de uma fábrica para beneficiar juta, um tipo de fibra introduzido por imigrantes japoneses no Baixo Amazonas. Eleito, o presidente recebeu no Palácio do Catete uma comitiva santarena, liderada por Elias Pinto, que foi a Getúlio cobrar o cumprimento da promessa de campanha. Do encontro resultou a aprovação de financiamento do Banco do Brasil para importação de fiação e tecelagem, o que permitiu a criação de uma grande empresa regional do setor, a Tecejuta.

Para Lúcio, a primeira memória de um fato político foi o suicídio de Getúlio, em agosto de 1954. “Meu pai foi para o enterro em São Borja (RS) e voltou com um disquinho da carta testamento. Decorei inteira. Papai me colocava para recitá-la, mas eu me entusiasmava e queria discursar”⁵¹.

Elias elegeu-se deputado estadual em 1955, com a quinta maior votação do Estado. Em Belém, para onde a família se mudou, integrou a comissão de planejamento da SPVEA

⁴⁹ Raimundo Pinto trabalhou em veículos da grande imprensa nacional, entre eles o Estado de S. Paulo, e foi assessor de imprensa do governo do Estado. Hoje mantém um site especializado em economia, o Pará Negócios. Elias é cronista do jornal Diário do Pará. Luiz, cartunista, trabalhou em O Liberal e é ilustrador do *Jornal Pessoal*.

⁵⁰ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto a Rogério Almeida, Guilherme Carvalho e Nanani Albino, para o site da revista Caros Amigos. 24 jul. 2004. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/do_site/sonosite/entrev_ago04_lucio.asp>. Acesso em: 30 ago. 2004.

⁵¹ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto a André Vieira, da revista *Rolling Stone*, nº 5, fevereiro de 2007. p. 52-57.

(Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), órgão extinto em 1966 pelos militares. Até vencer a eleição para prefeito, perderia duas disputas para o cargo. Nas duas ocasiões houve suspeitas de fraude contra o candidato petebista. “A elite santarena não queria ser comandada por um filho de ‘arigós’, os estigmatizados retirantes nordestinos, especialmente cearenses, que se confinaram no planalto, produzindo comida para a cidade, lá embaixo”, diz Lúcio (PINTO, 2003b, p. 8).

Com a instituição do bipartidarismo pelos militares, em 1964, Elias se filiou ao MDB, partido encarregado de fazer a oposição consentida ao regime. Em 1966, amparado no slogan do “tostão contra o milhão”, foi um dos dois únicos prefeitos paraenses de oposição vitoriosos na primeira eleição após o golpe militar; o outro era de Santa Isabel, uma pequena cidade às proximidades de Belém. O Estado tinha, então, 83 municípios.

Elias governou a segunda mais importante cidade do Pará por oito meses, até ser acusado de irregularidades relativas a um empréstimo bancário. Em novembro de 1967 seu mandato foi cassado pela Câmara dos Vereadores – então dominada pela Arena, que detinha sete das nove cadeiras. Um ano depois, em setembro de 1968, o pai de Lúcio Flávio obteve na Justiça o direito de ser reconduzido à prefeitura.

À frente de uma grande passeata comandada pelo brigadeiro da reserva e deputado arenista Haroldo Veloso, que anos antes havia conspirado contra o presidente Juscelino Kubitschek⁵², Elias Pinto tentou reassumir o cargo no dia 20 de setembro. A passeata foi reprimida a tiros por 150 policiais militares enviados de Belém, em reação determinada pelo governador Alacid Nunes, homem de confiança do regime. Três pessoas morreram no enfrentamento e ao menos cinco ficaram feridas. Com um grave ferimento produzido por

⁵² Haroldo Veloso era brigadeiro da ala radical da Aeronáutica e comandou duas revoltas, a de Jacareacanga (PA), em 1956, e de Aragarças (GO), em 1959, contra Juscelino. Foi preso e depois anistiado por JK. Em 1968, mesmo tendo sido eleito deputado federal pela Arena, decidiu apoiar o retorno de Elias Pinto ao cargo de prefeito. A animosidade com Ubaldo Corrêa, candidato arenista que assumiu a prefeitura de Santarém após o afastamento de Elias, explica a decisão.

baioneta, o brigadeiro Veloso foi mandado para tratamento no Rio de Janeiro, onde morreria menos de dois anos depois.

O prefeito cassado refugiou-se em um hospital de Santarém após o tiroteio. De lá foi resgatado por militares da Aeronáutica simpáticos a Haroldo Veloso e mandado para Belém. Para escapar à ordem de prisão determinada por Alacid, escondeu-se na casa do deputado baratista Laércio Barbalho, amigo da família e pai do futuro governador Jader Barbalho. Elias Pinto perderia os direitos políticos em seguida.

Santarém foi declarada área de segurança nacional em 1969, condição em que permaneceu até 1985, quando a população recobrou o direito de eleger seu prefeito.

Os revezes na carreira política atormentaram Elias Pinto até o final da vida. Ele morreu pobre e relegado ao ostracismo político em 24 de dezembro de 1985, aos 60 anos. Algum tempo antes havia se aproximado de Alacid Nunes, o governador que em 1968 mandou policiais a Santarém para impedi-lo de reassumir a prefeitura. O ex-prefeito do MDB que protagonizou a maior tragédia política da história do Baixo Amazonas estava agora filiado ao PDS, o partido situacionista que substituiu a Arena.

Então com 18 anos de idade, Lúcio era secretário de redação de A Província do Pará, em Belém, quando ocorreram os tumultos em Santarém. Simpático ao regime, o jornal dos Diários Associados apoiou o arenista Ubaldo Corrêa no episódio. De acordo com Lúcio, algumas informações levadas ao jornal pelo próprio Ubaldo não eram verdadeiras, ou pelo menos podiam ser contraditadas. Mas nunca fez referência ao assunto para os dirigentes da Província.

Afirma que preferiu se manter distante dos acontecimentos em Santarém, evitando interferências na cobertura, para não comprometer seu ofício. “Se naquele momento eu me deixasse levar pelos impulsos de filho não poderia cobrir os atos do governo. Sem acesso a esse importante setor, limitaria a minha capacidade de obter informações, prejudicando o

público” (PINTO, 2002, p. 6). Lúcio disse que graças a essa postura pôde manter as fontes oficiais que já possuía e criar outras. Houve inconformismo entre os familiares. À sugestão para que se demitisse do jornal adversário do pai, respondeu que era jornalista. “É a única resposta que tenho a dar até hoje” (PINTO, 2006, p. 117).

Lúcio afirma que seu pai foi um personagem polêmico, e por essa razão provocou ódios e paixões. Mas defende o homem público, para ele um líder injustiçado pelas circunstâncias históricas.

O primeiro artigo que escrevi sobre meu pai foi para expressar a dor de um filho que, por força de suas convicções éticas, silenciou sobre o pai, mesmo quando ele mais precisava de um artigo meu na imprensa. Nunca confundi as duas coisas. Só escrevi quando ele já estava morto, um artigo pessoal, do filho que lamentou todas as circunstâncias que haviam impedido uma convivência mais estreita com seu pai, uma figura humana complexa e contraditória, mas muito rica (2006, p. 107).

O autodidatismo, o talento político, o gosto pela leitura e a vocação jornalística são traços da biografia de Elias Pinto que trouxeram evidentes repercussões sobre a opção profissional feita por Lúcio, e que depois motivou três outros irmãos – Raimundo, Elias e Luiz.

Ilustrador do *Jornal Pessoal* desde as primeiras edições, Luiz Pinto afirma que seu pai “foi o mentor de Lúcio, abastecendo a biblioteca de casa com coleções de livros. O sonho dele [*Elias*] era fazer um herdeiro político, o que, felizmente, não conseguiu”⁵³.

3.2 – NO OLHO DO FURACÃO: JORNALISMO ENGAJADO EM SÃO PAULO

⁵³ Entrevista de Luiz Pinto à autora, por e-mail, em 25 set. 2007.

Lúcio Flávio mudou-se com a família para Belém quando Elias Pinto assumiu o mandato de deputado estadual, em 1955. Viveu a infância entre livros, jornais, conversas e viagens, muitas vezes com o pai. O gosto pela leitura era tanto que Elias decidiu abrir uma conta para Lúcio em uma livraria do centro de Belém.

Aos 14 anos, na escola, o futuro jornalista já fazia seu próprio jornal mimeografado, O Social, que após o golpe militar ganhou o nome de O Combate. Coursou o tradicional Colégio Paes de Carvalho, em Belém, onde foi colega de turma de Jader Barbalho e líder estudantil.

O ingresso na imprensa aconteceu quando Lúcio ainda era adolescente. Seu primeiro emprego foi em 1966, em A Província do Pará, até então o mais antigo jornal do Estado em funcionamento⁵⁴. Lúcio estava com 16 anos e conseguiu a vaga de repórter depois de escrever um artigo de quatro laudas sobre a 2ª Guerra Mundial que no dia seguinte ganhou chamada na capa.

Da redação de A Província acompanhou, com aflição, os desdobramentos políticos em Santarém que redundaram no ataque da Polícia Militar aos partidários do pai. Após a decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, decidiu estudar e fazer carreira no Sudeste. Estava com 18 anos e já tinha experimentado uma breve passagem pelo Correio da Manhã, do Rio de Janeiro.

Quando li o texto do AI-5, no momento em que chegou à redação, percebi que uma etapa da minha vida acabara. Poucos dias depois viajava para São Paulo, para estudar e trabalhar no lugar que eu já então previa que seria o olho do furacão, pelos cinco anos seguintes. Não queria mais ficar à

⁵⁴ Lúcio Flávio ingressou no jornalismo no mesmo ano da morte do editor da Folha do Norte, Paulo Maranhão, em 1966. Ele considera que Paulo foi o maior dos jornalistas paraenses, mesmo que nem sempre tenha se comportado de maneira digna. “Numa época de paroxismos, de poder quase absoluto em Estados que mais pareciam satrapias orientais, ele às vezes desceu ao nível do chiqueiro em que o forçaram a entrar. Feriu perversamente adversários ou desafetos”. Apesar de tudo, considera Paulo Maranhão um mestre, pois diz ter aprendido a não repetir o erro mais grave do dono da Folha: desrespeitar o direito à intimidade de cada cidadão, por mais “nefando” que seja. “Sempre paro à soleira da casa dos meus contendores, que, como acertadamente diz a lei, é inviolável. Assim entrei e assim saí de todas as polêmicas, respeitando os que me respeitam e aprendendo na divergência [...]”. Lúcio afirma que o epitáfio inscrito no túmulo de Paulo Maranhão demonstra a consciência do uso abusivo que o dono da Folha fazia de seu jornal: “Aqui, sim, tenho paz” (PINTO, 2006, p. 322-327).

distância da história, na (àquela época) remota Amazônia. Minha geração nunca mais seria a mesma depois do AI-5, um concentrado de ditadura preparado sem escrúpulos, como admitiu [*Jarbas*] Passarinho [*governador nomeado do Pará e ministro do regime militar*], ao assinar aquele terrível papel.⁵⁵

A partir de então, e pelos 20 anos seguintes, Lúcio percorreria algumas das principais redações brasileiras, entre elas Correio da Manhã, Diário de S. Paulo, Diário da Noite, Veja, Istoé, Jornal da República e Realidade. Nesta, participou em 1971 da célebre edição especial sobre a Amazônia, comandada por Raimundo Rodrigues Pereira, com quem viria a trabalhar depois na imprensa alternativa. Foi uma edição de 400 páginas, com tiragem de 450 mil exemplares. O trabalho recebeu o Prêmio Esso de Reportagem de 1971 – o primeiro da carreira do jornalista paraense.

No Diário de S. Paulo, Lúcio participou da criação de um suplemento semanal, o Jornal de Domingo, e escreveu a coluna “Quark”, trazida de A Província, cujo nome incorporava uma recente descoberta da física.

A consolidação da carreira jornalística no Sudeste, contudo, se daria no jornal da família Mesquita, O Estado de S. Paulo, onde Lúcio trabalhou de 1971 a 1988. Na redação do Estadão, testemunhou a censura prévia promovida pelo regime, ao qual foram submetidas várias de suas pautas.

Entre os grandes jornais, O Estado de S. Paulo operou a maior resistência à ditadura militar desde os combates do Correio da Manhã, na segunda metade da década de 60. Esse combate, analisa Lúcio, deu-se com “menos ênfase política e brilho (e também sem uma certa dose de histrionismo) e com mais competência técnica”⁵⁶.

Essa diretriz editorial só foi possível pelo apoio de Júlio Mesquita Neto [*proprietário do jornal*], que, por uma série de circunstâncias e vontades, enfrentou o governo militar. Ele deu mão forte ao tratamento jornalístico. E uma das coberturas que mais se beneficiou desse apoio foi a cobertura da Amazônia, generosa, farta, rigorosa [...] sem cair nas armadilhas da

⁵⁵ Depoimento de Lúcio Flávio Pinto ao site da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <www.fpabramo.org.br/especiais/ai5/lucio.htm>. Acesso em: 26 ago. 2003.

⁵⁶ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora, por e-mail, em 31 jul. 2006.

propaganda do regime, muito eficiente a essa época, e sem a visão exótica que predominaria.⁵⁷

Lúcio estudou Sociologia na Universidade de São Paulo, onde conviveu, como aluno, com Fernando Henrique Cardoso, Edgar Carvalho, Herbert Baldus e Maurício Tragtemberg, entre outros. Formado na turma de 1973, conta que, no curso, pôde aprimorar o método de trabalho que então já aplicava nas redações. A preocupação com o rigor na apuração e checagem dos dados, e a interpretação dos processos que estão na origem dos acontecimentos, era constante. “Os embates travados na dupla dimensão de sociólogo e jornalista me deram a convicção de que a prova dos nove da verdade é a demonstração” (PINTO, 2005, p. 147).

Empenhado em explorar ao máximo sua capacidade de apurar e divulgar fatos relevantes, também juntou-se aos colaboradores da imprensa alternativa, especialmente Opinião, Movimento, Ex e Versus, para onde remeteu parte das reportagens e artigos que, no Estadão, receberiam veto imediato do censor.

Os jornais produzidos à margem da grande imprensa viviam, então, um momento de euforia. Lançado pelo empresário Fernando Gasparian em outubro de 1972, Opinião é considerado o mais influente jornal daquele período. Reuniu jornalistas vinculados à imprensa empresarial, grupos políticos clandestinos e intelectuais da linha de frente da oposição ao regime. A condução editorial ficou a cargo de Raimundo Rodrigues Pereira, vindo de grandes redações e já uma importante referência da chamada imprensa alternativa.

Criado para dar combate à ditadura, o jornal passou a sofrer censura prévia em meados de 1973. Divergências crescentes entre Pereira e Gasparian levaram à saída do jornalista, que em abril de 1975 fundou seu próprio alternativo, Movimento. Dois anos depois, Opinião fechou as portas (cf. BAHIA, 1990; KUCINSKI, 1991; MACHADO, 1978).

⁵⁷ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora, por e-mail, em 31 jul. 2006.

Para Lúcio, essa dupla militância – na grande imprensa e nos chamados “nânicos” – representou a chance de compatibilizar a carreira profissional com as demandas do cidadão. “Trabalhava no Estadão cinco dias por semana e dois para o Opinião. As informações que conseguia amealhar como coordenador nacional das pautas do Estadão, eu transferia para o alternativo”⁵⁸.

Por essa razão, e enquanto o aparato censório permitiu, informações relevantes que a imprensa diária não podia publicar ganharam espaço no jornal de Fernando Gasparian. Diz Lúcio: “Apesar do período ruim para o país, foi uma fase esplêndida. Eu transitava entre o poder e a oposição, entre uma redação afluyente e outra pobre, produzindo sem parar para ambas e servindo de ponte para o fluxo de informações”⁵⁹.

Os donos de jornais faziam vistas grossas a essa dupla militância dos empregados, conta Lúcio. E quando todos os caminhos internos estavam bloqueados pela censura, o desvio para o exterior era a alternativa. Foi o que aconteceu em 1974 com uma matéria sobre o surto de meningite em São Paulo, escrita por Lúcio Flávio a pedido de Júlio Mesquita Neto. Com o corte ostensivo das reportagens que tratavam do assunto pelos censores, o Estadão decidiu repassar as informações ao jornal Excelsior, do México, que se comprometeu a publicá-las com destaque.

Dessa época o jornalista paraense guarda, com satisfação, o exercício da profissão ao lado de Raimundo Pereira, com quem trabalhou em Realidade, Opinião e Movimento. Mas uma carta enviada ao jornalista Sérgio Buarque de Gusmão e divulgada por Bernardo Kucinski em sua tese de doutorado⁶⁰ incomodou Raimundo, que acabou por se distanciar do colega paraense. Na carta, Lúcio revela descontentamento com o que considera “espírito de feitor” do editor do jornal Movimento, àquela altura.

⁵⁸ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora em 27 jul. 2007.

⁵⁹ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora, por e-mail, em 31 jul. 2006.

⁶⁰ *Jornalistas e revolucionários: a imprensa alternativa no Brasil (1964-1980)*. ECA/USP, 1991.

O Raimundo, como muitas das personalidades marcantes, sempre foi muito concentrador. Como trabalha muito e é competente, exigia que não só o acompanhassem como o seguissem. Ele surgiu na minha vida quando estava muitos degraus acima. Procurei acompanhá-lo, mas não era fácil. Nem recomendável para quem, afinal, estava profissionalmente bem atrás dele [...]. A histórica edição especial sobre a Amazônia da revista Realidade só existiu graças a ele. É um trabalho antológico no jornalismo brasileiro. Mas contém distorções na abordagem dos temas que podiam ser evitados se o Raimundo acolhesse certas críticas, como as que fiz na carta referida, escrita para o Sérgio Buarque de Gusmão (que a repassou para o Kucinski sem meu conhecimento e para minha surpresa). O Raimundo era meu ídolo e guia nessa época. Mas esse defeito me fez assumir uma postura crítica, especificamente no tratamento da Amazônia, sem deixar de respeitá-lo e querer-lhe bem. [...] Sua militância política o prejudicou como jornalista, tornando-o um tanto sectário, messiânico e catequético, mas não o bastante para impedir que ele seja um dos maiores jornalistas brasileiros contemporâneos. Pelo que fez e continua a fazer.⁶¹

3.3 – O DESAFIO DAS GRANDES COBERTURAS NA AMAZÔNIA

Em 1974, atendendo a um convite do jornalista Raul Martins Bastos, então chefe das sucursais de O Estado de S. Paulo, Lúcio Flávio voltaria para Belém com a incumbência de montar uma rede de correspondentes na Amazônia a partir da capital paraense. Ele teve de abandonar um mestrado em ciência política para retornar ao Pará, mas avaliou que o desafio valia a pena: as reportagens produzidas pela sucursal deveriam depurar a visão exótica que até então se construía da região, permitindo que a verdadeira Amazônia, com todas as suas particularidades históricas, econômicas e sociais, emergisse na mídia.

Três décadas depois, Lúcio considera este o momento mais representativo da cobertura jornalística realizada pela grande imprensa brasileira na região. Para ele, qualquer pesquisa sobre a história da Amazônia nos anos 1970 deve obrigatoriamente incluir uma consulta ao acervo do jornal dos Mesquita.

⁶¹ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora, por e-mail, em 31 jul. 2006.

Eu estava em São Paulo fazendo meu mestrado com o melhor orientador que podia ter, que era meu chefe no Estadão, o Oliveiros Ferreira. Era amigo do dono do jornal, ganhava muito bem. Por que voltei, por que rompi com tudo isso? [...] verifiquei que se continuasse em São Paulo poderia ter fotos muito bem feitas de momentos da história da Amazônia. Mas não teria o filme completo. [...] Eu teria de estar com as antenas bem ligadas para poder perceber as mudanças na Amazônia. Mas perceber as mudanças na dupla perspectiva: de fora para dentro e dentro para fora.⁶²

Enquanto tentava organizar uma equipe integrada de correspondentes nas principais capitais amazônicas, além de Marabá e Santarém, no interior, Lúcio pôde testemunhar a expansão dos grandes projetos para extração de ferro, alumínio e bauxita no Pará; o represamento do rio Tocantins para a construção da hidrelétrica de Tucuruí; os conflitos entre garimpeiros e militares em Serra Pelada; o desmatamento recorde da floresta para extração de maneira nobre, abertura de frentes agrícolas e promoção da pecuária; a ocupação ilegal de terras públicas; o megaprojeto de beneficiamento de arroz no rio Jari, do magnata norte-americano Daniel Ludwig, afora dezenas de crimes e vendetas envolvendo índios, madeireiros, trabalhadores rurais e lideranças políticas e religiosas, entre outros incontáveis acontecimentos inscritos na história recente da região – muitos deles de forma trágica.

Nesse período, Lúcio transitava com desenvoltura entre um cenário e outro. O convívio com governadores, prefeitos, executivos, burocratas, técnicos, parlamentares e lideranças sociais era intenso, praticamente diário. Documentos – públicos e confidenciais –, estatísticas, relatórios, cartas, teses, projetos, toda e qualquer informação obtida com as fontes, ou por meio delas, era imediatamente recolhida e arquivada por Lúcio – hábito que conserva até hoje.

A base da sucursal amazônica foi instalada em um escritório no centro de Belém e equipada com os recursos de comunicação disponíveis na época. Lúcio tinha autorização da sede para se locomover pela região, fosse de carro, barco ou avião, com todas as despesas

⁶² Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora, por e-mail, em 31 jul. 2006.

pagas pela empresa. Nesse período, especialmente entre 1974 e 1987, ele formou a respeito da

Lúcio foi levado para o jornal de Romulo Maiorana por Cláudio de Sá Leal, diretor de redação com quem trabalhou em A Província. “Foi uma parceria perfeita, a melhor que tive em todos os meus anos de jornalismo. Não aprendi com muitos jornalistas, mas com os poucos que tive essa oportunidade, o aprendizado foi intenso”, afirma, referindo-se a Sá Leal (PINTO, 1995, p. 4).

Em O Liberal, Lúcio também conquistou rapidamente a confiança do *publisher* e um espaço editorial privilegiado. “Várias pessoas me disseram que a convivência com Romulo era impossível. Ele não aceitava a independência profissional de empregados na sua empresa. Logo estaríamos brigados” (PINTO, 2005a, p. 4-5).

Romulo e Lúcio foram interlocutores diretos por 14 anos, numa relação marcada por respeito e admiração mútuos. Mas as desavenças em torno de matérias e artigos que o dono de O Liberal não gostaria de ver publicados, por atingirem aliados políticos, também eram freqüentes e provocariam, em 1986, a saída de Lúcio do jornal.

A venda das terras de Carajás para a Companhia Vale do Rio Doce, uma negociação suspeita envolvendo o então governador Aloysio Chaves, foi um dos episódios que opuseram o jornalista e o dono do jornal nos anos 1970 (PINTO, 2005a, p. 4-5). Lúcio denunciou irregularidades na venda depois de ler as mil páginas do processo e constatar que a Vale estava pagando preço equivalente a 445 mil hectares, embora fosse levar 30 mil hectares a menos. O valor do negócio, no entanto, foi calculado sobre a totalidade da área. A diferença equivalia a cerca de 15 milhões de reais, em valores atuais.

“Nunca tive ânimo contra ele, mas também não fui seu vassalo”, escreveu o jornalista, a respeito de Romulo Maiorana. “Nossas divergências se mantiveram, apesar das nossas afinidades, e nossas diferenças não foram suficientes para impedir uma ligação profícua entre nós” (PINTO, 2005a, p. 4-5).

Em O Liberal, Lúcio experimentou o único processo de sua carreira durante a ditadura militar, com a qual conviveu por 19 anos como jornalista. Foi em 1976, quando publicou, no suplemento dominical Encarte, duas páginas de uma reportagem sobre a violência da polícia na busca e recaptura de presos fugitivos. Várias fotografias registravam as agressões. O texto era do repórter Paulo Ronaldo Albuquerque.

O governador Aloysio Chaves mandou instaurar Inquérito Policial Militar para apurar os fatos. Chamado a depor no IPM como testemunha, Lúcio saiu de lá como réu. Outros jornalistas haviam dito em seus depoimentos que aqueles flagrantes de agressão eram falsos e que as fotos teriam sido montadas.

O presidente do IPM me ofereceu uma possibilidade de fuga: bastava incriminar o Paulo Ronaldo, figura sempre visada pela polícia (não exatamente por seus erros). “Queremos acertar as contas”, me confidenciou o capitão, depois coronel e secretário de Segurança Pública. Mas eu publicara aquelas fotos e editara o texto porque eram a pura verdade: os presos iam ser torturados na ilha de Cotijuba; como fugiram durante a travessia da baía, na lancha Marta da Conceição, apanharam depois (PINTO, 2003a, p. 6-7).

Lúcio foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional sob acusação de insuflar a população contra uma instituição pública, a polícia. Mas o processo foi desqualificado na Auditoria Militar e remetido para a Justiça comum. Depois, acabou arquivado no fórum de Belém.

Atuando como repórter do maior jornal paraense e do Estadão, Lúcio também mantinha uma coluna diária, que recebeu seu nome no início dos anos 1980. O nome anterior, “Informe Amazônico”, seria usado em uma *newsletter* criada por Lúcio, como se verá adiante.

O jornalista também foi redator do Repórter 70, a coluna mais prestigiada do periódico dos Maiorana. No auge da carreira no poderoso grupo de comunicação nortista, na segunda metade da década de 1980, ganhou espaço na TV Liberal, onde ajudou a criar o

telejornalístico “Bom dia Pará”, fez comentários políticos e comandou um programa de entrevistas.

No final do primeiro governo de Jader Barbalho (1983-1986), Lúcio viveria seu momento mais difícil na relação com o antigo colega de colégio⁶³. Ao assumir o cargo, Jader convidou o jornalista para assumir a direção do Iterpa, o órgão responsável pela política fundiária do Estado. Estudioso do assunto, Lúcio ficou animado com a possibilidade. Preferiu, contudo, recusar o convite. Nos anos seguintes, como crítico freqüente de decisões tomadas pelo governador, passaria a ser alvo de agressões nas páginas do Diário do Pará, o jornal da família Barbalho.

Os ataques começaram depois que Lúcio repercutiu um escândalo envolvendo a desapropriação de terras na gleba Conceição do Aurá, interior do Estado. Em 1985, Jader foi acusado de improbidade administrativa em razão da desapropriação. A indenização paga pela área, que pertencia a um amigo do governador, trazia evidências de superfaturamento. Mas o processo foi extinto três anos depois pelo Tribunal de Justiça do Pará.

No Diário, Lúcio era chamado de “assessor de imprensa” do procurador Paulo Lamarão, responsável pelas denúncias contra Jader no caso Aurá. O pai de Lúcio, Elias Pinto, que estava gravemente doente e morreria pouco depois, também foi alvo de notas caluniosas. O jornalista respondia ao ataques por meio de sua coluna em O Liberal.

Os Maiorana também eram costumeiramente atacados no Diário do Pará, em notas redigidas pelo senador Hélio Gueiros. Ex-redator de O Liberal e constando no expediente como editor responsável pelo jornal de Jader, Gueiros estava rompido com Romulo Maiorana. O rompimento ocorreu em 1982, depois de uma longa amizade iniciada quando O Liberal ainda pertencia aos partidários de Magalhães Barata. No final de 1985, contudo, Romulo se

⁶³ Em entrevista a André Vieira, da revista Rolling Stones, Lúcio Flávio comentou a respeito de Jader: “É um talento desperdiçado. Está sempre um lance à frente do político comum. É um cara incrível. O povo adora ele, a elite odeia – não por ser ladrão, mas por não ser elite. É um Robin Hood deturpado. Só distribui trocados. Se tivesse grandeza, seria um dos grandes líderes do Pará”.

reaproximou de Hélio Gueiros e decidiu apoiar sua candidatura ao governo do Estado, como sucessor de Jader Barbalho.

Alvo preferencial dos ataques do Diário, Lúcio conta que ficou inconformado com a decisão e decidiu sair do jornal. Romulo estava no Rio de Janeiro, tratando de um câncer no pulmão. “Argumentei que, depois de romper com ele [*Romulo*], em 1982, Gueiros havia feito uma campanha através do Diário do Pará, [...] atacando de maneira sórdida ao próprio Romulo, à esposa e toda sua família. E que o trairia de novo, se precisasse” (PINTO, 2005a, p. 5).

Romulo não aceitou o pedido de demissão. Chamou Lúcio ao Rio de Janeiro e pediu a ele que reassumisse suas funções, inclusive no Repórter 70. Na parte principal da coluna, nenhuma nota seria dada em favor de Gueiros. Elas ficariam confinadas à seção de baixo, intitulada “Em poucas linhas”.

Antes de aceitar, fiz-lhe uma última advertência: ele [*Romulo*] receberia fortes pressões de um núcleo de amigos do extinto PSD, de Magalhães Barata. Além de Hélio, havia o próprio Jader, Henry Kayath [*superintendente da Sudam*] e Laércio Barbalho [*pai de Jader*]. Todos estavam contra mim, desejando me afastar do jornal, no qual vinha escrevendo artigos críticos em tom crescente sobre a administração de Jader. Eu achava que ele não resistiria. Ele me assegurou que não cederia (PINTO, 2005a, p. 5).

Em março de 1986, no auge da polêmica entre Lúcio e o Diário do Pará, o veto a um artigo provocou novo pedido de demissão. Intitulado “Jornalismo sem concessões ou retrocesso”, o artigo vetado criticava duramente o jornal, além de Jader Barbalho e Hélio Gueiros. No pedido de demissão a Romulo, Lúcio escreveu:

[...] Ninguém, senão eu, critica este governo. Não quero o monopólio da crítica: ela me caiu porque muitos acabaram por submeter-se à máquina de trituração de resistências que Jader Barbalho montou e administra com cínica competência. Sou jornalista e o que sei fazer é jornalismo. Era o que vinha tentando em minha coluna. Jader Barbalho não me fará vergar, nem

ninguém. Não porque eu esteja em algum esquema de combate a ele ou com algum interesse pessoal no governo. É por causa de uma orientação velha em jornalismo: dizer que o boi é boi quando estamos diante do boi e que ladrão é ladrão se diante do ladrão. [...]

Sacrificas a ti, à tua família e a um amigo leal e desinteressado por conta de um compromisso político que só te trará prejuízo, dissabores e decepção, mais uma vez (PINTO, 2006, p. 98-102).

Desta vez, não houve reconciliação. Romulo morreu poucos dias depois, no Rio de Janeiro. Mas Lúcio não cortou os laços com o jornal. Superado o desentendimento, os herdeiros de Romulo Maiorana continuaram acolhendo as colaborações do jornalista, por meio de notas para a coluna Repórter 70 e de matérias especiais para O Liberal. Quando convocado, também fazia comentários na TV Liberal em períodos de eleições.

As relações entre Lúcio Flávio Pinto e os Maiorana só se esgarçariam de vez no início dos anos 1990, quando crises na condução do grupo Liberal passaram a ser objeto de artigos no *Jornal Pessoal* (assunto abordado no capítulo IV).

3.4 – BANDEIRA 3 E INFORME AMAZÔNICO: ENTRE O ALTERNATIVO E O *OUTSIDER*

A experiência alternativa em São Paulo estimulou Lúcio a se envolver no projeto de um jornal contra-hegemônico produzido por jornalistas paraenses, que desnudasse o regime militar com pautas que não encontravam ressonância na grande imprensa. O alternativo foi gestado paralelamente à implantação da sucursal de O Estado de S. Paulo em Belém.

O tablóide recebeu o nome de Bandeira 3, emprestado de um suplemento dominical de A Província, produzido com a ajuda de Lúcio entre 1971 e 1972. A fórmula do suplemento foi inspirada no Pasquim, do Rio de Janeiro, com entrevistas, humor e crítica de costumes. Jornal com quase um século de existência, A Província queria aliviar o peso do

conservadorismo que então carregava. Mas os custos com a produção abreviariam a existência do caderno.

O tablóide mensal lançado em 1975 por Lúcio tinha 24 páginas, diagramação moderna, impressão em *offset* – uma novidade para a época – e tiragem de dois mil exemplares. Uma equipe de jovens e combativos jornalistas foi incentivada a exercitar a criatividade, o humor, o livre pensamento e a controvérsia. Um deles era Luiz Pinto, irmão de Lúcio. Luiz desenhava uma tira de história em quadrinhos para o tablóide. Entre os colaboradores de fora do Estado estava Marcos Faerman, criador do alternativo *Versus*, de São Paulo.

Bandeira 3 é reconhecido como o primeiro dos raros projetos alternativos implantados no Pará durante a ditadura militar (ver Capítulo II). Um de seus méritos foi ter servido de laboratório para jornalistas em início de carreira, entre eles Paulo Roberto Ferreira, hoje diretor da TV Cultura do Pará. Preocupado com a capacitação da mão de obra, diante da inexistência de um curso de jornalismo em Belém, Lúcio organizou um seminário com base na experiência adquirida em São Paulo.

Era o momento da famosa distensão política do governo Ernesto Geisel, e então o Lúcio achou que devíamos ocupar aquele espaço com um jornal alternativo. Fez um seminário sobre jornalismo e algumas pessoas participaram. Entre elas, eu, Nélio Palheta [*ex-diretor da TV Liberal e da Imprensa Oficial do Estado*] e o Elias Pinto [*cronista do Diário do Pará e irmão do jornalista*]. A partir daí, começamos a trabalhar no jornal.⁶⁴

Já na primeira edição, em janeiro de 1975, Bandeira 3 criou um mal-estar para o governador nomeado pelos militares, o ex-reitor da Universidade Federal do Pará, Aloysio Chaves, que estava prestes a assumir o cargo. Lúcio Flávio Pinto teve acesso a um documento onde Aloysio explanava seu plano de trabalho. Uma análise publicada no Bandeira 3 demonstrou que o plano criticava o centralismo do governo militar. Chaves, que estava na

⁶⁴ Entrevista de Paulo Roberto Ferreira à autora em 1º jun. 2006.

Alemanha, teve de dar explicações ao presidente Ernesto Geisel. “O jornal nasceu polêmico, trazendo uma informação que estava sendo gestada nos bastidores, às escondidas”, relata Paulo Roberto.

Foi uma experiência muito rica, a de começar trabalhando com o Lúcio, porque ele nos estimulava a fazer um jornalismo diferente daquilo que a gente estava vendo na grande imprensa. Um jornalismo crítico, para buscar informação que não era acessível a todo mundo e fazer com que a opinião pública pudesse tomar conhecimento dessas informações.⁶⁵

Bandeira 3 durou apenas sete números. A falta de publicidade abreviou a vida do alternativo, que era ignorado pelas agências, apesar do público do jornal ser constituído principalmente pela classe média politizada (KUCINSKI, 1991, p. 69). “Para conseguir publicidade, era preciso ir diretamente aos anunciantes, amigos ou simpatizantes, muito poucos”. (PINTO, 2005, p. 23). O número 6, por exemplo, não recebeu nenhum anúncio, o que motivou Lúcio a escrever uma nota irônica, intitulada “Recorde paraense”: “O *Bandeira 3* contém nesta sua edição 24 páginas de textos e fotos sem nenhum anúncio publicitário. Parabéns, leitores. Obrigado, anunciantes e agências”.

Na última edição, de setembro de 1975, o editorial assinado por Lúcio Flávio constatava que o jornalismo praticado em Belém estava esvaziando vocações. O saldo da experiência, contudo, era positivo. “O BANDEIRA 3 precisava existir, mesmo meteoricamente, para lembrar que alguns jornalistas têm necessidades fundamentais de expressão – consigo e com os outros – e que cada leitor é um mundo que precisa ser descoberto” (PINTO, 1975, p. 2).

O insucesso publicitário de seu primeiro alternativo seria um dos argumentos usados por Lúcio, 12 anos depois, para rejeitar a veiculação de anúncios no *Jornal Pessoal*. O

⁶⁵ Entrevista de Paulo Roberto Ferreira à autora em 1º jun. 2006.

jornalista precisou de sete meses para pagar as dívidas com a gráfica de O Liberal, onde foi impresso o tablóide.

Em 1991 houve uma tentativa de ressuscitar o Bandeira 3. Decidido a pôr fim ao JP, que circulava há quatro anos, Lúcio Flávio animou-se com o projeto de reativar o semanário alternativo dos anos 1970. Fez contatos com leitores, conseguiu 250 assinaturas prévias e tentou captar publicidade. Estava disposto a reeditar a experiência coletiva e com este objetivo procurou novos talentos para a equipe.

O projeto, no entanto, se resumiria a uma edição histórica pelo conteúdo. Nela, Lúcio Flávio expôs à opinião pública paraense uma bizarra correspondência enviada em abril daquele ano pelo ex-governador Hélio Gueiros, recém-saído do cargo assumido por Jader Barbalho. Antigo aliado de Gueiros, e agora seu desafeto, Jader havia derrotado nas urnas o candidato do ex-governador e de O Liberal, o empresário Sahid Xerfan.

A primeira e única edição da nova fase do Bandeira 3 circulou em maio de 1991 (Anexo BB), com a íntegra da carta de Gueiros, apresentada em fac símile. A correspondência trazia uma resposta escatológica a uma entrevista feita por Lúcio com o governador Jader Barbalho, que comandava o Estado pela segunda vez. Publicada em A Província do Pará, a entrevista relatava as condições em que foram encontradas as contas do Estado pelo novo governador.

A carta de Hélio Gueiros foi escrita, da primeira à última das 65 linhas, em linguagem chula, eivada de palavrões – 28, no total. Os argumentos usados para contestar as declarações de Jader mesclavam-se com expressões grotescas, todas com o intuito de agredir o jornalista e o ex-aliado político. Uma resposta de Lúcio foi publicada na mesma edição.

A correspondência chocou os leitores do Bandeira 3. Primeiro jornalista a governar o Estado, Gueiros foi redator de O Liberal, o jornal criado nos anos 1950 por Magalhães Barata

para responder aos ataques de Paulo Maranhão. Na carta a Lúcio, o ex-governador reincorporou o tom injurioso com que baratistas e antibaratistas se tratavam pelos jornais.

Onze anos depois, em entrevista ao jornalista Elias Pinto, do Diário do Pará, Gueiros foi questionado sobre o teor da carta. Lacônico, respondeu que não poderia “justificar o injustificável”. Depois de um período de rompimento com Jader, o ex-governador voltava a escrever no jornal da família Barbalho.

A primeira experiência verdadeiramente pessoal de Lúcio, fora dos grandes jornais, viria com o Informe Amazônico, lançado em 1980. Tratava-se de uma *newsletter* quinzenal e trazia o mesmo nome da coluna que o jornalista publicou em O Liberal até aquele ano, quando o espaço passou a receber seu nome.

O boletim (Anexo CC) circulava apenas entre assinantes. Diagramado em formato A-4, com oito páginas, durou 12 números. “O Informe Amazônico era uma publicação no estilo do Relatório Reservado [*newsletter especializada em temas econômicos*]. Tratava só da Amazônia, era voltada mais para a economia. A opinião pública sabia pouco sobre o que estava acontecendo na região, na época dos ‘grandes projetos’ ”⁶⁶.

Um problema de saúde do editor pôs fim ao Informe, em junho de 1981, mas Lúcio tentou reeditar a fórmula em 1999, com o lançamento da Agenda Amazônica. Tratava-se de um boletim mensal, editado paralelamente ao *Jornal Pessoal*, com artigos destinados a resgatar elementos da história da região, conectando-os ao presente. Era voltado para estudantes de todos os níveis, do ensino fundamental à graduação. O projeto, iniciado em setembro de 1999, durou 25 edições. Editado em formato ofício, com 12 páginas, Agenda Amazônica era vendido a R\$ 3 em bancas de revistas. Circulou pela última vez em setembro de 2001. O nome do boletim se transformou em slogan do *Jornal Pessoal*, que também

⁶⁶ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora em 27 jul. 2007.

incorporou a seção “Memória do Cotidiano” (registro de fatos relevantes do passado recente, no Pará, extraídos de jornais pertencentes ao acervo de Lúcio Flávio).

3.5 – POR UMA CONSCIÊNCIA DO “SER AMAZÔNIDA”

Paulatinamente, enquanto os governos militares promoviam a gradual abertura política, a linha editorial decidida em 1974 pelo jornal O Estado de S. Paulo para a Amazônia começava a mudar: de acordo com Lúcio, a voz dos colonizadores se sobrepôs à voz dos colonizados, e o jornal foi se deixando ficar apenas com aqueles – “eternos bandeirantes derrubando matas e amansando brabos” (PINTO, 2005, p. 25).

Um momento especialmente delicado na relação com os dirigentes do Estadão ocorreu em abril de 1977. Júlio de Mesquita Neto, e o irmão, Ruy Mesquita, leram a série de reportagens que Lúcio pautara e escrevera com outros seis repórteres. “As reportagens colocavam em má situação alguns bandeirantes paulistas, agora empenhados em desbravar a fronteira amazônica, e se opunham à retórica desenvolvimentista no prolongamento da “corrida para Oeste”, uma das sagas de então. Muitas páginas estavam assinaladas com tinta vermelha. Para cada tópico tive que dar explicações”, conta Lúcio Flávio (2006a, p. 3).

Os textos estavam na sede havia três semanas e Lúcio teve de negociar a liberação com Rubens Rodrigues dos Santos, um dos editorialistas do jornal. Depois do encontro, a única restrição que permaneceu foi ao nome de um fazendeiro, amigo íntimo da família Mesquita. “Mas o episódio que o citava era lateral na história [...]. Era um minúsculo boi de piranha, que valia sacrificar em proveito da enorme manada” (PINTO, 2006a, p. 3).

No dia em que foi publicada a primeira reportagem da série, o assunto mereceu o mais importante dos editoriais de O Estado de S. Paulo. O texto prevenia os leitores sobre a

forma como a presença de paulistas nas frentes de “integração” da Amazônia era abordada pelos repórteres da sucursal amazônica.

[...] li e reli o editorial, que remetia o leitor para nossas execráveis reportagens, entre risos. Achava erradas ou injustas aquelas considerações, que já contestara no tête-à-tête com Rubens. Mas isso era o que menos importava. O importante era que o jornal comandado pelos Mesquita acolhera um produto com o qual não apenas não concordava, mas do qual divergia em gênero, número e grau. Mas que respeitava (PINTO, 2006a, p. 3).

A série recebeu menção honrosa nacional do Prêmio Esso daquele ano e ocupou mais de 40 páginas do segundo livro de Lúcio, *Amazônia: no rastro do saque*, lançado em 1980. No prefácio da obra, o sociólogo paulista José de Souza Martins constata a profunda compreensão que Lúcio – então com menos de 30 anos de idade – havia alcançado dos problemas sociais, políticos e econômicos da região.

Lúcio Flávio Pinto desenvolve uma modalidade de jornalismo que poderia ser definida como de **jornalismo social**, [...] que envolve um certo dimensionamento sociológico da notícia, do fato, do acontecimento. Com frequência ele tem documentado acontecimentos que ficariam fora do registro historiográfico elitista que provém de nossa herança colonial e que ainda nos sufoca (MARTINS, in: PINTO, 1980, p. 2).

Lúcio se demitiu de O Estado de S. Paulo depois de 17 anos na empresa, em 1988. A razão, afirma, foi a incapacidade do jornal de manter, na redemocratização do país, o mesmo interesse pela Amazônia manifestado durante o período militar. Ele cita o caso de uma reportagem que estava programada para sair e que não apareceu no jornal: “Liguei para o editor de São Paulo e perguntei o que estava acontecendo. Ele falou que havia dado dois dias seguidos de Amazônia e que precisava dar uma matéria de Fortaleza. Vi que o Estadão não voltaria mais a ser o que era”. Quando deixou o jornal dos Mesquita, dois anos depois de sair de O Liberal, Lúcio já editava o *Jornal Pessoal*.

O jornalista ainda voltaria a prestar serviço para o grupo Estado em 2001. A convite de Rodrigo Lara Mesquita, então responsável pela Agência Estado, produziu durante dois anos uma coluna publicada apenas na internet, a Carta da Amazônia. Foi sua última experiência regular na grande imprensa.

Ex-diretor da Agência Estado e do Jornal da Tarde, Rodrigo Lara Mesquita explica as circunstâncias do retorno de Lúcio ao grupo de comunicação da família:

Logo que assumi a direção da Agência Estado fui a Belém. Nos meus planos estava um encontro com o Lúcio para convidá-lo a voltar a colaborar conosco. Isso aconteceu, mas não foi possível viabilizar a volta dele como repórter com possibilidades de deslocamento e dedicação exclusiva. Ele já tinha se tornado um personagem da Amazônia e tinha os seus próprios compromissos.

Viabilizamos a volta dele com uma coluna semanal [...]. Apesar do vasto conhecimento que o Lúcio detém sobre a Amazônia, a coluna não teve a disseminação esperada entre os jornais ligados à agência. Por isso, em mais um momento de crise dos jornais, [...] foi cortada.⁶⁷

Para Rodrigo, o ex-correspondente de O Estado de S. Paulo fez do jornal uma referência sobre o processo de ocupação sem critérios da região. “A época do milagre acabou e Lúcio com certeza deu uma enorme contribuição para os brasileiros abrirem os olhos e conscientizarem-se sobre o processo perverso de ocupação da Amazônia”⁶⁸.

O tom exótico e superficial que está na base do tratamento colonialista que a grande imprensa nacional reserva à Amazônia, se produziu alguma compaixão quanto ao destino da fauna e da flora locais, em contrapartida, diz Lúcio, anestesiou a opinião pública para os projetos que parecem desenvolver a região às custas do seu subdesenvolvimento. Ele lembra que estão na Amazônia três empreendimentos que poderiam mudar o destino colonial da região, se os amazônidas pudessem capitalizar seus benefícios: a melhor mina de minério de

⁶⁷ Entrevista de Rodrigo Lara Mesquita à autora, por e-mail, em 2 out. 2006.

⁶⁸ Entrevista de Rodrigo Lara Mesquita à autora, por e-mail, em 2 out. 2006.

ferro do mundo (Carajás), a maior mina de bauxita em operação (Oriximiná) e a maior fábrica de alumina do continente (Alunorte).

Para Lúcio, é necessário que a cobertura jornalística capte a Amazônia em suas especificidades, e, ao mesmo tempo, seja suficientemente metropolitana para situar a região no contexto internacional do qual, inevitavelmente, faz parte. Essa tarefa exige dos jornalistas uma visão complexa dos acontecimentos, só possível de se obter com método, dedicação e vivência.

A minha trajetória no jornalismo é exemplar no sentido de que eu sempre fui um escravo dos fatos. Houve épocas em que eu escrevia só sobre problemas fundiários. De cada cinco artigos, três eram sobre assuntos fundiários porque

rigor, eu devia ter deixado o jornalismo, mas a alternativa, a vida acadêmica, nunca me agradou, ao menos no Brasil. É muito burocratizada, vive engalfinhada em lutas estéreis e se distancia muito da realidade”⁷¹.

O jornalista paraense Manuel Dutra, professor aposentado da Universidade Federal do Pará e editor do jornal *Amazônia Hoje*, da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), aponta Lúcio Flávio como “um jornalista completo, extremamente ético e extremamente dinâmico”. Trata-se, analisa Dutra, de um cientista social, “de profundíssimo conhecimento, de uma erudição imensa”, mas que possivelmente por sua erudição ou temperamento, não conseguiu se adaptar às regras da comunidade acadêmica.

Ele [*Lúcio*] se relaciona com os cientistas, mas sempre como outsider, como alguém de fora, por causa de uma certa disciplina, de certas regras que cada comunidade científica se impõe. Acredito que jamais aceitaria esse tipo de limites, digamos assim, que chamam de rituais acadêmicos, [...] até pelo próprio temperamento e pelo fato de acreditar que o jornalista tem de falar de tudo o que interessa a todos. E a gente sabe que não é essa a regra que comanda a vida dentro da academia.⁷²

Ex-correspondente de *O Estado de S. Paulo* em Rio Branco e idealizador do jornal *Varadouro*⁷³, uma rica experiência da imprensa alternativa acreana nos anos 1970, Élson Martins considera Lúcio um jornalista “preparado e obstinado”. “Ele se interessa por tudo que diz respeito à Amazônia: junta papéis, faz anotações, tem sensibilidade para enxergar valor num panfleto escrito por um anônimo em escolinha de beira de rio. É um cientista social”. O único defeito de Lúcio, segundo Élson, é não saber (ou não querer) liderar um grande projeto

⁷¹ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora, por e-mail, em 31 jul. 2006.

⁷² Entrevista de Manuel Dutra à autora em 1º jun. 2006.

⁷³ *Varadouro* circulou entre maio de 1977 e dezembro de 1981. Teve, no total, 24 edições. Foi criado por um grupo de jornalistas e intelectuais apoiados pela Igreja Católica, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). O jornal deu voz à luta contra o desmatamento da floresta e a conseqüente expulsão das famílias residentes nos seringais, decorrente da onda migratória para a Amazônia estimulada pelo regime militar. (Cf. SOBRINHO, 2000)

editorial amazônico, partilhando arquivos e conhecimento com a sociedade de forma mais ampla⁷⁴.

Há mais de 20 anos atuando na grande imprensa do Sudeste, Luiz Maklouf Carvalho foi editor do jornal alternativo Resistência, editado pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. Ele observa que a experiência de Lúcio Flávio Pinto foi uma referência importante na formação de vários jornalistas paraenses, dentre os quais se inclui.

Faz tempo que ele carrega a bandeira de um jornalismo independente de governos, de poderosos e de interesses econômicos. Esse esforço não é pouca coisa numa região em que esses interesses são justamente os que prevalecem. Além do destemor em enfrentá-los, Lúcio é, muito provavelmente, no Brasil e no mundo, o jornalista que mais conhece com profundidade as questões da Amazônia.⁷⁵

Lúcio elaborou uma “consciência amazônica” a partir da singular disposição para o conhecimento especializado, o contato permanente com fontes de informação privilegiadas, e com a intensa rotina de viagens que fez pelo sertão e pela bacia amazônica. Forjou essa consciência especialmente entre 1974 e 1988, quando trabalhou como correspondente do *Estadão*, e a fortaleceu na proximidade com os núcleos de poder político, econômico e científico, ao mesmo tempo em que ocupava espaços estratégicos na trincheira da imprensa alternativa.

O acúmulo de informações sobre a região faz de Lúcio uma “espécie de auditor permanente do saque fundiário, energético e mineral da Amazônia”, avalia o jornalista Walter Rodrigues, que foi correspondente de O Estado de S. Paulo em São Luís (MA). E a maior vantagem, acrescenta Walter, é que este olhar atento se dá do ponto de vista dos explorados, não dos exploradores:

⁷⁴ Entrevista de Élson Martins à autora, por e-mail, em 28 mai. 2005.

⁷⁵ Entrevista de Luiz Maklouf Carvalho à autora, por e-mail, em 25 jul. 2006.

[...] o Lúcio foi ficando cada vez melhor, não apenas no talento profissional, mas também na assombrosa capacidade de trabalho. Ele lê e escreve quase furiosamente e ainda encontra tempo não apenas para andar pelas estradas da Amazônia e até pelo exterior, como também para se interessar pelo destino de cada rua, de cada prédio importante de Belém. É um jornalista, um cidadão e um homem de primeira linha, na sensibilidade individual, na responsabilidade social, na cultura, no talento e na honestidade. Digo isso com a autoridade de quem às vezes discorda dele [...]⁷⁶

Viver conscientemente na Amazônia, para Lúcio Flávio Pinto, implica combater duas formas de fatalismo: o colonial e o geográfico. No primeiro caso, a expansão econômica sempre terá efeito multiplicador fora da região, nunca dentro dela. “Crescendo pela vontade do colonizador, é para servi-lo que ela [*a Amazônia*] cresce” (PINTO, 2003, p. 2). No segundo, a expansão da fronteira significa contínuo desmatamento, até que a floresta tradicional seja substituída por pastos, estradas e hidrelétricas.

O combate a este destino deve se dar por meio de investimentos em ciência e tecnologia, com a presença de cientistas em frentes de pesquisa instaladas no campo, fora do ambiente fechado das universidades:

Para mim, sem floresta não tem Amazônia. E a minha concepção de floresta não é uma concepção de museu, de poesia, porque vejo que a Amazônia tem uma especificidade física. E quando a floresta desaparece, para mim não é um problema de paisagem, é um problema de identidade da região, de qualidade. Sem a floresta, a Amazônia é um cerrado, é uma savana. E com isso ela perde a vantagem comparativa, acabou-se. Aqueles que não foram senhores da sua ação, da sua história, estão liquidados. Eventualmente poderiam ter uma grande perspectiva, mas eles não têm o comando do processo.[...] Na Amazônia nós temos perspectiva enquanto tivermos floresta, enquanto formos uma possibilidade que a ciência ainda não exauriu. [...] Por isso o mundo inteiro está interessado na Amazônia. Na hora em que houver uma resposta, que não será uma resposta única, mas várias respostas para várias demandas, e for secundária a existência física da Amazônia, nós acabamos. Isso é a construção de um pensamento permanente.⁷⁷

⁷⁶ Entrevista de Walter Rodrigues à autora, por e-mail, em 4 ago. 2006.

⁷⁷ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora em 18 jul 2005.

Ao longo dos anos, essa “construção de um pensamento permanente” permitiu a Lúcio Flávio Pinto incorporar uma condição intelectual que aos poucos o retirou do papel de mediador da informação jornalística, para situá-lo no papel de *voz especializada*. Essa condição é especialmente visível a partir de sua experiência de duas décadas como redator solitário do *Jornal Pessoal*, onde a reportagem formalmente concebida como gênero jornalístico cede lugar ao exercício da opinião e da análise, como se verá nos capítulos IV e V.

O permanente trânsito entre a grande imprensa e a mídia alternativa, nos anos 1970 e 1980, associado à formação de uma consciência do “ser amazônida”, estão na raiz da mais importante e longeva experiência alternativa da história do jornalismo paraense, o *Jornal Pessoal*.

A trajetória de Lúcio é forjadora das condições dadas ao aparecimento do JP. O jornalista viveu sua fase áurea na grande imprensa como correspondente de O Estado de S. Paulo e repórter especial de O Liberal. Nesses jornais escreveu sobre os mais variados aspectos da realidade amazônica, desde conflitos agrários à implantação dos grandes projetos minerais que mudaram a fisionomia da região.

Trabalhando na linha de frente da grande imprensa, acumulou poder, prestígio público e capacidade analítica que tornaram sua forma de reportar os fatos cada vez mais alheia aos constrangimentos organizacionais e às pressões políticas. A busca por um discurso independente na imprensa empresarial gerou inevitáveis – e seguidos – confrontos de interesses, razão pela qual costumeiramente prezou pela associação a projetos alternativos. Sua colaboração em Opinião e Movimento, e a implantação do Bandeira 3 e do Informe Amazônico, são evidências dessa permanente busca por canais contra-hegemônicos de comunicação, onde pôde exercitar um olhar sobre os fatos menos afetado pelo conservadorismo editorial de O Liberal e de O Estado de S. Paulo.

Quanto mais singulares tornaram-se as reflexões de Lúcio Flávio em torno da cena amazônica, quando mais forjou-se, em seu discurso, a tentativa de exercitar o olhar crítico e independente, mais rapidamente se fecharam os campos de atuação do jornalista na imprensa do grande capital. Daí a opção pela militância *outsider*, solitária, à margem dos tradicionais veículos de informação.

Por outro lado, a capacidade reflexiva em torno dos problemas amazônicos, se ganhou substância nas andanças de Lúcio pela região, também traz a marca dos fortes laços afetivos que unem o jornalista à terra natal. Sobre Santarém, ele comenta:

[...] é uma presença cada vez mais viva dentro de mim. É a minha matriz amazônica, ao mesmo tempo minha Rimine e minha Dublin. Espero que com o tempo minha capacidade de escrever melhore o bastante para me tornar capaz de expressar o que vai dentro de mim. Um dos meus trabalhos é fazer o flash-back dessa formação, tão forte que me fez chorar ao ver o rio Tocantins represado em Tucuruí. Sou um homem que se urbanizou e se cosmopolitizou, se me permite o neologismo. Mas segue em duplo movimento: de abstração e universalização e de volta e regionalização. Do que resultará esse movimento expansivo e contrativo, não sei.⁷⁸

As ligações afetivas com Santarém guardam, contudo, o peso da tragédia política que se abateu sobre a família de Lúcio a partir do episódio da cassação de seu pai, em 1967. Relegado ao ostracismo depois de ocupar a prefeitura da segunda maior cidade do Pará em 1966, como representante da oposição, Elias Pinto não conseguiu formar um herdeiro político entre os filhos – como era seu desejo. Certamente, porém, ajudou a fomentar em Lúcio a paixão pelas grandes questões públicas, especialmente as regionais.

Polemista, crítico, e não raras vezes virulento, Lúcio fez do seu *Jornal Pessoal*, criado em 1987, a tribuna de onde, quinzenalmente, chama ao debate a elite política, econômica e social do Pará e da Amazônia.

⁷⁸ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora, por e-mail, em 31 jul. 2006.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.
- BNDES. *Transporte na região amazônica*. Cadernos de infra-estrutura: fatos e estratégia, nº 7. Rio de Janeiro, 1998.
- FONSECA, Marcos. “Uma voz que se apaga”. *Cult*, ano 9, nº 99, janeiro de 2006. p. 46-50.
- IMPrensa ALTERNATIVA: apogeu, queda e novos caminhos. Cadernos da Comunicação/ Série Memória, vol.13. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.
- MACHADO, J. A. P. *Opinião x censura: momentos de luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: [s.n.], 1978.
- MARTINS, Élson. “Morre o melhor jornal da Amazônia”. 21 jul 2002. Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/opiniaio/artigo_detail.cfm?id=17456>. Acesso em: 20 set. 2003.
- MARTINS, José de S. “Prefácio”. In: PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- PEREIRA, José C. M. *Importância e Significado das Cidades Médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), UFPA/NAEA, 2004. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Cidades_medias_amazonia.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2007.
- PINTO, Lúcio F. “No ar, fica o perfume”. *Bandeira 3*, Belém, nº 7, 2 set. 1975. p. 2.
- _____. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *Guerra amazônica: o jornalismo na linha de tiro (dos grileiros, madeireiros, intelectuais etc & cia)*. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2005.
- _____. *O jornalismo na linha de tiro (De grileiros, madeireiros, políticos, empresários, intelectuais & poderosos em geral)*. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2006.

SANTOS, Oti. “A sina de um homem do povo”. Trabalho produzido para a disciplina Entrevista e Reportagem, do curso de Jornalismo do Iepes. Santarém (PA), julho de 2007 [inédito].

VIEIRA, André. “A agonia de Lúcio Flávio Pinto”. *Rolling Stone*, nº 5, fevereiro de 2007. p. 52-57.

Jornal Pessoal

PINTO, Lúcio F. “Responsabilidade”. *Jornal Pessoal*, Belém, Ano III, nº 58, 1ª quin. mar. 1990. p. 6.

_____. “O maior de todos nós”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XVI, nº 132, 1ª quin. dez. 1995. p. 4.

_____. “Juntos, mais um ano?” *Jornal Pessoal*, Belém, ano XV, nº 274, 1ª quin. jan. 2002. p. 6-7.

_____. “A história acabou. Como o sonho?” *Jornal Pessoal*, Belém, ano XVII, nº 314, 2ª quin. dez. 2003. p. 2.

_____. “É livre o pensar no Pará?” *Jornal Pessoal*, Belém, ano XVI, nº 298, mar. 2003(a). p. 6-7.

_____. “Santarém: uma história reprimida completa 35 anos fora da memória”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XVI, nº 308, set. 2003(b). p. 8-9.

_____. “Romulo Maiorana: a memória que ficou”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XVIII, nº 344, 2ª quin. abr. 2005(a). p. 4-5.

_____. “A agressão do Maiorana”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XVIII, nº 338, 2ª quin. jan. 2005(b). p. 1-6.

_____. “Quando sai o jornalista, o jornal vira quitanda”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIX, nº 360, 1ª quin. jan. 2006(a). p. 3-4.

Depoimentos

CARVALHO, Luiz M. 25 jul. 2006 (e-mail).

DUTRA, Manuel S. 1º jun. 2006 (gravação).

FERREIRA, Paulo R. 1º jun. 2006 (gravação).

MARTINS, Élson. 28 mai. 2007 (e-mail).

MESQUITA, Rodrigo L. 2 out. 2007 (e-mail).

PINTO, Lúcio F. 18 jul. 2005 (gravação), 31 jul. 2006 (e-mail), 27 jul. 2007 (gravação), 20 set. 2007 (e-mail).

PINTO, Luiz. 25 set. 2007 (e-mail).

RODRIGUES, Walter. 4 ago. 2006 (e-mail).

CAPÍTULO IV – JORNAL PESSOAL: A AGENDA AMAZÔNICA DE LÚCIO FLÁVIO PINTO

A trajetória do *Jornal Pessoal* e de seu editor, Lúcio Flávio Pinto – criatura e criador indissociáveis –, as condições estruturais do alternativo e as fases que atravessou até completar duas décadas de existência, em setembro de 2007, são os aspectos centrais da abordagem feita neste capítulo.

O *Jornal Pessoal* (JP) circulou pela primeira vez em setembro de 1987, com oito páginas e uma tiragem que não se repetiria nas mais de 400 edições seguintes: 5 mil exemplares. Quando foi lançado, o Brasil refazia-se dos 21 anos de regime militar sob o governo de José Sarney (PMDB). No Pará governado por Hélio Gueiros, também do PMDB, o processo de redemocratização desvelou as contradições sociais agravadas durante a ditadura, especialmente no campo, onde multiplicaram-se os conflitos pela posse da terra. Forças políticas de esquerda, especialmente o PC do B (Partido Comunista do Brasil) à frente, comandavam a resistência contra a expansão dos latifúndios agrícolas e pastoris. Foi no bojo desses conflitos que ocorreu o assassinato do advogado e ex-deputado estadual pelo PC do B, Paulo Fonteles, assunto de capa da primeira edição do *Jornal Pessoal*.

Com 20 anos de existência, período em que sofreu quatro interrupções, o JP tem periodicidade quinzenal e tiragem de dois mil exemplares. É vendido em cerca de 200 bancas de revistas de Belém e do interior do Estado⁷⁹, e não tem assinantes. O preço de capa atual é R\$ 3.

Duas importantes experiências editoriais comandadas por Lúcio estão nas raízes do *Jornal Pessoal*, como se viu no Capítulo III: o alternativo *Bandeira 3*, de 1975, e o boletim *Informe Amazônico*, de 1980. Mas, de acordo com o próprio jornalista, a principal fonte de

⁷⁹ Informação da Distribuidora Albano Martins, de Belém, responsável pela circulação do jornal.

inspiração do JP foi uma experiência similar, desenvolvida nos Estados Unidos pelo jornalista Isidore Feinstein Stone (1907-1989).

4.1 – I. F. STONE’S WEEKLY: MODELO DE JORNALISMO *OUTSIDER*

Considerado um dos mais importantes profissionais de sua geração, Isidore Stone saiu da grande imprensa para fundar o I.F. Stone’s Weekly – inicialmente um pequeno semanário, posteriormente quinzenário alternativo.

No prefácio da edição brasileira de *O julgamento de Sócrates* (2003), escrito pelo jornalista norte-americano, Sérgio Augusto observa que o editor do Stone’s Weekly não demorou a trocar as coletivas de imprensa pela tarefa de cotejar declarações e documentos oficiais. Partia do pressuposto de que qualquer governo se esforça ao máximo para encobrir verdades incômodas, e que estas jamais serão reveladas nos contatos formais entre jornalistas e fontes.

Depois de trabalhar para jornais de Nova Jersey, Filadélfia e Nova York, Stone baseou-se na capital dos Estados Unidos, de onde pôde acompanhar de perto a história de sua época. Considerava a tarefa de explicar os acontecimentos, a partir de suas raízes, como a principal razão de ser do jornalismo. Foi crítico contumaz de personalidades influentes na cena americana, fossem elas o presidente John Kennedy – “conservador esclarecido”, “dominado por um indisfarçável desprezo pelo povo” – ou o senador J. William Fullbright – um “*cloakroom crusader*”, ou “opositor de gabinete” (apud AUGUSTO, in: STONE, 2003, p. 10-11). Combateu o racismo, a intolerância e, na condição de socialista, o sectarismo das esquerdas.

Severo na aparência gráfica, fechado a anúncios publicitários, o I. F. Stone's Weekly circulou pela primeira vez em janeiro de 1953, com quatro páginas e tiragem inicial de 5.300 exemplares. O filósofo Bertrand Russell, o físico Albert Einstein e ex-primeira dama norte-americana Eleanor Roosevelt estavam entre seus primeiros assinantes. Uma década depois, a tiragem chegou a 20 mil exemplares, que dobraram nos cinco anos seguintes. No governo Nixon (1969-1974) o jornal alcançou a marca de 74 mil exemplares e chegou a ser incluído entre as 25 publicações regularmente resenhadas para o presidente. Em 1968, um infarto obrigou Stone a mudar a periodicidade do jornal, que passou a circular quinzenalmente (AUGUSTO, in: STONE, 2003).

Lúcio Flávio Pinto lembra que Stone pôde usar tarifa postal especial (a diferença em relação à tarifa normal equivalia a seu salário) e teve acesso a fundos públicos e privados, que garantiram sua independência editorial e a própria existência do jornal, ao longo de 19 anos (INSTITUTO GUTENBERG, 2000).

Na última edição, datada de dezembro de 1971, Isidore Stone escreveu que a frieza dispensada a ele por Washington foi recompensada pelo afeto dos leitores. E celebrou o fato de ter podido viver de acordo com suas convicções, entre elas, a de que não pode existir uma sociedade decente sem liberdade de crítica:

[...] Dar um pouco de conforto aos oprimidos, expressar a verdade exatamente como eu a vejo, não aceitar imposições, exceto aquelas ditadas pelas minhas deficiências naturais, não ter outro senhor que não minhas próprias compulsões, procurar viver à altura da minha imagem idealizada do que deve ser um verdadeiro jornalista, e ainda assim conseguir que minha família sobrevivesse – o que mais um homem pode pedir? (apud AUGUSTO, in: STONE, 2003, p. 14).

Em 1963, Isidore Stone referiu-se a si próprio como um “anacronismo” por exercer o jornalismo solitariamente, de maneira independente, sem retaguarda empresarial ou partidária,

em um momento no qual os jovens ingressavam na profissão ambicionando um lugar no mercado dos grandes jornais e revistas (STONE, 1969, p. XV, apud JACOBY, 1990, p. 244).

Foi nesta retaguarda solitária, porém, que o I.F. Stone's Weekly pôde expor, ao longo de quase duas décadas, as mentiras, omissões e contradições do governo dos Estados Unidos e da grande imprensa. Disse Russell Jacoby a respeito do alternativo de Stone, em sua conhecida análise sobre o desaparecimento dos intelectuais públicos norte-americanos:

[...] há numerosos investigadores e críticos do governo e da imprensa, mas nenhum com a persistência e habilidade de Stone. Muitos são professores, com outras obrigações, que só publicam ocasionalmente; outros são jornalistas que não têm os meios para se empenhar em tempo integral na investigação das mazelas oficiais. A trajetória cultural é conhecida: onde antes havia poucos, hoje há muitos, mas estes muitos permaneceram silenciosos (JACOBY, 1990, p. 244).

O julgamento de Sócrates é, até o momento, o único livro de Stone traduzido para o português⁸⁰. Trata-se de um estudo sobre a liberdade de pensamento e expressão, e foi concebido depois que o jornalista precisou abandonar seu alternativo por problemas de saúde. Isidore Stone – que já havia estudado problemas da liberdade de pensamento na Idade Média, Reforma e nas revoluções inglesas do século XVII – fez viagens à Grécia e dedicou-se a conhecer suficientemente o idioma original antigo para não depender das traduções para o inglês. Seu objetivo era compreender como o julgamento do filósofo pôde ter ocorrido numa sociedade tão livre como a grega. O aprofundamento da investigação levou Stone a se afastar da idealização platônica e a concluir que o Sócrates histórico, por desprezar os fundamentos da democracia, buscou a própria execução:

O julgamento de Sócrates foi um julgamento de idéias. Sócrates foi o primeiro mártir da liberdade de expressão e pensamento. Se tivesse se defendido utilizando o argumento da liberdade de expressão e invocando as

⁸⁰ *The hidden history of the Korean war*, de 1952; *Polemics and prophecies - 1967-1970*, de 1989; e *Best of I. F. Stone*, de 2006, são obras que reúnem a produção de Stone e que até o momento não receberam tradução para o português. Em 1992, Robert Cottrell publicou uma biografia do jornalista - *A Biography of I.F. Stone*.

tradições fundamentais de sua cidade, creio que ele facilmente teria conseguido fazer com que o júri vacilante se decidisse a favor da absolvição. Infelizmente, Sócrates não invocou o *princípio* da liberdade de expressão. Talvez um dos motivos pelos quais não adotou essa tática seja o fato de que, se nesse caso Sócrates saísse vitorioso, seria também uma vitória dos princípios democráticos que ele ridicularizava. Se Sócrates fosse absolvido, Atenas sairia fortalecida (STONE, 2003, p. 236).

Crítico incansável do *establishment*, Stone foi mantido à distância pela mídia norte-americana, que o considerava um radical. Em 1988, porém, surpreendeu-se com o sucesso repentino de *O julgamento de Sócrates* entre seus pares na grande imprensa. Incomodado, o jornalista teria comentado: “Não consigo me acostumar com o lado dos vencedores” (apud AUGUSTO, in: STONE, 2003, p. 9).

De 1971 a 1989, ano de sua morte, Stone foi colaborador do *New York Review of Books* e *The Nation* – publicação semanal de cunho socialista. Ao morrer, foi reconhecido pelo *New York Times*, em editorial, como um dos mais importantes jornalistas de sua geração nos Estados Unidos. “[...] ele teve uma importância muito grande para a manutenção da história dos EUA – uma história outsider. Preservou determinadas informações que, talvez se não tivesse registrado, teriam se perdido”, diz Lúcio Flávio Pinto⁸¹. Stone, em sua opinião, preservou um modo de ver os fatos, o que evidencia a contribuição do jornalismo no conjunto das ciências sociais:

O jornalismo não [...] é um ramo de conhecimento indefinido. Ele tem o seu objeto, a sua metodologia e o mesmo valor científico que têm a política, a psicologia, a sociologia, a antropologia, desde que o jornalista realize seu trabalho usando de métodos próprios. Essa foi uma das contribuições dele [Stone].⁸²

A existência de um formato especializado de administração pública nos EUA favoreceu a longevidade do *I.F. Stone's Weekly*, avalia Lúcio. “As camadas médias da administração americana não são maleáveis ao poder político. São profissionais, e por isso

⁸¹ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora em 11 jan. 2003.

⁸² *Idem*.

respeitaram os direitos da publicação”⁸³. Essa consciência também permitiu à sociedade civil norte-americana contribuir para a permanência do semanário (depois, bi-semanário), acrescenta o jornalista paraense. Trata-se de “um público que sabe da importância de ter uma espécie de ‘auditor da informação’, como foi o Weekly”⁸⁴.

Lúcio toma I. F. Stone como parâmetro desde o início da carreira: “Tive a sorte de ler Stone muito cedo e sempre achei que aquele era o padrão do jornalismo para mim. O jornalismo que eu tinha de fazer era aquele”⁸⁵. Sua afinidade com o jornalista norte-americano surgiu do método de trabalho:

talentosos jornalistas. Por causa de sua inteligência privilegiada e excepcional capacidade de trabalho, I. F. Stone tinha as duas qualidades em abundância” (PINTO, 2006, p. 6).

Em duas décadas de existência, o *Jornal Pessoal* fez inúmeras referências a I. F. Stone e a sua *newsletter*. Quando o jornalista americano morreu, Lúcio comentou:

Stone traçou os rumos de sua vida com os marcos do compromisso ético, da convicção de que a liberdade de informar e opinar deve corresponder a uma relação com o mundo. Aos 45 anos, quando já era um nome respeitado nos Estados Unidos, Stone deixou de lado a grande imprensa e os louros de uma carreira convencional para escrever, sozinho, um semanário que viveria com vibração, competência e dignidade [...]. Não só dava “furos” nos superconcorrentes, como iluminava os fatos do cotidiano com a perspicácia de sua análise (PINTO, 1989, p. 6).

Na edição comemorativa dos 19 anos do *Jornal Pessoal*, em setembro de 2006, Lúcio celebrou a longevidade alcançada pelo alternativo, agora superior a do Stone’s Weekly – este, em sua opinião, o “melhor jornal verdadeiramente alternativo que já circulou” (PINTO, 2006, p. 7).

Apesar de admitir a inspiração, o jornalista paraense rejeita qualquer associação direta entre o JP e o I. F. Stone’s: “A referência pretende apenas mostrar que o impossível existe. Se não é possível produzir um jornal da mesma qualidade, é proveitoso tê-lo em conta. Convém não desistir. Melhor manter aquecida a utopia” (PINTO, 2006, p.7).

Vivendo em realidades tão distintas – Belém e Washington –, Lúcio Flávio e Isidore Stone partiram da mesma, e incômoda, constatação para abrir o próprio jornal: a ausência de uma atenção integral, por parte da mídia, aos fatos que consideravam mais importantes para a agenda dos cidadãos.

“Se a publicação desses fatos vai acarretar problemas pessoais, problemas políticos, se pode até resultar em ameaça à integridade do repórter, isso não interessa. Esses fatos têm que ser registrados de qualquer maneira”, diz Lúcio. “Se aparecessem na grande imprensa, o

JP não teria sentido. O jornal de Stone também não teria existido. Ambos nasceram da insatisfação com o modo de cobertura dos acontecimentos pela imprensa”⁸⁶.

No centro do poder político mundial, Washington foi o cenário ideal para uma publicação empenhada em contrapor o discurso hegemônico norte-americano. Mas Belém, observa Lúcio, funciona como intermediária das decisões tomadas nos núcleos de poder centrais, sem que possa exercer maior influência sobre essas decisões (INSTITUTO GUTENBERG, 2000).

Para Lúcio, contrapor o discurso dominante é praticamente impossível. Ele conta que tentou “dar voz aos colonizados amazônicos” durante os 17 anos em que trabalhou no jornal O Estado de S. Paulo. Nesse período, todos os grandes veículos mantinham sucursais na Amazônia. Avalia que o resultado inicial foi bom, mas se enfraqueceu com o tempo. E decidiu abandonar a grande imprensa quando percebeu que esta optou por assumir a condição subalterna da fronteira amazônica, favorecendo os colonizadores (INSTITUTO GUTENBERG, 2000).

Assim como o I.F. Stone’s Weekly, o *Jornal Pessoal* inscreve-se na história do jornalismo contra-hegemônico de modo singular. As peculiaridades do alternativo paraense e sua inevitável associação com o jornal de Stone começam pelo formato editorial: o JP tem um só proprietário, repórter e editor – Lúcio Flávio Pinto. Sua redação se resume a um cômodo da casa onde o jornalista reside há vários anos com a família, no centro de Belém.

A decisão de produzir o JP solitariamente partiu da crença de que sua postura não lhe permitiria escrever da maneira que escreve, senão em um espaço próprio, independente, pessoal. Por essa razão, hoje se define como um “outsider até a medula”. “Gosto de usar uma expressão em inglês, sem tradução em português à altura do que expressa no original: outsider. É o que tenho sido. Como disse o poeta Drummond: fui ser gauche na vida”⁸⁷.

⁸⁶ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora em 11 jan. 2003.

⁸⁷ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora, por e-mail, em 31 jul. 2007.

Como Stone, Lúcio Flávio Pinto também gera desconfiança no *establishment*. É visto como uma fonte de incômodo permanente ao poder, e por essa razão, não raras vezes acaba isolado no confronto com representantes da elite – que pode ser um governador de Estado, um grande proprietário de terras, um dono de jornal ou um desembargador.

Os outsiders são figuras típicas de sistemas autoritários, observa Kucinski⁸⁸, e podem estar nos mais diferentes campos: no jornalismo, no cinema, no serviço público. Na imprensa, costumeiramente gozam da admiração do patronato, mas não de sua plena confiança, porque são profissionais que rejeitam a imposição de limites editoriais. Por essa razão, acabam afastados dos grandes veículos – para os quais, no máximo, passam a trabalhar como colaboradores eventuais. É o caso de Lúcio Flávio Pinto, do próprio Bernardo Kucinski e de Aloysio Biondi (1936-2000), entre outros.

Ao tomar o jornalismo como um princípio de vida, Lúcio acoplou seu destino pessoal à preocupação com as grandes questões amazônicas, como constata o jornalista paraense Manuel Dutra:

O espaço dele rapidamente desapareceu das redações. Foi quando começou a fazer o Jornal Pessoal. O nome já diz. Foi ficando só, se isolando a ponto de fazer um jornal que se chama “Pessoal”. É a cara dele. [Lúcio] continua na sua trincheira e essa trincheira o afasta cada vez mais da possibilidade de um retorno à mídia tradicional. Ele optou por uma via sem saída, conscientemente sabendo de todos os riscos que correu, corre e provavelmente vai correr. Então, está praticamente só. É um paradigma, um signo do qual você se aproxima e também corre riscos. Ou você se aproxima para correr riscos ou se afasta também.⁸⁹

4.2 – CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO JP: NOME, FORMATO, LINGUAGEM E FINANCIAMENTO

⁸⁸ Entrevista de Bernardo Kucinski à autora em 18 set. 2007.

⁸⁹ Entrevista de Manuel Dutra à autora em 1º jun. 2006.

O *Jornal Pessoal* reúne características de forma e conteúdo que remetem a um tipo de imprensa pré-industrial de caráter político-literário, praticada no século XIX, onde as preocupações de ordem econômica eram secundárias. Viviam-se a fase do chamado “primeiro jornalismo”, segundo conceituação de Marcondes Filho (2000), no qual os jornais eram “escritos com fins pedagógicos e de formação política”. Proliferou neste período a imprensa partidária, conduzida por homens que militavam nos meios políticos e que usavam o jornal como tribuna (MARCONDES FILHO, 2000, p. 12).

No século XIX também era comum a existência de periódicos escritos por uma só pessoa, como atesta Werneck Sodré (1999). No Brasil, essa imprensa política proliferou especialmente por iniciativa de jornalistas dissidentes, entre eles o baiano Cipriano Barata (1762-1838), com sua série de Sentinelas.

Defensor das liberdades no período da Independência, Cipriano Barata trabalhou na lavoura de cana, depois na imprensa e representou o Brasil nas cortes portuguesas. Sob influência dos ideais iluministas, entre 1822 e 1835 escreveu suas Sentinelas, às quais adicionava o nome da cidade ou província onde estivesse (CHAPARRO, 1999). A série começou em Recife, com a Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco.

Prisioneiro político por sete anos, acusado de conspiração, nem mesmo atrás das grades Cipriano Barata cessou a pena panfletária, com a qual instigava seus leitores contra os desmandos do Império.

Nos acontecimentos que antecederam a Revolução Cabana no Pará, em 1835, um panfletário maranhense, Vicente Lavor Papagaio, fez circular em Belém um pasquim intitulado Sentinela Maranhense na Guarita do Pará (ver Capítulo II). O título faz referência à imprensa libertária de Cipriano Barata e sugere a influência desses ideais na eclosão da revolta popular paraense.

Esses jornais conduzidos solitariamente desapareceram com a transformação da imprensa em empreendimento capitalista, no final do século XIX, quando a informação passa a ser tratada como mercadoria destinada a produzir lucro, afastando-se, em certo sentido, das lutas ideológicas.

4.2.1 – Nome

O *Jornal Pessoal* é um modelo de “self journalism”, termo em inglês que designa conteúdo noticioso gerado por pessoas privadas. Este termo começa a ser usado com alguma frequência para classificar os blogs jornalísticos na internet.

Com exceção da presença de Luiz Pinto, irmão de Lúcio Flávio e responsável pela diagramação e ilustração do periódico desde o seu início, o JP é conduzido solitariamente por seu editor – opção que, segundo o jornalista, não decorreu de “ingenuidade” ou “impulso”: “[...] depois de 21 anos de profissão, exercida com um pé na imprensa convencional e outro na via alternativa, cheguei à conclusão de que este é o tamanho da verdadeira independência e autonomia” (PINTO, 2007a, p. 11).

Primeira evidência da deliberada solidão de Lúcio no projeto editorial, o nome do jornal – *Pessoal* – foi tomado de uma coluna que ele escreveu para jornais de Belém no início dos anos 1970, quando estava radicado em São Paulo. Essa coluna foi inicialmente publicada em A Província do Pará, e depois em O Liberal (ver Capítulo III).

Como título, “*Jornal Pessoal*” expressa em sua plenitude um projeto que tem na condição da individualidade a primeira evidência do caráter alternativo com que se apresenta diante da grande imprensa. Em duas palavras, expõe suas intenções, invoca responsabilidades e firma um pacto com o leitor.

As intenções e responsabilidades decorrem do fato de que, sendo um jornal personalizado, escrito por uma só pessoa, pretende oferecer uma visão de mundo condicionada às experiências vividas e ao profundo conhecimento acumulado por Lúcio como jornalista e pesquisador, desde a segunda metade da década de 1960. O pacto com o leitor está

acrescida ao cabeçalho a expressão em latim “Solus, totus, unus” (“Só, único, inteiro”).

Depois de ser usada em dez edições, a expressão desapareceu no nº 366, de abril de 2006.

4.2.2 – Formato

Diagramado em tamanho ofício (A-4), inusual mesmo para a imprensa alternativa, e impresso em papel linha d’água,

proprietário do jornal. Na charge, Romulo aparece ao lado de líderes políticos paraenses, entre eles Jader Barbalho e Hélio Gueiros.

Marcondes Filho (1993, p. 101) lembra que no jornalismo moderno a precedência da imagem sobre a palavra se assemelha a um processo de “dislexia”, caracterizado pela contínua perda de capacidade para a leitura de textos mais longos ou que impõem alguma abstração. Diante da atualidade pulsante, dinâmica, o jornal impresso incorpora progressivamente elementos imagéticos e passa a funcionar como um componente visual no campo da comunicação.

A diagramação ágil do jornal, jogando com a alternância de famílias de tipos, com fotografias em cores, com valorização do movimento, com textos curtos, de alguma maneira realiza uma espécie de embelezamento (estetização) visual ideal no que diz respeito ao prazer visual em se “ler” um jornal, mesmo que isto signifique um esvaziamento do que antes constituía a matéria jornalística (MARCONDES, 1993, p. 101).

O formato do JP, ao contrário, evoca um modelo de imprensa artesanal, típico do jornalismo do século XIX, caracterizado por jornais de pequeno porte, que detinham um padrão visual austero. O alternativo paraense é diagramado em três colunas de 6 centímetros, exceto na seção de cartas e na contracapa, divididas em quatro colunas de 4,5 centímetros. Na última página do jornal são publicados os sueltos – textos curtos, sobre os mais variados temas e que freqüentemente recorrem ao chiste. Os títulos são editados em, no máximo, duas linhas. Quanto às cartas, um dos princípios do periódico é sua publicação na íntegra, ainda que contenham crítica ou mesmo ofensas ao editor. Nesses casos, é comum que Lúcio Flávio recorra ao contraditório para se defender.

O JP não usa fotografias para ilustrar os textos, limitando sua reprodução – a partir de uma página de revista e/ou jornal – à seção Memórias do Cotidiano. Incorporada do boletim mensal Agenda Amazônica, editado paralelamente ao JP entre 1999 e 2001, a coluna recupera acontecimentos noticiados em jornais do Pará entre as décadas de 1950 e 1970.

Anúncios publicitários veiculados nesses jornais também são reproduzidos na seção, acompanhados de breve comentário.

4.2.3 – Linguagem

O conteúdo do *Jornal Pessoal* reitera importante lição de Manuel Carlos Chaparro (2000): o jornalismo não se divide em opinião e informação, mas se organiza a partir de ambas.

Por muitas décadas, este falso paradigma – a dicotomia entre opinião e informação – serviu de parâmetro para a formalização dos gêneros jornalísticos, “impondo-se como critério classificatório e modelo de análise para a maioria dos autores” (CHAPARRO, 2000, p. 100). Além de falso, diz Chaparro, trata-se de um paradigma “enrugado pela velhice de três séculos”. Aqui, a referência é ao modelo instituído por Samuel Buckley no *Daily Courant*, jornal inglês criado em 1702 e considerado pioneiro na separação espacial de notícias e opiniões.

Este estudo baseia-se na conceituação de Manuel Chaparro, segundo o qual a natureza do jornalismo guarda propriedades ao mesmo tempo informativas e opinativas:

A apuração e a depuração, indispensáveis ao bom relato, são intervenções valorativas, intencionadas por pressupostos, juízos, interesses e pontos de vista estabelecidos. Como noticiar ou deixar de noticiar algum facto sem a compreensão opinativa? Por outro lado, o comentário – explicativo ou crítico – será ineficaz se não partir de factos e dados confiáveis, rigorosamente apurados (2000, p. 101).

No jornalismo moderno, observa Chaparro, o relato jornalístico depende cada vez mais da elucidação opinativa para adquirir consistência, “assim como a clareza e o sentido do comentário dependem da qualidade das informações que lhe dão sustentação” (2000, p. 115).

A leitura integral de 401 edições do *Jornal Pessoal*, publicadas entre setembro de 1987 e setembro de 2007, demonstra que os textos produzidos por Lúcio Flávio Pinto não se enquadram nas definições clássicas dos gêneros jornalísticos, à medida que não podem ser lidos como notícias, entrevistas ou reportagens. Quase não há presença de personagens incorporados no papel de fontes, nem declarações reproduzidas entre aspas, antecedidas ou seguidas por verbos *discendi*.

Na apuração dos fatos, segundo o próprio jornalista, o relacionamento com as fontes “é secundário”; elas serão requisitadas somente na “consolidação da informação”. Essas fontes são, quase sempre, especialistas com os quais Lúcio conversa sobre temas que vão de tecnologia de mineração à construção de hidrelétricas. “Minhas fontes são minha retaguarda. [Mas] Às vezes eu descobro que essa retaguarda não tem resposta, tal a velocidade [dos acontecimentos] na Amazônia”.⁹¹

O que Lúcio Flávio Pinto escreve em seu alternativo são, primordialmente, análises: textos de caráter argumentativo e/ou especulativo, necessariamente decorrentes de fatos ocorridos ou previstos. Mesmo nos textos mais curtos do JP o tom é de *suelto*: aquilo que se informa é sempre objeto de comentário, em geral espirituoso ou irônico. O próprio jornalista admite não produzir reportagens ou notícias no *Jornal Pessoal*:

O *Jornal Pessoal* é uma agenda amazônica. Ele quer entrar na agenda dos cidadãos, quer fornecer informação útil. Não adianta minha informação estar num belo trabalho acadêmico se não está disponível aos agentes sociais, aos personagens, aos atores, ao príncipe da história. O *Jornal Pessoal* é sempre analítico. Mas analítico com base nos fatos, nas informações. A minha trajetória no jornalismo é exemplar no sentido de que eu sempre fui um escravo dos fatos.[...] As matérias do *Jornal Pessoal* não são notícias, não são reportagens, não são artigos. São análises. Elas são uma audição dos fatos. Eu, como jornalista, sou auditor do povo. E não existe, na estrutura institucional da nossa sociedade democrática, audição mais popular que a do jornalista.⁹²

⁹¹ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora em 18 jul. 2005.

⁹² Idem

Sendo um jornal de um homem só, o JP vale-se da qualidade da argumentação em torno dos fatos para existir como produto intelectual na esfera pública paraense. O caminho da argumentação é dado muitas vezes pela pergunta retórica, caracterizada pela ênfase, por meio de interrogação, a algo que se pretende afirmar. Para efeito ilustrativo, das 401 manchetes de edição do JP consultadas para esta pesquisa, a pergunta retórica aparece em 65 delas. O recurso também está presente de modo recorrente nas “janelas” – textos curtos que antecedem os artigos.

4.2.4 – Financiamento

Contrariando um princípio basilar da imprensa capitalista, o *Jornal Pessoal* tem entre suas normas fundantes a recusa à publicidade. Em 20 anos de existência, jamais veiculou anúncios pagos de qualquer natureza. Sua fonte de receita provém exclusivamente da venda em bancas.

A comercialização de espaços, associada ao processo industrial de produção, é responsável direta pela transformação dos jornais em empresas, especialmente na segunda metade do século XIX.

O recurso da publicidade esteve associado, em um primeiro momento, ao desejo de independência dos jornais: a nova fonte de financiamento reduziria a necessidade de contar com recursos do Estado, permitindo menor controle do poder político sobre o trabalho dos jornalistas. Essa tradição é observada na expansão da imprensa européia, especialmente Alemanha e Inglaterra, e nos Estados Unidos.

Curran (1995, apud SERRANO, 1998) enfatiza, contudo, que a publicidade não cumpriu a promessa de inserir os jornais em uma nova era da liberdade de imprensa. Pelo contrário, resultou na introdução de um sistema de censura mais eficaz que os anteriores,

[...] dado que as forças do mercado substituíram uma repressão legal falhada, no sentido da conformidade da imprensa com a ordem social estabelecida. As implicações políticas da dependência econômica da publicidade foram ignoradas durante muito tempo. A compra de espaço nos jornais, por parte dos anunciantes, era vista como baseando-se em critérios de natureza econômica relacionados com o mercado, o que é contrariado por documentos que atestam que eles escolhiam os jornais que melhor serviam a seus interesses (CURRAN, 1995, apud SERRANO, 1998, p. 6).

No Brasil, a história do jornalismo no século XX, e neste início do século XXI, demonstra que a publicidade pode ser uma forma de pressão muito mais eficaz do que a censura do Estado. O controle é ainda mais perverso levando-se em conta que os governos, tanto na esfera federal, como estadual e municipal, são a maior fonte de receita da indústria de jornais.

A decisão de Lúcio Flávio Pinto de fazer um jornal sem financiamento publicitário decorreu de pelo menos dois fatores: a experiência mal-sucedida do *Bandeira 3*, um alternativo lançado em 1975, que foi ignorado por anunciantes e agências, e a fonte inspiradora do JP, o *I.F. Stone's Weekly*, que circulou por 19 anos também sem publicidade.

Eu já havia feito outras experiências em imprensa alternativa com publicidade, com equipes, e cheguei à conclusão de que a publicidade é uma opção ideológica. Por mais que a publicação seja um sucesso, se não refletir o pensamento dominante, vai ter problemas [...]. Portanto, preferi não ter este problema, não ter publicidade. Em segundo lugar, eu aceito colaboração, desde que esta colaboração seja a seguinte: a pessoa comprar exemplares do jornal. Porque, em todas as poucas vezes em que se apresentou a possibilidade de alguém contribuir mais, essa contribuição exigia responsabilidade editorial. E o único prazer legítimo de fazer o JP é a ausência de limites, é não ter nenhum limite, exceto o da minha própria capacidade.⁹³

Pierre Bourdieu (1997, p. 77) lembra que o jornalismo é um universo que vive sob pressão permanente do campo econômico, em função dos índices de audiência. Referindo-se especificamente à televisão e sua dependência ao *ibope*, diz que os veículos atuam no sentido de exercer sobre o consumidor as pressões do mercado. “O índice de audiência é a sanção do

⁹³ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora em 11 jan. 2003.

mercado, da economia, isto é, de uma legalidade externa e puramente comercial”, afirma Bourdieu, acrescentando que “a submissão às exigências desse instrumento de *marketing* é o equivalente exato em matéria de cultura ao que é a demagogia orientada pelas pesquisas de opinião em matéria de política” (1997, p. 96-97).

Ao recusar a veiculação de publicidade, o *Jornal Pessoal* passa a depender unicamente de seus leitores. Lúcio calcula que cada exemplar circula entre quatro pessoas, em média, o que atribui em grande parte ao hábito – segundo ele, bastante comum nas repartições públicas do Pará – de se fotocopiar o jornal:

[...] em alguns lugares você pode tirar xerox a 10 centavos e o jornal sai por 1,20. É menos da metade do preço de capa. As pessoas não conseguem dar valor ao conteúdo do *Jornal Pessoal*. Elas acham que estão fazendo uma boa coisa tirando xerox do jornal para se nutrir de informações que exaurem quem informa.⁹⁴

Entre 1988 e 1990, o JP foi distribuído apenas a assinantes. Chegou a ter cerca de 1.200, de acordo com Lúcio Flávio Pinto – 60% dos quais em Belém. Mas a incapacidade de atender à demanda crescente, em função dos custos, pôs fim ao serviço. Desde então, o JP é vendido apenas em bancas.

“A matemática do *Jornal Pessoal* é simples”, explica Lúcio Flávio Pinto: a comissão de distribuição e circulação é de 40%. Entre encalhe, cortesias e perdas, mais 30%, o que gera desconto de 70% sobre o preço de capa. “Sobram 90 centavos por exemplar. O que dá para pagar as despesas industriais. Jamais o lucro”.⁹⁵

Lúcio admite não ter condições de sobreviver apenas com a venda do jornal. Até 1992, pôde manter o JP com os recursos da rescisão contratual com o grupo Estado. Hoje, suas fontes de receita provêm de colaborações para sites noticiosos, consultorias e

⁹⁴ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora em 18 jul. 2005.

⁹⁵ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora em 27 jul. 2007.

conferências. Os ganhos são modestos, no entanto: desde 1988, o jornalista não registra variação patrimonial no Imposto de Renda.

Ao decidir manter em atividade um jornal com o qual jamais conseguiu se sustentar, Lúcio diz ter feito uma “opção definitiva pela pobreza”: “Eu aceito que sou pobre, que vou morrer pobre [...]. Estou há 12 anos fora da Previdência. Isso, de certa forma inconscientemente, está me impedindo de me aposentar. Mas essa foi uma opção que eu fiz”.⁹⁶

4.3 – UMA HISTÓRIA DE CAMPANHAS E CONTENDAS

O *Jornal Pessoal* chegou à edição de número 408 na primeira quinzena de janeiro de 2008. Em 20 anos – entre setembro de 1987 e setembro de 2007 –, circulou com um total de 401 edições, incluindo uma extra, no ano de 2000, com críticas ao relacionamento entre a prefeitura de Belém e o *Jornal Popular*, um semanário de cunho sensacionalista pertencente ao empresário Silas Assis. Nesse período, experimentou a circulação apenas entre assinantes, para depois retomar a venda em bancas, sofreu quatro paralisações e seguidas oscilações na periodicidade.

A trajetória de duas décadas do alternativo é apresentada, neste capítulo, em quatro fases cronológicas: 1987 a 1991, 1991 a 1994, 1995 a 2002, e 2002 a 2007. Essas fases são caracterizadas por interrupções mais ou menos longas na circulação do jornal, e nelas estão inseridas algumas das contendas que enfrentou e campanhas que promoveu.

Nesta sub-seção, o percurso do JP será reconstituído por intermédio das reflexões que Lúcio Flávio Pinto oferece a respeito da prática jornalística, sobretudo no exercício do

⁹⁶ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora em 18 jul. 2005.

direito à informação. Possivelmente de maneira não calculada, ele constrói, edição a edição, uma espécie de campo epistemológico do jornalismo, a partir de um discurso que identifica a liberdade de imprensa como um bem único das sociedades democráticas, e se apresenta como condição permanente para a compreensão e divulgação dos acontecimentos em toda a sua complexidade.

Esse discurso emerge, muitas vezes, das relações tecidas por seu editor com lideranças político-midiáticas do Estado. Essas relações aparecem nas páginas do jornal na forma de polêmicas que podem se limitar ao campo das idéias, mas que em outras ocasiões avançam para ações judiciais, agressões e ameaças de morte.

Os confrontos travados por Lúcio e expostos em seu jornal situam o editor do JP como testemunha e personagem de uma história outsider da imprensa do Pará e da Amazônia, onde o exercício do poder se dá no âmbito de uma intrincada teia que permanentemente associa e opõe interesses de corporações, partidos e empresas de comunicação.

4.3.1 – 1ª fase (1987-1991): Crime, campanha e omissão nas origens do jornal

As campanhas têm sido um dos traços mais evidentes da história do JP desde o seu nascedouro: a primeira edição, datada de setembro de 1987, teve o objetivo de denunciar e combater o crime de encomenda no Estado do Pará.

A reportagem que ganhou o Prêmio Fenaj, da Federação Nacional dos Jornalistas, naquele ano, resultou de investigação da morte do ex-deputado estadual pelo PMDB, Paulo Fonteles, ocorrida em junho de 1987. Para Lúcio, o crime representou uma tragédia pessoal, pois a vítima era um de seus maiores amigos. Militante do PC do B, advogado, defensor de posseiros e por essa razão odiado pelos grandes proprietários de terras, o advogado foi

assassinado num posto de gasolina, à saída de Belém, com três tiros. Os executores, dois pistoleiros, fugiram em seguida.

Um pequeno editorial na capa explicou a decisão de lançar o alternativo:

Este é um jornal pequeno e pessoal não por acaso. É um produto das circunstâncias dentro dos quais exerce sua opção: a de transmitir à opinião pública, sem retoques, os resultados da investigação dos temas mais importantes da conjuntura de hoje, talvez a história de amanhã. [...] Como o poeta Carlos Drummond de Andrade, este jornalismo dedica todas as suas energias aos homens presentes e ao tempo presente – a maneira mais adequada de não se fazer ausente (PINTO, 1987, p. 1).

Na ocasião, Lúcio era correspondente de O Estado de S. Paulo e assinava uma coluna em O Liberal, o maior jornal do Pará. Durante dois meses o jornalista se dedicou integralmente à investigação do crime. “Era uma questão pessoal, profissional, política, de cidadania, de honra”, justifica (PINTO, 2005, p. 26).

A apuração reconstituiu a teia de relações entre o poder público, privado e o crime de pistolagem. Foi no bojo dessas relações que se planejou e consumou o assassinato do ex-deputado. Com a história completa nas mãos, Lúcio tentou inicialmente publicar a reportagem em O Liberal. Uma das proprietárias da empresa jornalística, Rosângela Maiorana Kzan, depois de ler o texto, lamentou não poder divulgá-lo por fazer referência a dois dos homens mais ricos do Pará – os empresários Joaquim Fonseca e Jair Bernardino. Ao ouvir de Lúcio que a reportagem seria publicada de qualquer jeito, em um jornal produzido por ele mesmo, a diretora comprometeu-se a imprimir o material de graça, desde que o nome da gráfica fosse omitido. Lúcio aceitou o acordo e a gráfica de O Liberal imprimiu uma tiragem recorde na história do JP: 5 mil exemplares.

Segundo Fuser (1996), os grandes jornais brasileiros trataram a morte de Fonteles “como um assunto de província”, dispensando ao crime político uma cobertura modesta, por meio de pequenas notícias. “Na província, o caso envolvia interesses grandes demais para

permitir uma cobertura isenta. Daí o silêncio” (FUSER, 1996, p. 403). Intitulada “O caso Fonteles - Um crime bem planejado” (Anexo A), a matéria ocupou seis das oito páginas da primeira edição do *Jornal Pessoal*. O crime voltaria a ser capa do alternativo em três outras ocasiões (nº 13, de março de 1988; nº 106, de janeiro de 1993, e nº 107, de fevereiro do mesmo ano).

Na edição nº 2, porém, o jornalista já não contaria com a gráfica da família Maiorana. Ali, começariam a aumentar as divergências que já mantinha com o grupo Liberal. A segunda edição do JP destacou um escândalo financeiro envolvendo o presidente interino do Basa (Banco da Amazônia), Augusto Barreira Pereira. O executivo comandava uma quadrilha que agia dentro da instituição, a maior do sistema financeiro regional. O desvio estimado era de 30 milhões de dólares, em valores da época.

O escândalo foi ignorado pelos três jornais diários de Belém. Barreira Pereira era procurador de O Liberal e contava com o apoio político do ex-governador Jader Barbalho, dono do Diário do Pará. O compositor Billy Blanco, um dos envolvidos no desfalque, era irmão do superintendente de A Província do Pará, Milton Trindade. Daí o silêncio dos jornais (PINTO, 2005, p. 27).

Na edição nº 5, de novembro de 1987, Lúcio informou aos leitores que o jornal estava enfrentando dificuldades, entre elas as seguidas mudanças de gráfica:

O leitor notará logo as mudanças gráficas desta edição do JORNAL PESSOAL. Elas são consequência da nossa busca pela sobrevivência. Comprometido apenas com seu leitor, este jornal desagradou aos poderosos. Naturalmente, eles não querem que uma publicação desse tipo sobreviva. Assim, já mudamos três vezes de local de composição e/ou impressão e é possível que continuemos essa peregrinação. Colocar o jornal nas ruas tem se tornado tarefa extremamente penosa. Mas ainda temos ânimo para enfrentar as dificuldades e pressões (PINTO, 1987a, p. 8).

A venda avulsa em bancas e as primeiras assinaturas não foram suficientes para garantir o pagamento de despesas industriais e administrativas. Por essa razão, Lúcio

anunciou uma campanha de assinaturas e o reajuste de 50% no preço de capa (de 20 para 30 cruzados – moeda vigente na época).

Na edição nº 8, de dezembro de 1987, Lúcio anunciou a decisão de circular apenas entre assinantes. Em nota intitulada “Os desafios a vencer”, faz uma reflexão sobre a natureza e os caminhos do jornal. E indaga se é possível existir um jornal verdadeiramente independente – “questão de fundo de experiências como a do JORNAL PESSOAL”:

[...] Cada número, nessa história parcial de oito publicações, tem sido uma batalha, que não chega nem a preannunciar a próxima. Rejeitando vinculações a partidos e transformando numa atitude a proposta de não ter publicidade, o jornal desafia a física financeira. É o ônus do pioneirismo, ou, ao menos, de sua retomada. Mas mudar significa aceitar desafios.

O desafio maior deste jornal é a sobrevivência. Para consegui-la, precisa adaptar-se, corrigir rumos, recuar se isso é necessário aos avanços. É por isso mesmo que, a partir do próximo número, o JORNAL PESSOAL deixará de circular em bancas. Manter a atual tiragem e a amplitude de veiculação tornou-se impossível. Insistir nessa linha significaria inviabilizar o jornal.

Agora, ele será distribuído apenas a assinantes [...]. Quem sabe, dentro de algum tempo, não voltaremos às bancas, como um jornal amadurecido? Isso vai depender tanto de nós, quanto de nossos leitores. Mas é reconfortante saber que há apenas essa dupla dependência, a única que deveria existir em empreendimentos jornalísticos como o nosso (PINTO, 1987b, p. 5).

A edição nº 25, de setembro de 1988, marcou o primeiro ano de existência do *Jornal Pessoal*. Depois de quase 23 anos atuando como jornalista, período em que participou de várias experiências alternativas à grande imprensa, Lúcio se disse surpreso com o fato de ver o projeto “nanico” idealizado por ele alcançar um ano de funcionamento. Admitindo que seria difícil explicar a longevidade do jornal face às dificuldades financeiras, creditou sua sobrevivência a um tipo de “necessidade social”:

O JORNAL PESSOAL só sobreviveu, criando um campo gravitacional à margem das condições normais de viabilidade econômica porque atendeu a uma necessidade social. Esta é a sua grande lição: mesmo o heroísmo só persiste além do ato momentâneo se surge no curso de um processo mais amplo (PINTO, 1988, p. 8).

No texto, intitulado “Um ano depois, quem diria?”, o editor do JP critica o tratamento dispensado pela imprensa nacional à Amazônia, em “pautas panacolor ou exóticas”, e afirma que a região precisa reagir ao “comando externo” de “bwanas”⁹⁷ sediados em Nova York ou São Paulo. “Temos o direito de tratar nossas questões pela ótica de nossa própria identidade, ao invés de nos tornarmos meras caixas de ressonância”.

A Amazônia tem características próprias tão marcantes que sua ocupação, estabelecida em bases tão impositivas a partir de fora, sugere tratar-se não de expansão de fronteira, mas da anexação de um país por outro, ambos tendo em comum apenas o formalismo legal e a língua. Não sendo amazônico o modelo que “orienta” essa ocupação, aceitá-lo passivamente significa endossar a descaracterização – e, por extensão, a destruição – desta região. Qual a vantagem de aceitar essas regras, se nem ao menos dispõe-se de um conhecimento satisfatório da região?

O JORNAL PESSOAL fundamenta-se no pressuposto da relevância da questão regional e tem dedicado seus esforços à tarefa de colocar o leitor da Amazônia – ou pelo menos o do Pará – diante de um espelho fiel, capaz de retratar sem maquilagens a realidade. Não se cumpre tal missão sem empenho investigativo e sem uma premissa: a de que os cidadãos jamais exercerão a plenitude dessa cidadania sem antes submeter o Estado ao controle da sociedade, desmontando as muralhas de proibições que transformaram os assuntos de governo em questão de segurança nacional ou mistérios inacessíveis ao comum dos mortais (PINTO, 1988, p. 8).

Na edição nº 47, de setembro de 1989, Lúcio comemorou os dois anos do jornal com uma longa reflexão sobre os méritos da investigação jornalística. A referência foram os 15 anos da renúncia de Richard Nixon, motivada pelo escândalo de Watergate.

[...] a investigação jornalística, uma vez iniciada, deve ir às últimas conseqüências. O produto desse trabalho deve ser integralmente repassado à opinião pública, a quem cabe – diretamente ou por seus representantes, entre os quais os próprios jornalistas estão incluídos – aplicar juízos de valor aos fatos. Um jornal pode ou não fazer essas análises, trazendo para dentro de si a sociedade. Assumindo tal função, se enriquece, adquire densidade social e legitimidade. Indescartável, no entanto, é sua missão de apurar os fatos relevantes, as questões controversas, os pontos obscuros e transformar essas informações em patrimônio de todos – ou ao menos daqueles que podem ter acesso a textos escritos e a seus ecos orais. Um jornal que agride os fatos – silenciando sobre eles, descaracterizando-os, manipulando-os – condena-se à

⁹⁷ Termo usado freqüentemente por Lúcio Flávio Pinto para se referir à figura do colonizador na Amazônia. O jornalista afirma ter tirado a expressão das leituras de Tarzan, que apreciava bastante na infância.

morte. Primeiro ela é moral; depois é física. Também esta é uma regra eterna do jornalismo, que pode tardar, dependendo da eficiência da maquilagem, mas não falha (PINTO, 1989, p. 4-5).

Lembrando que o exercício do jornalismo pode “atropelar amizades” ou “suscitar poderosas indisposições”, Lúcio comenta que essas adversidades são inerentes à “complexidade do fato real” e que enfrentá-las é próprio de um jornal que não se apresenta como “balcão de negócios”. Acrescenta que, por prezar mais a intensidade das experiências do que sua extensão, não tem como meta a longevidade do JP.

Não é a sobrevivência que buscamos acima de tudo. Se fosse assim, seríamos mais táticos, mais políticos. Um dos princípios básicos da sobrevivência é não brigar com todos os poderosos ao mesmo tempo, escolhendo um deles para inimigo e outro deixando na condição de aliado. O JORNAL PESSOAL, procurando o fato real, não escolhe suas circunstâncias, não seleciona seus temas de acordo com as conveniências do momento, nem restringe sua apuração ao que é sancionado ou esperável, minimizando assim seus riscos. Não: ele mergulha plenamente na voragem de investigação dos fatos, quer apurar a verdade limitado apenas pela sua própria capacidade pessoal (PINTO, 1989, p. 6).

A primeira grande crise da história do jornal se avizinhou pouco menos de três anos após seu surgimento: na edição nº 63, de junho de 1990, Lúcio avisa que o JP chegou “ao limite”. Cita a existência de um “buraco” nas contas, que vinha sendo coberto com retiradas das economias pessoais e “eventuais ajudas de amigos”, e afirma que o prolongamento da existência do alternativo estava impondo sacrifícios à família. “Insistir em manter o Jornal Pessoal a partir deste ponto significa cometer suicídio – e isto não é apenas uma metáfora” (PINTO, 1990, p. 5). Segundo ele, a dedicação ao JP colocou em segundo plano outras tarefas, como a montagem de um banco de dados sobre a Amazônia.

O número de assinaturas nessa fase era próximo de 1.200, e a necessidade de investimentos aumentou. “Havia três pessoas contratadas. E vi que precisava de anúncio para manter [o jornal]. Tive de parar, acabar com as assinaturas, porque senão teria de fazer anúncio. E isso eu não queria”, conta Lúcio⁹⁸.

Diante do compromisso assumido com os assinantes, o editor comprometeu-se a fazer do próximo número uma espécie de “jornalivro”, com um total de páginas correspondente à soma das edições pagas pelos leitores. E se disse disposto a ouvir os assinantes sobre a decisão de suspender o periódico.

O jornalivro (nº 64, de julho de 1990) foi a maior edição da história do JP em quantidade de páginas: 20. A edição traz uma análise das eleições para o governo no Pará, disputadas entre Sahid Xerfan (PTB) e Jader Barbalho (PMDB), e vencidas por este, além de uma série de textos que resultaram de transcrições de palestras ministradas pelo jornalista. “O Jornal Pessoal pára neste número, mas não acaba”, avisa Lúcio, afirmando ter construído essa convicção a partir das cartas de apoio enviadas pelos leitores (PINTO, 1990a, p. 2).

De fato, o jornal sairia mais uma vez antes de sofrer sua primeira grande interrupção: foi em setembro de 1990 (nº 65), com uma edição especial de quatro páginas sobre as eleições, distribuída gratuitamente aos assinantes.

O jornal deixaria de circular por três meses para reaparecer em janeiro de 1991 (nº 66) com uma edição também gratuita para os assinantes, e com a qual acabaria de honrar os compromissos assumidos com seus leitores. Na edição, Lúcio Flávio Pinto publicou uma longa carta ao governador eleito, Jader Barbalho (ver Capítulo V). Terminava, ali, a primeira fase da história do *Jornal Pessoal*. Foram 66 edições em poucos mais de três anos; 30 delas – pouco menos de 50% – deram ênfase às questões políticas, especialmente as regionais, no artigo principal.

⁹⁸ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora em 27 jul. 2007.

4.3.2 – 2ª fase (1991-1994): JP sofre as primeiras ações na Justiça

Após quatro meses de paralisação, o *Jornal Pessoal* seria retomado por Lúcio Flávio Pinto em junho de 1991. Ele afirma ter decidido reativar o jornal após veto da direção de A Província do Pará a um artigo no qual fazia críticas ao governo de Jader Barbalho, que comandava o Estado pela segunda vez. Lúcio escrevia para o jornal dos Diários Associados, como colaborador, desde julho do ano anterior.

A edição nº 67 trouxe o artigo vetado, no qual Lúcio condenava mais uma vez os acordos políticos feitos por Jader e levantava suspeitas sobre a integridade de membros do governo estadual. Reproduziu, também, uma longa resposta do ex-ministro Jarbas Passarinho às críticas tecidas por Lúcio ao seu livro de memórias, seguida de réplica do jornalista.

A nova fase do *Jornal Pessoal*, que voltou a ser vendido apenas em bancas, durou pouco menos de três anos e 59 edições. Os assuntos políticos continuaram como principal foco do jornal: 31 capas foram dedicadas ao tema. Mas as edições que mais provocaram repercussão foram as relativas à expansão do narcotráfico na Amazônia, e à suspeita de que representantes da elite local estariam associados ao comércio de drogas. Oito capas foram dedicadas ao tema, quatro das quais trataram especificamente do assassinato de Bruno Meira Matos, filho do secretário de Justiça do Estado no governo de Jader Barbalho. A investigação feita por Lúcio apontou para o envolvimento do Bruno com cartéis do tráfico, provável razão de sua morte.

Neste período o jornal sofreria outra grande interrupção, em agosto de 1993, só voltando a circular cinco meses depois, em fevereiro de 1994. Em maio do mesmo ano parou novamente, e pelo tempo mais longo de sua história: um ano e quatro meses. Nesse período se agravam os conflitos com o grupo Liberal (ou ORM), e Lúcio é processado cinco vezes pelos antigos patrões.

As crises internas do Liberal, bem como as disputas políticas e comerciais travadas entre a empresa fundada por Romulo Maiorana e a RBA, de Jader Barbalho, mereceram espaço no *Jornal Pessoal* desde a primeira fase do alternativo (cf. edições nº 20, 24, 28, 43 a 47, e 52 a 56), o que contribuiu para esgarçar as relações de Lúcio com a família Maiorana.

O mal-estar aumentou em setembro de 1991, quatro anos após o surgimento do JP, quando O Liberal noticiou com destaque as críticas feitas pelo vereador Raul Meireles, do PT, a um projeto para formação de um banco de dados sobre a Amazônia. O projeto, de autoria de Lúcio Flávio, foi acolhido pela Funtelpa (Fundação de Telecomunicações do Pará) na gestão de Jader Barbalho. Meireles fez um pronunciamento no plenário da Câmara, atacando Lúcio.

O vereador petista me acusou justamente de haver aderido a Jader. Quando, no dia seguinte, fui cobrar-lhe explicações no plenário da Câmara Municipal, ele suavizou o que dissera. Teria apenas feito reparos ao meu comportamento ético, achando que eu já não teria mais imparcialidade diante da atual administração estadual. Mas a vida me ensinou a dar valor relativo às explicações de políticos oportunistas como Meireles. Fui ver as notas taquigráficas e elas registravam um pronunciamento agressivo, maldoso, deixando à mostra a intenção de vingança, o propósito de ofender e causar prejuízo à vítima do ataque. Além de tudo, o vereador é um covarde (PINTO, 1991, p. 5).

Lúcio entregou a Cláudio Sá Leal, diretor de redação de O Liberal, uma carta na qual se defendia das acusações de Raul Meireles. O documento foi ignorado pelo jornal. “[...] para 98% dos leitores de jornais de Belém parecerá que o vereador tem razão: eu me vendi ao governador Jader Barbalho”, escreveu Lúcio. “Nem uma remota inspiração corporativista, que faria um órgão de imprensa aceitar a defesa de um profissional do setor, ainda mais quando ele prestou serviços à empresa durante 13 anos, demoveu a direção do jornal de me discriminar” (PINTO, 1991, p. 5). Lúcio ainda tentou conseguir o direito de resposta na Justiça do Pará, acionando a Lei de Imprensa (nº 5.250/67), da qual sempre foi crítico, mas o pedido foi negado.

A partir deste momento o nome de Lúcio Flávio Pinto desapareceria das páginas de O Liberal. Em dezembro de 1991, por exemplo, o pedido de instalação de CPI para apurar os contratos da Celpa, a empresa de eletricidade do Estado, com duas empreiteiras, foi noticiado pelo jornal sem que a matéria fizesse qualquer referência ao *Jornal Pessoal* – fonte de informação usada pelos deputados para pedir a Comissão de Inquérito, e citada em pronunciamento na Assembléia Legislativa.

Na edição nº 80, de dezembro de 1991, Lúcio voltou a criticar a postura dos jornais locais diante do quadro político, reservando os ataques mais duros ao Liberal e aos irmãos Maiorana:

[...] o grupo Liberal usa e abusa de seu monopólio, cuja solidez é ameaçada menos pelos concorrentes internos do que pelas perspectivas de acirramento das dissensões internas.

[...]

Luis XVI e Maria Antonieta julgavam divinas as origens de seus privilégios. A revolução francesa já ocorreu há muito tempo para que esses autopresumidos filhos do sol possam reivindicar os mesmos privilégios particulares diante da abstinência da esmagadora maioria, como se vivessem em bolhas pairando muito acima de suas obrigações. A primeira de um órgão de imprensa é com a realidade dos fatos e as necessidades de seus leitores. Quem não as atende não sobrevive muito tempo – e esta tem sido uma regra sem exceção (PINTO, 1991a, p. 7).

Os textos que provocariam o primeiro processo judicial de um Maiorana contra Lúcio foram veiculados nas edições nº 98 e 99. Na primeira, de setembro de 1992, intitulada “O Liberal - Às vésperas da implosão?”, o editor do JP dá conta de uma grave crise instalada entre Romulo Maiorana Junior, vice-diretor das ORM, e a irmã Rosângela, diretora administrativa do grupo. Um “rombo” nas contas da empresa e desentendimentos gerenciais na sucursal do Amapá seriam a principal razão do embate.

Na edição seguinte, de nº 99, Lúcio voltou ao assunto, afirmando que a crise teve origem na multiplicidade de negócios da família, agora dedicada também a espetáculos musicais, produção de discos e agências de seguros. “Os negócios paralelos dos irmãos

representam um ônus muito pesado para a empresa-mãe e, de tão intrincados, levaram a um conflito aberto de interesses” (PINTO, 1992, p. 5).

As divergências seriam também de natureza política. A decisão de apoiar abertamente a candidatura do empresário Sahid Xerfan (PTB) nas eleições de 1990, contra Jader Barbalho, teria sido tomada sem o apoio completo de Rosângela.

Os textos sobre a crise interna nas ORM – que de fato ocorreu, como testemunhou esta pesquisadora na condição de editora do jornal *O Liberal* naquela ocasião – motivaram o primeiro dos quatro processos criminais e um cível que em menos de dois anos seriam movidos contra Lúcio pela empresária Rosângela Maiorana, a mesma que em 1987 incentivou a impressão da primeira edição do JP nas gráficas do jornal.

Nos processos, o jornalista é acusado de cometer calúnia, injúria e difamação contra o grupo e a empresária, e de tentar promover “cizânia” entre os irmãos Maiorana. Rosângela pediu ao Ministério Público, com base na Lei de Imprensa, que o alternativo passasse a informar, no expediente, o nome da gráfica onde era impresso⁹⁹ – no caso, a Falângola, pertencente a um velho amigo de Romulo Maiorana, fundador do grupo Liberal.

O pedido foi acatado e Lúcio decidiu mudar – pela sétima vez na história do JP – o local de impressão. Disse ter tomado a atitude para evitar constrangimentos a Giorgio Falângola, proprietário da gráfica. Em outra ação, a empresária reivindicou na Justiça que seu nome fosse proibido de aparecer nas páginas do *Jornal Pessoal*. O pedido não foi julgado até a presente data.

As demandas judiciais logo chegariam à capa do JP: na edição nº 102, de novembro de 1992, Lúcio dedicou seis das oito páginas ao assunto. Sob o título “A guerra dos Maiorana”, escreveu: “Os monopolistas da comunicação de massa no Pará acham que são

⁹⁹ O artigo 7º, parágrafo 2º, da Lei de Imprensa, determina: “Ficará sujeito à apreensão pela autoridade policial todo impresso que, por qualquer meio, circular ou for exibido em público sem estampar o nome do autor e editor, bem como a indicação da oficina onde foi impresso, sede da mesma e data da impressão”.

donos do Pará. Querem punir o JP com a morte porque cometeu um crime imperdoável: falou da família Maiorana” (PINTO, 1992a, p. 1).

Lúcio voltaria a paralisar o jornal em agosto de 1993, na edição nº 117, garantindo que retomaria a circulação no mesmo ano. Só conseguiria seu intento, porém, cinco meses depois, em fevereiro de 1994. A edição, de nº 118, trouxe um encarte de quatro páginas no qual Lúcio comenta a sentença da juíza Ruth Gurjão a uma das queixas-crime movidas por Rosângela Maiorana em outubro de 1992. O jornalista foi condenado por difamação, mas recorreu da decisão judicial – publicada com destaque na edição de 12 de janeiro de 1993 de *O Liberal*, sob o título “Dono de jornal condenado por difamação”. Pela primeira vez depois do agravamento da crise entre Lúcio Flávio e os Maiorana, em setembro de 1991, o nome do editor do JP voltaria a aparecer nas páginas do maior jornal do Estado.

Após a paralisação de cinco meses, o fôlego do *Jornal Pessoal* acabaria novamente pouco tempo depois, em maio de 1994. Na edição de nº 125, que teve a metade da capa coberta por uma tarja preta, Lúcio escreveu que era “vítima de um processo político”:

A imprensa tem uma função decisiva em área de fronteira como o Pará, sujeita a transformações tão profundas quanto bruscas. Não só precisa registrar o cotidiano, mas tem que explicar seu significado, interpretando-o para a sociedade e formando opinião pública sem esperar que ela se constitua espontaneamente (o que muitas vezes não ocorre por não ser do interesse do agente promotor de mudanças, em geral colonizador, que vem de fora e, sem raízes definitivas, está no lugar apenas para extrair suas riquezas).

Por isso, é fascinante ser jornalista num lugar como o Pará. Sem precisar ir muito além do jornalismo, consegue-se ao mesmo tempo fazer história. Nem todos os lugares do planeta, ainda que charmosos, oferecem essa possibilidade a profissionais de imprensa. Os que se aplicam em seu papel, conscientemente, sabem que estão indo além das 24 horas em que o produto do seu trabalho circula entre os consumidores.

Assim tenho permanecido no Pará e dessa maneira tenho me mantido nesta fronteira, pequeníssimo ponto de resistência no mar aberto da agressão [...].

Em cinco ações no judiciário do Pará tento demonstrar que não fiz, nos dois últimos anos de minha carreira profissional, o que não fizera em 26 anos anteriores: imiscuir-me na privacidade de terceiros, caluniando-os, difamando-os ou injuriando-os pelo simples e danoso propósito de violar sua honra [...].

Sou vítima de um processo político. As provas juntadas aos autos perdem sua força intrínseca. O objeto das ações torna-se secundário, o mérito da questão, irrelevante. Sobra um ajuste de contas com um jornalista incômodo, que precisa ser calado (PINTO, 1994, p. 2).

Começaria ali a mais longa interrupção da história do JP: um ano e quatro meses. O alternativo só voltaria a circular em setembro de 1995.

4.3.3 – 3ª fase (1995-2002): O fim como pretexto para um novo começo

Lúcio Flávio Pinto costuma afirmar que há muito tempo perdeu o domínio do *Jornal Pessoal*. E que gostaria de poder abandonar o projeto em decorrência dos encargos que sua execução impõe. “O jornal é que me comanda ao invés de eu comandá-lo. Porque já devia ter parado. Acho que já mostrou ser inviável: por não aceitar publicidade, por ser em papel, por ter como única forma de comercialização as bancas”, diz Lúcio¹⁰⁰. “Todas as vezes que sai mais um número, eu digo: ‘Este é o último. Não vou fazer mais nenhum’”. Para o editor, só “teimosia” explica a sobrevivência do JP, em meio a seguidas interrupções e demandas judiciais.

É possível que a teimosia de que fala Lúcio justifique sua decisão de retomar o jornal em setembro de 1995, oito anos depois de ter sido criado e após a paralisação ocorrida em maio do ano anterior. Ao reaparecer nas bancas de Belém, o JP surpreendeu seus leitores também pelo projeto gráfico de Luiz Pinto: em nenhum outro momento da história do jornal – nem antes, nem depois – o JP circularia com um visual tão diferente daquele com o qual convencionou se apresentar. Tipologia mais leve e moderna, colunagem dinâmica e uso de recursos gráficos como fios de diferentes espessuras, “olhos” e pequenas ilustrações nos textos – estes, muito mais curtos, de no máximo uma página e meia – tornaram única a edição nº 126 do jornal (Anexo X). Na capa, a reaproximação entre o então governador Almir

¹⁰⁰ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora em 18 jul. 2005.

Gabriel e o senador Jader Barbalho. Em nota na página 2, Lúcio explicou a decisão de reativar o quinzenário:

O Jornal Pessoal retoma sua acidentada carreira. Mais uma vez porque a quantidade de informações relevantes em circulação na sociedade supera em muito aquela veiculada pela grande imprensa. Por enquanto, o esquema de distribuição é precaríssimo. [...] Dos leitores, espero que façam o jornal circular o mais intensamente que lhes for possível (PINTO, 1995, p. 2).

Já na edição seguinte, nº 127, contudo, o JP retomaria a antiga feição. O texto de capa sobre Hélio Gueiros e o filho, o vice-governador Hélio Gueiros Junior, por exemplo, ocupou cinco páginas. Sob o título “Problemas”, uma curta nota na primeira página explicava: “Por problemas técnicos, esta edição do *Jornal Pessoal* volta a circular precariamente, depois de ter apresentado aparência gráfica melhor na edição anterior. Espero que o leitor não se deixe levar apenas pelas aparências” (PINTO, 1995a, p. 1). O nome de Luiz Pinto, diagramador do jornal e irmão de Lúcio, desapareceu do expediente, só reaparecendo na edição de nº 135, de março de 1996.

Em junho de 1995 o editor do JP recebeu convite para chefiar o escritório regional do jornal *Gazeta Mercantil* em Belém. Mas a experiência durou poucos dias. Lúcio conta que não conseguiu se adaptar novamente ao mercado. Ao perceber que o retorno à grande imprensa poderia significar o fim do *Jornal Pessoal*, deixou a *Gazeta*. Disse ter tomado a decisão por pressão dos leitores:

[...] na semana que assumi os novos encargos constatei ser – pelo menos por enquanto – impossível para mim cometer o ‘suicídio’ do *Jornal Pessoal*. Os eventuais inimigos vão ter de prosseguir nos esforços para matá-lo. [...] O pequeno público cativo do jornal quer que ele prossiga, certamente por encontrar nesta quitanda produtos não oferecidos nos supermercados da grande imprensa (PINTO, 1996, p. 7).

Em sua terceira fase, o *Jornal Povo* alcançou duas marcas históricas: dez anos de existência e o número 200. Na edição nº 170, Lúcio constatou que o traço característico da primeira década de vida do JP foi a autocensura das redações paraenses.

O traço básico desse período 1987/97 sendo a crescente margem de liberdade que tem tido a imprensa para abordar todos os assuntos, impressiona a auto-limitação a que se impôs a maioria dos veículos de comunicação, tanto maior quanto mais estreita é a sua dependência – e proximidade – das instâncias de poder.

[...]

Somos auditores públicos informais da sociedade. É em nome dela que as portas se abrem para nós (ou se fecham, não há muita diferença entre os dois movimentos). Logo, se fazemos viagens interessantes, se conversamos com gente importante, se desfrutamos de experiências fascinantes, isso tudo é porque a sociedade nos delegou poder, o único poder democrático e definitivo (enquanto nossas faculdades estiverem funcionando), o da inteligência (PINTO, 1997, p. 3).

Lúcio queixou-se, no artigo, da perda do caráter noticioso do JP pela impossibilidade de cultivar fontes ou checar informações. “Minhas poucas reservas acabaram, meu rendimento foi parar no nível mais baixo, a infra-estrutura (para deslocamentos e acessos) desapareceu e já não posso comparecer a alguns *fronts* da notícia” (PINTO, 1997, p. 3).

Em outra edição histórica, de nº 200, de dezembro de 1998, retomou a questão da autocensura nas redações, novamente acusando os jornais de sonegarem “análises, informações e perspectivas vitais” à opinião pública em um momento da história do país onde o campo social e político favorece a controvérsia.

[a imprensa] Faz isso porque a decisão de publicar as informações apuradas sobre questões polêmicas ou explosivas esbarra no interesse econômico e na aliança política. Ao avaliar o alcance desse comprometimento, a imprensa, como sói acontecer com os áulicos, torna-se mais realista do que o rei (PINTO, 1998, p. 7).

Com circulação restrita, de apenas dois mil exemplares, o JP sofreu o maior encalhe de sua primeira década de história com a edição de nº 205, de fevereiro de 1999, sobre os 20 anos de operação do Projeto Jari, o mais antigo da época do “milagre econômico” na Amazônia. O total de exemplares recolhidos das bancas não foi informado, mas Lúcio confirmou tratar-se de uma sobra “recorde”. O episódio deu origem a um artigo onde analisa os compromissos da imprensa que se diz alternativa e as expectativas dos seus leitores:

[...] Percebo, no meu caso, que toda a liberdade conquistada à custa de tantos sacrifícios e privações, não é realmente toda, nem tudo. Sei como fazer um jornal mais ao gosto do cliente, fracionado em pequenas notas, personalizado, apimentado [...]. Mas essa é também a fórmula do trivial variado (o *fait divers* dos franceses). Talvez encante o cidadão que compra quinzenalmente o seu jornal atrás de motivação imediata, mas não o ajuda a se empenhar numa alternativa mais nobre para o nosso “destino” colonial manifesto. De *potin* em *potin* o cidadão enche o papo, não a cabeça.

É preciso combinar um pouco de concessão ao gosto dominante (mesmo num segmento elitizado como o do público deste jornal, infelizmente selecionado já a partir do preço) com os compromissos editoriais de uma publicação como esta.

Sem essa mistura, o fracasso comercial é certo. E este jornal, que não aceita publicidade, depende do leitor como nenhum outro exatamente por viver exclusivamente de-e-para ele. [...]

Um jornal a sério, na grande imprensa [*ou*] como neste arranjo alternativo, tem uma função pedagógica, política, civilizatória. Deve introduzir na agenda dos cidadãos temas que lhe são vitais, ainda que ele próprio não tenha consciência disso (PINTO, 1999, p. 3).

Para Lúcio, os chamados “assuntos sérios ou áridos” devem ser levados para a capa em linguagem clara e acessível, com uma concisão que não afete a matéria em sua complexidade. Fazer isso, diz, é desafiar o leitor comum e o “impulso profissional de ser-lhe um servo domesticado” (PINTO, 1999, p. 3). O jornal operou no vermelho ao longo de todo o primeiro semestre daquele ano.

Em novembro de 1997, Lúcio deu início à campanha contra o convênio firmado no governo de Almir Gabriel (PSDB), entre a Fundação de Telecomunicações do Pará (Funtelpa) e a TV Liberal, tão logo vieram a público os detalhes da negociação. Pelo contrato, a emissora dos Maiorana poderia usar a estrutura da TV Cultura para levar sua programação ao interior

do Estado e ainda receber 200 mil reais mensais por isso. A campanha do JP se estenderia pelos dez anos seguintes, até a revogação do contrato pela governadora Ana Júlia Carepa (PT), em 2007.

Nesta fase, Lúcio sofreu dois processos por injúria, calúnia e difamação movidos pelo empresário Cecílio do Rego Almeida, que enfrenta acusações de grilagem de terras na região do Xingu e denunciou Lúcio à Justiça por ter sido chamado de “pirata fundiário” na edição nº 203, de janeiro de 1999. No texto, Lúcio comentou reportagem da revista *Veja* sobre o assunto.

As seguidas contendas com o prefeito Edmilson Rodrigues, do PT, que administrou Belém entre 1996 e 2002, foram outro traço marcante deste período. O prefeito foi criticado por Lúcio por fazer acordos com o grupo Maiorana e por permitir anúncios da Prefeitura no *Jornal Popular*, periódico sensacionalista pertencente a Silas Assis, conhecido por achacar políticos e empresários. A polêmica se estendeu a atos do prefeito e incluiu críticas ao então presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, por ter vetado a presença do jornalista Luiz Maklouf Carvalho no programa *Roda Viva*, da TV Cultura. Na edição nº 225, sob o título “Desafio democrático”, o editor do JP escreveu:

Uma das principais bases de sustentação da democracia é o respeito à oposição e à liberdade de pensamento e expressão. O PT tem falhado em demonstrar sua crença nesse princípio democrático. A falha é constante e se apresenta em diferentes pontos do país. Em São Paulo, o presidente de honra do partido, Luís [*sic*] Inácio Lula da Silva, vetou a participação do jornalista paraense Luiz Macklouf [*sic*] Carvalho no programa da TV Cultura no qual seria entrevistado, o *Roda Viva*. Lula pode ter razão em questionar a isenção e a boa-fé do jornalista, mas submeter-se a qualquer embate em público é uma das mais salutares práticas democráticas.

[...] Lula, porém, reincidiu no pecado da intolerância, na sustentação de um direito que não lhe cabe, prerrogativa a ele indevidamente conferida pela direção da Cultura, de selecionar quem o iria entrevistar (PINTO, 1999a, p. 4).

Então coordenador de comunicação do Instituto Cidadania, o jornalista Bernardo Kucinski enviou uma carta ao *Jornal Pessoal*, na qual defendeu Lula, o partido e o prefeito Edmilson, que foi criticado no artigo em questão por estar, segundo o editor do JP, fazendo “fiscalização persecutória” contra a agência de propaganda Griffó, que naquele momento atendia o governo tucano do Pará. Na correspondência, publicada na edição nº 226, de janeiro de 2000, Kucinski afirmou que o texto de Lúcio evidenciava o preconceito da imprensa brasileira contra Lula.

Ao contrário do que você diz, nenhuma pessoa, político ou não político, é obrigada a receber ou dialogar com um jornalista que não se paute pela ética jornalística ou que jogue baixo, ou simplesmente do qual não goste. Muito menos Lula, que recebe cinco pedidos de entrevistas por dia, para ver depois suas declarações simplesmente distorcidas, usadas fora do contexto, ou voltadas contra ele para agredi-lo. Aliás, se um dia você quiser escrever um livro interessante sobre a imprensa brasileira, escreva uma história das sacanagens da mídia contra Lula. Dá um livro de pelo menos 200 páginas (KUCINSKI, in: JORNAL PESSOAL, 2000, p. 6).

A resposta de Lúcio veio abaixo da carta de Bernardo Kucinski. Nela, o editor do *Jornal Pessoal* insiste no autoritarismo da decisão de Lula, afirmando que o presidente do PT, se tinha razão nas críticas a Luiz Maklouf, com o veto perdeu a chance de “desmascarar o contendor desleal”:

Se tantas vezes já foi desrespeitado, vítima de preconceitos, Lula teria essa oportunidade de enfrentar a raposa em sua própria toca, voltando o feitiço contra o feiticeiro. Até a TV Globo, que tanto mal já fez ao presidente de honra do PT, apesar de tudo continua a ter as entrevistas que solicita. Quanto mais a Cultura de São Paulo, muito mais honesta no tratamento dado a Lula, não mereceria a emissora que nosso mais importante operário a atendesse, a despeito de tudo? (PINTO, 2000, p. 7)

A contenda entre Lúcio e Kucinski se estendeu à edição seguinte, de nº 227. Em nova correspondência, o coordenador de comunicação do Instituto Cidadania retrucou:

Lula não é o “nosso mais importante operário”. Nem é mais operário. Nem é nosso mais importante líder operário, como você talvez quisesse dizer. Seria mais correto dizer que Lula é o nosso mais importante líder político, ou um dos mais importantes...A recusa em ver Lula como líder político faz parte de um quadro de restrições de origem preconceituosa (minha opinião). Nem Lula é operário nem Maklouf uma raposa.

[...] na matéria “A mesma moeda” [*publicada na edição 226*] você volta a fazer acusações: desta vez a de que Edmilson [*Rodrigues, prefeito de Belém*] está formando um caixa de campanha [...]. Como você sabe, formar caixa de campanha, antes de iniciada a campanha, é crime. Se você tem provas, deveria apresentar e o Edmilson que se defenda, se puder. Se for verdade, você estará prestando um grande serviço ao PT e à democracia. Se você não tem como provar, poderá estar cometendo crime de calúnia (imputar falsamente ato delituoso). Estou sugerindo à Prefeitura de Belém que interpele você sobre essas acusações, invocando a lei de Imprensa. Provavelmente não seguirão meu conselho (KUCINSKI, in: JORNAL PESSOAL, 2000a, p. 5).

Listando os processos judiciais que sofreu, Lúcio disse na tréplica que não foi desmentido “em nada de essencial” ao longo da carreira, e que continuaria respondendo por tudo o que escreve, integralmente, sem medo de ameaças. “Já estou velhinho e escolado o suficiente para temer arengas, venham elas como clara ameaça ou disfarçadas de aviso. Como dizia aquele famoso cartola corinthiano, quem sai na chuva é para se queimar. Uns em sentido figurado. Outros, literalmente. E melancolicamente. [...]” (PINTO, 2000a, p. 5)

A polêmica com o Partido dos Trabalhadores e ataques injuriosos do Jornal Popular, de Silas Assis, motivaram Lúcio a lançar uma edição extra do JP, em julho de 2000 (Anexo Z). Sob o título “A imprensa marrom e o PT amarelo”, um único artigo ocupa as oito páginas da edição. Nele, Lúcio sugere que está por trás da redação de uma coluna no Jornal Popular o publicitário Francisco Cavalcante, dono da Vanguarda Propaganda e responsável pelo marketing do PT em Belém.

As críticas mais ácidas, contudo, ficaram para o dono da folha, por meio do qual Lúcio resume as relações entre poder e imprensa no Pará:

O caso de Silas Assis é patológico, mas não se pode reduzir o Jornal Popular a uma patologia individual. Ele é o atestado de uma doença social que está se agravando em Belém, em particular, e no Pará, como um todo. De um lado,

uma imprensa estabelecida no negócio, na troca de interesses, num assalto que só não é a mão armada, como o de Silas, mas não deixa de ser um assalto. Uma imprensa que transaciona sobre seu compromisso sagrado, de ser fiel aos fatos, quando o tema bate no fundo do caixa, ameaçando o tilintar das 30 moedas.

Questões que poderiam estar sendo tratadas nos jornais somem de repente para que o faturamento não sofra prejuízo. Personalidades públicas morrem em vida porque se tornaram incômodas ao jornal, não à linha editorial da publicação, mas ao seu dono, que se julga também feitor da opinião pública. Sob essa sombra da grande imprensa se desenvolvem organismos anaeróbios, lesmas e pústulas, como Silas Assis (PINTO, 2000b, p. 6).

A polêmica entre Lúcio e o publicitário do PT aumentaria depois da publicação de *Comunicação militante* (2000), livro em que Francisco Cavalcante (ou Chico Cavalcante, como se apresenta) comenta o marketing da prefeitura petista em Belém. Em um dos capítulos, o nome de Lúcio Flávio Pinto é citado de maneira depreciativa, o que gerou reação do jornalista na edição nº 255, de março de 2001:

O dono da Vanguarda acha que me diminui ou humilha ao me tratar [...] como uma pessoa “conservadora e de direita”. E daí, cara-pálida? Quando entrei na universidade, era o que me diziam de autores que me haviam impressionado muito quando os li [...]. Como eu me considerava iconoclasticamente “de esquerda” (mais por exclusão), nunca de partido (sem desmerecê-lo), tratei de reler e reavaliar todos aqueles intelectuais que me haviam feito descobrir um Brasil novo [...] (PINTO, 2001, p. 4).

A resposta de Chico Cavalcante veio na forma de carta, que Lúcio publicou na edição seguinte do JP, na íntegra:

Pinto. Teu artigo de encomenda, escrito a pedido dos amigos almiristas [*vinculados ao governador Almir Gabriel*] com quem partilhas a mesa, é a demonstração não apenas de tua insanidade, mas de tua desonestidade crônica – talvez genética, como disse certa vez Hélio Gueiros [*ex-governador*]. Ora, a existência de um Jornal Pessoal é, em si, uma demonstração de que tu praticas um retro-jornalismo avesso à crítica, ao debate coletivo e, portanto, anti-social, onde a última palavra é sempre tua, onde a verdade está contigo, onde os outros estão sempre errados e tu, o sábio entre as traças, a reencarnação de IF Stone, sempre certo. Nos compêndios de psiquiatria, tal moléstia tem nome. Sugiro que busque ajuda. [...] (CAVALCANTE, in: JORNAL PESSOAL, 2001, p. 7).

Nesse período, o governador Almir Gabriel (PSDB) também sofreu críticas do *Jornal Pessoal*. Ao traçar um perfil de Almir para a edição nº 275, de janeiro de 2002, Lúcio explicitou o modo como vê o relacionamento entre jornalistas e fontes, já naquele momento sinalizando para o status secundário dessa relação no JP:

O médico Almir José de Oliveira Gabriel não gosta de jornalistas. Ou, para ser mais exato: não gosta de jornalistas independentes; só de chapas brancas. É um direito dele. Se pessoal, torna-se direito absoluto. Mas um político é um homem público. Um jornalista também o é. Como uma das principais matérias primas do trabalho de ambos é a informação, ela os aproxima, ou os distancia, conforme o caso. Ganha a sociedade quando políticos e jornalistas trocam informações de relevância para o interesse coletivo. Elas podem embasar boas decisões e, ao mesmo tempo, manter a sociedade atenta aos movimentos e atos do governo, quando ele tenta sonegar à sociedade o direito de saber o que os governantes estão fazendo. É o melhor alimento da democracia.

O governador Almir Gabriel é daqueles políticos que apreciam receber, mas não dar. Ouve com atenção, mas sempre sob franciscano silêncio.

[...]

Digo isso a partir de três conversas informais, travadas em passado já remoto, com o doutor Almir. Saí dos encontros com todas as algibeiras vazias: deixei o que tinha e não trouxe uma só pataca de informação do interlocutor. Quando um intermediário me propôs um novo contato, agradei a lembrança e recusei. De nada vale um jornalista encontrar-se com um político se daí não resultam informações relevantes para seu próprio juízo ou para retransmitir à opinião pública. É triste quando um profissional da área transforma essas oportunidades em instrumento de benefício pessoal, permite que o usem como lançador de balões de ensaio ou se reduza a um supridor de inside information, a tal da informação privilegiada (PINTO, 2002, p. 1-2).

A quarta interrupção na trajetória conturbada do *Jornal Pessoal* ocorreria em julho de 2002. Sob o título “O jornal acabou. Viva o jornalismo”, um artigo veiculado na edição nº 289 anunciava mais uma vez o fim da publicação. O argumento era o de que o equilíbrio das contas significaria elevar o preço de capa, mantido em R\$ 2 há sete anos.

[...] reconheço que a razão de ser do jornal se exauriu. O JP sempre foi uma anomalia, um desafio às regras da natureza [...]. Que sucesso se poderia esperar de um jornal em formato pequeno, que não usa fotos, nem cores, às vezes é maçudo, dá destaque a assuntos áridos, não distingue nem seleciona adversários, não tem senso de oportunidade, não faz concessões ao gosto fácil e se recusa a ter publicidade, limitando-se a faturar o que lhe paga o

leitor – e ainda sujeitando-o a ir buscar seu exemplar em bancas de revista e em umas poucas livrarias?

[...]

Fui processado 12 vezes no período [1987 a 2002] por matérias do *Jornal Pessoal*, as 12 ações movidas por apenas quatro personagens, todos poderosos, nenhum dos quais exerceu o direito de resposta a respeito do conteúdo das matérias deste jornal, que sempre considerou sagrado este direito. Todas as matérias eram de relevante interesse público, relacionadas à liberdade de imprensa, ao uso da máquina pública para intimidar adversários e ao valioso (e dilapidado) patrimônio fundiário do Pará [...] Esses processos são medalha e não desonra. Atestam o compromisso deste jornal com a verdade, independentemente do preço que se deva pagar para proclamá-la (PINTO, 2002a, p. 3).

No artigo, Lúcio Flávio Pinto afirma que quase sempre esteve só nas grandes coberturas. “Na maioria das vezes, o ‘furo’, a abordagem exclusiva, a angulação privilegiada ou a informação única não proporcionaram a sensação de realização, mas a incômoda perturbação da solidão”. Ao mesmo tempo, volta a criticar a postura dos jornalistas locais, ao insistir que a decisão da grande imprensa de fugir dos temas propostos pelo *Jornal Pessoal* não se trata, apenas, de “um problema de linha editorial” ou “de vício gerado pelo exercício do poder”. Sugere Lúcio Flávio:

Os jornalistas devem fazer um sério exame de consciência para verificar se muitas dessas lacunas não foram abertas individualmente, sem qualquer ordem superior ou condicionamento externo. Deveram-se a covardia, desleixo ou irresponsabilidade estritamente pessoal (PINTO, 2002a, p. 3).

Em sua opinião, a imprensa local não se coloca à altura das necessidades da região. Dizendo não pretender dar uma entonação épica, mas sim técnica, a esse desafio, conclui que tal inadequação causa um imenso mal à missão de impedir que a região se incorpore ao acervo de áreas espoliadas na história do colonialismo. “[...] A nós bastaria que fôssemos escravos dos fatos, apurando-os com todo rigor e divulgando-os com o máximo de clareza e profundidade que nos fosse possível”. E questiona:

Onde estão os fatos? Eles se esgotam na sua aparição superficial, no que as assessorias de imprensa divulgam nos comunicados oficiais e no que dizem os personagens nas entrevistas? Tudo o que são é o que ocorre em nossos limites territoriais? Os fatos são aqueles códigos embaralhados e para chegar a eles é preciso decodificar os sinais? Um fato é autônomo ou só adquire sentido no conjunto, no contexto que o ilumina? É preciso seqüenciá-lo e encadeá-lo para que ele deixe de ser controlável (e manipulável) apenas pelos que lhes deram causa, entrando no mercado dos acessos mais amplos (PINTO, 2002a, p. 4).

Em menos de duas semanas, porém, Lúcio novamente voltou atrás na decisão de pôr fim ao jornal. Para mantê-lo vivo, atendendo a inúmeros pedidos que afirma ter recebido de seus leitores, mudou a periodicidade, de quinzenal para mensal, e reajustou o preço de capa de R\$ 2 para R\$ 3. O número de páginas também aumentou: de 8 para 12. Na edição nº 290, de agosto de 2002, Lúcio escreveu:

Escravo da minha criatura, cedo ao pedido de muitos leitores e volto a tirar o Jornal Pessoal [...]. Hamlet disse, pela pena de Shakespeare, no ato final de uma das mais importantes peças de teatro de todos os tempos, que o resto é silêncio. É o que resta dizer neste momento de renascimento. Mesmo que seja para morrer logo em seguida. Afinal, outro grande poeta, o nosso português Fernando Pessoa, disse por nós (e para nós) todos que viver não é preciso. Ora, pois: vamos à navegação (PINTO, 2002b, p. 12).

Foi a última interrupção em 20 anos de história do jornal. Em sua terceira fase, o jornal circulou com 165 edições, 77 das quais com artigos de capa dedicados a temas políticos, especialmente as eleições municipais e estaduais.

4.3.4 – 4ª fase (2002-2007): Direito à informação em debate

Entre agosto de 2002 e março de 2003 o JP circulou mensalmente. Em abril de 2003 a periodicidade quinzenal foi restabelecida e continua se mantendo até os dias atuais. Na quarta fase de sua história, o jornal alcançou 101 edições, até o número 400, marco do 20º aniversário. Os assuntos políticos – especialmente os regionais – continuaram em alta no

período, com 45 capas. Mas como em nenhuma outra fase do JP, os temas relacionados aos grupos de comunicação paraenses, suas imbricações com o poder político e a liberdade de imprensa, mereceram atenção especial.

A imprensa local – incluindo-se o próprio *Jornal Pessoal* – foi assunto central de 16 das 101 edições, quatro das quais relativas a disputas partidárias e comerciais entre as famílias Maiorana e Barbalho. O grupo Liberal mereceu destaque em três capas e o JP, em cinco, ênfase que se explica pela agressão cometida pelo empresário Ronaldo Maiorana contra Lúcio Flávio, em janeiro de 2005, como se verá adiante. O convênio entre Funtelpa e TV Liberal também foi abordado com frequência nessa etapa, especialmente nas páginas internas do jornal, que batizou o caso de “Funtelpagate”.

Sobre os conflitos entre os Maiorana e os Barbalho, expressos em manchetes e notas nos dois jornais concorrentes, dando conta de ilicitudes em ambos os lados, Lúcio escreveu na edição nº 341, de março de 2005, que o único efeito positivo da contenda era o fato de O Liberal e Diário do Pará fornecerem à opinião pública “informações que dela sonegam quando estão em calmaria” (PINTO, 2005b, p. 2). Pouco mais de dois anos depois, em fevereiro de 2007, fez análise similar, ao afirmar na edição nº 385 que Liberal e Diário praticam jornalismo sensacionalista, sem compromisso com a elucidação dos fatos e onde o objetivo final “é atingir, ofender e sangrar o adversário”:

Nessa guerra, o jornalismo, com seus princípios e normas, é detalhe – e detalhe absolutamente irrelevante: ele serve apenas de instrumento para o acerto de contas entre os dois grupos (mas eles não têm motivo algum para se julgar ofendidos se forem chamados de máfias).

Ambos têm quase sempre razão quando se atacam e quase não têm nenhuma quando se defendem. Nessas constantes e crescentes escaramuças, parece mais fácil atacar Jader Barbalho. Afinal, ele é – e sempre foi – um político profissional. Foi o que herdou do pai [*Laércio Barbalho*], também político – patrimônio que logo tratou de multiplicar, ampliando essa herança várias vezes. Ele estaria agora enfrentando problemas [...], mas não seria o belzebu da corrupção, como é apresentado no Pará, se não tivesse se tornado empresário – e empresário no mesmo segmento de negócio dos Maiorana.

[...]

A imprensa, mediadora e intérprete da sociedade em relação ao poder institucional (e suas pulverizações, ou agregações informais), não pode pretender ser, ela própria, um poder autônomo – e, como acontece no Pará, sem limites [...] (PINTO, 2007, p. 2-4).

Em janeiro de 2005, o JP seria pivô de um episódio de agressão à liberdade de imprensa, que por alguns dias transformaria o jornal em notícia. Involuntariamente, em função da repercussão que o caso obteve, o periódico passou a ser conhecido por parcela da população paraense que jamais ouvira falar do alternativo editado por Lúcio Flávio Pinto.

No início da tarde de 21 de janeiro, Lúcio foi agredido dentro de um restaurante, em Belém, pelo empresário Ronaldo Maiorana. Advogado, presidente da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa da seção local da OAB, Ronaldo é diretor-editor corporativo das Organizações Romulo Maiorana. É o mais novo dos filhos do fundador do grupo.

O empresário agrediu Lúcio Flávio pelas costas e o ameaçou de morte em represália ao artigo intitulado “O rei da quitanda”, veiculado na edição nº 337 do JP, de janeiro de 2005 (Anexo T). O artigo analisa o poder desmesurado que o irmão de Ronaldo, Romulo Maiorana Júnior, exerce no Pará. Afirma Lúcio, no texto:

O poder de Romulo Maiorana Júnior, o principal executivo do maior grupo de comunicação do Norte do país, contrasta com a situação de um Estado destituído de informação, de opinião e de posição. O grupo Liberal é mais poderoso do que o Estado no qual atua. Mais do que um título, esse é um epitáfio: o que lhe dá força é o que enfraquece o Pará.

[...]

Grande parte dos consumidores que acreditam no produto dos veículos Liberal acredita por falta de opção. O quase-monopólio dos Maiorana cria um estado de inércia difícil de romper: seus clientes não se sentem estimulados a buscar sucedâneos, ou simplesmente essa alternativa não existe para eles. No caso da TV, em função do domínio arrasador da Globo. Em relação à mídia impressa, porque nenhum competidor enfrentou-os com o investimento requerido para derrubar uma situação de décadas, nem o Diário do Pará, do deputado federal Jader Barbalho, claudicante na profissionalização e tímido no capital de risco.

[...]

Quando o negócio da informação se reduz a uma quitanda, o poder jornalístico se torna uma fonte de poder pessoal, imenso para quem o exercita e absolutamente vazio para todos os demais, e a informação, uma banana. É o que, em boa medida, explica o estado de prostração no qual o

Pará se encontra, incapaz de entender seu drama, por falta de informações, e submisso à vontade do sobra, que o manipula conforme seus caprichos. O poder enorme de Romulo Maiorana Júnior, solitário e caprichoso, é a contrafação da impotência do Estado no qual esse poder se nutre (PINTO, 2005a, p. 1).

Na nota ao público divulgada no dia seguinte à agressão, 22 de janeiro, Lúcio Flávio argumentou:

[...] Como Ronaldo Maiorana proclamou, aos brados, que vai me matar para que eu “nunca mais fale” de sua família, a partir de agora ele é o responsável por qualquer violência que me vier a acontecer, seja a praticada pessoalmente por ele, seja a acertada com seus cães de fila, sobre os quais pesa a suspeita de integrarem a corporação de polícia organizada para defender a coletividade [*no momento da agressão a Lúcio, dois policiais militares a paisana acompanhavam Ronaldo Maiorana*].

Não me intimidarei. Continuarei a fazer o jornalismo que sempre fiz ao longo de quase 40 anos e a reagir a todas as violências, contra mim e contra terceiros. Tomarei também as providências administrativas e judiciais cabíveis contra esse cidadão que se considera acima do bem e do mal, dono do Estado.

Como não estou à venda, não sou covarde e jamais me curvei aos prepotentes, mesmo que esteja ao seu alcance o maior dos poderes, faço minhas as famosas palavras da lendária heroína espanhola, La Pasionária: “No pasarán”. Não passarão sobre mim pessoas indignas como Ronaldo Maiorana (PINTO, 2005c).

No dia 24 de janeiro, o blog do jornalista Ricardo Noblat reproduziu a seguinte nota, enviada por Ronaldo Maiorana:

Qualquer tipo de grosseria é um erro, e a cometida no restaurante contra o jornalista Lúcio Flávio Pinto foi um deles. Mas isto foi a consequência. A causa provém de longos 17 anos de infâmia, calúnia e difamação contra uma família que trabalha pelo Pará e contra uma pessoa que contribuiu muito para o jornalismo no Estado, que se chamava Romulo Maiorana [*fundador do grupo e pai do atual presidente*] e que morreu há mais de 18 anos. Esse tinha no jornalismo objetivos claros: a informação e o respeito à dignidade das pessoas. Pena que essa escola não foi seguida no Estado.

Nenhum Instituto Médico-Legal pode quantificar o dano causado à memória e à honra de membros da família, tanto os de ontem como os de hoje, por esses 17 anos de infâmia, calúnia e difamação (MAIORANA, 2005).

A agressão física e a ameaça de morte foram amplamente noticiadas, ao longo de uma semana, pelo jornal Diário do Pará – concorrente direto do jornal da família Maiorana. O portal IG e os jornais Folha de S. Paulo e O Globo, mesmo que timidamente, também ofereceram cobertura, bem como o blog de Ricardo Noblat, e os sites especializados Observatório da Imprensa, O Jornalista e Comunique-se.

Entidades representativas de vários setores, entre elas a Federação Nacional de Jornalistas, Sindicato dos Jornalistas do Pará – cuja nota foi considerada “pusilânime” por Lúcio Flávio –, Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal – de onde partiu a reação mais enfática da categoria –, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Greenpeace também repudiaram o ocorrido.

Um debate organizado pelo curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pará e SBPC, realizado na semana seguinte à agressão, reuniu dezenas de estudantes e profissionais de imprensa no auditório da Justiça Federal, em Belém.

O jornal O Liberal, que silenciou por completo a respeito do episódio, ainda que nos meses seguintes Ronaldo Maiorana e seu irmão, Romulo, tivessem ajuizado várias ações na Justiça contra Lúcio, viu-se obrigado a reproduzir a seguinte informação, veiculada no dia 6 de fevereiro na coluna de Elio Gaspari, que é assinada pelo jornal paraense:

[...] O nome de Lúcio Flávio Pinto acaba de ser encaminhado à comissão julgadora do prêmio Maria Moors Cabot, da Universidade Columbia. Trata-se do mais conhecido prêmio do jornalismo interamericano. Mais: por sugestão do cientista político Biorn Maybury-Lewis (ex-professor da Universidade Federal do Pará), ele foi convidado para uma passagem pela Universidade Harvard. Lá, contaria suas experiências profissionais. A visita será patrocinada pelo Centro David Rockefeller para Estudos Latino-Americanos (onde o signatário passa este semestre). Lúcio Flávio informou que só poderá viajar aos Estados Unidos em abril. Para que as pessoas interessadas em azucrinar o jornalista saibam a intensidade da frente fria que têm pela frente, foi-lhe dito que poderá vir quando quiser, inclusive no dia em que achar que sua segurança está ameaçada (GASPARI, 2005).

Ao contrário do que costuma fazer em episódios semelhantes, envolvendo agressão a jornalistas, no caso em questão a Associação Nacional de Jornais (ANJ), que representa o patronato da mídia impressa, silenciou por completo. Assim também procedeu a Unesco, agência das Nações Unidas voltada para a educação e cultura, e que junto com a ANJ instalou no Brasil a “Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa”.

O relatório de 2005 da ANJ não relacionou a agressão cometida contra Lúcio, apesar de ter informado a ocorrência de um assassinato, sete casos de agressão, três atentados, uma ameaça de morte e três casos de censura (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, 2005). Só um ano após o ocorrido, em fevereiro de 2006, a ANJ decidiu se posicionar sobre o assunto. Utilizando-se de parecer de sua consultoria jurídica, reduziu o episódio envolvendo Lúcio Flávio e Ronaldo Maiorana a uma “rixa pessoal”, decidindo não tratá-la como caso de desrespeito à liberdade de informação.

No âmbito internacional, a agressão foi formalmente condenada pelo Comitê de Proteção aos Jornalistas (CPJ) e Repórteres Sem Fronteiras. Em outubro de 2005 Lúcio foi laureado com o Prêmio Internacional de Liberdade de Imprensa, da CPJ, ao lado de dois jornalistas, um da China e outro do Uzbequistão, e de uma advogada do Zimbábue, por terem enfrentado ameaças e punições em função do trabalho que desenvolvem. O falecido âncora norte-americano Peter Jennings também foi homenageado pela entidade, na ocasião.

A entrega dos prêmios aconteceu no dia 22 de novembro de 2005, em Nova York, mas Lúcio Flávio não pôde comparecer; diante do volume de processos judiciais, e temendo perder prazos fatais em função da viagem, preferiu ser representado na cerimônia pela filha, Juliana Pinto. Em editorial, o jornal norte-americano Washington Post comentou as razões da ausência de Lúcio Flávio e do jornalista chinês, Shi Tao, na cerimônia de entrega dos prêmios da CPJ.¹⁰¹

¹⁰¹ Condenado a dez anos de prisão por divulgar um documento do Partido Comunista na internet, o jornalista Shi Tao está preso desde 2005.

No dia 3 de novembro de 2005, a coluna de economia da jornalista Míriam Leitão, publicada em O Globo e reproduzida por O Liberal, constatou uma série de ameaças à liberdade de imprensa, no Brasil e no mundo. Foi a segunda vez, naquele ano, que o jornal teve de citar, a contragosto, o nome de seu maior adversário no jornalismo paraense. A primeira foi na coluna de Elio Gaspari, em fevereiro. Sob o título “Não-amestrados”, Míriam Leitão escreveu:

No Brasil, há muitas ameaças, além das diversas insinuações autoritárias do governo, à liberdade da imprensa regional, por parte dos grupos de interesse e econômicos locais. O repórter paraense Lúcio Flávio Pinto foi um dos escolhidos este ano para o prêmio International Press Freedom do Committee to Protect Journalists em Nova York, no próximo dia 22. Lúcio Flávio não pode viajar para receber porque está respondendo a 18 processos. A maioria movida pela família Maiorana – ele foi vítima até de agressão física por parte de Ronaldo Maiorana – e outro processo de Cecílio do Rego Almeida, que alega ser dono de uma extensa área na Terra do Meio. O Brasil vai fazer um papelão no Waldorf Astoria, diante da imprensa internacional, se Lúcio Flávio for impedido de ir (LEITÃO, 2005).

A seção paraense da Ordem dos Advogados do Brasil ignorou o pedido feito por entidades da sociedade civil e por um grupo de jornalistas locais, e manteve o empresário Ronaldo Maiorana em seu Comitê de Liberdade de Imprensa.

O episódio da agressão tornou-se assunto recorrente nas páginas do *Jornal Pessoal*; em 14 meses houve cinco capas dedicadas ao assunto, e em todas elas Lúcio manteve o tom crítico aos Maiorana. Na edição nº 361, de janeiro de 2006, escreveu:

Os filhos [*de Romulo Maiorana*] acham que sua vontade tem força de lei. Podem revogar a anterior com uma nova vontade. Não se vexam de um dia criticar com crueza a Companhia Vale do Rio Doce, arrastando opiniões para uma campanha sistemática contra a empresa, e no dia seguinte abrir o tapete vermelho, sem qualquer rito argumentativo de passagem. Num dia o jornal abriga matérias de denúncia contra a direção do Banco da Amazônia e no outro dia a instituição se torna celestial. [...]

A pedra de toque da mutação é o movimento do caixa registrando publicidade. Como a empresa não dá guarida a mais leve suspeição sobre a honorabilidade dessa movimentação volúvel, quem mata a cobra e mostra o pau comete ato de lesa-majestade. Esse tem sido o crime permanente do

Jornal Pessoal: revelar o motivo que inspirou a alteração do humor dos donos da comunicação no Pará, que, em hipertrofia de poder, julgam-se também os donos do Estado, fiadores de qualquer decisão que lhes interesse [...] (PINTO, 2006, p. 8)

O JP alcançou a histórica marca de 400 números em setembro de 2007. No texto de abertura, Lúcio Flávio definiu o *Jornal Pessoal* como uma “criatura que é minha própria pele. Nada me reflete mais do que este pequeno conjunto de folhas de papel” (PINTO, 2007c, p. 2.).

A edição 400 foi radicalmente diferente das 399 anteriores. Nela, 18 leitores do periódico convidados por Lúcio – entre jornalistas, pesquisadores, servidores públicos e um madeireiro –, assinaram artigos comentando as duas décadas de existência do jornal. Um dos convidados, o professor Laymert Garcia dos Santos, da Unicamp, assim descreveu o JP:

O jornal de Lúcio Flávio Pinto não é, definitivamente, uma mercadoria, muito menos um meio de expressão narcisista que visaria a promoção da pessoa do jornalista, mas sim um instrumento de intervenção na realidade amazônica. Como se o seu solitário repórter e redator concebesse a publicação como uma espécie de ação direta que visa contribuir para a transformação do estado de coisas na região.

Com efeito, Lúcio Flávio Pinto é um daqueles que, no dizer do filósofo Gilles Deleuze, não tolera o intolerável. E o intolerável, para ele, é esse sombrio submundo amazônico, no qual se cruzam e se encontram os pistoleiros de aluguel, os garimpeiros de todos os garimpos, as elites sequiosas de dinheiro fácil, os governantes corruptos, os funcionários públicos complacentes e todos os tipos de predadores locais, regionais, nacionais, nacionais e internacionais que vêm a Amazônia como uma inesgotável fonte de riquezas a ser apropriada a qualquer custo, de qualquer maneira, e o mais rápido possível. Foi por não tolerar o intolerável, por não poder impedir de fazer o que estava ao seu alcance, que Lúcio Flávio Pinto fundou o *Jornal Pessoal*. Nesse sentido, não é descabido considerar que faz jornalismo de combate (SANTOS, 2007, p. 7).

4.4 – SOB PRESSÃO DAS DEMANDAS JUDICIAIS

Em 20 anos de história do *Jornal Pessoal*, Lúcio Flávio Pinto foi acionado 33 vezes na Justiça do Pará. Dezenove processos foram arquivados e 14 continuavam em tramitação em janeiro de 2008, sendo seis cíveis e oito penais. Desses, seis ações penais e quatro cíveis são iniciativas dos irmãos Ronaldo e Romulo Maiorana Junior. Os irmãos Maiorana em conjunto (incluindo Rosângela, a primeira a processar Lúcio, em 1992) moveram 13 ações penais e cinco cíveis contra o editor do JP. Das penais, sete já foram arquivadas. As ações cíveis estão em tramitação. Em uma delas, Rosângela pede que Lúcio seja proibido de citar seu nome no jornal.

Os outros processos judiciais em andamento foram movidos pelo empresário Cecílio do Rego Almeida, proprietário da construtora C.R. Almeida, que se declara dono de uma área de sete milhões de hectares na região do rio Xingu, e pelo desembargador João Alberto Paiva, criticado pelo jornalista por ter concedido liminar favorável a Rego Almeida em ação movida no caso das terras, que estão sob suspeita de grilagem.

Até o momento, Lúcio sofreu três condenações na Justiça, em ações movidas por João Alberto Paiva, Cecílio do Rego Almeida e Rosângela Maiorana Kzan. O editor do JP recorreu em todos os casos e as ações tramitam em instâncias superiores. Ainda não perdeu, portanto, a primariedade.

O processo mais recente, uma ação penal por difamação e injúria, foi movido em setembro de 2007 por Cecílio Almeida. Refere-se a um artigo publicado na edição nº 393, de junho de 2007, no qual Lúcio analisa sentença aplicada à revista *Veja* em decorrência de reportagem sobre as terras do Xingu, quando foram apresentadas denúncias contra o empresário.

Em 2005, Lúcio foi condenado por danos morais em razão de artigo no qual o dono da C.R.Almeida é chamado de “pirata fundiário” (nº 203, de janeiro de 1999). O jornalista

recorreu, em última instância, ao Superior Tribunal de Justiça. Se perder, terá de pagar indenização ao empresário estimada, hoje, em cerca de R\$ 30 mil.

Entre as ações arquivadas se encontram quatro movidas pelo madeireiro Vandeir dos Reis Costa, duas do ex-prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, e outras duas da desembargadora Maria do Céu Duarte. Em dois processos movidos por Edmilson na Justiça Eleitoral, o editor do *Jornal Pessoal* foi absolvido. A Lei de Imprensa (nº 5.250/67) foi usada contra Lúcio em todas as ações penais.

Pelos cálculos do jornalista, sua defesa já produziu mais de três mil laudas em 15 anos de contendas judiciais. Diretamente envolvido na preparação das peças, afirma possuir pelo menos 1.200 livros de direito em sua biblioteca, o que o transformou – segundo sua própria avaliação – em um dos maiores especialistas em Lei de Imprensa do país. Freqüentador assíduo do Fórum de Belém, onde se mantém informado sobre o andamento das ações, evita viagens para fora do Estado. Seu maior temor é a perda de prazos, e, por consequência, da primariedade.

Sobre a pressão judicial que enfrenta, escreveu na edição especial do 20º aniversário do JP: “O uso imoderado, excessivo e abusivo da justiça se tornou, no Pará, num instrumento de cerceamento ao direito constitucional de informações, que, para um jornalista consistente, é também um dever”. Por conta da multiplicação de ações, diz ter perdido a liberdade o tempo e as condições operacionais que o jornalismo exige. “Há muitos anos meus fins de semana são as forjas deste jornal, que costumo escrever de um só impulso, principalmente nesses dois dias, reservados ao descanso e ao lazer. É uma boa maneira de errar, sobretudo aquele erro que resulta do [...] esgotamento das faculdades mentais” (PINTO, 2007c, p. 2).

Ao comentar as ações, porém, Lúcio quase sempre opta por uma postura intimorata. Em entrevista ao site da revista *Caros Amigos*, quando confrontado com a possibilidade da perda de primariedade e até a prisão, evocou a figura de Cipriano Barata:

Toda vez que ia para as grades, [Cipriano] escrevia um jornal. [...] É um exemplo. Rosângela Maiorana, que já foi minha amiga, disse que iria me mandar para a prisão. Retruquei que o risco era que eu teria tempo para escrever um *Jornal Pessoal* por dia. Iria imitar o Cipriano Barata. Como diz o Gramsci, pessimismo na inteligência, otimismo na vontade. Tenho consciência de que a máquina vai me triturar. Vou capitular? Não sei.¹⁰²

Engessado pelos processos na Justiça, fora do sistema previdenciário há 12 anos, sem poupança, Lúcio Flávio Pinto afirma não ter opção: “Em defesa da dignidade, devo resistir. Quando deixar de resistir, é porque isso se tornou fisicamente impossível”. Para Lúcio, as possibilidades de existência do jornal já se exauriram. “Eu vinha planejando acabar com ele quando veio a agressão [de Ronaldo Maiorana, em janeiro de 2005]. Agora, vive porque virou um símbolo de resistência”¹⁰³.

Depois de passar praticamente a metade da carreira como editor do JP, voltar à grande imprensa é uma possibilidade praticamente descartada por Lúcio Flávio.

Uma só vez tentei retornar à grande imprensa, quando fui convidado para dirigir a sucursal amazônica da Gazeta Mercantil, em Belém [1995]. Assumi o cargo e dois dias depois pedi demissão, indicando meu irmão [Raimundo] para me substituir. Não consegui me ajustar à grande imprensa outra vez. Não sei se ainda conseguirei. Vejo essa perspectiva com uma certa preocupação. O *Jornal Pessoal* tem uma existência precária. Pode acabar a qualquer momento. O que farei então? [...] Tentar o jornalismo convencional de novo? Talvez não apenas já não consiga, mas também não me queiram. Espero que essa crise, quando se instaurar, seja criativa.¹⁰⁴

Empobrecido em relação ao padrão de vida que possuía nos anos 1980, quando calcula que seus salários somados equivaliam a 15 mil dólares, Lúcio considera ter feito uma opção franciscana com o *Jornal Pessoal*: “Eu aceito que vou morrer pobre”¹⁰⁵.

¹⁰² Entrevista de Lúcio Flávio Pinto a Rogério Almeida, Guilherme Carvalho e Nanani Albino, para o site da revista Caros Amigos. 24 jul. 2004. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/do_site/sonosite/entrev_ago04_lucio.asp>. Acesso em: 30 ago. 2004.

¹⁰³ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto a Marcos Fonseca. *Revista Cult*, ano 9, nº 99, jan. 2006. p. 46-50.

¹⁰⁴ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora em 31 jul. 2006.

¹⁰⁵ Entrevista de Lúcio Flávio Pinto à autora em 18 jul. 2005.

Pertencente a uma geração de jornalistas que conheceu o pleno emprego, durante muito tempo Lúcio acreditou que sua vida transcorreria sem acidentes. Hoje, vive da modesta receita que o JP proporciona, de consultorias e de trabalhos como free-lancer, entre eles artigos para os sites do Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas¹⁰⁶ e @americas¹⁰⁷, e para o jornal O Estado do Tajapós, de Santarém (PA). As centenas de palestras que realizou em várias partes do Brasil e do mundo renderam-lhe poucos dividendos financeiros. Calcula ter feito pelo menos 95% dessas conferências gratuitamente. Queixa-se com frequência da ausência de remuneração, mas não deixa de atender aos convites.

As atuais condições de vida e trabalho do jornalista contrastam com sua obra e com as honorarias que recebeu por ela. Lúcio Flávio tem 11 livros individuais publicados, todos direta ou indiretamente relacionados à Amazônia. O último deles é *Contra o poder* (2007), sobre os 20 anos do *Jornal Pessoal*. Também é co-autor de inúmeras publicações coletivas, relativas à região e ao jornalismo. Como conferencista, já participou de dezenas de encontros dedicados a questões amazônicas, no Brasil e no exterior.

Lúcio é ainda detentor de quatro prêmios Esso e dois Fenaj, da Federação Nacional dos Jornalistas, que em 1988 considerou o JP a melhor publicação do Norte e Nordeste. Em 1987 foi o primeiro jornalista das Américas a receber o Colombe d'Oro per la Pace, conferido pela ONG italiana Archivio Disarmio. O prêmio é concedido anualmente a uma personalidade internacional e a jornalistas que tenham se destacado na luta contra o armamentismo e a favor da justiça e da paz. Lúcio foi agraciado juntamente com um deputado da Irlanda do Norte, John Humme, que no ano seguinte ganharia o Prêmio Nobel da Paz, e com o jornalista e escritor albanês Fatos Lubonja, que passou 19 anos preso, no regime de Enver Hoxxa.

¹⁰⁶ Disponível em: <www.ces.fgvsp.br>.

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://www.americas.inf.br>>.

na agenda dos cidadãos. “É esse o desejo dos poderosos, locais e metropolitanos. Contra eles me insurgi. Meu jornalismo é o produto dessa insubmissão” (PINTO, 2005, p. 10).

A reconstituição da história do *Jornal Pessoal*, feita neste capítulo por meio das reflexões de seu editor sobre a natureza, os méritos e as contradições do jornalismo, visa demonstrar que o exercício da argumentação e da crítica é a essência primeira do alternativo paraense. E esta essência que impele quinzenalmente, às bancas de revistas, o pequeno público do JP – que pode ser entendido como uma audiência qualitativa, pois se dispõe a pagar R\$ 3 por um pequeno jornal de 12 páginas que, não raro, dedica três ou quatro dessas páginas a temas áridos como a pirometalurgia do cobre ou o funcionamento de hidrelétricas.

Em seu jornal, Lúcio atua hoje menos como jornalista enquanto mediador da informação, e mais como uma espécie de *voz especializada*, como um intelectual público que ambiciona refletir com o máximo de intensidade sobre os problemas da região, como se verá no capítulo V. Na aplicação dessa capacidade crítica e argumentativa, resistente às pressões do mercado pela inexistência de publicidade, se expressam a miséria e a grandeza do *Jornal Pessoal*. Miséria, porque sendo o JP um dos raros canais de informação através do qual os paraenses podem conhecer aos subterrâneos de negociatas, crimes de encomenda e acordos espúrios com dinheiro público, seus adversários parecem próximos de poder silenciá-lo por meio dos processos que se avolumam na Justiça. Grandeza porque, mesmo que venha a desaparecer em decorrência dessas pressões, o periódico já aparece inscrito na história do jornalismo local com suas mais de 400 edições e pelo menos 4.500 páginas.

Nesse acervo material e simbólico, produto da “insubmissão” de que fala Lúcio, está registrado o testemunho de uma época onde grupos políticos e midiáticos se associaram, como em nenhum outro momento da história do Pará, para nutrir projetos de poder. Dessa associação resultou um jornalismo limitado na ação, e conseqüentemente empobrecido de idéias, diante do qual o JP funciona como contraponto permanente. No campo de estudos da

imprensa na Amazônia, seja de natureza hegemônica ou contra-hegemônica, esse testemunho se apresenta como uma das mais importantes contribuições do quinzenário de Lúcio Flávio Pinto à sociedade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. *Relatório Anual sobre Liberdade de Imprensa no Brasil (2005)*. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/files/Arquivos/rellib05.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2006.

AUGUSTO, Sérgio. “Uma pedra no caminho dos poderosos”. In: STONE, Isidore F. *O julgamento de Sócrates*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 9-17.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CAROS AMIGOS. Entrevista de Lúcio Flávio Pinto. 2004. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/do_site/sonosite/entrev_ago04_lucio.asp>. Acesso em: 9 jun. 2007.

CAVALCANTE, Francisco; VIEIRA, Ruth H. G. *Comunicação militante: o papel da comunicação no governo do povo de Belém (1997-2000)*. [S.l.]: Labor Editorial, 2000.

CHAPARRO, Manuel C. *Sotaques d'aquém e da d'além mar: Percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro*. Santarém: Jortejo, 2000.

CURRAN, James; SEATON, Jean. *Power without responsibility: The press and broadcasting in Britain*. Garland, 1995.

FONSECA, Marcos. “Imprensa - Uma voz que se apaga”. *Revista Cult*, ano 9, nº 99, jan. 2006. p. 46-50.

FUSER, Igor (Org.). *A arte da reportagem*. São Paulo: Scritta, 1996.

GASPARI, Elio. “O Jornal Pessoal vai a Harvard”. *Folha de S. Paulo*, 6 fev. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0602200507.htm>>. Acesso em: 6 fev. 2005.

INSTITUTO GUTENBERG [Boletim eletrônico]. “Jornal do jornalista”. n° 34, nov-dez. 2000. Disponível em: <<http://www.igutenberg.org/jj343x1.html>>. Acesso em: 21 jan. 2004.

LEITÃO, Miriam. “Não-amestrados”. *O Globo*, 3 nov. 2005. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=353ASP015>>. Acesso em: 10 dez. 2005.

MAIORANA, Ronaldo. [Nota]. In: NOBLAT, Ricardo. “Dono de jornal se explica”. Blog do Noblat, 24 jan. 2005. Disponível em: <<http://noblat.blig.ig.com.br>>. Acesso em: 24 jan. 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Jornalismo fin-de-siècle*. São Paulo: Página Aberta, 1993.

_____. *A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker, 2000.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora UNB, 2002.

_____. “O nome do jornal”. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora UNB, 2002. p. 85-98.

NOBLAT, Ricardo. “Dono de jornal se explica”. Blog do Noblat, 24 jan. 2005. Disponível em: <<http://noblat.blig.ig.com.br>>. Acesso em: 24 jan. 2005.

PINTO, Lúcio F. *Guerra amazônica: O jornalismo na linha de tiro (de grileiros, madeireiros, intelectuais, etc. & cia.)*. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2005.

_____. “Comunicado ao público”. 22 jan. 2005 (c). Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=313CID003>>. Acesso em: 22 jan. 2005.

_____. *O jornalismo na linha de tiro (De grileiros, madeireiros, políticos, empresários, intelectuais & poderosos em geral)*. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2006.

SERRANO, Estela. “O espaço público e o papel do Estado na sociedade global de informação”. Lisboa, 1998. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 24 ago. 2005.

STONE, Isidore F. *The haunted fifties*. Nova York: Vintage Books, 1969.

_____. *O julgamento de Sócrates*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Jornal Pessoal

CAVALCANTE, Chico. [Carta]. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIV, nº 256, 1ª quin. ab. 2001. p. 7.

KUCINSKI, Bernardo. [Carta]. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIII, nº 226, 1ª quin. jan. 2000. p. 6.

_____. [Carta]. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIII, nº 227, 2ª quin. jan. 2000(a). p. 5.

PINTO, Lúcio F. “Jornal: opção”. *Jornal Pessoal*, Belém, nº 1, 1ª quin. set. 1987. p. 1.

_____. [Nota ao leitor]. *Jornal Pessoal*, Belém, nº 5, 1ª quin. nov. 1987(a). p. 8.

_____. “Os desafios a vencer”. *Jornal Pessoal*, Belém, nº 8, 2ª quin. dez. 1987(b). p. 5.

_____. “Um ano depois, quem diria?”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano II, nº 25, 1ª quin. set. 1988. p. 8.

_____. “A aventura de ter dois anos”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano III, nº 47, 1ª quin. set. 1989. p. 4-6.

_____. “O perfume fica no ar”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano III, nº 63, 1ª quin. jun. 1990. p. 5-6.

_____. “Para viabilizar o impossível”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano III, nº 64, 1ª quin. jul. 1990(a). p. 2.

_____. “À porta da redação”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano V, nº 74, 2ª quin. set. 1991. p. 5.

_____. “Sob os palanques”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano V, nº 80, 2ª quin. dez. 1991(a). p. 7.

_____. “Imprensa – Os paralelos se chocam”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano VI, nº 99, 1ª quin. out. 1992. p. 4-6.

_____. “Imprensa – A guerra dos Maiorana”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano VI, nº 102, 2ª quin. nov. 1992. p. 1-6.

_____. “Imprensa – JP chega ao fim”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano VII, nº 125, 2ª quin. mai. 1994. p. 1-3.

_____. “De volta”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano IX, nº 126, 1ª quin. mai. 1995. p. 2.

- _____. “Problemas”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano IX, nº 127, 2ª quin. set. 1995(a). p. 1.
- _____. “O JP prossegue: viver é preciso”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano IX, nº 142, 2ª quin. jun. 1996. p. 7.
- _____. “Imprensa - O balanço de dez anos”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano X, nº 170, 1ª quin. set. 1997. p. 1-3.
- _____. “JP: 200 números depois, continuar é uma incógnita”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XII, nº 200, 1ª quin. dez. 1998. p. 7.
- _____. “E, no entanto, prosseguimos”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XII, nº 207, 2ª quin. mar. 1999. p. 3.
- _____. “O desafio democrático”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIII, nº 225, 2ª quin. dez. 1999(a). p. 4-5.
- _____. “Minha resposta” [Carta]. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIII, nº 226, 1ª quin. jan. 2000. p. 7.
- _____. “Minha resposta” [Carta]. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIII, nº 227, 2ª quin. jan. 2000(a). p. 5.
- _____. “A imprensa marrom e o PT amarelo”. *Jornal Pessoal* [ed. extra], Belém, jul. 2000(b). p. 1-8.
- _____. “ ‘Comunicação militante’: uma história ‘corrigida’ ”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIV, nº 255, 2ª quin. mar. 2001. p. 4-5.
- _____. “Política – A voz do trono”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XV, nº 275, 2ª quin. jan. 2002. p. 1-2.
- _____. “O jornalismo acabou. Viva o jornalismo”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XV, nº 289, 2ª quin. jul. 2002(a). p. 3-4.
- _____. “Mais uma vez”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XV, nº 290, ago. 2002(b). p. 8.
- _____. “O rei da quitanda”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XVIII, nº 337, 1ª quin. jan. 2005(a). p. 6-7.
- _____. “A guerra vai continuar?” *Jornal Pessoal*, Belém, ano XVIII, nº 341, 1ª quin. mar. 2005(b). p. 1-2.

_____. “A vil agressão, um ano depois”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIX, nº 361, 2ª quin. jan. 2006. p. 8.

_____. “Pará de hoje: Chicago?” *Jornal Pessoal*, Belém, ano XX, nº 385, 1ª quin. fev. 2007. p. 1-4.

_____. “Na rede”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XX, nº 393, 1ª quin. fev. 2007(a). p. 1-4.

_____. “O jornalismo essencial: reconhecimento da ciência”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XX, nº 396, 2ª quin. jul. 2007(b). p. 6-9.

_____. “O jornal do leitor”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XXI, nº400, set. 2007(c). p. 1-2.

SANTOS, Laymert G. “Uma questão vital”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XXI, nº400, set. 2007. p. 7.

Depoimentos

DUTRA, Manuel S. 1º jun. 2006 (gravação).

KUCINSKI, Bernardo. 18 set. 2007 (gravação).

PINTO, Lúcio F. 11 jan. 2003 (gravação), 18 jul. 2005 (gravação), 31 jul. 2006 (e-mail), 27 jul. 2007 (gravação), 20 set. 2007 (e-mail).

PINTO, Luiz. 25 set. 2007 (e-mail).

CAPÍTULO V – O JORNALISTA E O INTELLECTUAL - UMA ANÁLISE DO AGENDAMENTO NO JP

Russell Jacoby (1990) situa os jornalistas entre os únicos grupos sociais, além dos acadêmicos, que têm como tarefa escrever sobre as questões públicas. Fazem isso fora da academia, e muitas vezes em contraponto a ela, especialmente nos jornais impressos. As contribuições dos jornalistas ao debate intelectual diminuem, porém, à medida que declina a qualidade do conteúdo analítico dos jornais, cada vez mais interessados nas chamadas coberturas “leves”.

A decadência das grandes cidades, a expansão da TV como forma de lazer, a diminuição do número de jornais e das diferenças entre eles, reduziram o papel dos meios impressos como espaço público para o debate político e cultural (JACOBY, 1990, p. 236-237). Associados a esses fatores, o inchaço das universidades e a fragmentação da audiência contribuem para o desaparecimento do intelectual público – sujeito social definido por Jacoby (1990, p. 249) como um “espírito incorrigivelmente independente que não responde a ninguém”, comprometido com um “mundo público” e “uma linguagem pública”.

O historiador norte-americano defende a crítica de Noam Chomsky, registrada em *Language and responsibility* (1979), aos intelectuais como “escravos do poder”. O que Chomsky pretende, diz Jacoby (1990, p. 212), é que os intelectuais se manifestem como cidadãos, e os cidadãos, como intelectuais. O comportamento hostil contra os críticos não autorizados serviria apenas para garantir a segurança dos especialistas. No caso de Chomsky, um lingüista, essa hostilidade se manifesta com frequência quando ele condena a política externa dos EUA: “Tenho sido contestado sobre minhas credenciais ou indagado sobre o treinamento especial que me habilita a falar desses assuntos. A suposição é de que pessoas como eu, que são estranhas de um ponto de vista profissional, não têm direito para falar tais coisas” (CHOMSKY, 1979, apud JACOBY, 1990, p. 212).

A necessidade de participar das lutas sociais e políticas é, no entanto, uma característica inerente aos intelectuais, observa Norberto Bobbio (1997). Essa condição possibilita o exercício do poder ideológico pelo uso da palavra, do qual decorre a produção de idéias, ensinamentos e visões de mundo. Por essa razão, não podem ser desconsiderados pelo poder dominante, ainda mais porque lidam com uma função política que lhes é própria.

[...] a conduta do intelectual deve ser caracterizada por uma forte vontade de participar das lutas políticas e sociais do seu tempo que não o deixe alienar-se tanto a ponto de não sentir mais aquilo que Hegel chamava de “o elevado rumor da história do mundo”, mas, ao mesmo tempo, por aquela distância crítica que o impeça de se identificar completamente com uma parte até ficar ligado a uma palavra de ordem (BOBBIO, 1997, p. 79).

Impedir que o monopólio da força se transforme em monopólio da verdade é a primeira tarefa dos intelectuais, afirmou o filósofo italiano falecido em 2004, que preferia referir-se não a *engajamento*, mas a *responsabilidade*: “[...] importa não que o homem de cultura se engaje ou não”, mas o objeto pelo qual se engaja ou não, e como faz isso, “assumindo todas as responsabilidades de sua escolha e das conseqüências que dela derivam” (BOBBIO, 1997, p. 100). É apenas com base nessas responsabilidades que o intelectual deve ser julgado. O que conta para Bobbio, em última análise, é a causa.

Em artigo reproduzido pelo jornal Folha de S. Paulo em agosto de 2006, Jürgen Habermas também refletiu sobre o papel dos intelectuais na contemporaneidade. Segundo o filósofo alemão, o que esses intelectuais ambicionam é “uma esfera pública capaz de lhes servir de caixa de ressonância, alerta e informada”, onde “a política não se dissolve na atividade do Estado”. O que importa é a presença de uma “cultura política da contradição”, na qual as “liberdades comunicativas dos cidadãos podem ser desencadeadas e mobilizadas” (HABERMAS, 2006).

Empenhados em elevar o nível do debate público a partir dessa “cultura da contradição”, os intelectuais, contudo, vêm sendo afetados por uma nova mudança estrutural na esfera pública. Como atesta Habermas no referido artigo, essa mudança se manifesta na reorientação da comunicação e do jornalismo para a internet e a televisão, que ampliou a esfera pública midiática e promoveu um intercâmbio de intensidade sem paralelo em épocas anteriores. Para os intelectuais, o custo dessa descentralização é a perda de “foco”:

[...] os intelectuais parecem morrer sufocados diante do transbordamento desse elemento vivificador, como se ele lhes fosse administrado em overdose. A bênção parece transformar-se em maldição. As razões para isso me parecem ser uma informalização da esfera pública e uma indiferenciação dos correspondentes papéis.

A utilização da internet simultaneamente ampliou e fragmentou os nexos de comunicação. Por isso a internet produz por um lado um efeito subversivo em regimes que dispensam um tratamento autoritário à esfera pública. Por outro lado, a interligação em redes horizontais e informalizadas de comunicação enfraquece ao mesmo tempo as conquistas das esferas públicas tradicionais, pois estas enfeixam no âmbito de comunidades políticas a atenção de um público anônimo e disperso para informações selecionadas, de modo que os cidadãos podem ao mesmo tempo se ocupar dos mesmos temas e contributos criticamente filtrados (HABERMAS, 2006).

Diante desse quadro, os intelectuais devem buscar a diferenciação dos “especialistas” e “jornalistas inteligentes” a partir do que Habermas chama de “faro vanguardista para relevâncias”. Essa atitude, porém, demanda algumas virtudes “não-heróicas”:

uma sensibilidade desconfiada diante de lesões da infra-estrutura normativa da sociedade; a antecipação cautelosa de perigos que ameaçam a dotação mental da forma da vida política comum; o senso do que falta e “poderia ser diferente”; um pouco de imaginação para a projeção de alternativas; e um pouco de coragem para a polarização, a manifestação inconveniente, o panfleto (HABERMAS, 2006).

Combinadas, as reflexões de Jacoby (1990), Chomsky (1979), Bobbio (1997) e Habermas (2006) contribuem para situar o jornalista Lúcio Flávio Pinto no papel de intelectual público, cujo meio de intervenção na realidade social é o *Jornal Pessoal*. Trata-se

–como já visto –, de um espírito *outsider*, autônomo, aberto à polêmica, e que, movido por causas e responsabilidades que chamou a si, dispõe-se a participar dos embates de sua época.

Usando o meio impresso como tribuna, Lúcio se empenha em não perder o “foco”, segundo a formulação harbemasiana: por mais que as idéias do jornalista estejam disseminadas em milhares de páginas na web, seu lugar de expressão reconhecido socialmente é o *Jornal Pessoal*. O editor entende que o formato impresso, ainda que modesto, é a melhor maneira de sobreviver ao “transbordamento” comunicacional dos novos tempos.

O distanciamento das rotinas produtivas do jornalismo (TUCHMAN, 1983) foi a solução que Lúcio encontrou para exercer plenamente a condição de intelectual. Na consolidação desse papel, no entanto, serviu-se do lastro de credibilidade obtido na passagem pela grande imprensa, onde pôde constituir e qualificar uma audiência sensível aos problemas regionais.

Tomando por base a sistematização da agenda do *Jornal Pessoal*, o objetivo deste capítulo é demonstrar como as análises feitas por Lúcio, mais do que noticiar os problemas do Pará e a Amazônia, são manifestações de um intelectual público, portanto, insubmisso, crítico e exigente, sobre esses problemas.

O ponto de partida desta etapa do estudo foi a leitura integral das 401 edições do *Jornal Pessoal* produzidas entre setembro de 1987 e setembro de 2007. Paralelamente, efetuou-se o registro das manchetes de capa – título e texto introdutório (ou “janela”) – em um campo específico (Apêndice A). A classificação dos artigos destacados na primeira página permitiu identificar os assuntos de interesse do JP. O enfoque dado a esses assuntos conduziu à sua sistematização em subtemas, que, na seqüência, foram reorganizados em oito categorias temáticas (Apêndice B). Essas categorias, em nossa avaliação, evidenciam as prioridades do JP. São elas: Cenários Políticos, Grandes Projetos, Conjuntura Estadual (Pará), Conjuntura Amazônica, Imprensa, Escândalos, Crimes de Encomenda e Conjuntura Municipal (Belém).

Cabe esclarecer que determinados assuntos aparecem em mais de um subtema, sempre que a ênfase recai nas relações entre dois ou mais sujeitos – que aqui podem ser entendidos como personagens da vida pública, empresas e/ou instituições. Um exemplo é Jader Barbalho, listado como subtema específico, mas que aparece destacado em outros quando a análise extrapola a figura do personagem, situando-o em um campo de relações. É o caso, por exemplo, das rubricas “Jader Barbalho x Hélio Gueiros” e “Jader Barbalho x Antônio Carlos Magalhães”.

Quanto à categorização, esta permitiu organizar o *corpus* para, então, submetê-lo à análise de conteúdo. Com essa ferramenta metodológica buscou-se colocar em evidência a argumentação elucidativa e/ou especulativa feita de Lúcio, e, por conseguinte, sua postura diante dos fenômenos políticos, econômicos e sociais da região. O estudo priorizou o aspecto qualitativo das mensagens, por meio da seleção de trechos que pudessem ilustrar os posicionamentos de Lúcio, e suas formulações críticas e/ou propositivas. Quarenta artigos de primeira página foram utilizados com este objetivo, dos quais 19 ilustram a categoria Cenários Políticos.

5.1 – CENÁRIOS POLÍTICOS

Trata-se da categoria onde está registrado o maior número de capas no JP, 174, o que representa 43,3% do total. Nela foi possível identificar 28 subtemas de interesse do jornal. Compreende análise do quadro político-eleitoral na capital, no Estado e no país; comportamento dos partidos no exercício do poder, perfis de personagens da cena política (deputados, senadores, prefeitos, governadores, ministros, presidentes) e o desnudamento de conflitos entre esses personagens.

Das 174 capas registradas, observou-se que 17 – ou 10% delas – foram dedicadas ao ex-governador e atual deputado Jader Barbalho (PMDB). Nenhum homem público do Pará ocupou tantas vezes e, em diferentes circunstâncias, as páginas do JP. Considerado o mais influente, polêmico e carismático líder político da segunda metade do século 20 no Estado, Jader conheceu Lúcio Flávio ainda adolescente, no colégio onde ambos estudavam, em Belém. Em 1968, o pai de Jader abrigou em sua casa o pai de Lúcio, quando Elias Pinto fugiu de Santarém após tentativa frustrada de reaver o cargo de prefeito (cf. Capítulo III).

A amizade da juventude e as divergências da vida adulta produziram uma relação paradoxal entre Jader e Lúcio. O jornalista critica, cobra e confronta o político, mas não esconde a admiração pelas habilidades do antigo colega no jogo do poder. Um exemplo é a edição nº 66, de janeiro de 1991, que encerrou a primeira fase do *Jornal Pessoal* (cf. Capítulo IV). Nela, Lúcio publicou uma carta dirigida ao ex-ministro do governo José Sarney (1985-1990). Iniciado com um “Prezado Jader”, o texto analisa a vitória do peemedebista nas eleições de 1990 para governador e faz uma avaliação do primeiro mandato de Jader (1983-1986), que de acordo com o jornalista, foi marcado pelo clientelismo e permissividade:

O Estado [*no primeiro mandato*] reduziu-se à pessoa de Jader Fontenelle Barbalho e suas extensões familiares ou clientelistas. O Pará tornou-se a terra do negócio, uma mentalidade tão disseminada que nem mesmo você conseguiu dominar todas as transações, inclusive algumas feitas em seu nome e sem que você tivesse “levado vantagem”, como receitava o ex-jogador de futebol Gerson, precursor do neo-franciscanismo depravado dos Roberto Cardoso Alves da vida.

A semente do negociismo caiu em terreno fértil. Há muito dinheiro no Pará sem carimbo, sem origem identificável. Esta é a terra da clandestinidade, da tolerância, da permissividade. [...] Não espanta que fortunas pessoais se formem na bifurcação dos interesses particulares com o Estado.

[...]

Você achou que poderia manter sob seu controle as cobras criadas que espalhou pelos órgãos governamentais, superdimensionando sua própria capacidade de domador. Quando o objetivo dos grupos estabelecidos no poder é o butim, eles acabam em conflito, velha regra – sem exceção – de todas as piratarías (PINTO, 1991, p. 2).

Na carta aberta, o editor do JP cita o convite que recebeu de Jader, no primeiro mandato, para que assumisse a presidência do Iterpa, o Instituto de Terras do Pará, admitindo que não foi fácil a decisão de recusá-lo. “Era

Oriundos da mesma matriz política, o baratismo¹⁰⁹, e aliados até a primeira metade da década de 1980, Jader e Hélio se transformaram em inimigos figadais até o final dos anos 1990, quando uma aliança eleitoral selou novamente a paz entre ambos.

A contenda foi analisada seguidas vezes por Lúcio, na primeira fase do *Jornal Pessoal* (1987-1991):

O ministro [Jader] disse que o governador [Hélio] não gosta de trabalhar, está sendo atacado pela velhice precoce e bebe muito. O governador disse que o ministro não pode voltar ao governo do Pará porque não tem as mãos limpas, usa verbas públicas para atender interesses pessoais, corrompe as pessoas e deixou o Estado destroçado, principalmente os seus cofres. Nenhum dos dois expressou de maneira tão crua e direta essas acusações. Jader Barbalho e Hélio Gueiros, os paraenses que exercem no momento as mais importantes funções das administrações públicas federal e estadual, travaram nos últimos dias os mais violentos combates de uma arenga que começou há três anos de maneira sutil e foi se tornando cada vez mais explícita. Mas ainda não se decidiram por uma guerra aberta e definitiva. As sutilezas e indiretas usadas na troca de farpas mostram que ainda deixaram uma fresta para a reconciliação tácita, mesmo que jamais voltem a ser amigos (PINTO, 1990a, p. 1).

Lúcio voltou ao assunto dois meses depois, comparando as escaramuças entre Hélio e Jader aos enfrentamentos entre seguidores e adversários de Magalhães Barata – “uma era”, de acordo com o editor do JP, “só não superada inteiramente porque, do ponto de vista político, o Pará anda para trás”.

Não se sabe o que é mais espantoso: se a inércia geral depois desse autêntico “strep-tease” moral, que não conseguiu sequer despertar o interesse do Ministério Público, teoricamente o braço judicial do cidadão, ou se a motivação dos dois contendores para escavocar em lama negra e fétida sem perceber o odor dessa atividade. Talvez as duas situações se expliquem pelo grau de degradação e decadência da vida pública paraense, contaminando, por extensão e derivativo, os padrões sociais de avaliação.

[...]

As denúncias que agora Gueiros vem fazendo publicamente são, em grande parte, verdadeiras. Mas se o principal alvo é Jader Barbalho, resvala munição suficiente para atingir – e de forma letal – o atirador. Em primeiro

¹⁰⁹ Grupo político do tenente Joaquim Magalhães Barata, interventor nomeado por Getúlio Vargas após a Revolução de 1930. De perfil populista, Barata governou o Pará por três ocasiões, entre as décadas de 1930 e 1950 (cf. Capítulo II). É considerado o mais importante nome da história política do Estado.

lugar, porque é cúmplice desses atos que procura atribuir solitariamente a Jader. Em segundo lugar porque, ao receber ataque de arma de idêntico calibre, em relação à qual o ex-ministro mostrou que ele não está imune, o governador deixa patente para a opinião pública só ter entrado nessa guerra por interesse contrariado e não pela defesa da causa ou da moralidade pública. Em terceiro lugar, porque ambos, mesmo com currículos distintos, usam os mesmos meios e visam fins semelhantes.

[...]

Na guerra que os dois travam, bem ao estilo baratista, mais importante do que estar com a razão é vencer. A verdade, aliás, é apenas um instrumento usado conforme as conveniências. Por isso, nenhum dos contendores procura a verdade até o fim. Estancam onde lhes convém, da mesma maneira como descartam as pessoas conforme sua utilidade (PINTO, 1990b, p. 2-3).

As restrições de Lúcio Flávio Pinto a Hélio Gueiros vinham desde os anos 1980, quando o ex-redator de *O Liberal* e futuro governador do Estado passou a redigir notas agressivas contra a família de Romulo Maiorana no *Diário do Pará*, o jornal de Jader Barbalho, gerando reações por parte de Lúcio – então colunista de *O Liberal* e correspondente de *O Estado de S. Paulo*. Na mesma época o jornalista investigava denúncias contra Jader e também foi alvo do *Diário do Pará* (cf. Capítulo III).

Uma carta pontuada por palavrões e expressões chulas, enviada por Hélio Gueiros a Lúcio em 1991, e que foi descrita pelo editor do JP como o “mais sórdido documento da vida pública do Estado”, fez de ex-governador um alvo constante do alternativo (cf. Capítulo III). Quatro meses após o envio da carta – publicada em edição única do jornal *Bandeira 3*, em maio de 1991 –, Lúcio escreveu no *Jornal Pessoal* sobre o gesto de um feirante de Belém, que atirou dois ovos contra Hélio quando este deixava o prédio da Câmara de Vereadores:

O ovo foi uma agressão direta, como há bastante tempo não havia na política paraense [...]. A agressão seria capaz de revoltar a opinião pública e colocá-la inteiramente ao lado da pessoa agredida se os antecedentes desse clima de tensão não sugerissem uma pergunta essencial: não terá Hélio Gueiros colhido em forma de tempestade os ventos que plantou? Mesmo que ninguém deva passar pelo constrangimento a que ele foi submetido, tem o ex-governador legitimidade para reclamar de um tratamento que já deu e poderia dar a adversários, reais ou imaginários?

A pergunta cabe porque o cidadão Hélio Gueiros, para intimidar outro cidadão [*Lúcio Flávio Pinto*], escreveu, assinou e remeteu uma carta que é o mais sórdido documento da vida pública deste Estado – e talvez do país –,

produzida apenas um ano e meio após deixar o exercício do governo (PINTO, 1991a, p. 2).

Um ano depois, em setembro de 1992, voltou à carga contra o ex-governador, então candidato a prefeito de Belém, a quem classificou como “um personagem do passado, que ressuscitou anacronismos, insensível aos padrões modernos da sociedade”. Para Lúcio, Hélio Gueiros seria “um mestre na arte dos disfarces e da manipulação, um homem sem princípios, exceto o de servir-se e aos seus, como se fosse um deus [...]. Belém pagará caro, e chorará muito o seu erro, se ressuscitá-lo” (PINTO, 1992, p. 3).

Eleito, Hélio continuou sob a mira de Lúcio, para quem o então prefeito exercia o poder se sobrepondo às normas da lei. Nos comentários, o suposto alcoolismo do ex-governador é novamente destacado: “O alcaide parte do princípio de que o povo não tem memória. O que importa é o último fato, a mais recente iniciativa. Não interessa que a trajetória do homem público seja sinuosa, em ziguezague, como costuma ser a do bêbado de piada (e o da realidade, também)”. E prosseguiu:

Hélio Mota Gueiros, filho de pastor protestante que marcou sua passagem pela vida pública com o difícil sinete da correção, não tem apreço às leis, desconsidera inteiramente a moral, despreza a coerência, nada sabe sobre palavra de honra e está se lixando, como diria, para a memória coletiva. O que ele quer é criar e manter poder para si e para sua talentosa e expansionista família, praticamente anônima até 1987, hoje próspera e desenvolta (PINTO, 1995, p. 3).

Aqui, a referência é a Hélio Gueiros Júnior, filho de Hélio Gueiros e então vice-governador do Estado, no primeiro mandato de Almir Gabriel (1994-1998). O vice patrocinou uma série de medidas polêmicas ao assumir o governo pela primeira vez, por ocasião de uma viagem de Almir ao exterior. Sobre Gueiros Júnior, Lúcio escreveu:

À parte o tatibitáti das entrevistas, de um nível mental assombroso, deixou um rastro de incoseqüências praticadas no curso de longuíssimos 19 dias em que foi governador dos paraenses. [...] Incapaz de entender o que seja ordenamento jurídico-administrativo, Hélio Gueiros Jr. restabeleceu os tempos de chefes pesporrentos e beleguins atrabiliários, que o pai tão bem conhece e maneja (PINTO, 1995, p. 2).

Quanto a Jader Barbalho, outra contenda acompanhada de perto pelo *Jornal Pessoal* foi a travada em 2001 entre o então senador paraense e o senador baiano Antônio Carlos Magalhães (falecido em 2007), na disputa pela presidência do Senado. No campo das denúncias de corrupção, ambos, Jader e ACM, são posicionados por Lúcio no mesmo patamar. Mas em Jader, ressalta o mérito de não ter “vergado a coluna a mais um dos desmandos do sultão baiano”:

Os dois maiores inimigos na política brasileira atual, os senadores Jader Barbalho (do PMDB) e Antônio Carlos Magalhães (do PFL), têm um ponto em comum: jamais foram outra coisa na vida além de políticos. Por isso mesmo, ambos vêm suscitando dúvidas sobre a evolução do patrimônio pessoal que acumularam enquanto se dedicavam integralmente à política. Quando atacam, a ambos é dada a razão: essa variação patrimonial não guarda coerência com as rendas que têm declarado ao fisco. Quando se defendem, não conseguem convencer a opinião pública. Reforçam nela uma convicção latente: exercer o poder é o melhor caminho para enriquecer. Mesmo que ilícita essa acumulação de bens, será protegida pelo próprio exercício do poder. O crime ficará acautelado dos rigores da lei por suas próprias lacunas, que um bom advogado sabe tão bem explorar. Como mostrou, até um certo ponto, o mafioso americano Al Capone.

[...]

Muita sujeira colocada embaixo do tapete indica que a tolerância ao desvio se tornou patológica. Passou a ser a tolerância daquelas casas que lhe tomam a denominação.

É esta insensibilidade pública que espanta na escalada das escaramuças entre os dois senadores. Verifica-se, mais uma vez, que ambos têm toda razão quando atacam e nenhuma quando se defendem, uma constatação quase generalizada em relação à classe política, mas de fácil extensão a toda a elite brasileira. Certamente o paraense Jader Barbalho teria sido aclamado – e muito mais cedo – presidente do senado se não tivesse trombado com Antônio Carlos Magalhães. Jader está pagando caro por um dos maiores méritos da sua já extensa carreira política, de 35 anos: não ter vergado a coluna a mais um dos desmandos do sultão baiano (PINTO, 2001, p. 1-2).

Lúcio voltou ao assunto na edição seguinte, quando afirmou que o conflito com ACM, “o único político que não perdeu poder na passagem do regime de exceção para a democracia”, foi um “teste de adestramento” para Jader.

Nas artes e engenho dos bastidores do poder nacional, ele [*Jader*] mostrou uma competência muito superior à do cacique baiano. E uma notável capacidade de resistência aos ataques de desmoralização da grande imprensa brasileira. Engoliu sapos como nenhum outro político nos últimos anos. Mas não mugiu e nem tossiu, seguindo à risca o manual das raposas de terreiro eleitoral.

Mesmo sendo apontado como um dos mais célebres exemplos de enriquecimento ilícito, conseguido graças ao assalto aos cofres públicos, ele ultrapassou todos os obstáculos e armadilhas postos em seu caminho.

[...]

Tecnicamente, dispõe de legitimidade e poder para exercer soberanamente o cargo. Mas essa será uma legitimidade meramente formal se ele não conseguir convencer a opinião pública de que as máculas do passado são apenas manchas removíveis; ou então que, reais ou não, o que conta a partir de agora é seu comportamento, suas ações (PINTO, 2001a, p. 2).

Sete meses depois de eleito para a presidência do Senado, e alvo de investigação da imprensa, que apontou para uma série de ilicitudes, Jader renunciou ao cargo. No comentário ao episódio, Lúcio expressa a decepção diante da biografia de Jader, que começou a ser escrita nas lutas contra a ditadura e hoje carrega “os estigmas da corrupção”:

Político que em 35 anos realizou uma carreira quase completa, de vereador a senador, sendo ainda governador e ministro duas vezes, Jader conquistou por merecimento o título de profissional mais competente em matéria de política que já houve no Pará republicano. Mas deixou-se levar pelos louros dessa fama, subestimando os percalços da sua biografia, com suas fraturas visivelmente expostas, quando aceitou o desafio de impor sua candidatura à presidência do Senado a quem exercia plenipotenciariamente esse cargo, o baiano ACM.

Confiante na sua notória habilidade de contornar problemas e superar desafios através da negociação de pé de ouvido ou da retórica de palanque, Jader pagou para ver. O preço veio através da mais feroz campanha de denúncias que um político brasileiro já sofreu da imprensa.

[...]

Os estigmas de corrupção e de enriquecimento ilícito estarão definitivamente associados a Jader Barbalho, mesmo que, em um ou outro caso, ou em vários, ele possa demonstrar que foi injustiçado ou que a pecha lhe foi pespegada sem a admissão de algo elementar: o seu direito de defesa. É que ele foi escolhido para boi de piranha, enquanto uma manada de políticos

corruptos, alguns que até ocuparam também a presidência do Senado, atravessou incólume a avenida do poder sem provocar a menor atenção da combativa grande imprensa (PINTO, 2001b, p. 2).

Na edição seguinte, em uma análise intitulada “Jader Barbalho acabou?”, Lúcio classificou o ex-governador como um homem que a despeito de chegado “ao mais alto nível de poder que um político do Norte já alcançou na República”, estava deixando, “na reversão dessa progressão, um acervo de constrangimentos e feitos negativamente inéditos na história”. Para Lúcio, a derrocada de Jader foi “mais fulminante do que a ascensão e o coice mais forte do que o suficiente, ou até merecido” (PINTO, 2001c, p. 2).

Outra importante figura política da história recente do Estado a motivar reflexões de Lúcio foi o médico Almir Gabriel, governador do Pará em dois mandatos (1995-1998, 1999-2002), pelo PSDB. De Almir, o traço político que as análises de Lúcio mais enfatizaram foi o pendor para o autoritarismo: “Em política, nessa política miserável que se pratica num Estado pobre como o nosso, mas sempre sujeita a lampejos artísticos, Almir Gabriel é um autoritário e vaidoso aprendiz de feiticeiro, daqueles sábi

Ao analisar o papel do governador na organização das eleições de 2002, novamente ressaltou o perfil autoritário de Almir, afirmando que em seu governo a pluralidade foi suprimida: “Almir Gabriel já só ouve pouca gente. Mais como concessão à democracia formal do que como uma firme metodologia de ação. Essa atitude estimulou o aulicismo (e o abulicismo, reforçado pela propaganda)” (PINTO, 2002, p. 2).

Substituído no governo do Pará por seu secretário de Finanças, Simão Jatene (2003-2006), Almir tentou voltar ao cargo em 2006, ocasião em que Lúcio escreveu:

Diz O Liberal, a folha oficiosa do governo (na sempre infrutífera tentativa de ser mais chapa branca do que o Diário Oficial), que o doutor Almir está preparando seu plano de governo (por enquanto, de campanha eleitoral) sob total sigilo, para que, dele, nada vaze para a massa aparvalhada de incréus (como diria Nelson Rodrigues, o anti-unanimidade). Essa forma de anunciar, conceber e pôr em prática planos de governo é própria dos iluminados tucanos, herdeiros diretos da sabedoria exclusivista dos deuses. Com a revelação súbita, de impacto, imobilizam a opinião pública e se permitem agir como os donos das tábuas das leis. Era o que faziam os militares como seus “projetos de impacto”, como a Transamazônica (PINTO, 2006, p. 2).

Almir Gabriel foi derrotado nas eleições daquele ano pela candidata do Partido dos Trabalhadores, Ana Júlia Carepa¹¹⁰. Em relação ao PT, as análises de Lúcio oscilam da simpatia ao avanço da legenda nas urnas, em um primeiro momento, à crítica aos rumos da administração petista em seus diferentes níveis – municipal, estadual e federal. Em 1996 o JP saudou o avanço do PT, com a candidatura do ex-deputado Edmilson Rodrigues à prefeitura de Belém. Edmilson venceu as eleições em meio à troca de acusações entre os grupos de Almir Gabriel, Jader Barbalho e Hélio Gueiros.

Nesse momento o PT deixou de ser mero figurante para se tornar concorrente para valer, abrindo inteligentemente o terreno para as retaliações dos dois grupos dominantes e oferecendo ao eleitor uma opção administrativa – ou, ao menos, uma esperança de mudança.
[...]

¹¹⁰ No Pará, a exemplo do que ocorre em âmbito federal, PT e PSDB polarizam a disputa por espaços de poder.

O PT é, portanto, a saudável novidade desta eleição. Seu sucesso pode ser apenas eleitoral e resultar em nova frustração se, vitorioso, não conseguir fazer a administração que projetou para o eleitorado. Mas quebrou a gangorra que tem feito subir ao poder apenas jaderistas e gueiristas.

[...]

Uma luz se abrirá no fim do túnel. Isto não é muito para restabelecer a confiança na liderança política. Mas, diante do quase nada que se tem hoje, é um bom pretexto para começar um capítulo novo no Pará (PINTO, 1996, p. 2).

Os ataques a Edmilson Rodrigues, no entanto, surgiriam logo após a decisão da prefeitura de patrocinar uma promoção de O Liberal, o que foi entendido por Lúcio como subserviência da administração petista ao jornal da família Maiorana. A presença de anúncios da prefeitura em um semanário sensacionalista local, o Jornal Popular, gerou novas reações de Lúcio, como se viu no capítulo IV. Em janeiro de 1998, em artigo intitulado “A maldição do sal” (nº 179), Lúcio comentou:

Um ano depois de ter assumido a principal prefeitura da Amazônia, [...] o arquiteto Edmilson Rodrigues teima em administrar do alto do palanque. À falta de resultados significativos para apresentar aos munícipes, o que é até justificável para quem recebeu do antecessor dívida de 51 milhões de reais e muitas bombas de efeito retardado, o alcaide acha que pode compensar a vacuidade com sonoridade verbal e grandiloquência auto-conferida, como se bastasse ser *macho* **[grifo do autor]** para enfrentar os problemas no muque e resolvê-los com um golpe de palavra.

[...] o alcaide petista tem se deixado apanhar infantilmente nas armadilhas montadas pelo antecessor [*Hélio Gueiros*]. Para se livrar do boicote da mídia, por exemplo, sucumbiu prostrado diante dos Maiorana, que elogia fora de hora e sem propósito sempre que é acolhido em um dos veículos do grupo empresarial (quase à maneira do governador Almir Gabriel), mesmo sabendo o quanto custa ao erário municipal a súbita mudança de tratamento (PINTO, 1998a, p. 1-2).

Quanto à vitória de Ana Júlia Carepa, em 2006, elogiou a carreira da então senadora petista. Para Lúcio, virtudes pessoais qualificaram a candidata do PT a receber um volume crescente de votos desde a primeira disputa eleitoral, para vereadora. Mas ressaltou que os compromissos assumidos na campanha, decorrentes dos acordos com Jader Barbalho, poderiam ser o caminho da derrocada: “Ana Júlia cometerá um erro fatal se achar [...] que

sobreviverá ao leilão do seu governo, entregando capitania hereditárias aos aliados, sobretudo a aliados que não têm qualquer relação com a mudança para valer, como os *jaderistas* [*aliados de Jader Barbalho*]” (PINTO, 2006a, p. 1-2).

As primeiras críticas de Lúcio a Ana Júlia apareceram um mês após a posse da governadora. Lúcio escreveu que faltava “identidade” à administração do Estado. Lembrando o acordo firmado com o deputado Jader Barbalho, e avalizado pelo presidente Lula, questionou:

Como acomodá-lo [*Jader*] no exercício do poder sem provocar hostilidades, afastando possíveis aliados e aderentes? No dualismo radical que tem marcado a política paraense, é sempre preciso optar entre César e Cristo. Todos os ensaios de terceira saída, mesmo quando têm um bom começo, acabam resultando em atacação a um dos dois únicos grupos possíveis: o que sobe a gangorra e o que dela é despejado. Ninguém pensa em ser verdadeira oposição.

Embora informalmente a governadora mantenha um diálogo permanente com o ex-ministro, de público ela procura demonstrar autonomia.

[...]

Os políticos, que sempre se sentem no palco, não têm dificuldade para conviver com a aparência pública e a realidade particular. O equilibrismo entre os dois planos é uma de suas virtudes (PINTO, 2007, p. 2).

De modo geral, as análises de Lúcio no campo da política têm quase sempre a marca do pessimismo, próprias de um jornalista que conhece e interpreta as práticas costumeiras das elites de poder, sobretudo as regionais. Esse pessimismo está evidente na edição nº 196, de outubro de 1998, às vésperas das eleições para presidente e governador. Em editorial intitulado “Em quem votar?”, Lúcio diz encarar com “um misto de inveja e melancolia” a decisão de alguns jornais americanos e europeus, de manifestarem suas opções de voto em períodos eleitorais:

É salutar que esses poderosos formadores de opinião revelem e justifiquem sua decisão, ao invés de camuflá-la, impedindo que extravase de seus limites naturais para contaminar suas funções profissionais, manipulando a sociedade.

Sabendo quais candidatos (ou qual partido) o jornal está apoiando, o leitor pode fiscalizar melhor se não está havendo tendenciosidade no noticiário e em todos os espaços não destinados à expressão da opinião da publicação (PINTO, 1998b, p. 1).

O jornalista afirma que desde a fundação do JP, em 1987, desejou seguir essa orientação. Mas nas duas eleições gerais realizadas até aquela data (1990 e 1994) não conseguiu escrever um editorial recomendando voto em determinado candidato a governador ou presidente. E explica por que:

Simplemente por não acreditar em seus projetos de governo, quando os apresentaram. Limitei-me a votar no que me pareceu mais ajustado para aquele momento da vida nacional, ou, à falta dessa alternativa, no menos ruim. Minha consciência, entretanto, não me autorizou indicar nenhum (PINTO, 1998b, p. 1).

E sinaliza que o voto nulo poderia ser a saída naquelas eleições: “Destá vez, sequer como eleitor sinto-me em condições de dar meu voto secreto aos candidatos que disputam a presidência da república e o governo do Estado”.

No mesmo editorial, analisa o perfil dos principais candidatos a presidente e governador, expressando a visão que nutre de cada um. Sobre Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, diz que “teima em seguir o catecismo da demonologia, despejando nos largos costados do presidente [FHC] uma responsabilidade que não é só dele, nem advém inteiramente de seus graves erros”.

Quanto a Fernando Henrique (PSDB), trata-se de “um dos raros políticos brasileiros com visão panorâmica, um líder preparado para esse novo mundo”. Mas, acrescenta Lúcio, é um personagem que também provoca perplexidade: “Como um homem tão inteligente pode dizer tantas besteiras? Como um líder tão excepcionalmente reforçado pela confiança da opinião pública pode trair sua função no conciliábulo da corte?”

Sobre Almir Gabriel (então candidato à reeleição ao governo do Pará, pelo PSDB), escreveu: “O alçapão da reeleição, que tantos instintos liberou, fez o governador entregar-se inteiramente à politicagem, tudo se justificando para manter o poder, inclusive a renúncia e a traição aos ideais de um passado ainda recente”.

Ao analisar o perfil de Jader, Lúcio ressaltou seu “efeito magnetizador” sobre as camadas mais pobres da população, a despeito das denúncias de desvio de dinheiro público: “Parece prevalecer a presunção desses eleitores de que Jader rouba, mas faz, distribuindo a partilha do saque entre muito mais gente do qualquer outro controlador do tesouro público seria capaz” (PINTO, 1998b, p. 3).

5.2 – GRANDES PROJETOS

Esta categoria compreende os grandes projetos instalados na Amazônia especialmente durante o regime militar (1964-1985). Exploração de jazidas minerais, aproveitamento dos recursos hídricos e geração de energia são desdobramentos dessas iniciativas, que provocaram impacto de ordem geográfica, social e econômica da região.

A extração de minérios como ferro, ouro, cobre e bauxita pela Companhia Vale do Rio Doce, a hidrelétrica de Tucuruí e o Projeto Jari são exemplos de frentes econômicas presentes na Amazônia. Lúcio Flávio Pinto se interessou pelos grandes projetos ainda nos primeiros anos de profissão, e hoje é considerado um especialista no assunto. Pelo menos metade de suas obras individuais é diretamente relacionada ao tema (cf. Referências). Cinquenta e oito capas do *Jornal Pessoal* (ou 14,46%) do total estão inseridas nesta categoria.

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), estatal fundada em 1942 e privatizada no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1997, foi o assunto do qual Lúcio mais se

ocupou. Adversário da proposta de privatização, o jornalista escreveu sobre o assunto em diferentes ocasiões, sempre chamando atenção para o fato de o patrimônio da Vale ser “um componente indescartável da estratégia de futuro do Brasil”, ao qual o país estaria renunciando com a venda da empresa. Para o jornalista, “a decisão de privatizar a Vale é muito mais grave do que a das anteriores empresas estatais, não podendo simplesmente seguir-lhes os passos, nem essa decisão ser ditada pelos estreitos critérios da dívida pública” (PINTO, 1997, p. 2).

Vender a CVRD, na opinião do editor do *Jornal Pessoal*, foi a pior decisão do governo FHC, como escreveu em artigo intitulado “Carajás – Golpe mortal no coração” (nº 166), de julho de 1997:

Tão espantoso é o governo ter decidido privatizar a principal empresa de mineração do mundo exatamente quando se abrem para ela perspectivas até então inimagináveis só com a província de Carajás. Todos se impressionam com as revelações que sucessivamente vêm sendo feitas sobre os depósitos de ouro em Carajás. A Vale, que até pouco tempo atrás não tinha qualquer representatividade no mercado do ouro, deve começar o século produzindo mais de 30 toneladas por mês e poderá contar com jazidas com reservas de até mil toneladas, assumindo o terceiro lugar no *ranking* mundial.

[...]

Ou seja: o governo Fernando Henrique Cardoso tomou a pior das decisões de seu mandato, pelo qual responderá perante a história se é que, antes, caso o poder judiciário for sensível, os que contestaram a privatização não conseguirem anular esse ato de lesa-pátria. Aliás, se alguém não lembra, Carajás fica no Pará, um Estado rico, mas sem liderança para fazer ouvir sua voz e impor sua vontade. O governo estadual aceitou passivamente que o comando das decisões nessa parte vital de seu território e sobre a principal base de futuro fique integralmente nas mãos de um empresário *parvenu* que participa da empresa que tem apenas 1,2% do capital da poderosa CVRD. Atores medíocres de uma fase decisiva da história deste Estado (PINTO, 1997a, p. 2).

As relações da empresa com o Pará também são acompanhadas de perto pelo *Jornal Pessoal*. Para Lúcio, um grave problema reside no fato de o Estado estar quase sempre à margem das decisões da CVRD, ainda que um terço do faturamento da Vale tenha origem em

território paraense. Ao comentar a compra, pela empresa brasileira, da mineradora canadense Inco, a maior produtora de níquel do mundo, o editor do JP alertou:

O que a Vale quer gastar com a Inco representa mais do que o PIB do Pará. A soma das riquezas do Estado, segundo seu último cálculo, não vai muito além de 30 bilhões – mas de reais. O PIB da CVRD já é quatro vezes maior, embora um terço de sua receita tenha origem no Pará, que é apenas o 11º em PIB, o 20º em desenvolvimento humano e o 22º em PIB per capita do Brasil, embora o 9º em população e o 2º em extensão. Também é o 2º em mineração, mas nos próximos anos deixará Minas Gerais para trás.

[...]

Esse incremento quase febril da Vale do Rio Doce devia ser acompanhado de perto pelas autoridades brasileiras, e na medida do possível (e também do impossível de hoje), pelo Pará. Afinal, são as riquezas físicas de Estado que estão sendo transferidas para o exterior, em escala aceleradamente crescente, numa teia de interesses que escapa por completo até ao conhecimento do Estado. Esse encadeamento, que multiplicará o endividamento da Vale, irá até financiadores internacionais, criando uma fonte de insegurança em potencial (PINTO, 2006c, p. 1-2).

A transferência de riquezas físicas do Pará, pela Vale, voltou a ser analisada em janeiro de 2007. Ao comentar as comemorações da empresa em torno do primeiro bilhão de toneladas de ferro extraído da Serra dos Carajás, Lúcio observou:

A Companhia Vale do Rio Doce começou a comemorar, no mês passado, uma façanha que só se completará em outubro [*de 2007*]: a produção de um bilhão de toneladas de minério de ferro na mina de Carajás, no Pará. A marca foi alcançada com menos de 23 anos de operação, graças a uma extração média de 45 milhões de toneladas por ano (começou com menos da metade desse valor).

[...]

O Pará, ao que parece, é um detalhe nessa história, embora sem ele não houvesse parte (e a parte melhor, para a companhia) dessa história. O Pará está à margem, está fisicamente atrás da porteira que controla ou simplesmente veda o acesso às minas (que, como se sabe, não são apenas de minério de ferro: incluem neste momento manganês e cobre, mas têm ainda níquel e ouro, em proporção crescente).

[...]

Se a Vale só pensa nela, está na hora de o Pará pensar na parte que lhe cabe nessa sucessão de festas de recordes, seja na forma de uma compensação honesta e devida como numa sobretaxa sobre o lucro, a partir de certo limite, mesmo que essa compensação precise vir através de uma nada fácil legislação ou de uma terrível guerra política. Já está na hora de os paraenses se aperceberem de uma coisa: essa enorme e valiosa riqueza que está indo

embora, numa escala crescente, não voltará. Nunca mais (PINTO, 2007a, p. 1-3).

As políticas de geração de energia, nas quais está inserido o programa de barragens do governo federal, também entraram com frequência na agenda do JP. Em artigo datado de setembro de 1989, Lúcio Flávio dá um tom propositivo à reflexão, ao enfatizar as rápidas mudanças que estavam ocorrendo na matriz energética da Amazônia:

Além de procurar reduzir o consumo, racionalizando-o (o que poderia afastar o sempre útil espectro de racionamento), o governo teria que repensar o programa de barragens numa região que tem enorme potencial, mas cujos rios – partes da maior bacia hidrográfica do planeta, sub-utilizada – são marcadamente de planície. O objetivo não pode ser a maximização da geração; a energia pode ser o produto mais nobre, mas não é o único, nem sua capacidade instalada pode ser definida sem uma ponderação pela extensão da área a ser inundada e o valor, inclusive ecológico, dessa destruição. Ademais, para que gerar tanta energia se, no final da linha, ela chega a consumidores privilegiados que pagam uma tarifa incapaz de remunerar o custo – e, o que é pior, o produto que obtêm não é desdobrado em outras transformações industriais para agregar valor ao insumo básico? Isso é estupidez, se não for má fé – ou outro atributo ainda pior, embora cada vez mais frequente na vida pública brasileira [...] (PINTO, 1989a, p. 2).

5.3 – CONJUNTURA ESTADUAL (PARÁ)

A ordem econômica do Estado, sua história, o destino de suas instituições públicas, assim como conflitos deflagrados no campo e em zonas de garimpo estão entre os subtemas listados nesta categoria, que aparece com 11,7% das 401 capas registradas – ou 47 do total.

Para Lúcio, o Pará é um Estado que se desenvolve à custa do subdesenvolvimento. O contraste entre os baixos indicadores sociais e sua enorme capacidade econômica esteve sempre no centro das atenções do *Jornal Pessoal*. Para o editor do JP, esse potencial de enriquecimento se perde nas relações colonialistas mantidas entre o grande capital, a sociedade e o poder público.

O Pará tem o segundo maior território do Brasil, é o nono Estado em população, 12º em PIB (Produto Interno Bruto), 16º em desenvolvimento humano (o IDH) e o 19º em desenvolvimento juvenil (o IDJ). Essa série de indicadores segue uma linha decrescente: da mensuração material e quantitativa para a avaliação humana e social, da grandeza bruta ao seu valor qualitativo. Essa reta descendente revela que o Pará não está tirando proveito de sua riqueza. Ou seja: está desperdiçando seu potencial de enriquecimento e pondo a perder sua vocação de grandeza. O trem do progresso está passando pela estação Pará e os paraenses não estão embarcando nele. Do trem, os paraenses ficam apenas com o apito. E um retrato na parede.

[...]

Os paraenses vivem num universo e sua história em outro. Tomam por realidade o que é miragem e se deixam levar pela sedução do canto de sereia. Foram atacados pelo pior tipo de cegueira: a que existe sem que dela se tome consciência. O dia parece estar claro e brilhante. Mas nem dia há.

Se a realidade já é desanimadora para os que estão com maturidade suficiente para encará-la, as perspectivas são bem piores para os que só agora vão entrar ou estão entrando no jogo. Eles deveriam ter esperanças, mas não as têm. Os jovens estão vivendo pior do que os adultos no Pará (PINTO, 2004, p. 1).

A eclosão de conflitos sociais é um dos efeitos possíveis dessa relação desigual atestada por Lúcio. Nas áreas de garimpo, por exemplo, a ausência de políticas públicas se associa a promessas de enriquecimento fácil para gerar zonas permanentemente conflagradas, onde a miséria se alastra e a vida humana tem pouco valor. Serra Pelada, no sul do Pará, é uma dessas áreas, que Lúcio visitou várias vezes, como correspondente do jornal O Estado de S. Paulo e colunista de O Liberal. Na edição nº 10 (janeiro de 1988), o jornalista descreve o garimpo como um retrato da “bizarria” e “loucura” em que foi transformada a ocupação daquela fronteira amazônica:

[...] o trabalho em Serra Pelada só não é o mesmo dos escravos da Antiguidade porque existe o sistema de “aviamento”, velho conhecido da Amazônia extrativista, para criar ilusões. Os indicadores sociais – sobre prostituição, doenças transmissíveis, tuberculose, lesões causadas por mercúrio, criminalidade e outros itens das relações marginais – são verdadeiramente espantosos.

Mas atrás da motivação de milhares de homens está uma situação social em suas áreas de origem, sobretudo o Maranhão e o Piauí, tão ou até mais iníqua, porque nem a ilusão permite. Basta viajar na ferrovia de Carajás (custo: 1,5 bilhão de dólares), feita para escoar minério, e ter acesso a uma escandalosa introdução à miséria absoluta que imobiliza grande parte do estado natal do primeiro presidente da República que o Maranhão fez em um século [José Sarney]. Miséria que talvez estará agravada quando o próximo

maranhense subir ao trono republicano, se isto vier a ocorrer no mesmo intervalo que a história impôs ao primeiro.

[...]

Em escala desfigurada, por seu grau de concentração, Serra Pelada é apenas um retrato da bizarria e da loucura em que foi transformada a “conquista da última grande fronteira do planeta”, a que, já sem saber exatamente o que isso significa, deu-se o nome de Amazônia, remota referência do que, algum dia, no passado perdido, se imaginou ser a sucursal do paraíso e vai se transformando no último círculo do inferno (PINTO, 1988, p. 5-6).

A extinção do Idesp pelo governo Almir Gabriel, em 1999, foi outro tema de primeira página do *Jornal Pessoal*. Lembrando que o Brasil só conheceu o planejamento público na segunda metade do século 20, Lúcio considerou que o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará, criado, então, há 33 anos, “merecia algum respeito e certa reverência”. E mais uma vez, indiretamente, ressaltou o perfil autoritário de Almir (como já visto na categoria Cenários Políticos):

O que espanta e choca é a forma autoritária da decisão de fechar o Idesp, uma autêntica execução sumária. Em nenhum momento o governo admitiu discutir essa decisão, aceitando apenas assegurar o emprego dos 168 (ou 207) servidores da instituição. É tão cristalina assim a inutilidade – e mesmo nocividade – do Idesp? Pela reação da sociedade civil, unanimemente contrária, não. Talvez exatamente por isso, a administração Almir Gabriel decidiu agir rápida – e também rasteiramente – para criar um fato consumado antes que seus frágeis argumentos pudessem ser desfeitos.

[...]

Uma instância de pesquisa, de sistematização de informações e de produção de estatística continua a ter o seu papel assegurado na estrutura de um governo moderno, em qualquer parte do mundo, se esse governo pretende ver a longo prazo, não se fanatizou pelo mau catecismo neoliberal e incentiva a crítica interna. Apesar das declarações dos coveiros do Idesp, essas funções não podem ser desempenhadas adequadamente por nenhuma das secretarias que receberão o espólio da vítima (PINTO, 1999a, p. 1-2).

A posse de títulos de terras fraudados – prática também conhecida por “grilagem” – é outro tema que merece constante agendamento no *Jornal Pessoal*. No Estado do Pará estão as duas maiores áreas griladas do mundo. Em artigo publicado em janeiro de 1999, na página 3 da edição nº 203, Lúcio usou a expressão “pirata fundiário” para se referir ao empresário Cecílio do Rego Almeida, dono da construtora C.R. Almeida. O empresário é suspeito de

tentar se apossar ilegalmente de uma imensa área de terra – cerca de 7 milhões de hectares – no vale do Xingu. Por usar a expressão, Lúcio foi acionado na Justiça do Pará e condenado a indenizar o empresário. Recorreu da decisão ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), última instância do caso, e aguarda a sentença, que, se confirmada, acabará com sua primariedade (cf. Capítulo IV).

Na edição nº 349, de julho de 2005, sob o título “Caça aos piratas”, Lúcio voltou a usar a expressão que lhe ocasionou graves problemas judiciais, mesmo sem relacioná-la diretamente a Rego Almeida – que está citado no artigo por meio de seu grupo empresarial. O texto comenta a criação de uma força-tarefa no Estado para reprimir os grileiros. Na “janela” (pequeno texto que antecede a análise), o editor do JP escreveu: “A Amazônia se tornou um paraíso para os piratas fundiários. A situação se tornou tão grave que o judiciário quer formar uma força-tarefa para combatê-los. Finalmente” (PINTO, 2005c, p. 1). Diz o jornalista:

As duas maiores grilagens de terras da Amazônia (e do planeta) estão *sub-judice*. Na maior delas, com pretensões sobre 12 milhões de hectares, não existe o titular do ato, que é o fantasma Carlos Medeiros. Na outra, com aspiração de domínio sobre terras que poderiam chegar a somar 7 milhões de hectares [*a reivindicada por Cecílio do Rego Almeida*], não há o título, ao qual toda uma cadeia dominial de mais de 80 anos se refere, mas sem a exibição do documento originário de transferência da área para a propriedade privada.

Assim, uma área que pode chegar próximo de 20 milhões de hectares [...] ainda permanece nos registros imobiliários do interior do Pará em nome de supostos proprietários particulares, embora se saiba que o dono de um pretendido imóvel não existe e o de outro não tem o título que declara possuir.

[...]

Até a decisão final transitada em julgado, a situação de fato é que o grupo C.R. Almeida controla efetivamente o uso desse autêntico país, equivalente a mais de duas Bélgica (PINTO, 2005c, p. 1).

5.4 – IMPRENSA

A histórica associação entre poder político e poder midiático no Pará, e suas conseqüências para o Estado, nos últimos 20 anos, estão registradas nas páginas do JP desde a sua primeira fase (1987-1991). Trinta e seis capas (8,9% do total) foram dedicadas à categoria Imprensa nas duas décadas de trajetória do periódico, com ênfase para a presença na mídia nas disputas políticas, episódios envolvendo a família Maiorana, guerra entre os grupos Maiorana e Barbalho, e o próprio *Jornal Pessoal*, o que se explica pelo destaque ao episódio da agressão cometida pelo empresário Ronaldo Maiorana contra Lúcio Flávio (cf. Capítulo IV).

As análises feitas por Lúcio têm importância vital por serem únicas, considerando-se que ninguém se ocupou tanto dos acontecimentos recentes no campo da imprensa paraense como o editor do JP. Ao mesmo tempo, devem ser valorizadas pela contextualização que oferecem, à medida que desfazem as tramas urdidas entre grupos políticos e empresas jornalísticas visando à conquista da opinião pública em nome de interesses privados.

A montagem e expansão do império de comunicação de Jader Barbalho, por exemplo, foi testemunhada desde o nascedouro pelo *Jornal Pessoal*. Na edição nº 55, de janeiro de 1990, sob o título “O novo imperador”, Lúcio escreveu:

Em 1983, quando assumiu o governo do Estado, Jader Fontenelle Barbalho dispunha apenas de um pequeno jornal, com tiragem limitada, editado precariamente. Na semana passada, sete anos depois, o ministro da Previdência Social [*no governo Sarney*] passava a ser dono da segunda maior rede de comunicações do Pará, formada por um jornal modernizado, duas emissoras de rádio e a mais bem instalada estação de televisão. Por nove milhões de dólares, segundo uma fonte bem próxima da transação, ou sete milhões, segundo outras fontes, a TV RBA saiu do controle do grupo Belauto e passou a fazer parte do Sistema Clube do Pará, um título auto-assumido que não esconde a estratégia de competir com o Sistema Romulo Maiorana, detentor do principal império de comunicação do Estado.
[...]

Esses números naturalmente estimulam o leitor mais crédulo a perguntar-se sobre a origem desses fundos. A biografia de Jader Fontenelle Barbalho, confrontada com o patrimônio que formou, gera um estado de perplexidade (PINTO, 1990, p. 1-2).

Quanto ao envolvimento dos jornais nas disputas eleitorais, em julho de 1991 Lúcio observou que os palanques armados no ano anterior, para as eleições estaduais, continuavam de pé no Pará, agora por meio dos jornais. O objetivo, dessa vez, era a campanha para a prefeitura:

Se essa ameaça de disputa começa a aquecer as páginas até então gélidas dos jornais, pode substituir nelas a informação pela opinião e dirigir o noticiário conforme os interesses em jogo. Nos pontos extremos, em que estão o Sistema Romulo Maiorana de Comunicação e o grupo do governador Jader Barbalho, trata-se de uma luta de vida ou morte. Cada um dos antagonistas só admite sobreviver se for à custa do aniquilamento do outro. [...]

O grupo Liberal apostou todas as suas fichas na vitória do candidato do então governador Hélio Gueiros, o ex-prefeito Sahid Xerfan [*que foi derrotado por Jader nas eleições estaduais do ano anterior, 1990*]. Para transformar-se no principal instrumento de divulgação da chapa oficial, foi presenteado com a mais pesada campanha publicitária que uma empresa jornalística recebeu de um governo do Estado nos últimos anos. “O Liberal” deixou de lado o jornalismo para se tornar um órgão de partido, tão envolvido que demorou até admitir que Jader Barbalho era governador eleito e citá-lo nominalmente no noticiário, do qual foi expurgado – exceto quando era alvo de críticas – nas duas passagens pelo ministério Sarney.

[...]

Com o apoio de Orestes Quércia (que lhe arranhou a Editora Bauru, ainda hoje a razão social da firma), Jader criou o precário “Diário do Pará” e melhorou-o graças às extensões de poder que exerceu. O grupo Liberal e ele foram, durante seu primeiro governo, inimigos cordiais ou amigos desconfiados, conforme as variações da conjuntura. Antes da violenta campanha eleitoral do ano passado [*em 1990, para o governo do Estado*] quebrar todas as aparências de cordialidade, a disputa comercial entre os dois grupos de comunicação, que só podem se expandir colidindo, jogou-os na guerra aberta. Política e negócios passaram a se confundir num nó quase impossível de desfazer (PINTO, 1991b, p. 1-2).

As contendas entre os dois grupos de comunicação foram capa de quatro das 401 edições do JP analisadas neste estudo: nº 325, de junho de 2004; 341, de março de 2005; 385, de fevereiro de 2007; e 396, de julho de 2007. O embate começou com a fundação do Diário, em agosto de 1982, e se intensificou nos 25 anos seguintes (cf. Capítulo II). O artigo principal

da edição nº 341, de fevereiro de 2005, é um dos que melhor expressam a rivalidade político-empresarial entre as famílias Maiorana e Barbalho:

O leitor da edição dominical do dia 27 de fevereiro dos dois principais jornais do Pará teve uma dimensão do que são as elites do Estado. Tanto *O Liberal* quanto o *Diário do Pará* dedicaram suas manchetes de capa a denúncias mútuas sobre desvio de recursos públicos para fins ilícitos e associação criminosa, com significativos pontos de contato entre ambas as denúncias.

Sob a manchete “Escândalo da Sudam, 6 anos depois – Todos ricos, todos soltos”, *O Liberal* acrescentou dois itens: (“1 – Até agora, nenhum dos mais de 40 denunciados por desvio de verbas foi parar na cadeia; 2 – Consórcio da morte da irmã Dorothy envolve a máfia de fraudadores da Sudam”) e um texto de chamada da matéria: “Apesar de terem sido denunciados pelo Ministério Público Federal, há três anos, pelo desvio de R\$ 1,2 bilhão dos cofres da Sudam, dezenas de políticos, empresários e servidores continuam soltos e prosperam em suas atividades. Entre os envolvidos está o deputado federal Jader Barbalho. Segundo autoridades, o esquema que fraudava a extinta Sudam tem ramificações com o crime organizado na região da Transamazônica”.

Já o *Diário do Pará* apregoou em sua capa: “Hotel fantasma de Maiorana desviou milhões da Sudam”. O texto de chamada completava: “O empresário Romulo Maiorana tomou empréstimo de R\$ 2,5 milhões da extinta Sudam para construir um hotel no igarapé Marajá, no município de Novo Airão (AM), a 65 km de Manaus. Até hoje, oito anos depois, o empreendimento não saiu do papel – nem os recursos foram devolvidos aos cofres públicos” (PINTO, 2005a, p. 1-2).

No artigo, Lúcio Flávio lembra que as denúncias de *O Liberal* não são novas, mas voltaram a gerar interesse pela associação de alguns beneficiários de fraudes na Sudam, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, com madeireiros e fazendeiros acusados de patrocinar a morte da freira Dorothy Stang, em fevereiro de 2005. No caso da matéria do *Diário*, sua virtude, diz Lúcio, está em mostrar que “os Maiorana tratam de fraude de incentivos fiscais como raposa falaria de galinheiro”. Isso porque os irmãos Romulo e Ronaldo também estariam envolvidos em suspeitas de irregularidades na Sudam, o primeiro com o hotel no Amazonas e o segundo, com uma fábrica de refrigerantes em Ananindeua, na região metropolitana de Belém.

Moral da história: os dois lados têm razão quando se acusam. Mas não quando se defendem. Isto quando chegam a se defender, o que raramente fazem. Parecem partilhar o entendimento de que a melhor defesa é o ataque. Ao outro, claro. Só por esse motivo, um efeito positivo de suas brigas é fornecer à opinião pública informações que dela sonham quando estão em calmaria (PINTO, 2005a, p. 2).

5.5 – CONJUNTURA AMAZÔNICA

Internacionalização, narcotráfico, desmatamento e ações desenvolvimentistas são alguns dos subtemas presentes nesta categoria, que aparece com o mesmo número de capas de *Imprensa*: 36 (8,9% do total). Lúcio Flávio Pinto faz reflexões permanentes sobre os problemas da Amazônia e dos Estados que a compõem nas páginas do *Jornal Pessoal*. Para o jornalista, a condição colonial da região, e a visão exótica que dela resulta, estão na raiz das dificuldades enfrentadas pelos seus 23 milhões de habitantes:

Quem mora na Amazônia e acompanha a expansão das atividades econômicas na região tem seus motivos para achar que a sua condição colonial é um traço muito mais definidor do que a função de fronteira do capitalismo. Ela está nas duas situações, mas quando se fala em ocupação da Amazônia a associação de idéias esclarecedora deve ser feita em relação à instalação dos ingleses na Índia e dos franceses na Indochina e não exatamente em relação à “corrida” ao leste dos Estados Unidos. A diferença em relação aos dois primeiros casos é que, na Amazônia, a maioria dos colonizadores fala a mesma língua. Assim, uma abstração dificulta a preocupação real sobre dois mundos distintos, um que comanda as decisões e o outro que é forçado a submeter-se a elas. Na há uma interpretação entre esses dois mundos, um estatuto capaz de estabelecer relação mutuamente respeitosa (PINTO, 1989, p. 2).

Para o editor do JP, a conquista da Amazônia não é tarefa geopolítica, militar e nem mesmo “desenvolvimentista”. Ele defende a multiplicação dos orçamentos para ciência, tecnologia e educação como única solução possível para o quadro de atraso e espoliação.

É preciso construir uma maneira justa e adequada de utilização da Amazônia. Para ela se tornar possível, os orçamentos de ciência, tecnologia e educação na região precisam ser multiplicados várias vezes, o pessoal envolvido em tais tarefas se expandir em número e em interiorização, projetos experimentais devem ser implantados conforme a área e a atividade, num projeto global que, para ser sério, tem que ser comparável a empreitadas como a conquista do espaço. [...]

Enfim, para ser nossa de fato e de direito, a Amazônia exige um investimento que até agora o Brasil não se mostrou disposto a fazer e uma vontade que também não parece estar próxima porque as visões se estratificaram, refratárias à verdade. A Amazônia continua a ser uma bandeira e uma retórica, ambas rotas e vazias (PINTO, 2000, p. 3).

A devastação da floresta amazônica foi assunto de capa em nove edições do *Jornal Povoal*. Em artigo intitulado “Amazônia está acabando”, de maio de 2005, Lúcio Flávio lembrou que no primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o desmatamento na região foi recorde, “impulsionado pelo sucesso (de custeio altíssimo, como se veria depois) do Plano Real”. No primeiro ano do governo Lula, em 2003, a média de desmatamento manteve a tendência de crescimento contínuo desde 2002:

Essa tendência manda um recado claro ao distinto público: sempre que a atividade econômica aquecer, por mais artificial que seja o aquecimento, tudo que canta a musa da ciência, da informação, do conhecimento e do saber sobre o melhor trato da Amazônia será mandado às calendas gregas, metaforicamente falando em linguagem neoliberal, ou às favas, em dialeto neoproletário.

A ordem de avançar será dada à ampla frente econômica sobre a maior fronteira de recursos naturais do planeta, com seus *bulldozers* e seu modo de fazer convencional, indiferentemente às sutilezas escondidas na maior floresta tropical da Terra e às recomendações do saber humano organizado sobre a maneira adequada de lidar com ela, no ainda onírico “desenvolvimento sustentável”. A mata continuará a ir abaixo para que seu lugar seja ocupado pela forma de gerar produtos com lugar certo no mercado mundial (soja, gado, dendê, minério, etc). O resto é vã filosofia nesta carnavalesca Dinamarca tropical, com seu Hamlet otimista.

[...]

O interesse do mundo pelo que acontece na Amazônia certamente não é altruísta. No entanto, o dos nossos irmãos do Sul seguramente também não o é. No meio desse tiroteio, que constantemente é mais do que uma figura de linguagem, a Amazônia tem que encontrar seu próprio caminho. Enquanto ainda é Amazônia. E se ainda quiser sê-la (PINTO, 2005b, p. 1-3).

Quanto à presença e às ações, na região, de entidades ambientalistas como o Greenpeace, Lúcio critica a “cenografia” com que se comportam, por favorecer a suspeição – muitas vezes improcedente, diz o jornalista – a respeito de sua boa-fé:

O erro da opção militante do Greenpeace funciona na contra-mão da sua alegada boa intenção (e boa-fé). Está correta a instituição ao não querer se restringir à função de pesquisa e investigação. Ela não é uma mera entidade acadêmica, como outras ONGs se contentam em ser. Deve perseguir os efeitos práticos de seu proselitismo. Mas não deve ser o governo, muito menos substituí-lo. Pode e deve fiscalizá-lo e cobrar resultados. Mas quando cada um respeita seu campo específico ajuda a preservar independência e delimitar identidade (PINTO, 2003, p. 2-3).

5.6 – ESCÂNDALOS

A categoria lista episódios que se notabilizaram por conter evidências de ilicitude, como casos de corrupção, fraude, contravenção, e negócios entre as esferas governamental e privada que, sob o manto da legalidade, contrariam o interesse público. O *Jornal Pessoal* dedicou 30 capas ao assunto (7,4% do total), compreendendo 17 subtemas.

Alguns desses episódios envolveram a Sudam, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, e correspondem ao subtema “Incentivos fiscais”, visando diferenciá-lo do subtema “Sudam”, listado na categoria Conjuntura Amazônica (neste caso, o enfoque são as políticas desenvolvimentistas do órgão). Os escândalos colocaram a Sudam no centro das atenções do JP em seis capas. Em decorrência de uma série de transações suspeitas, o órgão público foi extinto no governo FHC e recriado no governo Lula. Em meio aos escândalos aparecem as figuras de Jader Barbalho e Antônio Carlos Magalhães. No auge da contenda entre ambos, Lúcio comentou a idéia – ainda não concretizada naquele momento – de extinção do órgão:

O governo federal chegou à conclusão de que a Sudam está podre e tem que ser extinta ao fim de uma auditoria do Ministério de Integração Nacional, que tomou como base denúncia do senador Antônio Carlos Magalhães, feita no curso do tiroteio que trava com seu indesejado sucessor na presidência no senado, Jader Barbalho, patrono das últimas administrações na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. De uma amostra de 95 projetos de colaboração financeira examinados, 29 apresentavam irregularidades, provocando desvios de 109 milhões de reais de incentivos fiscais.

[...]

Esse acervo de deformidades não pode, entretanto, ser liquidado como um incidente policialesco ou o desdobramento de um folhetim político. Se for assim, o órgão que suceder a Sudam nascerá sob o mesmo signo de desajuste, fadada a ser uma anomalia ou um exotismo numa Amazônia para a qual a concepção do poder central se tem mostrado insensível, distorcida ou mesmo refratária.

Há erros e errados a inventariar nestas quase quatro décadas de Sudam. A matriz desses entes deformados, humanos ou materiais, entretanto, esta fora da região. Sem essa compreensão prévia, tudo ou mais continuará na sucessão de equívocos que resultou na ópera bufa encenada em Brasília pelo baiano Antônio Carlos Magalhães, tomando como personagem maligno um chefe político paraense que não esteve à altura do poder que a história lhe conferiu.

Os fraudadores, de dentro da Sudam ou de fora de seus muros, podem e devem ser punidos, após a devida apuração dos fatos. A Sudam pode até desaparecer, como exata punição por seus erros. Mas já é o momento de separar os elementos de uma conjuntura perversa dos componentes de uma estrutura que diz respeito a uma região tão grande e complexa como a Amazônia, vítima, quando não mera espectadora, de toda essa encenação feita sob – e com – o seu nome. Mas não para favorecê-la (PINTO, 2001d, p. 1-2).

Outro caso que gerou reflexões no JP foi a prisão do superintendente do Ibama em Belém, Paulo Castelo Branco. Flagrado em escutas telefônicas clandestinas tentando extorquir a Eidai, uma grande madeireira paraense, Castelo Branco acabou preso pela Polícia Federal. Em artigo intitulado “Ibama - O ‘pega, ladrão’”, de junho de 2000, Lúcio analisa a relação entre “defensores” da floresta amazônica, imprensa, ONGs (com nova crítica ao Greenpeace, citado anteriormente, na categoria Conjuntura Amazônica) e partidos políticos. Castelo Branco promoveu uma série de ações cinematográficas, como a apreensão de grandes quantidades de madeira, antes de ser preso.

Ao invés de paladino da causa ecológica, o Castelo Branco que emerge da gravação é um servidor público que cria dificuldades para vender facilidades. Esse método de extorsão é velho, mas Castelo Branco revestiu-o de uma aparência glamurosa, criando um palco no qual interpretava o papel de Robin Hood da natureza. Para isso contou com a falta de critérios de entidades que se filiaram à defesa da natureza, mas sem condições de discernir com quem estão andando, e de uma imprensa capaz de ceder os mais elementares princípios profissionais para ter exclusividade na captação

morte da freira Dorothy, com quem conviveu em suas viagens pela região, o jornalista escreveu:

Em mais de três décadas de atuação constante ao lado de posseiros, a missionária compôs um perfil de devoção integral a uma causa, sem qualquer mácula.

[...]

Alguns a consideravam ingênua e outros, maliciosa; mas ela era simplesmente crédula. Acreditava em tudo que lhe diziam, mas ia conferir tudo com seus próprios olhos. Assim ela enfrentava os inimigos, muitos deles conhecidos por sua brutalidade. Como qualquer mártir, ia examinar os dentes do leão na boca do próprio leão. Essa característica de sua personalidade explica a atitude de ir até os pistoleiros e diante da morte friamente executada, ler-lhes a Bíblia.

A acusação de armar posseiros nada tinha a ver com uma suposta alteração dos hábitos da irmã, mas com a preparação do ambiente para a providência que já estava em curso: acabar com ela. Atentos a esse sinal, amigos providenciaram a concessão do título de cidadã paraense para ela, seguido de uma honraria na OAB como defensora dos direitos humanos. Acreditavam que essas iniciativas serviriam como um contra-recado. Outros tentaram convencê-la a sair por uns tempos da área, mas ela recusou o conselho. Para ela, a morte era realmente a confirmação do dogma religioso: a passagem para uma vida melhor. Por que temê-la? (PINTO, 2005, p. 4).

5.8 – CONJUNTURA MUNICIPAL (BELÉM)

Categoria com o menor registro de capas da história do *Jornal Pessoal* – seis, o que representa 1,5% do total de 401 edições. Nela estão relacionados os artigos de primeira página dedicados à cidade onde Lúcio Flávio reside desde a infância, exceto pelos quatro anos passados em São Paulo, no início da década de 1970. Em Conjuntura Municipal estão listados três subtemas: “Indicadores sociais”, “Estação das Docas” e “Macro drenagem”.

As análises alertam para o avanço da economia informal, a crescente degradação dos bairros periféricos e a perda do patrimônio histórico e arquitetônico da capital paraense. Em artigo datado de setembro de 2004 (nº 330), Lúcio lembra que dois terços das famílias que moram em Belém vivem com uma renda que varia entre zero e cinco salários mínimos: “Os

25% mais ricos ficam com 55% da renda do município. Para os 25% mais pobres sobram apenas 10% da renda total. A renda per capita dos moradores da cidade representa dois terços da média brasileira” (PINTO, 2004a, p. 1). Prossegue o jornalista:

Muitos visitantes, porém, se dizem impressionados com a capital paraense. Essa boa impressão tem uma explicação: o brasileiro não conhece seu país; para ele, a Amazônia está em outro mundo – e esteve mesmo, durante todo o período colonial e boa parte do Império. A boa surpresa é um produto de dois ciclos de investimentos urbanos maciços, que a historiografia nacional do centro dominante praticamente ignora: o período pombalino (comandado pelo déspota esclarecido de Portugal, o marquês de Pombal), na segunda metade do século XVIII, e o meio século de fastígio proporcionado pela exploração da borracha, entre 1860 e 1912, com seu apogeu sob a intendência de Antônio Lemos, um maranhense tido até hoje como o melhor prefeito que Belém já teve.

[...]

Mas fora do quadrilátero urbano criado pelo plano pombalino e pela exploração monopolista da borracha (e já infiltrando-se nesse reduto de beleza e conforto, à margem das baixadas), o que caracteriza Belém são as marcas de um empobrecimento africano convivendo, conflitivamente, com ilhas de riqueza (PINTO, 2004a, p. 1-2).

Em janeiro de 2006, no aniversário de 390 anos da cidade, o empobrecimento de Belém e de sua população voltou a ser tema do *Jornal Pessoal*. O artigo faz nova alusão ao surto de desenvolvimento que a capital experimentou no início do século 20:

Belém começou a percorrer a última década que a levará a uma data histórica: em 2016 completará 400 anos de fundação. Até um pouco antes dos 300 anos, a capital dos paraenses era, por qualquer critério de avaliação, a terceira maior e mais importante do Brasil. A partir de 1912 entrou em crise, arrastada para baixo pela decadência da economia da borracha na Amazônia.

[...]

A Veneza que podia ser, com seus canais trafegáveis, preferiu transformar as drenagens em esgoto a céu aberto, sem circulação de barcos, sem transporte fluvial, sem recreação. Mas embelezou algumas laterais para que os carros disparem e os adeptos da vida saudável caminhem beira-esgoto, respirando odores negligenciados. A macrodrenagem das baixadas seria a última possibilidade de reconciliar a cidade com seu sítio, sua paisagem, sua geografia e sua geopolítica, mas o colonizado não consegue ver diante do espelho de Próspero (PINTO, 2006b, p. 1-2).

5.9 – LÚCIO FLÁVIO: JORNALISTA E INTELLECTUAL

Ao intervir com seu *Jornal Pessoal* na esfera pública midiática, contaminada pela necessidade de lucro, prestígio político e drama (JACOBY, 2003; HABERMAS, 1984, 2006), Lúcio Flávio Pinto combina a vocação para o antagonismo e a crítica às elites com os anseios de um público leitor certamente desejoso de ir além das abordagens oferecidas pela imprensa empresarial.

Trata-se de um intelectual “público”, no sentido aplicado por Jacoby ao termo, e certamente “tradicional”, no conceito gramsciano (1991). Lúcio não está atrelado a grupos ou partidos. Seu compromisso é com o momento histórico que vive e com a defesa de valores universais.

Como jornalista e intelectual, escreve de maneira muitas vezes virulenta, pontuando seus artigos com chistes e ironias, especialmente quando critica figuras públicas. Hélio Gueiros é “*mestre na arte dos disfarces e da manipulação*”; o filho deste, Hélio Gueiros Jr, um “*beleguim atrabiliário*”, de “*nível mental assombroso*”; Paulo Castelo Branco, o superintendente do Ibama preso por corrupção, “*um Robin Hood da natureza*”; Almir Gabriel, “*um autoritário e vaidoso aprendiz de feiticeiro*”; Edmilson Rodrigues, o “*alcaide petista*” com disposição à “*grandiloquência auto-conferida*”; Antônio Carlos Magalhães, não menos que “*sultão baiano*”.

E quanto a Jader Barbalho, o personagem público do qual Lúcio mais se ocupou no JP? A propósito do ex-governador, o jornalista constrói um discurso de natureza quase sempre crítica e restritiva: no Pará administrado por Jader, a “*semente do negociismo caiu em terreno fértil*”; e a exemplo do baiano ACM, o político paraense sabe que “*exercer o poder é o melhor caminho para enriquecer*”.

Em determinadas ocasiões, porém, chama atenção o entusiasmo com que ressalta a destreza política do antigo colega. Para Lúcio, *“nas artes e no engenho da política nacional”*, Jader demonstrou *“competência muito superior à do cacique baiano”*. Atacado pela imprensa, *“engoliu sapos como nenhum outro político nos últimos anos. Mas não mugiu e nem tossiu, seguindo à risca o manual das raposas de terreiro eleitoral”*.

Em outras análises, o tom é de decepção pela promessa de gestor público que Jader foi, e não conseguiu cumprir. Depois de atingir, com a presidência do Senado, *“o mais alto nível de poder que um político do Norte já alcançou na República”*, o paraense teve de deixar o cargo em decorrência de *“um acervo de constrangimentos e feitos negativamente inéditos na história”*.

E se não chega a manifestar compaixão pelo personagem controverso, ao qual um sem-número de casos de corrupção é associado, sugere que Jader precisará responder à opinião pública não só pelos erros que cometeu, mas por aqueles cometidos em seu nome: *“O Pará tornou-se a terra do negócio, uma mentalidade tão disseminada que nem mesmo você [Jader] conseguiu dominar todas as transações, inclusive algumas feitas em seu nome e sem que você tivesse ‘levado vantagem’”*.

As análises de Lúcio Flávio não estão isentas de idiosincrasias – e nem se poderia supor que estivessem. Certamente embutem experiências pessoais, afetos, visões de mundo, expectativas e conflitos, mas principalmente aquilo que Habermas (2006) chama de *“sensibilidade desconfiada”*. Em política, como se depreende dos exemplos citados neste capítulo, Lúcio é quase sempre um pessimista. Contudo, à maneira de Gramsci, o próprio jornalista costuma recomendar *“o otimismo da vontade e o pessimismo da razão”*.

A exemplo de Cenários Políticos, nas demais categorias estudadas emerge do discurso de Lúcio Flávio uma preocupação comum: o desordenamento institucional, econômico e social da Amazônia. Essa preocupação se manifesta na crítica à condição

miserável dos garimpos e à acelerada devastação da floresta, na denúncia da grilagem recorde da terra e do assassinato de ativistas sociais, na constatação de que há uma troca desigual entre a Vale do Rio Doce e o Estado do Pará. Do mesmo modo, a decadência de Belém e as tramas que associam poder público e mídia privada estão contextualizadas no *Jornal Pessoal*, o que demonstra a amplitude de suas reflexões.

No desempenho do papel de intelectual público, Lúcio Flávio gradativamente abandonou a condição de mediador de informação para assumir o status de “voz especializada”, de disseminador de saberes sobre a região, o que motivou o crescente reconhecimento do meio acadêmico, como se atestou na introdução deste trabalho. É por essa razão que praticamente inexistem fontes de informação – pelo menos aparentes – nos textos do JP; o produtor de conhecimentos ali compartilhados é, em última análise, o próprio Lúcio Flávio.

Tais os nexos que constrói e os dados que oferece, é possível concluir que o *Jornal Pessoal* encerra uma função que poderíamos chamar de *pedagógica*, à medida que visa qualificar o público leitor, municiando-o com informações necessárias à compreensão da realidade regional. As posições que Lúcio Flávio toma e causas que defende revelam a construção de um “pensamento permanente” sobre os problemas do Pará e da Amazônia, pensamento este seguramente aberto à defesa de causas universais e, por essa razão, em evidente conflito com os grupos de poder.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

CHOMSKY, Noan. *Language and responsibility*. New York: Pantheon, 1979.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HABERMAS, Jürgen. “O caos na esfera pública”. *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais, 13 ago. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/inde13082006.htm>>. Acesso em: 18. ago. 2006.

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Trajetória Cultural; Edusp, 1990.

Jornal Pessoal

PINTO, Lúcio F. “Garimpo – Houve um genocídio?” *Jornal Pessoal*, Belém, ano I, nº 10, 2ª quin. jan. 1988. p. 1-6.

_____. “Elites – Certidão de falência”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano II, nº 42, 1ª quin. jul. 1989. p. 1-2.

_____. “Hidrelétricas – O rendimento do caos”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano III, nº 48, 2ª quin. set. 1989(a). p. 1-3.

_____. “O novo imperador”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano III, nº 55, 2ª quin. jan. 1990. p. 1-2.

_____. “Esta guerra: suja”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano III, nº 56, 1ª quin. fev. 1990(a). p. 1-5.

_____. “Roto e esfarrapado”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano III, nº 61, 2ª quin. ab. 1990(b). p. 1-5.

_____. “A vez do milagre”. *Jornal Pessoal*, Belém, nº 66, 1ª quin. jan. 1991. p. 1-4.

_____. “O ovo na cara”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano V, nº 73, 1ª quin. set. 1991(a). p. 1-2.

_____. “Imprensa – A guerra de cifrões”. *Jornal Pessoal*, ano IV, nº 70, 2ª quin. jul. 1991(b). p. 1-3.

_____. “Eleição – Um deus de lama”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano VI, nº 98, 2ª quin. set. 1992. p. 1-5.

_____. “A peça dos Gueiros”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano IX, nº 127, 2ª quin. set. 1995. p. 1-4.

_____. “Eleição – Boa surpresa vem no final”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano X, nº 147, 1ª quin. out. 1996. p. 1-2.

_____. “Carajás – Brasil renuncia ao futuro”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano X, nº 156, 1ª quin. fev. 1997. p. 1-2.

_____. “Carajás – Golpe mortal no coração”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano X, nº 166, 1ª quin. jul. 1997(a). p. 1-3.

_____. “Eleição – A moral dos imorais”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XI, nº 193, 2ª quin. ago. 1998. p. 1-4.

_____. “Belém – A maldição do sal”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XI, nº 179, 1ª quin. jan. 1998(a). p. 1-3.

_____. “Editorial – Em quem votar?” *Jornal Pessoal*, Belém, ano XII, nº 196, 1ª quin. out. 1998(b). p. 1-3.

_____. “Poder – Mutações do chefe”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIII, nº 224, 1ª quin. dez. 1999. p. 1-2.

_____. “Governo – O martírio do Idesp”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XII, nº 204, 1ª quin. fev. 1999(a). p. 1-3.

_____. “Amazônia – Só bandeira e retórica”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIII, nº 235, 2ª quin. mai. 2000. p. 1-3.

_____. “Ibama – O ‘pega, ladrão’ ”. *Jornal Pessoal*, Belém, nº 236, 1ª quin. jun. 2000(a). p. 1-3.

_____. “Política – Uma guerra viciada”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIV, nº 253, 2ª quin. fev. 2001. p. 1-3.

_____. “Política – Jader e Almir em 2002?” *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIV, nº 254, 1ª quin. mar. 2001(a). p. 1-3.

_____. “Jader Barbalho – O dia depois do fim”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIV, nº 268, 1ª quin. out. 2001(b). p. 1-2.

_____. “Política – Jader Barbalho acabou?” *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIV, nº 269, 2ª quin. out. 2001(c). p. 1-3.

_____. “Sudam – A hora da lavagem”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIV, nº 256, 1ª quin. ab. 2001(d). p. 1-2.

_____. “Eleição – Disputa plebiscitária”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XV, nº 287, 2ª quin. jun. 2002. p. 1-3.

_____. “Floresta – Pronta para explodir”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XVII, nº 312, 2ª quin. nov. 2003, p. 1-3.

_____. “Desenvolvimento – O Pará parou: pobre”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XVII, nº 321, 1ª quin. ab. 2004, p. 1-2.

_____. “A caravana vai passar”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XVIII, nº 330, 2ª quin. set. 2004 (a), p. 1-3.

_____. “Crime – O martírio de Dorothy”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XVIII, nº 340, 2ª quin. fev. 2005, p. 1-2.

_____. “Elite – Guerra vai continuar?”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XVIII, nº 341, 1ª quin. mar. 2005 (a), p. 1-2.

_____. “Desmatamento – Amazônia está acabando”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XVIII, nº 346, 2ª quin. mai. 2005 (b), p. 1-3.

_____. “Terras – Caça aos piratas”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XVIII, nº 349, 1/2ª quin. jul. 2005 (c), p. 1-2.

_____. “Política – A alquimia do tucanato”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIX, nº 368, mai. 2006, p. 1-2.

_____. “Eleição – O que virá com Ana?”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XX, nº 379, 1ª quin. nov. 2006(a), p. 1-2.

_____. “Belém – Crescendo contra o futuro”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIX, nº 360, 1ª quin. jan. 2006 (b), p. 1-2.

_____. “CVRD – A múlti brasileira”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XIX, nº 374, 2ª quin. ago. 2006 (c), p. 1-2.

_____. “Governo – Mês um: para onde?”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XX, nº 384, 2ª quin. jan. 2007, p. 1-2.

_____. “Carajás – A conta do bilhão”. *Jornal Pessoal*, Belém, ano XX, nº 395, 1ª quin. jul. 2007 (a), p. 1-3.

CONCLUSÃO

Quanto mais avançam as tecnologias de comunicação e, por conseqüência, do jornalismo, menos a atividade jornalística deveria ser pensada como um mero conjunto de técnicas. A estandardização das práticas é uma espécie de vala-comum, da qual dificilmente escaparão os jornalistas menos atentos aos fundamentos da profissão. E nesses fundamentos reside a capacidade que o profissional de imprensa tem de perceber, interpretar e intervir na realidade a seu redor.

Lúcio Flávio Pinto é um jornalista decidido a interferir na história de seu tempo. Tendo como instrumento de ação o *Jornal Pessoal*, quer dar a conhecer ao mundo o seu *locus*, a Amazônia. Longe dos centros hegemônicos, de onde se afastou para que neles pudesse se fazer ouvir, combina a compreensão dos problemas regionais com o exercício do pensamento crítico. Por essa razão, tem atraído os olhares da academia. E por essa razão é tão simples solidarizar-se a ele, ainda que correndo riscos.

No caso deste estudo, um risco evidente seria aquele decorrente da “contaminação” pelo objeto. Como manter distância crítica de uma experiência viva, como o *Jornal Pessoal*, para responder de maneira firme ao problema da pesquisa? Ademais, Lúcio é referência para várias gerações de jornalistas paraenses, entre os quais goza de admiração e prestígio.

Na produção da tese, o distanciamento crítico se deu, dialeticamente, por proximidade. Quando mais próxima do objeto - as 401 edições do JP publicadas em 20 anos -, mais pude afastar-me de Lúcio para perceber, e admitir, outras essências de sua humanidade, suas fraquezas e limitações. O discurso sobre a figura de Jader Barbalho, por exemplo, por muito pouco não resvala na complacência, mesmo quando Lúcio é crítico em suas posições. Quanto aos movimentos sociais na Amazônia, não manifesta qualquer interesse ou empatia. E todas as habilidades que costuma enumerar como basilares para o exercício competente do jornalismo na região são, rigorosamente, as mesmas que demonstra possuir. Deste modo,

como a grande maioria dos profissionais de imprensa possivelmente desconhece a tecnologia usada na construção de hidrelétricas ou as vantagens da hidrometalurgia do cobre, não poderia, em tese, participar das grandes coberturas jornalísticas na Amazônia.

A despeito dessas considerações - e como dito anteriormente -, é muito fácil solidarizar-se a Lúcio Flávio Pinto. Que outro personagem de seu tempo, por meio de um modesto canal de comunicação, se indispôs de modo tão sistemático contra as elites paraenses? Que outro jornalista reportou de modo mais sagaz as tramas entre a classe política e a imprensa local, deixando, com esse registro, um testemunho histórico de grande valor? Que outro intelectual dedicou mais atenção, por uma diversidade de meios, aos problemas do Estado e da Amazônia, nos últimos 40 anos? Em determinadas abordagens pode-se discordar de posturas adotadas por Lúcio, das idéias que defende, mas não é possível acusá-lo de estar dissociado das grandes lutas de sua época.

Lúcio é, sobretudo, um defensor de causas universais. Por meio de seu jornal, quinzenalmente vem a público denunciar o crime de encomenda contra ativistas políticos e sociais; a substituição da floresta por práticas econômicas que comprometem o futuro da região; a transferência de riquezas naturais sem a devida compensação às populações nativas; as negociações obscuras entre o poder público e a iniciativa privada; a degradação dos centros urbanos. Age, portanto, com o objetivo de iluminar as contradições que historicamente impedem a Amazônia de escapar à condição colonial.

Mas suas análises não se limitam à denúncia: atuando como intelectual público, engaja-se na resolução dos problemas, o que se observa no diálogo com os atores sociais e na constante formulação de propostas. Há, portanto, uma conduta humanística em seu discurso que não pode ser ignorada.

Lúcio Flávio Pinto é um espírito independente, insubmisso na palavra e obsessivo na ação. As evidências dessa afirmação podem ser localizadas em sua obra, que está

documentada em livros, jornais, websites e revistas, e é dedicada, quase na totalidade, à Amazônia. Do mesmo modo, se manifestam nas centenas de conferências que proferiu, no Brasil e no exterior; e principalmente na própria existência do *Jornal Pessoal*, que hoje cobra o empenho de seu editor em duas frentes: a condução editorial e as contendas judiciais.

E respondendo ao problema colocado pela pesquisa, o que certamente explica a longevidade do *Jornal Pessoal* é a decisão consciente, unilateral e inarredável de Lúcio, de dar voz a essa insubmissão. “Solus, totus, unus”¹¹¹, como admitiu o próprio jornalista, em determinada ocasião, no cabeçalho do JP. Ou “teimosia”, como resumiu em outra. Ainda que atribua a permanência do jornal aos apelos da audiência – o editor chegou a fazer uma estranha consulta a seus leitores, a fim de saber se o JP deveria acabar ou não - , Lúcio encontra em motivações íntimas a disposição para produzir o alternativo. As pistas, ele deu na edição comemorativa dos 20 anos, quando se referiu ao jornal como a sua “própria pele”.

Se, a priori, a ausência de anúncios pagos seria uma justificativa aceitável para o desaparecimento do JP, como se renunciou em pelo menos quatro ocasiões (cf. Capítulo IV), hoje é um dos fatores que justificam sua permanência: a inexistência de financiamento publicitário é o combustível que alimenta a autonomia do discurso de Lúcio Flávio Pinto.

Essa condição estrutural do *Jornal Pessoal*, aliada ao fato de ser produzido por uma só pessoa, de atuar na defesa de causas e de ser uma fonte de incômodos ao poder dominante, são traços que permitem associá-lo a um tipo de imprensa político-literária, que desapareceu após a transformação do jornalismo em atividade empresarial. Seu objetivo não é o lucro, mas o exercício de uma função *pedagógica*, materializada na capacidade argumentativa e na análise dos fatos em sua complexidade. É o que se nota, por exemplo, nas reflexões sobre jornalismo e política, que visam instruir o leitor para os acordos entre jornais e grupos políticos. Obviamente, as condições históricas limitam o exercício da comparação. O que se

¹¹¹ “Expressão em latim que significa “só, único, inteiro”

defende, aqui, é a similaridade na prática. Desta maneira confirma-se, portanto, a primeira hipótese deste trabalho.

Lúcio Flávio Pinto tem um pensamento concreto, constituído a partir de sua práxis e consolidado na tarefa intelectual, como se viu no Capítulo V. Desvencilhando-se dos constrangimentos organizacionais impostos pela grande imprensa, manteve-se no mesmo campo de atuação, o jornalismo, onde migrou paulatinamente da condição de mediador para a condição de fonte de informação. E o fez por diferentes vias: a compulsão pela leitura, a disposição para estudar e colecionar documentos, o conhecimento obtido em viagens pelos recônditos da Amazônia e pelo exterior, a formação de sociólogo, o exercício diário da reportagem, a estreita convivência com especialistas dos mais diferentes campos da política, economia, ciência e tecnologia. Mas o fez, principalmente, por entender o jornalismo como uma missão social, embutida em cada experiência do cotidiano. Tal constatação ajuda a confirmar a segunda hipótese deste estudo.

Como instrumento de uma conduta intelectual, porém, o *Jornal Pessoal* pressupõe a responsabilidade de seu editor no encaminhamento das questões que apresenta ao debate, o que sugere exposição à toda sorte de incompreensões. Neste aspecto, a admissão do contraditório por meio da reprodução de cartas dos leitores, na íntegra, é uma das virtudes do jornal. Esse tipo de prática prestigia o direito à informação, ainda que não seja da natureza de Lúcio fraquear ao contraditor a última palavra no debate.

Quanto à permanência do jornal no formato impresso, em um tempo onde a proliferação de blogs e sites jornalísticos sinaliza para outras possibilidades de veiculação do conteúdo, o que o Lúcio Flávio certamente rejeita é a idéia de “imaterialidade”. A existência física do periódico é o atestado de sua identidade, comprometida com a constituição de uma memória da realidade regional. Por esse motivo, e não sem razão, Lúcio alimenta a certeza conformada de que o JP serve menos ao presente do que às gerações futuras.

As considerações apresentadas acima fortalecem o entendimento de que o *Jornal Pessoal* é, de fato, uma experiência de imprensa contra-hegemônica, que atua em oposição aos grupos dominantes, dos quais fazem parte as corporações de mídia. No Pará, essas corporações se fortalecem por meio da relação promíscua com os grupos políticos que se alternam na administração pública.

Ao trazer para a agenda do cidadão os assuntos que considera mais relevantes, o JP organiza uma outra história do Pará e da Amazônia, a partir de um ângulo que não está contemplado nos grandes jornais locais. Mas não faz sentido esperar que a grande imprensa se proponha a debater, a fundo, os problemas da região. Porque o debate aberto, franco, aprofundado, levaria, naturalmente, à exposição de mazelas que a indústria midiática necessita ocultar em nome da ânsia de lucro. Não por coincidência, 18 dos 33 processos judiciais movidos contra o editor do *Jornal Pessoal* são de autoria da família Maiorana, que detém um dos maiores grupos de comunicação do Norte e Nordeste do Brasil, e cujo papel nas tramas políticas está decifrado no quinzenário de Lúcio Flávio Pinto.

O empenho em auscultar o jogo silencioso do poder é um dos maiores contributos do JP à sociedade. Essa constatação reforça a importância da presença do periódico na esfera pública paraense. Como canal de comunicação contra-hegemônico, há duas décadas o *Jornal Pessoal* vem possibilitando à uma audiência ainda que mínima, mas qualificada, a compreensão dos desafios que se impõem ao Estado e à região. Daí a disposição desta pesquisadora em trazer à luz a história do periódico e, por conseguinte, de seu editor.

A expectativa, em suma, é a de que este estudo contribua para demonstrar que em um mundo tomado por “cercas”, segundo a metáfora de Naomi Klein, existem “janelas” de onde é possível lançar um outro olhar, mais humano e solidário, às causas universais.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. *Um trabalhador da notícia: textos de Perseu Abramo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

_____. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ADORNO, Theodor W. “A indústria cultural”. In: COHN, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1975. p. 287-295.

AGÊNCIA CARTA MAIOR. “O triste fim do Pasquim 21”. Disponível em: <http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=1645>. Acesso em: 30 ab. 2006.

ALVES FILHO, Armando. et al. *Pontos de história da Amazônia*. Vol.1. Belém: Paka-Tatu, 2001.

AMORIM, Célia R.T. *Oralidade e riso na primeira página do Jornal Pessoal: Um recorte cultural da Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica), PUC-SP, São Paulo, 2002.

ANTOLOGIA PRÊMIO TORQUATO NETO. *O poder da imprensa alternativa pós 64 – histórico e desdobramentos*. Rio de Janeiro: Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do Rioarte, 1985.

AQUINO, Maria A. *Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência - O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

ASSIS, Diego. “Acadêmico analisa mídia de olho na rua”. *Brasil Online*, 6 set. 2003. Disponível em: <<http://noticias.bol.com.br/variedades/2003/09/06/ult90u36537.htm>>. Acesso em: 10 set. 2003.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. *Parecer sobre o episódio Lúcio Flávio Pinto x Ronaldo Maiorana*. Disponível em: <<http://www.liberdadedeimprensa.org.br/index.php?q=node/553>>. Acesso em: 12 mar. 2006.

_____. *Relatório Anual sobre Liberdade de Imprensa no Brasil (2005)*. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/files/Arquivos/rellib05.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2006.

- AUGUSTO, Sérgio. “Uma pedra no caminho dos poderosos”. In: STONE, Isidore F. *O julgamento de Sócrates*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 9-17.
- BAGDIKIAN, Ben H. *O monopólio da mídia*. São Paulo: Scritta, 1993.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.
- BALDELLI, Pio. *Informazione e controinformazione*. Milão: Mazzota, 1972.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BELTRÁN, Luiz R.; FOX, Elizabeth. *Comunicação dominada: Os Estados Unidos e os meios de comunicação da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BLEVIN, Fred. *The hutchins commission turns 50: recurring themes in today's public and civic journalism*. Disponível em: <<http://cal.bemidji.msus.edu/masscomm/Boudry/Hutchinson%20Commission.htm>>. Acesso em: 6 ab. 2006.
- BNDES. *Transporte na região amazônica*. Cadernos de infra-estrutura: fatos e estratégia, nº 7. Rio de Janeiro, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- BORIN, Jair. *A notícia e suas versões, no espaço e no tempo dos grupos de pressão* (de rabo preso com a classe dominante). Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), ECA/USP, São Paulo, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BUENO, Magali F. “A Amazônia na visão dos seus intelectuais” [2004]. Disponível em: <<http://www.igeo.uerj.br>>. Acesso em: 5 ab. 2006.
- CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Cortez, 1980.
- CAROS AMIGOS. Entrevista de Lúcio Flávio Pinto (2004). Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/do_site/sonosite/entrev_ago04_lucio.asp>. Acesso em: 9 jun. 2007.
- CARVALHO, Luiz M. “Apontamentos para a história do Jornal Resistência” [1984]. In: ANTOLOGIA PRÊMIO TORQUATO NETO. Rio de Janeiro: Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do Rioarte, 1985. p. 73-95.

CAVALCANTE, Francisco; VIEIRA, Ruth H. G. *Comunicação militante: o papel da comunicação no governo do povo de Belém (1997-2000)*. [S.l.]: Labor Editorial, 2000.

CHAPARRO, Manuel C. *Sotaques d'aquém e d'além mar – Percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro*. Santarém: Jortejo Editora, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1989.

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.

CHOMSKY, Noan. *Language and responsibility*. New York: Pantheon, 1979. p. 6-8.

_____ ; HERMAN, Edward S. *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*. São Paulo: Futura, 2003.

COELHO, Geraldo M. *Letras & baionetas: novos documentos para a história da imprensa no Pará*. Belém: Cultural Cejup, 1989.

_____. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: Cejup, 1993.

COHN, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1975.

CONESA, Fernando. *La libertad de la empresa periodística*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1978.

CURRAN, James; SEATON, Jean. *Power without responsibility: The press and broadcasting in Britain*. Garland, 1995.

DANTAS, Audálio (Org.). *Repórteres*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 1998.

DIÁRIO DO PARÁ. Edições nº 8.250 (30 jan. 2007) e 8.255 (4 fev. 2007).

DOWNING, John D.H. *Mídia radical - Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2002.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2006.

ENZENSBERGER, Hans M. *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*. São Paulo: Conrad, 2003.

FADUL, Ana M. “Hegemonia e contra-informação: por uma nova práxis da comunicação”. In: LINS DA SILVA, Carlos E. *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez; Intercom, 1982. p. 25-39.

FERREIRA, Paulo R. “Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia”. III Encontro Nacional de História da Mídia (Rede Alcar). Florianópolis (SC), 2005 [CD-ROM].

_____. “Tempos de Resistência”. IV Encontro Nacional de História da Mídia (Rede Alcar). São Luis (MA), 2006 [CD-ROM].

FESTA, Regina; LINS DA SILVA, Carlos E. (Orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.

FONSECA, Marcos. “Uma voz que se apaga”. *Cult*, ano 9, nº 99, janeiro de 2006. p. 46-50.

FONSECA JUNIOR, Wilson C. “Análise de conteúdo”. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2006. p. 280-304.

FONTCUBERTA, Mar de; MOMPART, Josep L. G. *Alternativas en comunicaci6n*. Barcelona: Mitre, 1983.

FUSER, Igor (Org.). *A arte da reportagem*. São Paulo: Scritta, 1996.

GASPARI, Elio. “O Jornal Pessoal vai a Harvard”. *Folha de S. Paulo*, 6 fev. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0602200507.htm>>. Acesso em: 6 fev. 2005.

GOMES, Pedro G. *O jornalismo alternativo no projeto popular*. São Paulo: Paulinas, 1990.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organizaç6o da cultura*. Rio de Janeiro: Civilizaç6o Brasileira, 1991.

GRINBERG, Máximo S. (Org). *A comunicaç6o alternativa na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

HABERMAS, Jürgen. *Mudanç6a estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. “O caos na esfera pública”. *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais, 13 ago. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/inde13082006.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2006.

HOYT, Edwin e Olga G. *Freedom of the news media*. New York: The Seabury Press, 1973.

IMPrensa ALTERNATIVA: apogeu, queda e novos caminhos. Cadernos da Comunicação/Série Memória, vol.13. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005.

INSTITUTO GUTENBERG. “Jornal do jornalista”, nº 34, nov-dez. 2000. Disponível em: <<http://www.igutenberg.org/jj343x1.html>>. Acesso em: 12 jan. 2003.

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Trajetória Cultural; Edusp, 1990.

JORNAIS PARAOARAS: Catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

KESSLER, Lauren. *The dissident press: alternative journalism in America*. California (EUA): Sage Publications, 1991.

KLEIN, Naomi. *Cercas e janelas: na linha de frente do debate sobre globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

KUCINSKI, Bernardo.

_____. “O nome do jornal”. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (Orgs.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora UNB, 2002. p. 85-98.

NERY, Junior; OLIVEIRA, Maracimoni. “É preciso formar o grande repórter e isso só se faz em viagens”. Entrevista concedida por Lúcio Flávio Pinto (jun. 2002). Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/opiniaio/artigo_detail.cfm?id=17851>. Acesso em: 4 mar. 2003.

NOBLAT, Ricardo. “Dono de jornal se explica”. Disponível em: <<http://noblat.blig.ig.com.br>>. Acesso em: 24 jan. 2005.

O LIBERAL. “Gerson, o sobrevivente, está de volta”. Disponível em: <www.orm.com.br>. Acesso em: 7 jan. 2007.

_____. Edições nº 31.645 (30 jan. 2007) e 31.649 (3 fev. 2007).

OLIVEIRA, Fabíola I. *Jornalismo científico e Amazônia: Estudo de quatro jornais brasileiros*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), ECA/USP, São Paulo, 1990.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

O’SULLIVAN, Tim. et al. *Conceitos-chave em estudos de comunicação e cultura*. Piracicaba, SP: Unimep, 2001.

PASQUINELLI, Matteo. *Mediactivismo. Estratégias y prácticas de la comunicación independiente*. Roma: DeriveApprodi, 2002.

PEREIRA, José C. M. *Importância e Significado das Cidades Médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), NAEA/UFPA, Belém, 2004. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Cidades_medias_amazonia.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2007.

PEREIRA, Raimundo R. “Vive a imprensa alternativa, viva a imprensa alternativa!...”. In: FESTA, Regina; LINS DA SILVA, Carlos E. (Orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 53-76.

PEREIRA FILHO, Francisco J. B. *Caros Amigos (1997-2001) e o resgate da imprensa alternativa no Brasil – Um outro jornalismo é possível*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), ECA/USP, São Paulo, 2002.

PINTO, Lúcio F. “No ar, fica o perfume”. *Bandeira 3*, Belém, nº 7, 2 set. 1975. p. 2.

_____. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *Guerra amazônica: O jornalismo na linha de tiro* (de grileiros, madeireiros, intelectuais, etc. & cia.). Belém: Edição Jornal Pessoal, 2005.

_____. “Comunicado ao público”. 22 jan. 2005. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=313CID003>>. Acesso em: 22 jan. 2005.

_____. *O jornalismo na linha de tiro*. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2006.

_____. *Contra o poder. 20 anos do Jornal Pessoal: uma paixão amazônica*. Belém: Edição do autor, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

RAIOL, Domingos A. *Motins políticos*. Rio de Janeiro: 1865.

RAJA GABAGLIA, Laurita P. *Epitácio Pessoa (1865-1942)*. Rio de Janeiro: [s.n.], s/d.

RAMÍREZ, Carlos A. (Org.). *Comunicación alternativa y sociedad civil*. San Salvador: Fundação Konrad Adenauer, 1997.

RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. “O poder midiático”. In: MORAES, Dênis de (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 243-252.

REYES MATTA, Fernando (Org.). *A informação na nova ordem internacional*. Coleção Educação e Comunicação. Vol.3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ROCQUE, Carlos. *Antônio Lemos e sua época: história política do Pará*. Belém: Amazônia Edições Culturais, 1973.

_____. *História de A Província do Pará*. Belém: Mitograph, 1976.

_____. *Cabanagem: epopéia de um povo*. Vol.1. Belém: Imprensa Oficial, 1984.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: Cejup, 1992.

SAMUEL, Raphael (org.). *Historia popular y teoria socialista*. Barcelona: Crítica, 1984.

SANTOS, Oti. “A sina de um homem do povo”. Trabalho produzido para a disciplina Entrevista e Reportagem, do curso de Jornalismo do Iepes. Santarém (PA), julho de 2007 [inédito].

SERRANO, Estela. “O espaço público e o papel do Estado na sociedade global de informação”. Lisboa, 1998. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 24 ago. 2005.

SEVERINO, Antonio J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2002.

SOBRINHO, Pedro V. C. *Comunicação alternativa e movimentos sociais na Amazônia Ocidental*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), ECA/USP, Belém, 2000.

SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STONE, Isidore F. *The haunted fifties*. Nova York: Vintage Books, 1969.

_____. *O julgamento de Sócrates*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia: Estudios sobre la construcción de la realidad*. México: Gustavo Gilli, 1983.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (Sistema Integrado de Bibliotecas). *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso*. São Paulo: SIBi-USP, 2004.

VIEIRA, André. “A agonia de Lúcio Flávio Pinto”. *Rolling Stone*, nº 5, fev. 2007. p. 52-57.

VOZES DA DEMOCRACIA: Histórias da comunicação na redemocratização do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial; Intervozes, 2006. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/publicacoes/vozesdademocracia.pdf>>. Acesso em: 22 ab. 2007.

WEISSHEIMER, Marco A. “Liberdade de imprensa”. *Agência Carta Maior*, 1º nov. 2006. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2006.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

Depoimentos

CARVALHO, Luiz M. Jornalista, repórter da revista Piauí, ex-editor do jornal alternativo Resistência. Entrevista concedida em 25 jul. 2006 (e-mail).

CERVEIRA, Rodolfo L. Economista aposentado, leitor do *Jornal Pessoal*. Entrevista concedida em 23 out. 2007 (e-mail).

DUTRA, Manuel S. Jornalista, ex-repórter de O Liberal, professor doutor do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Pará. Entrevista concedida em 1º jun. 2006 (gravação).

FERREIRA, Paulo R. Jornalista, diretor geral da TV Cultura do Pará, ex-editor do jornal Resistência. Entrevista concedida em 1º jun. 2006 (gravação).

GUSMÃO, Sérgio B. Jornalista, coordenador do Projeto Repórteres do Futuro (Oboré) e ex-correspondente da revista Veja na Amazônia. Entrevista concedida em 19 out. 2007 (e-mail).

KUCINSKI, Bernardo. Jornalista, professor doutor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Entrevista concedida em 18 set. 2007 (gravação).

MARTINS, Élson. Jornalista, ex-correspondente do jornal O Estado de S. Paulo em Rio Branco (AC). Entrevista concedida em 28 mai. 2007 (e-mail).

MESQUITA, Rodrigo L. Jornalista, ex-diretor da Agência Estado e do Jornal da Tarde. Entrevista concedida em 2 out. 2007 (e-mail).

PEREIRA, Raimundo R. Jornalista, repórter especial da revista Carta Capital, ex-editor dos jornais Opinião e Movimento. Entrevista concedida em 10 jun. 2006 (gravação).

PINTO, Lúcio F. Editor do *Jornal Pessoal*. Entrevistas concedidas em 11 jan. 2003 (gravação), 18 jul. 2005 (gravação), 31 jul. 2006 (e-mail), 27 jul. 2007 (gravação) e 20 set. 2007 (e-mail).

PINTO, Luiz. Jornalista, ilustrador e diagramador do *Jornal Pessoal*. Entrevista concedida em 25 set. 2007 (e-mail).

RODRIGUES, Walter. Jornalista, editor do jornal Colunão, ex-correspondente do jornal O Estado de S. Paulo em São Luís (MA). Entrevista concedida em 4 ago. 2006 (e-mail).

SILVA, Carmen. Jornalista, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará. Entrevista concedida em 8 ago. 2006 (e-mail).

Jornal Pessoal

Coleção completa – nº 1 (1ª quinzena de setembro de 1987) ao nº 400 (1ª quinzena de setembro de 2007).

Obras individuais de Lúcio Flávio Pinto

Amazônia: o anteato da destruição. Belém: Grafisa, 1977.

Amazônia: no rastro do saque. São Paulo: Hucitec, 1980.

Carajás: o ataque ao coração da Amazônia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig (as relações entre estado e multinacional na Amazônia). São Paulo: Marco Zero, 1986.

Amazônia: a fronteira do caos. Belém: Falângola, 1991.

A internacionalização da Amazônia: sete reflexões e outros apontamentos inconvenientes. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2002.

Hidrelétricas na Amazônia: predestinação, fatalidade ou engodo? Belém: Edição Jornal Pessoal, 2002.

CVRD: a sigla do enclave na Amazônia (as mutações da estatal e o estado imutável no Pará). Belém: Cejup, 2003.

Guerra amazônica. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2005.

O jornalismo na linha de tiro. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2006.

Contra o poder. 20 anos de Jornal Pessoal: uma paixão amazônica. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2007.

APÊNDICE A - MANCHETES DO JORNAL PESSOAL (1987-2007)
<u>1987</u>
Nº 1 (Setembro de 1987 - 1ª quinzena) O CASO FONTELES - UM CRIME BEM PLANEJADO – Um mundo pouco conhecido, com subterrâneos invisíveis e uma face externa às vezes ilustre, está por trás da morte do ex-deputado Paulo Fonteles. O Jornal Pessoal levou dois meses para levantar o tapete desse mistério.
Nº 2 (Setembro de 1987 - 2ª quinzena) BALANÇO – À ESPERA DE UM GOVERNO – O governo Hélio Gueiros completou 6 meses sem comemoração. Nem há motivo: falta dinheiro e a administração ainda é um caos. O maior desafio que ele enfrenta, porém, é o de manter a confiança dos paraenses, abalada nos últimos anos.
Nº 3 (Outubro de 1987 – 1ª quinzena) MISTÉRIO - OS CRITÉRIOS DE ESCOLHA - O presidente Sarney diz que escolheu Jader Barbalho ministro da Reforma Agrária por causa da boa administração que ele teria feito no Pará. Mas os paraenses foram surpreendidos: o acervo de Jader é negativo.
Nº 4 (Outubro de 1987 – 2ª quinzena) PMDB - OS ATRITOS DE GUEIROS E JADER - Os grupos liderados por Hélio Gueiros e Jader Barbalho trocam tiros nos bastidores, mas quem sai ferido é o PMDB: fica cada vez mais precária a união interna, enquanto crescem as divergências entre os dois grandes aliados.
Nº 5 (Novembro de 1987 – 1ª quinzena) BANPARÁ – AMEAÇA DE EXTINÇÃO – Se não conseguir um tratamento especial para sua dívida, o Banco do Estado poderá sucumbir aos negócios que foi obrigado a fazer e lhe provocaram um rombo de quase 9 bilhões de cruzados nos últimos anos.
Nº 6 ((Novembro de 1987 – 2ª quinzena) EXCLUSIVO – DESABAFO DE GUEIROS – No encerramento da avaliação dos seis meses de trabalho, o governador Hélio Gueiros, respondendo a críticas internas, faz desabafo. “Não cheguei aqui de pára-quedas”, disse ele. Foi o mais tenso pronunciamento até agora.
Nº 7 ((Dezembro de 1987 – 1ª quinzena) TERRAS – FESTA PARA A FRAUDE – A festa programada para comemorar a devolução das terras devolutas ao Pará acabou fracassando. Mas não havia mesmo motivo para festa. O governo federal saiu antes da Constituição – e por isso saiu ganhando, afinal.
Nº 8 (Dezembro de 1987 – 2ª quinzena) MARAJÁS – UMA GAIOLA DOURADA – Hélio Gueiros assumiu o governo com projetos contra os privilégios na administração pública. Mas a revista “Veja” flagra-o como um dos 10 marajás do Estado. Para outros marajás, é uma espécie de vingança. Ela é justa?
<u>1988</u>
Nº 9 (Janeiro de 1988 – 1ª quinzena) GARIMPO – OURO: A GUERRA SUJA – Serra Pelada continua sendo um caldeirão de interesses, explodindo todas as vezes que eles entram em choque. A última batalha gerou, como sempre, mortos. Mas a verdade ainda vai demorar a aparecer.
Nº 10 (Janeiro de 1988 – 1ª quinzena) GARIMPO – HOUVE UM GENOCÍDIO? – Horrores, bizarras e absurdos fazem parte do cotidiano de Serra Pelada, que só espantam quando são associados a fatos como o conflito do dia 29 de dezembro. O garimpo é um retrato em 3x4 da loucura amazônica.
Nº 11 (Fevereiro de 1988 – 1ª quinzena) ECOLOGIA – AMAZÔNIA MORRENDO – Quase duas mil pessoas discutiram a situação e o futuro da floresta amazônica, no congresso nacional de botânica, em Belém. Mas ficou ausente o principal responsável pela devastação que se faz na região: o governo.
Nº 12 (Fevereiro de 1988 – 2ª quinzena) ESCÂNDALO – COMEÇAM AS PRISÕES – As prisões que começaram no dia 12, no Rio, são apenas o início de uma ofensiva que pode resultar no mais explosivo processo contra “colarinhos brancos” no Pará. É o “caso” do rombo no Banco da Amazônia.

Nº 13 (Março de 1988 – 1ª quinzena) CASO FONTELES – DE VOLTA AO COMEÇO – Ao reabrir as investigações sobre a morte do ex-deputado Paulo Fonteles, a polícia apresenta uma novidade que pode ser apenas o início de novas perguntas. A quem interessa essa nova “verdade”?

Nº 14 (Março de 1988 – 2ª quinzena) BASA – CICLO SEM MUDANÇAS? – Justamente no momento em que se realiza o maior inquérito policial da administração pública local, o Basa parece ter retomado sua vida normal. É real, ou trata-se de uma velha história, sempre mal contada?

Nº 15 (Abril de 1988 – 1ª quinzena) MARAJÁS – A ILHA DA FANTASIA – A alta administração pública brasileira fica cada vez mais distante do povo. Por isso, considera naturais os seus muitos privilégios. Como os dos desembargadores, ou dos deputados do Pará, que ninguém consegue acabar.

Nº 16 (Abril de 1988 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – GUERRA DE BASTIDORES – A eleição municipal de novembro deverá acabar com a aparência de harmonia do PMDB. A cisão do partido mostrará que dois grupos já disputam a divisão de um poder que não basta para todos.

Nº 17 (Maio de 1988 – 1ª quinzena) AURÁ – UM FINAL SEM MORAL – Depois de quase quatro anos e três mil folhas de papel, o processo do Aurá pode terminar sem conferir moral ao que foi o maior escândalo político na história recente do Estado do Pará.

Nº 18 (Maio de 1988 – 2ª quinzena) BICHO – UM JOGO À MEIA-LUZ – Legitimar uma contravenção tem seu preço: o jogo só se torna proveitoso realmente para os que o praticam nos bastidores. Esta é a lição que fica da liberação em Belém, mas todos esquecem.

Nº 19 (Junho de 1988 – 1ª quinzena) MIRAD – A TRANSAÇÃO AGRÁRIA – Em oito meses, Jader Barbalho mudou completamente a face do Ministério da Reforma Agrária, mais por atos de malabarismo político e manipulação. Mas quanto custará essa conta? E quem a pagará?

Nº 20 (Junho de 1988 – 2ª quinzena) PETRÓLEO – O POÇO DO PRESIDENTE – Provavelmente mágico o poço da Texaco em Marajó: óleo antes de ser perfurado e provoca no presidente um entusiasmo sem explicação racional. Mas o que é lógico nesse jogo de regras invisíveis?

Nº 21 (Julho de 1988 – 1ª quinzena) NEGÓCIO – UM BILHÃO POR NADA – O Banpará quer devolver a Vivenda, que comprou três anos atrás, mas ainda não absorveu. Técnicos acham que foi um mau negócio, talvez o pior de todos. A história interessa a milhares de deea todos. A histEa[(A8 re 2343)-8(e)1 Tc ETaae(Em)-7(oit)3 421.04

<p>Nº 27 (Outubro de 1988 – 1ª quinzena) CONSTITUIÇÃO – PARA UMA SÓ NAÇÃO? – O Brasil desenhado pela nova Constituição está além do Brasil real, obrigando-o a avançar, o que é bom. Mas haverá lugar nessa moldura para regiões atrasadas, submetidas à vontade de um Brasil moderno?</p>
<p>Nº 28 (Outubro de 1988 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – UM JOGO SEM REGRAS – As regras normais de vida dos cidadãos não valem para a política, um jogo que costuma travar-se anulando justamente todas as regras do cotidiano. Por isso, pode ser considerada inútil. É um perigo.</p>
<p>Nº 29 (Novembro de 1988 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – O MESSIAS EMUDECIDO – O candidato com mais alto índice de preferência em todas as pesquisas de opinião foi o grande mudo da campanha. Se vencer, o eleitorado lhe terá dado procuração em branco. Em democracias, é um ato de alto risco.</p>
<p>Nº 30 (Novembro de 1988 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – CAEM AS OLIGARQUIAS – O PMDB foi desapeado do poder no qual o povo o colocou seis anos atrás. Foi a maior das derrotas que o partido sofreu em todo o país. Terminam as oligarquias ou novas poderão estar surgindo agora?</p>
<p>Nº 31 (Dezembro de 1988 – 1ª quinzena) SUCESSÃO – PREPARANDO A CISÃO – O governador Hélio Gueiros quer um secretariado sob seu completo domínio para ter o candidato que vai sucedê-lo. Para isso, pretende livrar-se da sombra dominadora do ministro da Previdência, Jáder Barbalho.</p>
<p>Nº 32 (Dezembro de 1988 – 2ª quinzena) SNI – TODOS SÃO CULPADOS – O órgão de informações do presidente acusa o homem que o presidente nomeia duas vezes ministro. O presidente age erradamente ou o órgão é que não presta? A resposta ninguém dá, como sempre no Brasil.</p>
<p>1989</p>
<p>Nº 33 (Janeiro de 1989 – 1ª quinzena) ASSASSINATO – LÓGICA DE FAROESTE – Matar tornou-se fato trivial na última fronteira disponível ao homem. Mesmo quando a morte repercute no mundo inteiro, as coisas acabam voltando ao seu curso “normal” - e, com ele, também a morte.</p>
<p>Nº 34 (Janeiro de 1989 – 2ª quinzena) CRIME – ATRÁS DA PISTA FALSA – Para não serem identificados, os assassinos do deputado João Batista montaram pistas falsas. Pode ser atrás delas que a polícia está indo quando diz que esclareceu este “caso”.</p>
<p>Nº 35 (Fevereiro de 1989 – 1ª quinzena) AMAZÔNIA – DEFESA FAZ-DE-CONTA – O responsável pelo incêndio aparece como bombeiro na hora de contabilizar as perdas. Assim é a atitude do governo brasileiro diante do crescimento da preocupação internacional pela sorte da região.</p>
<p>Nº 36 (Fevereiro de 1989 – 2ª quinzena) HIDRELÉTRICA – UMA GUERRA NO ESCURO – O cacique Raoni deu um grito de guerra em Altamira contra a hidrelétrica que o governo quer construir no Xingu. Mas este é apenas um ponto de partida para chegar ao verdadeiro entendimento dessa nova obra.</p>
<p>Nº 37 (Março de 1989 – 1ª quinzena) TERRAS – UM NOVO ESCÂNDALO – O governo pagou 547 milhões de cruzados por 58 mil hectares da Fazenda Paraíso. É possível que esse imóvel nem exista. Ou que a desapropriação tenha atingido terras vendidas pelo ministro Jáder Barbalho. É um novo “caso”?</p>
<p>Nº 38 (Abril de 1989 – 1ª quinzena) NATUREZA – PARA OS PARCEIROS – O programa de proteção à natureza do governo é inferior ao de 10 anos atrás e dificilmente terá maior significado prático. Mas é a maneira de restabelecer o entendimento entre as partes.</p>
<p>Nº 39 (Abril de 1989 – 2ª quinzena) SUDAM – AFASTAMENTO POLÍTICO – Há cartas escondidas nas mangas dos que estão no jogo que resultou no afastamento de Kayath da Sudam. O resultado não depende de boas intenções, mas dos vários interesses ocultos à opinião pública.</p>
<p>Nº 40 (Maio de 1989 – 1ª quinzena) TUCURUÍ – QUEM É O SABOTADOR? – O que causa maior mal à hidrelétrica de Tucuruí: a tentativa de causar dano a uma de suas turbinas ou a versão sobre o fato “vazada” à imprensa? Por trás dessa história há mais do que se diz haver.</p>

<p>Nº 41 (Maio de 1989 – 2ª quinzena) ECONOMIA – A SANGRIA DO PARÁ – O dinheiro que entra no Estado do Pará pelas vias oficiais representa só pequena parcela do que sai por rotas invisíveis. Não enriquece: empobrece.</p>
<p>Nº 42 (Junho de 1989 – 1ª quinzena) ELITES – CERTIDÃO DE FALÊNCIA – A Federação brasileira está falida. A atual estrutura jurídica do país é incapaz de evitar a concentração de poder. Mas as elites também não conseguem canalizar a insatisfação das regiões submetidas a esse domínio.</p>
<p>Nº 43 (Junho de 1989 – 2ª quinzena) ÍNDIOS – UM VÍRUS MORTÍFERO – Foram fatais para os índios alguns produtos da civilização com a qual contactaram, como gripe, diarreia, pólvora. Pode ser ainda pior o efeito do mais novo e recente dos produtos desse contato entre dois mundos: o dinheiro.</p>
<p>Nº 44 (Julho de 1989 – 1ª quinzena) TUCURUÍ – QUEM É O SABOTADOR? - <i>A Eletronorte denunciou um ato de sabotagem na usina de Tucuruí e tentou enquadrá-la na terrível Lei de Segurança Nacional. Mas o Brasil contemporâneo rejeitou essa tentativa de reviver o passado.</i></p>
<p>Nº 45 (Agosto de 1989 – 1ª quinzena) SUDAM – GUERRINHA DE GRUPOS – O vale-tudo que o ministério do Interior trava contra o governo do Pará é inédito, mas o objetivo é muito velho. Nessa luta, o que valem mesmo são os meios, um maquiavelismo desnaturado que caracteriza a República.</p>
<p>Nº 46 (Agosto de 1989 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO - CAMPANHA PARA 90, JÁ - Como candidato a vice-presidente da República, o senador Almir Gabriel pode completar o mais brilhante currículo entre os políticos paraenses. O objetivo é chegar ao governo no próximo ano. Mas que aliados ele então terá?</p>
<p>Nº 47 (Setembro de 1989 – 1ª quinzena) MINÉRIOS – TUDO SÓ PARA ELES? - Com máquinas alugadas, simples acampamento e pequena produção, a Alcoa e a Shell estão montando no rio Trombetas o primeiro garimpo de bauxita da história. Mas o que querem é ambicioso: controlar o alumínio.</p>
<p>Nº 48 (Setembro de 1989 – 2ª quinzena) HIDRELÉTRICAS - O RENDIMENTO DO CAOS - Na década de 70 Manaus estava praticamente sem energia. Na década de 90 pode enfrentar crise diferente: excesso de energia, de múltiplas fontes. A inversão é um produto da falta de planejamento.</p>
<p>Nº 49 (Outubro de 1989 – 1ª quinzena) REGIÃO – RENOVANDO A POBREZA – A Constituição de 1989 manteve o compromisso de reduzir as disparidades interregionais que dividem o país. Mas a regulamentação dessas normas está sendo feita nos gabinetes e pode não ter resultados satisfatórios.</p>
<p>Nº 50 (Outubro de 1989 – 2ª quinzena) SUDAM - UM BOTIM DE GUERRA - A demissão punitiva do superintendente da Sudam nada tem a ver com a moralidade pública. Ela diz respeito à luta política que se trava no Pará. Nela o que conta são os interesses dos grupos e não os do Estado.</p>
<p>Nº 51 (Novembro de 1989 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – O ENIGMA DEVORADOR – <i>A primeira eleição para presidente em quase 30 anos não empolgou o Brasil. Nem a festividade do centenário da República. Delas pode ficar a sensação de que não estão de acordo com as ansiedades da população.</i></p>
<p>Nº 52 (Novembro de 1989 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – A GANGORRA FUNCIONA – Depois da eleição do dia 15, muita coisa mudou na política do Pará. Mas haverá ainda novas e profundas transformações. Quem poderia imaginar, dois anos atrás, que a principal disputa viria a ser entre Jader Barbalho e seu aliado Gueiros?</p>
<p>Nº 53 (Dezembro de 1989 – 1/2ª quinzena) SOCIAL – A AMAZÔNIA MEDIEVAL – Um surto de gastroenterite mata 12 pessoas numa região onde US\$ 1,5 bilhão serão investidos em três décadas. Só que esse dinheiro não é para a gente do lugar. É para levar riquezas locais para muito longe dali.</p>
<p><u>1990</u></p>
<p>Nº 54 (Janeiro de 1990 – 1ª quinzena) SUCESSÃO – AS CARTAS NAS MANGAS – No mundo da política, o assunto dominante agora é a sucessão dos governadores. O tiro de partida já foi dado, mas por enquanto os participantes dessa disputa escondem o jogo. Nem sempre competentemente.</p>

Nº 55 (Janeiro de 1990 – 2ª quinzena) O NOVO IMPERADOR – Em sete anos o império de Jader Barbalho no setor das comunicações evoluiu de um pequeno jornal para quatro veículos. O último deles foi a TV RBA. Agora, o ministro está pronto para a guerra.
Nº 56 (Fevereiro de 1990 – 1ª quinzena) POLÍTICA – ESTA GUERRA: SUJA – O potencial de grandeza do Pará depende da largueza de visão dos administradores. Mas a disputa do poder é uma guerra rasteira e suja. Como esperar futuro melhor do que restar dessa conflagração tão primária?
Nº 57 (Fevereiro de 1990 – 2ª quinzena) JARI – EMPRESA PARENSE? – Instalada no Pará há 23 anos, a Jari ignorou os paraenses desde então. Mas no dia 19 anunciou o início de um novo tipo de relacionamento local. Se é mesmo para valer, o que é que isso significa?
Nº 58 (Março de 1990 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – UM DISPUTA ANÔNIMA – Aproxima-se do fim a contagem regressiva do relacionamento entre o governador Hélio Gueiros e o ministro Jader Barbalho. Ele é o eixo da disputa eleitoral no Pará porque o Estado tornou-se uma espécie de deserto de líderes.
Nº 59 (Março de 1990 – 2ª quinzena) PACOTE – UM PRODUTO DIVINO? – O pacote de Collor de Mello é o melhor já adotado nos últimos cinco anos. Mas não é perfeito. Sua correção é uma necessidade. Do contrário, o futuro poderá trazer desagradáveis surpresas ao Brasil.
Nº 60 (Abril de 1990 – 1ª quinzena) POLÍTICA – A RAZÃO DO ACUSADOR – Está aberta a temporada de degradação dos valores da política com a disputa pelos principais cargos eletivos. O eleitor pode chegar ao final dessa história achando que não vale votar mesmo em nenhum candidato.
Nº 61 (Abril de 1990 – 2ª quinzena) POLÍTICA – ROTO E ESFARRAPADO – O Pará nunca viu uma troca de acusações tão violenta entre suas principais autoridades. Ela tornou-se uma atração pela televisão, que revive cenas do passado com “glamour” eletrônico de “strip-tease” moral.
Nº 62 (Maio de 1990 – 1ª quinzena) VIOLÊNCIA – UMA SAFRA DO SERTÃO – Na Amazônia violenta, campeã das mortes anunciadas, Xinguara, no Pará, ocupa um lugar especial. Ali serrarias, fazendas e posseiros formam o cenário de um drama que envolve família, poder e política.
Nº 63 (Junho de 1990 – 1ª quinzena) PARÁ – ESTADO DERROTADO – O paraense Alcyr Meira assume a Sudam prometendo novos tempos, mas sua indicação resulta de um esquema regional baseado em práticas do passado. Pode ser mais um passo no rumo do esvaziamento da região.
Nº 64 (Julho de 1990 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – QUEM PAGARÁ A CONTA – A atual campanha eleitoral é a mais cara e suja da história do Pará. Mas não há alternativa geral para o eleitor. Ao votar, ele pode estar fazendo o Estado regredir – e ainda pagará caro pela conta.
Nº 65 (Setembro de 1990 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – A ESTAÇÃO PARÁ
<u>1991</u>
Nº 66 (Janeiro de 1991 – 1ª quinzena) A VEZ DO MILAGRE
Nº 67 (Junho de 1991 – 1ª quinzena) POLÍTICA – CIRCO OU PÃO
Nº 68 (Junho de 1991 – 2ª quinzena) POLÍTICA – COMEÇO DE FOGO
Nº 69 (Julho de 1991 – 1ª quinzena) CRIME – O MAIOR PISTOLEIRO
Nº 70 (Julho de 1991 – 2ª quinzena) IMPRENSA – A GUERRA DE CIFRÕES
Nº 71 (Agosto de 1991 – 1ª quinzena) POLÍTICA – QUEDA DE BRAÇO

Nº 72 (Agosto de 1991 – 2ª quinzena) POLÍTICA – A PRIMEIRA BAIXA
Nº 73 (Setembro de 1991 – 1ª quinzena) POLÍTICA – O OVO NA CARA
Nº 74 (Setembro de 1991 – 2ª quinzena) POLÍTICA – PROCURA-SE US\$ 31,4 MILHÕES
Nº 75 (Outubro de 1991 – 1ª quinzena) POLÍTICA – MUDANÇAS DOS VENTOS
Nº 76 (Outubro de 1991 – 2ª quinzena) POLÍTICA – OS BOIS ESTÃO VOANDO
Nº 77 (Novembro de 1991 – 1ª quinzena) POLÍTICA – A DISPUTA DA RAZÃO
Nº 78 (Novembro de 1991 – 2ª quinzena) ESCÂNDALO – OUTRO NEGÓCIO ESPECIAL
Nº 79 (Dezembro de 1991 – 1ª quinzena) ESCÂNDALO – SILÊNCIO ACUSADOR – Quase todos se calaram sobre a mais polêmica questão surgida até agora na administração estadual. Mesmo assim, o pagamento de uma dívida de Celpa de mais de Cr\$ 5 bilhões precisa ser esclarecido.
Nº 80 (Dezembro de 1991 – 2ª quinzena) POLÍTICA – A PRÓXIMA GUERRA – O PMDB não deverá ter candidato próprio na maior das disputas municipais de 1993. Mas o governador Jader Barbalho prepara um nome para apoiar: o de Ronaldo Passarinho.
<u>1992</u>
Nº 81 (Janeiro de 1992 – 1ª quinzena) CRIME – A DROGA NA SOCIEDADE - O assassinato de Bruno Meira Matos, filho do secretário de Justiça do Estado, revela até que ponto o narcotráfico penetrou no mundo dos negócios e na sociedade local.
Nº 82 (Janeiro de 1992 – 2ª quinzena) GARIMPO – AS RAÍZES OCULTAS – Marcio Martins Costa pensava que era invencível como Rambo. Seu final nada teve de cinematográfico. Mas ele não era o maior personagem desta feroz história.
Nº 83 (Fevereiro de 1992 – 1ª quinzena) VIOLÊNCIA – PARA O ARQUIVO MORTO – Ao morrer em silêncio, Márcio “Rambo” levou para o túmulo muitos segredos, que só uma investigação rigorosa levantará. No Castelo dos Sonhos há novo dono.
Nº 84 (Fevereiro de 1992 – 2ª quinzena) VIOLÊNCIA – UMA PROSTITUIÇÃO GERAL – Uma série de reportagens leva a polícia a libertar 45 mulheres mantidas como escravas no garimpo de Cuiú-Cuiú. Mas o problema ainda não foi resolvido.
Nº 85 (Março de 1992 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – A COLIGAÇÃO QUE ACABOU – A coligação governista de 1990 não existe mais: o prefeito de Belém e o grupo Liberal desistiram de apoiar o nome de Hélio Gueiros.
Nº 86 (Março de 1992 – 2ª quinzena) DROGA – ARANHA PARAENSE – Três meses depois, a polícia ainda não sabe quem matou Bruno Meira Matos, crime com perfil de perfeição. Mas já se sabe que o narcotráfico veio para ficar e tem seus centros de lavagem de dólar.
Nº 87 (Abril de 1992 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – A BOMBA DO PLANALTO – A saída de Jarbas Passarinho do ministério de Collor pode mudar a correlação de forças políticas para a eleição em Belém. Mas ainda é cedo para medir toda a sua intensidade e os seus desdobramentos.
Nº 88 (Abril de 1992 – 2ª quinzena) DROGA – SUICÍDIO DE CONVENIÊNCIA – De repente, a imprensa se interessa pela morte de Bruno Meira Mattos. A história levantada é absurda, mas interessa para os que querem sepultar de vez o incômodo caso envolvendo personagens tão influentes.
Nº 89 (Maio de 1992 – 1ª quinzena) JADER – BARATA, NUNCA MAIS? – O governador Jader Barbalho anuncia que não quer ser um novo Barata na política paraense, monopolizando-a em torno de si. Diz que agora seu objetivo é ter dimensão nacional, abrindo espaço a outros líderes.

Nº 90 (Maio de 1992 – 2ª quinzena) BAUXITA – O CARTEL NO PARÁ – Silenciosamente, as “irmãs” do alumínio penetram na maior empresa e assumem o controle da mineração de bauxita do país. Agora, o setor está cartelizado. Perdem as economias estadual e nacional, mas quem pode evitar?

Nº 91 (Junho de 1992 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – NA RETA FINAL – Sob o desinteresse do eleitor, intensificam-se as articulações de bastidores para a escolha dos candidatos à prefeitura de Belém. Junho é a data final para a definição dos litigantes.

Nº 92

1993
<p>Nº 105 (Janeiro de 1993 – 1ª quinzena) DROGA – VEIO PARA FICAR – A Polícia Federal de São Paulo conclui que a rota da droga passa agora pelo Norte e Nordeste. Mas o governo apenas observa este novo grande negócio.</p>
<p>Nº 106 (Janeiro de 1993 – 2ª quinzena) JUSTIÇA – POR LINHAS TORTAS – O julgamento que condenou James Vita Lopes não encerra o “caso Fonteles”. Além da nova sessão, muitas perguntas ainda estão à espera de resposta e do interesse público.</p>
<p>Nº 107 (Fevereiro de 1993 – 1ª quinzena) EXCLUSIVO – O ARQUIVO MUDO – James Vita Lopes, acusado de organizar o assassinato de Paulo Fonteles, diz que é inocente. Garante que não mudará essa história, nem poderá virar arquivo.</p>
<p>Nº 108 (Março de 1993 – 1ª quinzena) ECONOMIA – GIGANTE IGNORADA – A CVRD pretende investir em cinco anos US\$ 1,5 bilhão no Pará. No final do século terá patrimônio de US\$ 8 bi. O que isso significa para o Estado?</p>
<p>Nº 109 (Março de 1993 – 1ª quinzena) JUSTIÇA – UM CRIME SEM RÉU – O ex-secretário de Transportes do Estado foi acusado de liderar uma quadrilha. O Tribunal de Justiça o livra da situação por causa de filigranas jurídicas.</p>
<p>Nº 110 (Abril de 1993 – 2ª quinzena) UNIVERSIDADE - CORRIDA AO PASSADO – Os palanques armados na Universidade igualam-se às eleições de políticos. Os</p>

<p>Nº 119 (Fevereiro de 1994 – 2ª quinzena) CANDIDATO – LULA VIU A AMAZÔNIA – Nenhum candidato a presidente esteve por tanto tempo na Amazônia como Luis Ignácio Lula da Silva. Mas ele pode ter perdido o momento de mudar sua visão sobre a região.</p>
<p>Nº 120 (Março de 1994 – 1ª quinzena) HIDRELÉTRICA – PARA REABRIR O TOCANTINS – O rio Tocantins, o 25º maior do mundo, foi dividido em dois pela barragem de Tucuruí. O ato é ilegal, mas ainda pode vir a ser reparado.</p>
<p>Nº 121 (Março de 1994 – 2ª quinzena) SUCESSÃO – JARBAS CONTRA HÉLIO – Em meio a uma vasta onda de boatos e temores, o senador Jarbas Passarinho torna-se o candidato de Jader Barbalho para enfrentar Hélio Gueiros em outubro.</p>
<p>Nº 122 (Abril de 1994 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – O Nº1 FUGIU DA RAIA – Depois de alardear que era o franco favorito na disputa para o governo do Estado, o prefeito Hélio Gueiros decide não sair da PMB e torna-se um grande eleitor.</p>
<p>Nº 123 (Abril de 1994 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – JARBAS VEM, JADER VAI – O senador Jarbas Passarinho gostaria de encerrar sua carreira política em Brasília. Mas agora é, para valer, candidato ao governo do Pará. Jader Barbalho prepara-se para subir.</p>
<p>Nº 124 (Maio de 1994 – 1ª quinzena) CANDIDATO – NO CAMINHO DO PODER – Em 10 anos de carreira política, o senador Almir Gabriel atravessou governos e sobreviveu a esquemas. Agora tentar chegar ao cargo a que sempre aspirou: o governo do Estado.</p>
<p>Nº 125 (Maio de 1994 – 2ª quinzena) IMPRENSA – JP CHEGA AO FIM</p>
<p style="text-align: center;">1995</p>
<p>Nº 126 (Setembro de 1995 – 1ª quinzena) TEM BOI NO AR – Ferrenhos inimigos na arena da última campanha, Almir Gabriel e Jader Barbalho voltam a falar a mesma língua, mostrando que em política as conveniências sufocam os princípios.</p>
<p>Nº 127 (Setembro de 1995 – 2ª quinzena) A PEÇA DOS GUEIROS – Hélio Gueiros montou uma farsa para que o Júnior se tornasse líder político e opção de poder para o futuro. E Almir Gabriel caiu na armadilha.</p>
<p>Nº 128 (Outubro de 1995 – 1ª quinzena) A ARANHA DO PÓ – O narcotráfico internacional já conseguiu se estabelecer no Pará, montando negócios de fachada e lavanderias para legalizar o dinheiro ilícito.</p>
<p>Nº 129 (Outubro de 1995 – 2ª quinzena) DROGA – O REI DA AMAZÔNIA – Antônio Mota Graça, o Curioca, é dono de uma fortuna no valor de um bilhão de dólares. A origem: tráfico de cocaína.</p>
<p>Nº 130 (Novembro de 1995 – 1ª quinzena) TERRAS – O GOLPE DE 160 BILHÕES – Há 20 anos um grupo de grileiros com forte penetração no poder público aplica golpes pelo país com milhões de hectares do Estado. Agora os grileiros querem tirar dinheiro da União. O escândalo pode explodir.</p>
<p>Nº 131 (Novembro de 1995 – 2ª quinzena) SIVAM – A AMAZÔNIA MILITARIZADA – A Nova República e dois presidentes civis eleitos pelo povo brasileiro ainda não foram o suficiente para eliminar o domínio militar na Amazônia. O Sivam é uma prova disso.</p>
<p>Nº 132 (Dezembro de 1995 – 1ª quinzena) SUDAM – MAIS SUJEIRA NO AR – O PT divulga a pasta verde a partir de relatório do Tribunal de Contas sobre o Finam. Mas o tráfico de influência de políticos é apenas a ponta do “iceberg”. Há muito mais coisa em profundidade.</p>
<p>Nº 133 (Dezembro de 1995 – 2ª quinzena) GOVERNO – UM ANO JÁ SE PASSOU – O governo Almir Gabriel, para quem não lembra, completou o seu primeiro aniversário – aliás, sem comemoração. Nem há mesmo o que comemorar. Por enquanto, é promessa.</p>

1996
Nº 134 (Janeiro de 1996 – 1ª quinzena) BELÉM – ACEITANDO O POUCO – A capital paraense faz 380 anos, comemorados com bugigangas que são vendidas ao grande público como se fossem grandes obras. Ninguém pergunta quanto pagou pela festa.
Nº 135 (Março de 1996 – 1ª quinzena) OURO – SERRA PELADA ACABOU – O mais famoso garimpo de ouro do mundo é coisa do passado. Ressuscitado para servir a interesses escusos ou favorecer a exploração das riquezas.
Nº 136 (Março de 1996 – 2ª quinzena) TERRAS – DE VOLTA AO COMEÇO – A União começou a devolver ao Estado do Pará as terras que foram federalizadas em 1971. O fim desse processo ainda está distante, mas o que mudará com a nova situação?
Nº 137 (Abril de 1996 – 1ª quinzena) COBRE – QUASE O PARÁ PERDE – A Anglo American, uma das donas da Salobo Metais, tentou até o final do mês passado mudar a metalurgia para São Luís. A CVRD não deixou. Estará assegurado para o Pará seu maior projeto?
Nº 138 (Abril de 1996 – 2ª quinzena) – MASSACRE – A TRAGÉDIA DOS ERROS – O governador Almir Gabriel começou a pagar um duro preço pelos erros cometidos. Eles refletem uma maneira de administrar o Estado que está se esgotando.
Nº 139 (Maio de 1996 – 1ª quinzena) INQUÉRITO – O QUE FICOU DE FORA – O inquérito Policial-Militar para apurar o massacre de Eldorado do Carajás foi concluído. Mas a busca da verdade está apenas começando.
Nº 140 (Maio de 1996 – 2ª quinzena) COBRE – PARÁ PERDERÁ A FÁBRICA? – A Anglo-American, sócia da Vale do Rio Doce na Salobo Metais, quer levar a fábrica de cobre para São Luís. Com isso, o Pará perderá a parte mais rentável do projeto. A ameaça é para valer ou é mais um lance no jogo de despistamento?
Nº 141 (Junho de 1996 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – EM BELÉM, O DE SEMPRE – Numa disputa em que o maior eleitor tem que procurar candidato fora do seu esquema político pessoal, a preferida nas prévias precisa superar uma crise de identidade antes de confirmar que realmente é a mais cotada para vencer em outubro.
Nº 142 (Junho de 1996 – 2ª quinzena) DENÚNCIA – O ESTALEIRO DO MILAGRE – Duas empresas de navegação fluvial receberam R\$ 26 milhões do Banco do Brasil para construir 13 balsas na Ebal. O dinheiro foi gasto, mas as balsas não apareceram. A Polícia Federal deverá apurar o que aconteceu.
Nº 143 (Julho de 1996 – 1ª quinzena) SONEGAÇÃO – A LAMBADA DO IMPOSTO – O ex-governador Carlos Santos, à beira da falência, está sendo procurado pela polícia como foragido da justiça. Um caso exemplar de aplicação da lei, ou também há outros interesses por trás do pedido de preventiva?
Nº 144 (Julho de 1996 – 2ª quinzena) COBRE – FÁBRICA FICARÁ EM MARABÁ – Fim de novela: a fábrica de cobre da Salobo Metais, o maior investimento do Pará, com US\$ 1,5 bilhão, será instalada em Marabá. Falta só definir a questão tributária.
Nº 145 (Agosto de 1996 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – QUEM SERÁ O SEGUNDO? - A disputa pela prefeitura da maior cidade da Amazônia só será decidida no segundo turno. Mas pode haver surpresas já no primeiro turno na definição do adversário da favorita na pesquisa.
Nº 146 (Setembro de 1996 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – POR TRÁS DA SURPRESA – A última pesquisa do ibope revelou uma surpresa total na disputa pela prefeitura de Belém. A disputa já está definida? A resposta esconde as perspectivas de um domínio completo do poder político no Pará.
Nº 147 (Setembro de 1996 – 2ª quinzena) TERRAS – O SAQUE ÀS TERRAS DO PARÁ – Empresários e especuladores parecem ter reencontrado no Pará o caminho para se apoderarem de áreas de terras que chegam ao tamanho de países. Agora, vêm com o manto protetor da ecologia. Mas trata-se da velha grilagem.

<p>Nº 148 (Outubro de 1996 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – BOA SURPRESA VEM NO FINAL – A apenas uma semana da eleição, o PT apareceu na frente na penúltima pesquisa do Ibope. Ainda não é tudo, mas é alguma coisa. A surpresa pode abrir novos caminhos políticos no principal colégio eleitoral do Estado.</p>
<p>Nº 149 (Outubro de 1996 – 2ª quinzena) IMPRENSA – UM NOVO PODER EM A PROVÍNCIA – Gengis Freire, dono da Cejup e secretário do Tribunal de Justiça, é o novo proprietário de A Província do Pará, o mais antigo jornal do Estado. O Liberal reage com fúria à concorrência. É uma nova fonte de poder que está se estabelecendo na praça.</p>
<p>Nº 150 (Outubro de 1996 – 2ª quinzena) SERRA PELADA – ATO DE VIOLÊNCIA DÁ RESULTADO – O governo Fernando Henrique Cardoso praticou, conscientemente, seu primeiro ato de violência ao mandar o exército e a Polícia Federal invadirem Serra Pelada. Não houve tiros, nem mortes. A situação é de paz. Mas ela trará desdobramentos políticos no futuro.</p>
<p>Nº 151 (Novembro de 1996 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – O QUE VIRÁ MERECE FÉ? – Neste dia 15 o eleitor de Belém vai apostar seu voto na mudança. O PT credenciou-se no 1º turno como a concretização desse desejo. Uma vitória que poderia ser esmagadora e já estaria certa quase foi comprometida. Mas Edmilson ainda é o grande favorito.</p>
<p>Nº 152 (Dezembro de 1996 – 1ª quinzena) COBRE – METALÚRGICA CUSTARÁ CARO – Para que a industrialização do cobre a ser extraído de Carajás seja feita no Pará, em Parauapebas ou Marabá, o governo do Estado terá que dar vantagens equivalentes a mais de um mês de pagamento do funcionalismo público.</p>
<p>Nº 153 (Dezembro de 1996 – 2ª quinzena) POLÍTICA – A ELEIÇÃO CHEGA MAIS CEDO – No próximo mês praticamente começam, para valer, as articulações políticas visando a eleição geral de 1998. Quem dá o pontapé inicial é o governador Almir Gabriel, mudando algumas peças de sua equipe. E depois?</p>
<p>1997</p>
<p>Nº 154 (Janeiro de 1997 – 1ª quinzena) POLÍTICA – AGORA, É PRA VALER – Governador Almir Gabriel mostrou que tem vontade política: venceu o primeiro round da nova disputa com o PT. A partir de agora, todos os movimentos serão importantes para definir como será a batalha maior, em 1998.</p>
<p>Nº 155 (Janeiro de 1997 – 2ª quinzena) CARAJÁS – GOVERNO FAZ QUE NÃO VÊ – Brasília prefere ignorar que as constantes e súbitas mutações no patrimônio da CVRD tornam sua privatização um jogo de cartas marcadas. E abre mão de um instrumento estratégico de poder.</p>
<p>Nº 156 (Fevereiro de 1997 – 1ª quinzena) CARAJÁS – BRASIL RENUNCIA AO FUTURO – Um especialista canadense recomenda: o Brasil não pode abrir mão do controle de uma província mineral como Carajás. Indiferente a essa evidência, o governo mantém o cronograma de venda da CVRD.</p>
<p>Nº 157 (Fevereiro de 1997 – 2ª quinzena) POLÍTICA – O GOVERNO MOSTRA A SUA FACE – Almir Gabriel escolhe Luiz Otávio Campos para presidir o legislativo. Com o nome, o governador que mais mandou na AL revela a sua nova natureza e assume as transformações que foi experimentando nestes dois anos de poder.</p>
<p>Nº 158 (Março de 1997 – 1ª quinzena) POLÍTICA – OS DONOS DO PODER – O vice-governador Hélio Gueiros Jr escreve um livro mostrando os bastidores e as entranhas do poder, que no Pará é dominado por umas poucas famílias, servindo a seus interesses. O retrato traçado é tão fiel quanto melancólico.</p>
<p>Nº 159 (Março de 1997 – 2ª quinzena) POLÍTICA – A GUERRA DOS BRANCOS – Contrariado por não receber a dívida de 1,2 milhão de reais deixada por Hélio Gueiros, o grupo Liberal declara guerra aberta à administração de Edmilson Rodrigues em Belém.</p>
<p>Nº 160 (Abril de 1997 – 1ª quinzena) ECONOMIA – OS SONHOS VÃO-SE DE TREM – A Albrás, a maior fábrica de alumínio do continente e a maior indústria do Pará, teve lucro de R\$ 13 milhões no ano passado, mas acumula prejuízos de R\$ 650 milhões e dívida de R\$ 1,2 bilhão. São números de uma realidade que anula os sonhos de futuro.</p>

Nº 161 (Abril de 1997 – 2ª quinzena) POLÍTICA – ALMIR PARTE PARA O ATAQUE – O governador Almir Gabriel praticamente deu início à sua campanha pela reeleição: mudou nomes no secretariado e definiu uma estratégia de confronto para reduzir os possíveis adversários que encontrará no seu caminho. Já sabe que terá dois pela frente: o PT e Ademir Andrade.

Nº 162 (Maio de 1997 – 1ª quinzena) COBRE – É NOSSO. GANHAMOS? – Com a decisão da Salobo de implantar todo o seu projeto de 1,5 bilhão de dólares em Marabá, o maior em andamento no Brasil, começa uma nova era para o Pará, ou trata-se de uma versão atualizada da história dos grandes projetos concebidos para a Amazônia na década de 70?

Nº 163 (Maio de 1997 – 2ª quinzena) POLÍTICA – O JOGO DOS CACIQUES – Almir Gabriel faz o elogio de Jarbas Passarinho. Hélio Gueiros prepara armadilhas para Almir Gabriel. O eleitor de 1994 vai ser surpreendido pelos esquemas de disputa que estão sendo montados para 1998. Tudo se embaralha para que tudo continue sempre igual. E o povo esquece.

Nº 164 (Junho de 1997 – 1ª quinzena) AMAZÔNIA – FRONTEIRA DA SUJEIRA – Os políticos do Norte aparecem perante a opinião pública como os piores do país. Mas eles são um produto da lógica que o Brasil estabeleceu na sua maior fronteira, onde a vez é sempre do bandido – e a esperança no mocinho fica para um futuro incerto e não sabido.

Nº 165 (Junho de 1997 – 2ª quinzena) COBRE – O CASTIGO VEM DO CÉU – Governador do Estado brasileiro mais importante para a CVRD, o governador Almir Gabriel se omitiu deliberadamente do debate sobre a privatização da empresa para ganhar todo o Projeto Salobo para Marabá. Agora, ao invés do prêmio, recebe o castigo. Mas o pior ainda está por vir.

Nº 166 (Julho de 1997 – 1ª quinzena) CARAJÁS – GOLPE MORTAL NO CORAÇÃO – O tempo rapidamente vai mostrando que o presidente Fernando Henrique Cardoso praticou um ato de lesa-pátria quando decidiu privatizar a CVRD. Mas o Pará, onde as enormes riquezas minerais se localizam, faz de conta que não existe. Quedo e mudo, aceita o absurdo.

Nº 167 (Julho de 1997 – 2ª quinzena) CARAJÁS – AS LIÇÕES DE 30 ANOS – A história da maior província mineral do planeta revela a incapacidade de um Estado como o Pará de encontrar um caminho melhor para a utilização de suas riquezas naturais. Uma geração foi derrotada. Nova derrota espera os paraenses no ciclo que começa, ainda mais importante do que o atual?

Nº 168 (Agosto de 1997 – 1ª quinzena) POLÍTICA – O JOGO EMBARALHOU – Tudo está mudando, mas nada muda na política paraense. Os aliados de ontem viram inimigos. Os inimigos se reaproximam. Uns querem se manter no poder. Outros querem desalojá-los para não ter concorrência. É a guerra psicológica, que surge às vésperas de um confronto para valer. Jader Barbalho e Hélio Gueiros vão estar (juntos?) contra Almir Gabriel e Jarbas Passarinho em 1998?

Nº 169 (Agosto de 1997 – 2ª quinzena) POLÍTICA – TRAIÇÃO NO AR (DE NOVO) – Ainda não estão definidos os grupos que vão disputar o governo do Estado em 1998. Mas agora falta pouco. Há cinco candidatos, três deles já assumidos. A composição de interesses vai estabelecer suas posições. Os maiores caciques só poderiam entender-se. Mas Almir Gabriel descartou essa hipótese. Para a oposição, a única esperança é a divisão dos chefões.

Nº 170 (Setembro de 1997 – 1ª quinzena) IMPRENSA – O BALANÇO DE 10 ANOS – O Jornal Pessoal atinge uma idade rara na imprensa alternativa: completa 10 anos de vida. Sua trajetória mostra que, numa época de plena liberdade política, a imprensa silenciava muito e omite fatos à agenda dos cidadãos. É a autocensura, um mal que só um jornalismo comprometido com a verdade pode combater. Mas até quando?

Nº 171 (Setembro de 1997 – 2ª quinzena) COBRE – O METAL VAI PARA A BAHIA – Enquanto o governador Almir Gabriel diz que o anúncio do projeto completo de cobre no Pará é apenas questão de tempo, os donos do minério mudam seus planos. Eles querem apenas extrair o minério. A industrialização vai ser feita na Bahia. Pior para o Pará. Pior para o Brasil.

Nº 172 (Outubro de 1997 – 1ª quinzena) POLÍTICA – A LAMBADA MALUCA – O último lance no xadrez político pré-eleitoral é de endoidar: o governador Almir Gabriel chama o senador Jader Barbalho para uma conversa. Dizem que é sobre os interesses do Estado. Na verdade, é uma mexida que pode mudar o quadro de uma maneira tão drástica quanto o acerto de contas entre o governador e o grupo Liberal. A hora é do vale-tudo. Adivinhe quem vai pagar a conta.

Nº 173 (Outubro de 1997 – 2ª quinzena) POLÍTICA – HÉLINO AGORA ATACA FUNDO – Expondo-se à impopularidade por contrariar um governador convalescente que quase morreu, Hélio Gueiros Jr. assume para preparar um esquema de poder em favor do pai. Hélio Gueiros é, definitivamente, candidato ao governo do Estado. Almir Gabriel que se adapte a isso quando voltar, se ainda quiser – ou puder – ser o forte candidato de hoje.

Nº 174 (Novembro de 1997 – 1ª quinzena) POLÍTICA – NO TEMPO DO NÃO – Indignado com os atos do seu vice, Almir Gabriel antecipa sua volta a Belém. Mas calcula bem os seus atos para não prejudicar a campanha da reeleição. Sozinho, nenhum grupo político pode vencer em 1998. Agora, quem vai se unir a quem? Tudo continua possível, mesmo o impossível. Apesar das declarações em contrário. As palavras não revelam, escondem as verdadeiras intenções.

Nº 175 (Novembro de 1997 – 2ª quinzena) POLÍTICA – ALMIR SOBE, HELIO CAI – Jader Barbalho continua o mais forte candidato ao governo do estado em 1998, mas Almir Gabriel desloca Hélio Gueiros do segundo lugar. É uma mudança a mais, em função da “crise da interinidade”, um pouco antes da definição dos esquemas de cúpula para a eleição do próximo ano. Pode-se esperar mais novidades?

Nº 176 (Dezembro de 1997 – 1ª quinzena) FUNTELPAGATE – TRIBUNAL APURA ESCÂNDALO – O Tribunal de Contas do estado instaurou processo para investigar o convênio entre a Funtelpa e a TV Liberal, no valor de 12 milhões de reais. Uma representação encaminhada pelo Departamento do Controle Externo diz que o ajuste é ilegal e imoral. A Funtelpa terá que se defender. O grande esquema eleitoral do governador Almir Gabriel pode ser desfeito. E a TV Liberal poderá perder o mais leonino de todos os contratos do setor de comunicações da história do Pará.

Nº 177 (Dezembro de 1997 – 2ª quinzena) POLÍTICA – A VEZ DE JADER E ALMIR – A última pesquisa do Ibope mostra que Hélio Gueiros ficou de fora da disputa que decidirá quem será o próximo governador do Estado. Nem senador ele conseguirá se eleger. Mas não é carta fora do baralho. Pode voltar a contar se Almir Gabriel e Jader Barbalho não fecharem um acordo. Essa possibilidade ainda não está descartada.

1998

Nº 178 (Janeiro de 1998 – 1ª quinzena) POLÍTICA – QUEM FALA A VERDADE? – Almir Gabriel está próximo de chegar à liderança nas pesquisas pré-eleitorais. Ele já entrou na rota da vitória ou no caminho ainda há barreiras que podem impedir seu sonho de ter mais um mandato de governador? Até abril, muito jogo de cena e muitas mentiras ainda vão ser servidas à opinião pública. O leilão não terminou.

Nº 179 (Janeiro de 1998 – 2ª quinzena) BELÉM – A MALDIÇÃO DO SAL – Um ano depois de ter assumido a prefeitura, Edmilson ainda não desceu do palanque. Não é um lugar adequado para enfrentar as armadilhas deixadas pelo antecessor e os desafios que a ex-metrópole da Amazônia impõe. Mas, em época eleitoral, pode-se esperar algo que não seja populismo e demagogia?

Nº 180 (Fevereiro de 1998 – 1ª quinzena) COBRE – SALOBO PERDE PRIORIDADE – O Projeto Salobo deixou de ser o mais interessante para a Vale do Rio Doce em Carajás. Agora a empresa pretende ativar o Projeto Sossego/Liberdade, em parceria com o segundo produtor mundial de cobre, a Philips Dodge. Mas por trás da luta com a Anglo American, sócia no Salobo, há um jogo de interesses mais amplo. Só o Pará não sabe nada.

Nº 181 (Fevereiro de 1998 – 2ª quinzena) COBRE/CARAJÁS – A HORA É DE INVESTIGAR – A poderosa e estratégica CVRD estatal é hoje uma arena de leões e gladiadores. A opinião pública continua sem saber quem manda nela e o que o novo controlador pretende com a empresa. A incerteza se aplica ao destino das jazidas de cobre de Carajás. Alguém precisa desvendar os mistérios e esclarecer os fatos envolvendo o maior investimento em curso no país. Quem se habilita?

<p>Nº 182 (Março de 1998 – 1ª quinzena) HISTÓRIA – QUANDO O BRASIL ENTREGOU A AMAZÔNIA – Documentos inéditos do século 19 do Ministério das Relações Exteriores da Inglaterra revelam o plano do chefe do governo brasileiro, o regente Feijó, de trazer tropas estrangeiras para reprimir a cabanagem no Pará. Se foi assim, permanece assim? O que mudou do Rio imperial para a Brasília republicana em relação a Amazônia?</p>
<p>Nº 183 (Março de 1998 – 2ª quinzena) ESCÂNDALO – O MAIOR ROUBO DO PLANETA? – Se prevalecer a sentença que mandou o Banco da Amazônia pagar 81 milhões de reais de indenização a uma empresa que só funcionou durante dois anos, o que pode vir a ser o mais ousado ato de pirataria da história da humanidade terá dado certo. Uma investigação séria e competente desse caso pode abrir as portas para identificar e eliminar as seqüelas dos incentivos fiscais e as mazelas do judiciário.</p>
<p>Nº 184 (Abril de 1998 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – JADER CONTRA ALMIR – Só um lance de bastidores ou um acontecimento imprevisto poderá impedir que a decisão sobre quem será o próximo governador do Pará seja feita entre Almir Gabriel e Jader Barbalho. O atual governador passou à frente na pesquisa do Ibope e conta com aprovação à sua administração. Mas enfrentará uma coligação liderada por Jader e Hélio Gueiros?</p>
<p>Nº 185 (Abril de 1998 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – O REI DA POLÍTICA – O novo astro da política paraense nunca foi político, nunca disputou voto, nunca se interessou pela vida pública. Mas comanda uma corporação que pode influenciar, como poucas, o eleitorado de outubro. É Romulo Maiorana Jr., o principal executivo do grupo Liberal. Ele não admite ser menos do que senador.</p>
<p>Nº 186 (Maio de 1998 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – QUEM É O Nº 1 – Teria mesmo o senador Jader Barbalho invertido uma tendência eleitoral apurada pelas pesquisas, favorável ao governador Almir Gabriel, e assumido a preferência do eleitorado para o governo do Estado? As pesquisas, divulgadas com truncamentos e trucagens, alimentam as dúvidas. Mas, ao menos por enquanto, o principal adversário do governador é ele mesmo.</p>
<p>Nº 187 (Maio de 1998 – 1ª quinzena) ENERGIA – DE NOVO DO RIO – A reação internacional aos danos ecológicos das hidrelétricas obrigou o governo a suspender as grandes obras nos rios da Amazônia, iniciadas com Tucuruí. Esse ciclo pode estar de volta com a duplicação da grande usina do Tocantins e o aquecimento do mega-projeto do Xingu. Mas o perigo já passou mesmo?</p>
<p>Nº 188 (Junho de 1998 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – FARINHA DO MESMO SACO – A política brasileira costuma mudar como as nuvens no céu, súbita e radicalmente. Mas em poucos lugares ela é tão volúvel e inconsistente quanto no Pará. Às vésperas da oficialização das principais candidaturas, todos aguardam pela definição do senador Jader Barbalho. O aliado poderá se tornar inimigo, dependendo do pronunciamento do ex-governador. Os discursos também mudarão.</p>
<p>Nº 189 (junho de 1998 – 2ª quinzena) JUSTIÇA – PRECEDENTE PERIGOSO – O grupo Liberal ameaçou retaliar a justiça paraense para impedir a publicação da sentença do juiz Enivaldo Gama, que obriga o jornal a pagar 100 mil reais de indenização por danos morais causados ao desembargador Benedito Alvarenga. Uma reunião reservada apreciou a ameaça, mas o colegiado acabou decidindo resistir.</p>
<p>Nº 190 (Julho de 1998 – 1ª quinzena) POLÍTICA – A VONTADE DO REI – A ira do governador Almir Gabriel está abrindo uma crise política. Ao invés de reagir normalmente às restrições feitas pelo TCE à sua prestação de contas de 1997, o governador retaliou o tribunal. O legislativo acompanhou a reação. Criando o impasse, quem encontrará a saída? Ela existe?</p>
<p>Nº 191 (Julho de 1998 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – O ENREDO DE SEMPRE – Começa para valer a campanha eleitoral, que promete ser das mais disputadas dos últimos tempos. Os quase-amigos de ontem são os inimigos de hoje. Como muito acerto de bastidores não deu certo, os antagonismos serão fortes. Qualquer que seja o resultado, porém, o Pará está condenado a começar um novo século na contra-mão da história.</p>
<p>Nº 192 (Agosto de 1998 – 1ª quinzena) PASSARINHO – FIM DE CARREIRA – Jarbas Passarinho foi o político paraense que esteve mais próximo de se tornar presidente da República. Três vezes senador, quatro vezes ministro, uma vez governador, teve glórias como nenhum outro no Estado. Mas terminou sofrendo como castigo ficar de fora de uma eleição que teria possibilitado aposentar-se no exercício de um cargo político. Fim merecido?</p>

Nº 193 (Agosto de 1998 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – A MORAL DOS IMORAIS – O enviado especial de um grande jornal carioca vem do Pará ver a campanha eleitoral e volta convencido de que a política é apenas uma moeda de troca no Estado. Seus líderes não têm programa, apenas interesses e conveniências. Mudam de posição conforme suas estratégias de poder, sem qualquer embaraço. Em 1982 Jader Barbalho foi uma esperança de renovação. Em 1994, foi Almir Gabriel. Todas as esperanças se frustraram. E o futuro: há futuro?

Nº 194 (Setembro de 1998 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – O VOTO VICIADO – O período da campanha eleitoral é um espaço aberto para todos os tipos de manobras. Quando chega o dia da votação, o eleitor raramente é dono do seu livre arbítrio. As pesquisas se transformaram no principal instrumento de indução do voto porque não há meios de arbitragem confiáveis. Por isso, a tendência eleitoral ainda está camuflada no Pará. Mas pelo menos nas pesquisas, já há um líder na preferência.

Nº 195 (Setembro de 1998 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – NADA DE NOVO – A menos de três semanas do 1º turno da eleição para governador, a perspectiva era de que o candidato com mais recursos materiais deveria vencer. Porque teve mais poder de manipulação, com a máquina oficial sob seu controle. A decisão para valer pode ficar para o 2º turno, dependendo de um fato novo na reta de chegada. Para o Pará, entretanto, não importa muito quem chegará em primeiro.

Nº 196 (Outubro de 1998 – 1ª quinzena) EDITORIAL – EM QUEM VOTAR? – No dia 4 o eleitor votará no menos ruim, no que pode ganhar, no que não é padrão de lisura mas trabalha, no que já está no comando, no que fez a melhor propaganda, no certo e não no duvidoso. Mas não votará no futuro, na mudança para valer das atuais regras do jogo. O futuro continua a ser apenas uma esperança.

Nº 197 (Outubro de 1998 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – A DEMOCRACIA JÁ PERDEU – O resultado da eleição do dia 25 ainda é imprevisível. O governador Almir Gabriel sai com vantagem e pode chegar ao fim com vitória por margem inferior à do 1º. A primeira derrota poderá iniciar o declínio da carreira de Jader Barbalho, quebrando sua mística de invencibilidade. A curta campanha eleitoral poderá reservar surpresas. Mas uma coisa é certa: a democracia saiu perdendo em 1998.

Nº 198 (Novembro de 1998 – 1ª quinzena) POLÍTICA – EM CAMINHO PARALELO – Passada a eleição, o caminho das elites paraenses segue em paralelo com as grandes questões econômicas e sociais do Pará. Há perdedores e vencedores, mas a distância entre a vida política e a realidade não diminuiu. Nem a relação de nomes disponíveis apresenta esperança para o futuro. A política continuará a ser invertebrada e volúvel na transição de um século para outro.

Nº 199 (Novembro de 1998 – 1ª quinzena) CARAJÁS – PIROTECNIA DO COBRE – Um capítulo importante para o futuro da economia paraense está sendo escrito em Carajás, com a definição sobre a exploração das jazidas de cobre. A opinião pública, entretanto, vem sendo mantida ao largo do que efetivamente acontece. Ou porque as informações são sonegadas, ou porque são manipuladas. Como chegar à verdade? Este é um desafio que todos devem procurar responder.

Nº 200 (Dezembro de 1998 – 1ª quinzena) POLÍTICA – VEM CONFRONTO – A poeira eleitoral de outubro ainda não sentou e a arena política já está sendo montada para as disputas de 2000 e 2002. É pouco provável que haja conciliação ou acordo entre Almir Gabriel e Jader Barbalho. Os dois vão se confrontar e estarão de volta, talvez em posições alteradas, para testar quem manda na província.

Nº 201 (Dezembro de 1998 – 2ª quinzena) POLÍTICA – O DEDO DO CHEFE – A punição da capitã-jornalista Vanessa Vasconcelos não nasceu dentro da Polícia Militar, nem se restringiu aos limites do quartel. É o segundo episódio no confronto entre os principais adversários na última eleição, o governador Almir Gabriel e o senador Jader Barbalho. Um terceiro turno eleitoral já começou. Só vai acabar na eleição municipal de 2002. até lá, muito tiro vai ser disparado.

Nº 203 (Janeiro de 1999 – 2ª quinzena) POLÍTICA – A CRISE DE VERDADE – Num dia o senador Luiz Otávio Campos ameaça romper com o governo do qual é aliado por não aceitar que Simão Jatene seja o segundo homem mais poderoso. Num outro dia indica Jatene para a principal das sete secretarias especiais criadas do segundo mandato, que ocupara no lugar do mesmo Jatene. Foi uma crise para valer ou uma pantomima?

Nº 204 (Fevereiro de 1999 – 1ª quinzena) GOVERNO – O MARTÍRIO DO IDESP – O governo diz que decidiu acabar com a Idesp porque o órgão perdeu sua função. Extinto, permitiria uma economia de quase R\$ 6 milhões. Mas não é verdade. O que o governo quer mesmo é eliminar uma fonte de informação para a sociedade e de reflexão crítica sobre o próprio governo.

Nº 205 (Fevereiro de 1999 – 2ª quinzena) JARI – É PARA IMPLODIR? – O Jari, o mais antigo dos grandes projetos do “milagre econômico” dos militares na Amazônia, completa 20 anos de operação. Nele o governo já investiu mais de R\$ 400 milhões. Mas o Jari ainda tem um débito de R\$ 320 milhões e precisa de outros R\$ 230 milhões para ficar com saúde capitalista. A empresa está à beira da falência, mas quer sobreviver; precisa. Como resolver essa equação?

Nº 206 (Março de 1999 – 1ª quinzena) AMAZÔNIA – O PARAÍSO PERDIDO – O homem destruiu, em duas décadas na Amazônia, mais do dobro do que foi destruído em quase quatro séculos. O último relatório oficial mostrando que o desmatamento no ano foi 27% maior do que o de 1997 provocou novo impacto. Mas irá impedir que uma devastação em pleno curso seja interrompida?

Nº 207 (Março de 1999 – 2ª quinzena) CVRD – MULTINACIONAL DE PAPEL – Há 10 anos a Companhia Vale do Rio Doce está autorizada a iniciar o Projeto Salobo, o mais importante investimento produtivo do Pará e do país, de 1,5 bilhão de reais. Mas protela a iniciativa. Há uma complicada teia de fatores por trás dessa indefinição. Ela mostra que os brasileiros perderam o domínio sobre a mais estratégica das suas empresas. Ela é, agora, a usina de dólares de Benjamim Steinbruch.

Nº 208 (Abril de 1999 – 1ª quinzena) JUSTIÇA – PAGANDO O PATO – No momento em que o senador Antônio Carlos Magalhães tenta fomentar uma cruzada santa contra a justiça, declarando-a falida, o Tribunal de Justiça do Pará é cenário para cenas que poderiam confirmar as teses do condestável político do regime. Será que desta vez a justiça paraense vai aproveitar a impetuosidade de uma de suas juízas para acertar suas contas passivas, nas quais se destaca o nepotismo, ou apenas a tomará como bode expiatório?

Nº 209 (Abril de 1999 – 2ª quinzena) SALOBO – A BATALHA QUE NÃO HOUE – Antecedido por um clima de tensão próprio das guerras, o novo presidente da CVRD, Jório Dauster, veio a Belém repetir o que já havia anunciado no Rio de Janeiro: que o Projeto Salobo, para a exploração do cobre de Carajás, é inviável. Veio, viu, falou e voltou à sede da empresa convencido de ter vencido uma batalha que não houve. Mais uma. Como a de Itaré.

Nº 210 (Maio de 1999 – 1ª quinzena) VALE – UM CAVALO DE TRÓIA? – Nenhum Estado brasileiro depende tanto de uma única empresa quanto o Pará da Companhia Vale do Rio Doce. Da mesma maneira, o Pará tornou-se o mais importante dos nove Estados nos quais a empresa atua. É responsável por ela ser, hoje, a maior exportadora do Brasil. O Pará, no entanto, é a maior fonte de problemas da CVRD. E a empresa é a principal causa do subdesenvolvimento paraense. Esse resultado, aparentemente paradoxal, é inevitável?

Nº 211 (Maio de 1999 – 2ª quinzena) POLÍTICA – VAIDADES AO FOGO – Depois da chanchada Almir Gabriel versus Hélio Gueiros Jr., a política paraense abriga a novela Edmilson Rodrigues contra Ana Júlia Carepa. Todos são iguais ou os petistas são mais iguais do que os outros? Há mesmo uma briga feia nos bastidores ou essas “diferenças democráticas” estão sendo ampliadas pelas elites, contrariadas pela administração revolucionária do PT em Belém? Quando responder não é fácil, perguntar costuma incomodar. Ou ofender.

Nº 212 (Junho de 1999 – 1ª quinzena) TERRAS – CARAJÁS DE VOLTA – Uma ação popular esta reivindicando na justiça federal a devolução das terras de Carajás, com juros e correção monetária. Se atendido, o ato implicará em milhões de reais agora e muito mais depois. A questão é suscitada exatamente quando está em curso o mais sério litígio entre o Estado, a União e a Companhia Vale do Rio Doce, principais personagens do enredo.

Nº 213 (Junho de 1999 – 2ª quinzena) ECOLOGIA – A PRAIA DA DESTRUIÇÃO – A temporada de verão vai começar no Araguaia-Tocantins, uma das maiores bacias fluviais do mundo. Suas ilhas têm praias cada vez mais atraentes para turistas e veranistas. Mas elas escondem um grave perigo: o leito dos rios pode estar sendo assoreado por causa dos desmatamentos descontrolados. É uma grave ameaça.

Nº 214 (Julho de 1999 – 1ª quinzena) ESTAÇÃO DAS DOCAS – ELEFANTE BRANCO TUCANO – A Estação das Docas deveria custar R\$ 6,2 milhões. Como estourou em 50% o que estava orçado, uma nova concorrência teve que ser aberta. A obra poderá custar, no final, 100% acima do que previa, ou até além. Será um autêntico elefante branco da administração Almir Gabriel. Mas o autor do projeto não se importa: a conta será apresentada ao povo. Como de praxe.

Nº 215 (Julho de 1999 – 2ª quinzena) BELÉM – A LEI DA SELVA – A orla fluvial da capital paraense exemplifica uma das causas do atraso do Estado. Cada um dos grupos políticos que disputam o controle do poder só pensa nos seus próprios interesses. Por isso, não há relação entre as obras do governo do Estado e as da prefeitura. Ao executá-las, os chefes pensam na hora de inaugurá-las para faturar prestígio. Não pensam no melhor uso que delas poderia ser obtido em benefício do cidadão.

Nº 216 (Agosto de 1999 – 1ª quinzena) POLÍTICA – O ALCAIDE RUGIU – Irritado com perguntas incômodas, o prefeito Edmilson Rodrigues agrediu verbalmente a repórter Micheline Ferreira, de O Liberal, na semana passada. Mas a grande imprensa não fez qualquer registro do incidente, embora ele expresse o estado político do Pará. Talvez esperando depois apresentar a conta do silêncio.

Nº 217 (Agosto de 1999 – 2ª quinzena) BAIXADAS – TRAPALHADAS NA LAMA – A brusca demissão do gerente-geral do projeto de macrodrenagem pode ser uma advertência de que a obra do século em Belém está enfrentando muitas dificuldades, nem todas visíveis. E que o século terminará sem que ela chegue ao fim, enredada nas teias da politicagem.

Nº 218 (Setembro de 1999 – 1ª quinzena) ELDORADO – MASSACRE NO JÚRI – Crimes pavorosos foram cometidos em abril de 1997 em Eldorado de Carajás. Dois anos depois, no julgamento dos responsáveis, tantos absurdos foram cometidos que já não se sabe o que fazer. Na fronteira amazônica, distante dos centros decisórios do país, justiça é um produto exótico. Não está ao alcance dos injustiçados.

Nº 219 (Setembro de 1999 – 2ª quinzena) JUSTIÇA – A REVOLTA CEGA – O “julgamento do século”, dos responsáveis pelo massacre de Eldorado de Carajás, colocou no banco dos réus quem deveria garantir a integridade do processo: a própria justiça. Terá ela direito a um procedimento mais legítimo do que o que resultou num escândalo de dimensões internacionais? Esta é uma boa oportunidade para corrigir velhos erros e recuperar a confiança da sociedade.

Nº 220 (Outubro de 1999 – 1ª quinzena) GOVERNO – ESTAÇÃO DA CONFUSÃO – O governo Almir Gabriel pretende usar o complexo turístico da Estação das Docas como um poderoso instrumento para viabilizar seu candidato à prefeitura de Belém. Mas as irregularidades e os pontos nebulosos da obra podem acabar tendo efeito contrário. É o que explica a disputa entre o governador e senador Jader Barbalho pela Companhia das Docas do Pará.

Nº 221 (Outubro de 1999 – 2ª quinzena) ALUMÍNIO – LUTA DE GIGANTES – Uma causa de 53 milhões de reais, originada na distante comarca de Oriximiná, está sendo decidida em Belém pelo TJE. Mas pode afetar bilhões de dólares e alcançar repercussão internacional. É mais um capítulo da disputa entre as gigantes do alumínio no mundo desdobrando-se na fronteira amazônica.

Nº 222 (Novembro de 1999 – 1ª quinzena) POLÍTICA – A CDP, O ELEFANTE E O RATO – A meteorologia política previa raios e trovões no horizonte das relações entre o Palácio do Planalto, em Brasília, e o Palácio dos Despachos, em Belém, apesar de seus dois inquilinos serem tucanos. Mas o céu carregado de um dia foi substituído por aquele tipo de tempo instável que pode acabar com o sol radiante ou em tempestade. De qualquer maneira, o Pará já tem a sua batalha de Itararé. Ela atende pelo codinome de CDP.

Nº 223 (Novembro de 1999 – 2ª quinzena) POLÍTICA – A CRISE DE MENTIRINHA – Na novela assume-não-assume, armada em torno da presidência da CDP, não há nenhuma causa nobre, nenhum interesse superior do Pará. É apenas mais um lance do rasteiro cabo-de-guerra travado pelas elites políticas do Estado. Mas o confronto entre o governador Almir Gabriel e o senador Jader Barbalho terá um efeito: precipitar a campanha eleitoral pelos municipais que estarão em disputa no próximo ano.

Nº 224 (Dezembro de 1999 – 1ª quinzena) PODER – MUTAÇÕES DO CHEFE – O exercício do poder num Estado como o Pará é um convite à tirania. É o que mostra a trajetória do médico Almir Gabriel, desde a prefeitura de Belém, na metade dos anos 80, até o governo do Estado, já no segundo mandato. Por isso, quando a vontade do chefe é contrariada, o conflito que se segue é um jogo de destruição que desfavorece os hábitos políticos e a formação das mentalidades.

Nº 225 (Dezembro de 1999 – 2ª quinzena) – ESTAÇÃO DAS DOCAS – O RETRATO DO DONO – Para evitar a instalação de uma CPI incumbida de investigar sua obra, o arquiteto Paulo Chaves Fernandes organizou uma visita promocional à Estação das Docas. Sua exposição entusiasmou os deputados chapa branca. Mas as informações que prestou, ao invés de sufocar a comissão parlamentar de inquérito, avivam sua necessidade. A conta permanece em aberto.

2000

Nº 226 (Janeiro de 2000 – 1ª quinzena) POLÍTICA – A MESMA MOEDA – O governador Almir Gabriel e o prefeito Edmilson Rodrigues se tornaram ferozes inimigos políticos. Mas declarações prestadas a um jornal revelam semelhanças indesejáveis entre os dois. Ambos são autoritários. Ambos se vêem através de um espelho viciado, que criaram, à sua imagem e semelhança, graças a uma imprensa chapa branca, alimentada por uma propaganda dirigida. Não é um espelho como o da madrasta da Branca de Neve; se fosse, já tinha sido quebrado.

Nº 227 (Janeiro de 2000 – 2ª quinzena) A MUDANÇA: CONTRA NÓS? – O governo quer fundir a Sudam e o Basa, criando uma nova agência de desenvolvimento. Isto é bom ou ruim? A resposta só será obtida por quem souber o que está sendo proposto e qual é a melhor alternativa. Não basta ser contra. Nem é possível fechar a porta. A Amazônia está vivendo um novo momento. É preciso entendê-lo para tentar moldá-lo aos interesses da região.

Nº 228 (Fevereiro de 2000 – 1ª quinzena) POLÍTICA – PROCESSO AUTODESTRUTIVO – A reeleição de Edmilson Rodrigues, candidato franco favorito nas prévias para a prefeitura de Belém, pode estar começando a ser comprometida. Não pelo combate dos adversários, mas por erros do próprio prefeito. Isso está assanhando os candidatos em potencial. Dependendo da evolução do “caso IPTU”, eles podem chegar à conclusão de que a vitória já não é mais uma quimera.

Nº 229 (Fevereiro de 2000 – 2ª quinzena) POLÍTICA – SAINDO DA LAMA? – Desde 1991 se acumulam na polícia, no Ministério Público e na justiça elementos de prova e de convicção sobre irregularidades envolvendo ou associando o senador Luiz Otávio Campos com dinheiro da Secretaria dos Transportes e do BNDES. Aquecida politicamente, a questão sobe o SFT e o senado. Será que agora a opinião pública poderá saber da verdade? Ou tudo não passa de jogada?

Nº 230 (Março de 2000 – 1ª quinzena) POLÍTICA – BRIGÕES DE RUA – Governador e prefeito estão transformando Belém numa rinha. A hostilidade entre tucanos e petistas se agravou tanto que os dois chefes até evitam se encontrar em atos públicos. Tudo é pretexto para rivalidades. Já não há uma agenda pública mínima capaz de permitir-lhes o entendimento. A capital virou um imenso palanque eleitoral e um reduto de peças de propaganda.

Nº 231 (Março de 2000 – 2ª quinzena) TERRAS – O SEQÜESTRO CONFUSO – Há 25 anos age no Pará, com total desenvoltura, uma quadrilha de grileiros de terras que tem pretensões sobre 12 milhões de hectares, 10% de toda a extensão do Estado. Mas até a semana passada a crônica desses piratas não envolvia um fato como seqüestro e ameaça física contra um jornalista, episódio insólito que aconteceu na semana passada, em Belém. Sinal de que o crime se ampliou ou tentativa de despistamento?

Nº 232 (Abril de 2000 – 1ª quinzena) DESENVOLVIMENTO – GRANDES PROJETOS II – O governador Almir Gabriel e a Companhia Vale do Rio Doce, em litígio há três anos, desde o frustrante protocolo para a implantação do projeto de cobre do Salobo, agora cantam afinados. Dizem que é o canto do desenvolvimento sustentado do Pará. É, na verdade, a continuação do contracanto da exploração do Estado.

Nº 233 (Abril de 2000 – 2ª quinzena) POLÍTICA – A DERROTA DOS VENCEDORES – O senador Antônio Carlos Magalhães já não é mais o ferrabrás da república. Foi enfrentado no plenário do senado e sofreu como nunca. Mas o autor da façanha, Jader Barbalho, se ganhou, não vai levar. Sua ascensão na vida pública brasileira foi bloqueada. Na conta de chegada, o resultado do bate-boca da semana passada pode ter sido o empate. Nesse caso, o país é que saiu ganhando.

Nº 234 (Maio de 2000 – 1ª quinzena) IMPRENSA – O FILHO DO “REI PUBLICANO” – A revista Caros Amigos rompeu pesada cortina de silêncio e publicou extensa reportagem sobre o filho que o presidente Fernando Henrique Cardoso teve numa relação extraconjugal com uma jornalista da TV Globo em Brasília. O fato pode ser um bom momento para refletir sobre o papel da imprensa e a democracia no Brasil.

Nº 235 (Maio de 2000 – 2ª quinzena) AMAZÔNIA – SÓ BANDEIRA E RETÓRICA – A Amazônia já tem 500 mil quilômetros quadrados desmatados. Como utilizá-los é caro, prefere-se continuar a desmatar, que sai barato de imediato, mas destrói o potencial de riquezas que poderia ser usado se o Brasil se dispusesse a conhecer o que é, de fato, a Amazônia. É o que está por trás da batalha em torno das mudanças no Código Florestal, que abalou o país na semana passada.

Nº 236 (Junho de 2000 – 1ª quinzena) IBAMA – O “PEGA, LADRÃO” – De paladino da causa ecológica, o ex-superintendente do Ibama no Pará, Paulo Castelo Branco, surge como chefe de quadrilha, usando o tráfico de influência para extorquir madeireira. Com sua prisão, na semana passada, a polícia começou a levantar um tapete que esconde sujeira acumulada há tempos. A dúvida, agora, é saber se a varrição será completa.

Nº 237 (Junho de 2000 – 2ª quinzena) IBAMA – A LAVAGEM DA SUJEIRA – Desta vez, os corruptos e fraudadores irão para a cadeia e os crimes serão punidos? É o que a opinião pública ainda espera, embora o caso mais grave já surgido na longa história de denúncias feitas contra o Ibama, que levou à prisão (e depois soltura) do ex-representante do instituto no Pará, esteja parecendo entrar nos velhos trilhos que conduzem ao esquecimento. E, talvez dele, à estação mais comum nessa rota: a impunidade.

Edição Extra (Julho de 2000) - A IMPRENSA MARROM E O PT AMARELO

Nº 238 (Julho de 2000 – 1ª quinzena) JUSTIÇA – NA CONTRAMÃO DA GRILAGEM

Nº 239 (Julho de 2000 – 2ª quinzena) POLÍTICA – MESTRES DO GOLPE – Quando todos supunham que Jader Barbalho e Hélio Gueiros reeditarão a coligação de 1998 para a disputa de prefeitura de Belém, eles surpreenderam até mesmo seus correligionários. O objetivo é estimular um combate direto entre o prefeito Edmilson Rodrigues e o governador Almir Gabriel e colher os resultados na eleição de 2002. No PMDB, deu certo. No PFL, nem tanto.

Nº 240 (Agosto de 2000 – 1ª quinzena) CVRD – VENDA SERÁ DESFEITA? – Três anos depois da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, a justiça federal do Pará, acionada pelo Ministério Público e por dezenas de ações populares, está revendo a operação. Se comprovar a prática de fraudes, poderá cancelá-la. E evitar que o país sofra um enorme prejuízo.

Nº 241 (Agosto de 2000 – 2ª quinzena) SUDAM – ESQUELETO FORA DO ARMÁRIO

Nº 242 (Setembro de 2000 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – DESAFIO: DECIDIR Nº 1 - Edmilson Rodrigues continua a ser o favorito na disputa pela prefeitura de Belém. Pela primeira pesquisa do Ibope, ganharia já no 1º turno. Até o dia da eleição, porém, pode haver novidades. Não só por parte dos adversários, como do próprio prefeito. Ele continua a ser a sua maior ameaça.

Nº 243 (Setembro de 2000 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – O POVO: UMA FICÇÃO – A eleição deste ano em Belém está manchada por várias nódoas. Uma delas é a manipulação das pesquisas pelo maior grupo de comunicação do norte do país, o Liberal. Outra, por candidatos que não respeitam seu eleitor. Um deles vai para a cadeia rindo. O outro diz que fraudar não é ruim se atende a uma necessidade coletiva. Com o voto, o povo pode mostrar que está vivo. E o que é digno.

Nº 244 (Outubro de 2000 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – O SIM É O NÃO – Mesmo se reeleger Edmilson Rodrigues, o eleitor de Belém estará dizendo um não às velhas lideranças políticas do Pará. O atual prefeito ainda consegue encarnar algumas das esperanças que o fizeram vencer a disputa há quatro anos, graças a obras populares, ao carisma do partido e ao uso da máquina municipal. Mas o crescimento das opções por Duciomar Costa serve de alerta para a eleição de 2002, cuja campanha já começou.

Nº 245 (Outubro de 2000 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – DERROTA E DERROTA – Qualquer que venha a ser o resultado da eleição do dia 29, nenhuma vitória será completa e pelo menos alguém será derrotado em qualquer hipótese: o povo de Belém. O prefeito que tenta a reeleição superestimou seu poder e sua liderança, tornando-se arrogante e presunçoso. Jogou fora uma vitória que poderia ser fácil. O candidato que tenta ser uma surpresa tem, na origem, uma fraude que lança dúvida sobre os seus propósitos: ao invés de servir a uma causa, ele pode estar pensando em atender seu interesse pessoal. A urna se tornou uma mercadoria de negócio.

Nº 246 (Novembro de 2000 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – UM PINÓQUIO NA PMB? – O episódio do diploma falso não pode ser mais cobrado na justiça de Duciomar Costa. Ele é importante, porém, não por representar um incidente superado na vida do candidato à prefeitura de Belém, mas por revelar o caráter de um homem que pode assumir um orçamento de mais de meio bilhão de reais.

Nº 247 (Novembro de 2000 – 2ª quinzena) POLÍTICA – ONDE A ESPERANÇA? – Venceu o menos ruim, é a sensação que fica da eleição deste ano em Belém. A cidade, sem uma boa opção, dividiu-se ao meio. Mas essa “voz das urnas” não é ouvida pelo vencedor e o perdedor não dá o braço a torcer. Sinal de que os antagonismos vão se aprofundar e de que grandes não devem ser esperadas.

Nº 248 (Dezembro de 2000 – 1ª quinzena) ALÇA VIÁRIA – É O TUDO OU NADA – Com sua reação às críticas feitas ao projeto da Alça Viária, o governo Almir Gabriel nos devolve aos tempos de rodoviarismo e militarismo na Amazônia, quando a decisão era apresentada pronta e acabada. Restava à sociedade aceitá-la ou ser punida pela desobediência. Faz parecer que o tempo não passou no reino do Pará.

Nº 249 (Dezembro de 2000 – 1ª quinzena) SUDAM – OU VAI OU RACHA – A Sudam nunca esteve tão ameaçada quanto agora. No meio do tiroteio violento que os senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho travam, é apresentada na imprensa nacional como um covil de ladrões. Mas essa pode ser a hora adequada para apurar tudo, corrigindo velhos erros, recompondo um conceito técnico e moral. E, separando o joio do trigo, identificar quem é que, por integrar quadrilhas, deve estar em outro lugar que não uma agência de desenvolvimento. Se possível, na cadeia. Com colarinho branco e tudo.

2001

Nº 250 (Janeiro de 2001 – 1ª quinzena) NOVA CAPITAL – JK DE BRANCO – O que parecia nada mais do que uma elucubração mental está começando a se tornar um projeto oficial e pessoal do governador Almir Gabriel: transferir a capital para o centro do Estado, mudando-a de Belém para Belo Monte, no Xingu. Seria a vacina contra os movimentos separatistas, que pretendem retalhar o território paraense entre mais dois Estados. Por enquanto, o principal resultado dessa idéia é unir todos contra o governador.

Nº 251 (Janeiro de 2001 – 2ª quinzena) GOVERNO – O PARÁ MAIS CARO – Ao aumentar as alíquotas do ICMS sobre alguns produtos e serviços de uso intenso, o governo optou pelo lado mais anacrônico da federação brasileira. A pretexto de formar caixa para pagar o salário mínimo, que é a remuneração de um número cada vez maior de paraenses, avança sobre o que é mais fácil: o bolso do contribuinte. É o Pará a mais de 2000 – no rumo do passado.

Nº 252 (Fevereiro de 2001 – 1ª quinzena) IMPACTO – O PARÁ PAROU – O que foi feito da opinião pública no Pará? Em meio a tantas medidas anunciadas ou tomadas pelo governo, o silêncio geral justifica a preocupação com a apatia social. Iniciativas de ampla e profunda repercussão não suscitam o debate que deveria ser travado antes de se consumarem. Talvez uma das razões seja o desinteresse da grande imprensa em entender e fazer entender o que acontece.

Nº 253 (Fevereiro de 2001 – 2ª quinzena) POLÍTICA – UMA GUERRA VICIADA – Neste dia 14 sairá o nome do novo presidente do senado, o quarto cargo na linha sucessória do presidente da república. A guerra que Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães travaram leva a uma conclusão: ambos têm razão apenas quando acusam. Já é hora de levar suas acusações às últimas conseqüências. Mas não segundo o enredo da grande imprensa. O Brasil quer outro Brasil.

Nº 254 (Março de 2001 – 1ª quinzena) POLÍTICA – JADER E ALMIR EM 2002? – Derrotar ACM e assumir a presidência do senado é mérito pessoal de Jader Barbalho. Favorecido, porém, pela tomada “nortista” do parlamento nacional. Uma vitória para valer ou proporcionada pelo governo federal, controlado pelos “sulistas”? Independentemente da resposta, dela resulta um fato novo na política paraense atual: os inimigos de ontem, Jader e Almir Gabriel, podem voltar a ser aliados em 2002. Novidade mesmo ou de sempre, com nomes trocados?

Nº 255 (Março de 2001 – 2ª quinzena) BANPARÁ: EXCESSO E ESCASSEZ – Um jogo de empurra e movimentos de bastidores ainda não permite reconstituir claramente a história dos cheques administrativos do Banco do Estado do Pará, que teriam sido aplicados em contas particulares, sem retornar à conta de origem. Parte da imprensa nacional julga e condena o presidente do senado, Jader Barbalho, como beneficiário do “rombo”. Outra o absolve sem examinar criteriosamente os dados. Onde está a verdade?

Nº 256 (Abril de 2001 – 1ª quinzena) SUDAM – A HORA DA LAVAGEM – A Sudam, como naquela música, nasceu torta e pode morrer tortuosamente. Males de origem criaram uma cadeia de ineficiência, fraude e corrupção. Mas o processo de revisão dos erros, que estava em curso, foi atropelado pelas denúncias do senador Antônio Carlos Magalhães. Como caso de polícia, a Sudam está ameaçada de desaparecer sob o guante de um interventor, que não aceita o título, mas age como tal. No final das contas, uma parte perderá sempre: a Amazônia.

Nº 257 (Abril de 2001 – 2ª quinzena) CARAJÁS – O GIGANTE CRESCE – Nos próximos anos a província de mineral de Carajás estará com o dobro da capacidade atual de produção de ferro e manganês, as duas principais matérias primas para a indústria do aço. Nessa escala, alcançará uma posição sem paralelo na economia mineral brasileira. Mas os efeitos desse crescimento serão sentidos pela população?

Nº 258 (Maio de 2001 – 1ª quinzena) ESCÂNDALO – PUNIDOS OS FRAUDADORES – Foram necessários 13 anos para que a justiça, embora ainda em primeiro grau, punisse os responsáveis por uma das mais grosseiras fraudes na história agrária recente do país: a desapropriação da Fazenda Paraíso, um imóvel fantasma em Viseu, pelo qual a União pagou milhões de reais. Pode ser o princípio da anulação de uma sucessão de atos semelhantes, uma negociação agrária que levou o nome de reforma agrária.

Nº 259 (Maio de 2001 – 2ª quinzena) JUSTIÇA – AS VANTAGENS INDEVIDAS – Os juízes do Tribunal Regional do Trabalho estabeleceram a prática de devolver em parcelas insignificantes, por prazos larguíssimos, vantagens recebidas indevidamente. Devolução feita a partir de questionamento externo, não por iniciativa voluntária, que cancelou o benefício. Essa prática ainda vai ser mantida?

Nº 260 (Junho de 2001 – 1ª quinzena) POLÍTICA – CAMINHOS DO FUTURO – Se não há horizonte para Jader Barbalho na política nacional, principalmente depois que ele deixar a presidência do Senado, sua posição ainda é o principal elemento de definição da disputa pelo poder no Pará. Ele tentará ser governador do Estado pela terceira vez ou renovar seu atual mandato? Da resposta dependem outras variáveis. E o estado de coisas na política paraense.

Nº 261 (Junho de 2001 – 2ª quinzena) POLÍTICA – TODOS NO PICADEIRO – Jader Barbalho pode estar sendo condenado não pelo que realmente fez, mas pelo que seus adversários, muitos deles ainda ocultos, dizem que fez. A sentença precede o devido processo legal. Se o presidente do Senado merece ser cassado, antes disso as histórias devem ser devidamente esclarecidas, expostas à luz do dia. Sem definição antes da apuração dos fatos.

Nº 262 (Julho de 2001 – 1ª quinzena) BARRAGEM - XINGU TAMBÉM SERÁ FECHADO – Depois de ter fechado o Tocantins, a Eletronorte planeja deixar também barrado o Xingu, outros dos grandes rios da bacia Amazônica a ser usado para produzir energia. Será a consequência da execução do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, tal como foi concebido pela empresa. Com mais quatro hidrelétricas ecologicamente danosas previstas pelo governo, a perspectiva é crítica para as hidrovias do Pará.

Nº 263 (Julho de 2001 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – HAVERÁ MUDANÇA EM 2002? – O ponto de chegada ainda é imprevisível, mas já se pode especular com mais solidez sobre como poderá estar o local de largada para a corrida eleitoral do próximo ano. Com o revólver na mão para o tiro inicial estará o governador Almir Gabriel. Em função privilegiada ou deslocada da raia, dependendo do seu destino, o senador Jader Barbalho. A mudança continuará a ser uma esperança no Pará.

Nº 264 (Agosto de 2001 – 1ª quinzena) DENÚNCIA – A FÁBRICA VOADORA – Um ex-funcionário do grupo João Santos denunciou para o Ministério Público Federal fraudes que teriam sido praticadas pela empresa, uma das principais do setor de cimento no Brasil. Entre elas, o uso no Nordeste de equipamentos que deveriam ter sido instalados na fábrica de Itaituba. Tudo permanecia oculto graças ao lobby da corporação, que teria beneficiado até mesmo o senador Jader Barbalho. Desta vez, ninguém, exceto o MP, se interessou pelas denúncias.

Nº 265 (Agosto de 2001 – 2ª quinzena) ARAGUAIA – UMA GUERRA SUJA – Investida do Ministério Público Federal em Marabá mostra que a guerrilha do Araguaia ainda não é um tema do passado. Mesmo extinta há 27 anos, ainda mobiliza a atenção da inteligência militar, empenhada em impedir que os fatos sejam esclarecidos para que um acontecimento traumático se incorpore à normalidade democrática do país.

Nº 266 (Setembro de 2001 – 1ª quinzena) INTERNACIONALIZAÇÃO – AMEAÇA É REAL? – A soberania brasileira na Amazônia está agora ameaçada pelas ONGs. É o que garante a doutrina de segurança nacional, ainda a matriz da visão oficial sobre a região. Não será possível assegurar uma Amazônia brasileira sem teorias conspirativas. Uma Amazônia plenamente democrática.

Nº 267 (Setembro de 2001 – 2ª quinzena) POLÍTICA – A SÍNDROME DO VICE – O maior adversário para o quase sacramentado candidato oficial à sucessão do governador Almir Gabriel, o secretário Simão Jatene, poderá vir da situação e não da oposição. Isto, se o vice-governador Hildebrando Nunes, contra todos os recados e ameaças palacianas, mantiver sua disposição de sair para a disputa do governo no próximo ano. Se ao lado de Jader Barbalho ou não, é uma das incógnitas. Talvez a maior delas.

Nº 268 (Outubro de 2001 – 1ª quinzena) JADER BARBALHO – O DIA DEPOIS DO FIM – Depois de renunciar à ambicionada presidência do Senado, Jader Barbalho terá que abrir mão também do mandato de senador para não perder os direitos políticos e poder participar da eleição de 2002. Se ele permanecer elegível, qual o cargo que decidirá disputar? Sua decisão constitui a maior incógnita do jogo eleitoral no Pará. É onde o ex-governador ainda conta para valer.

Nº 269 (Outubro de 2001 – 2ª quinzena) POLÍTICA – JADER BARBALHO ACABOU? – A queda do ex-senador e ex-presidente eleitoral no Pará. É onde o ex do senado está sendo mais fulminante do que sua prodigiosa ascensão. Ele continuará seguindo até o fundo do buraco ou recomeçará a subir? A recuperação pode ainda devolvê-lo à política nacional ou o restringirá ao seu reduto político estadual? Muitas são as dúvidas. Mas uma resposta para valer vai além do destino individual do ex-governador. É o Pará que está em crise.

Nº 270 (Novembro de 2001 – 1ª quinzena) POLÍTICA – A PROPORÇÃO TORTA – Os políticos do Norte são os mais corruptos? O Sul responde cada vez mais afirmativamente. E responsabiliza o desequilíbrio do sistema político representativo como a causa dos escândalos que se repetem no país. Têm alguma razão na queixa, mas pouca no diagnóstico. Se a idéia prevalece, é porque discute-se pouco o problema.

Nº 271 (Novembro de 2001 – 2ª quinzena) COBRE – NOVO CICLO. NOVO? - Está começando a história do cobre no Pará com a implantação do primeiro dos cinco projetos previstos para o aproveitamento das jazidas de Carajás. Começa, porém, de um ponto mais atrás do desejado: sem a perspectiva de beneficiamento do minério, que vai ser apenas concentrado. Exatamente como já ocorreu nos ciclos minerais anteriores: do alumínio, do ferro e do caulim.

Nº 272 (Dezembro de 2001 – 1ª quinzena) POLÍTICA – O GOVERNADOR DO GOVERNADOR – O governador Almir Gabriel já lançou no mercado o nome do seu candidato à sua sucessão: é o seu secretário especial Simão Jatene. Os outros pretendentes dentro da coligação oficial ficaram comendo poeira. Jatene sai na frente de todos. Mas o ponto de chegada ainda está muito longe.

Nº 273 (Dezembro de 2001 – 2ª quinzena) POLÍTICA – O MAIOR ELEITOR – A eleição do próximo ano será difícil para o político mais influente, famoso e que individualmente tem mais votos no Pará: o ex-senador Jader Barbalho. As dificuldades serão maiores se, ao invés de disputar o governo, ele quiser retornar à câmara alta, depois de haver renunciado ao próprio mandato. Se ficar de fora em 2002, será o maior eleitor. Paradoxos políticos de um Estado crítico como o Pará.

2002
<p>Nº 274 (Janeiro de 2002 – 1ª quinzena) PARÁ – O TREM ESTÁ PASSANDO – Apesar do seu enorme potencial de crescimento, o Pará está ficando para trás na corrida do trem da federação brasileira. Os recursos naturais permitem que a massa de riqueza cresça, mas os paraenses não têm acesso aos seus benefícios. É o que revelam as estatísticas divulgadas no mês passado pelo IBGE.</p>
<p>Nº 275 (Janeiro de 2002 – 2ª quinzena) PAROU O PARÁ – BLECAUTE DE ENERGIA QUE SE (ES)VAI – O Pará é e será cada vez mais a província energética do Brasil. Essa condição colonial pode impedir que energia se torne sinônimo de desenvolvimento no Estado. Exportada em bruto, vai trazer benefícios para os vizinhos Estados consumidores. O apagão do dia 10 revela essa situação: só contamos para exportar o que temos.</p>
<p>Nº 276 (Fevereiro de 2002 – 1ª quinzena) POLÍTICA – A VOZ DO TRONO – O governador Almir Gabriel é um novo Magalhães Barata, podendo eleger quem quiser? Sua vontade pode ser lei no Pará? São as questões que uma entrevista dada pelo governador à TV Cultura provocam. Se dependesse apenas do personagem, porém, essas questões nem seriam suscitadas. E mesmo não podendo ser mais potoca, a lei ficaria sujeita à vontade do pretense novo caudilho.</p>
<p>Nº 277 (Fevereiro de 2002 – 2ª quinzena) POLÍTICA – O BLOCO (AINDA) NÃO SAIU – O governador Almir Gabriel parecia convencido de que, sozinho, era capaz de eleger seu sucessor o seu candidato do peito, o secretário especial Simão Jatene. Agora está sendo obrigado a reaprender que eleição é obra coletiva. Quem não ajuda pode atrapalhar, e a canoa de Jatene começa a fazer água.</p>
<p>Nº 278 (Fevereiro de 2002 – 2ª quinzena) POLÍTICA – PRISÃO DO BARBALHO – A história de um mandato de prisão concedido no final do expediente do último dia da semana para ser cumprido num sábado por policiais que já sabiam da decisão do juiz não pode ser uma história fácil de contar. Quando contada com a maior fidelidade possível, não é capaz de ter um final edificante. É essa história da prisão de Jader Barbalho, o político que foi um dos cinco homens mais poderosos do país. E que, agora, parece condenado a ser novamente candidato ao governo do Pará.</p>
<p>Nº 279 (Março de 2002 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – HÁ LUGAR PARA UMA ZEBRA? – Ameaça ir ao ar mais um capítulo da velha novela eleitoral paraense: diretamente ou através de afilhados as velhas raposas da política vão disputar o governo do Estado. Parece não haver lugar para uma candidatura alternativa, uma novidade, uma surpresa. Ou há?</p>
<p>Nº 280 (Março de 2002 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – A ARMADILHA DA PESQUISA – Embora não de direito, de fato a divulgação de uma pesquisa do Ibope no jornal O Liberal deu a largada na corrida eleitoral. Foi um tiro correto ou houve fraude na posição dos contendores? A resposta vai novamente depender de uma tarefa que sempre acaba adiada: a investigação dos institutos de pesquisa. No Pará, como no Brasil, a disputa está embolada.</p>
<p>Nº 281 (Abril de 2002 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – VAI TER MARMELADA? – O eleitor, os cabos eleitorais e os candidatos já pareciam convencidos de que o eixo da próxima eleição seria definido pelo antagonismo entre o grupo do governador Almir Gabriel e o ex-senador Jader Barbalho. Por força de pirotecnia formal, eles podem acabar aparecendo como aliados. Como reagirá a essa metamorfose o distinto público?</p>
<p>Nº 282 (Abril de 2002 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – OS LUGARES ASSINALADOS – As decisões dos principais grupos políticos no Pará foram adotadas em função do prazo para as desincompatibilizações dos candidatos que ocupavam cargos públicos. O eixo central da corrida eleitoral está definido. Mas alguma variante ainda pode surgir pelo caminho. Talvez leve a uma novidade.</p>
<p>Nº 283 (Maio de 2002 – 1ª quinzena) SUDAM – TEM MAIORANA NA TUBA – A Tropical Indústria Alimentícia, à frente da qual está o refrigerante Bis, é um projeto muito parecido àqueles que o ex-senador Jader Barbalho é acusado de haver patrocinado por baixo dos panos na Sudam. As irregularidades desse sorvedouro de incentivos fiscais, porém, não aparecerão nos veículos das Organizações Romulo Maiorana. Pela circunstância de que há Maiorana nessa história.</p>

Nº 284 (maio de 2002 – 2ª quinzena) COBRE – NÃO APENAS BURACO? – O presidente da República foi a Carajás participar do lançamento do primeiro de cinco projetos de cobre previstos para a área. No final, 2,5 bilhões de dólares terão sido investidos ali, proporcionando faturamento anual de US\$ 1,5 bilhão, quase o dobro da receita atual da CVRD, que comanda os empreendimentos. Desta vez, há garantia de que o que ficará para nós será mais do que buraco?

Nº 285 (Maio de 2002) CARTA – RESPOSTA AO PREGOEIRO DAS ETERNAS MENTIRAS – De mãos dadas novamente com Jader Barbalho, Hélio Gueiros inventou um bode expiatório para a incômoda situação em que se encontra, aliado ao político que, pouco mais de 10 anos atrás, chamava de ladrão, mas que o havia feito governador do Pará em 1986. Cria uma intriga para apagar o passado e assegurar um futuro conveniente. Nesta edição extra, as mentiras de Hélio Gueiros são passadas a limpo.

Nº 286 (Junho de 2002 – 1ª quinzena) POLÍTICA – PARA ONDE VAI JADER BARBALHO? – O ex-senador deu todos os sinais de que em outubro disputará de novo o governo do Estado. Mas não disse explicitamente isso. Embora ainda seja o líder nas pesquisas para a sucessão de Almir Gabriel, desta vez ele sabe que suas possibilidades de vitória se equiparam às de vitória. Ou são menores.

Nº 287 (Junho de 2002 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – DISPUTA PLEBISCITÁRIA – A próxima eleição pode ser decidida através do confronto de dois grandes grupos: o do governador Almir Gabriel e o dos que são contra ele. Mais uma vez o PT fica de fora da raia dos favoritos. Ganhará se os adversários lhe derem a vitória. O panorama é o de sempre: tudo muda para tudo continuar igual.

Nº 288 (Julho de 2002 – 1ª quinzena) JUSTIÇA – HÁ ALGO DE PODRE NO TJE – Uma desembargadora acusa duas colegas de tomarem decisões que abalam a imagem da justiça no Pará e favorecem a apropriação ilícita de bens do patrimônio público. As duas desembargadoras criticadas reagem. Pode resultar daí uma atitude do judiciário diante de seguidas denúncias contra esse poder?

Nº 289 (Julho de 2002 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – O CARNAVAL DO VOTO – A política paraense pode mudar em 2002. Mas pode mudar apenas de dono. O ex-senador Jader Barbalho pode ceder sua posição hegemônica a outro dominador. O candidato do patrão político do momento, o governador Almir Gabriel, é exposto no balcão eleitoral como uma mercadoria intensamente trabalhada pelo marketing. O eleitor passa a ser “detalhe”. É assim que surge uma zebra?

Nº 290 (Agosto de 2002) ELEIÇÃO – NINGUÉM SABE, NINGUÉM VIU – A dois meses do primeiro turno das eleições gerais, o que predomina no cenário paraense é a desinformação e o desinteresse. Esse quadro pode favorecer o surgimento de surpresas, mas também pode ser um túmulo para as novidades. O autoritarismo ou a falta de opções deverá expor os principais caciques políticos ao risco de derrota. Mas o que ganha o Pará com tudo isso?

Nº 291 (Setembro de 2002) ELEIÇÃO – PROCURA-SE UM PERSONAGEM – Para a maioria dos paraenses, a eleição deste ano ainda é um voo cego. Sabe-se pouco sobre os candidatos e o que se sabe não empolga. Parece um filme B estrelado por atores coadjuvantes, que não sabem o seu papel e estão deslocados no cenário. A realidade do Estado exigirá muito mais do sucessor de um governador que reinou como rei-sol. Olímpicamente indiferente aos súditos.

Nº 292 (Outubro de 2002) ELEIÇÃO – SURPRESAS NA RETA FINAL – A uma semana e meia da eleição, a cassação da candidatura de Simão Jatene, o líder nas pesquisas mais recentes, lançou uma nódoa de imprevisto sobre uma disputa marcada pela ausência de uma grande liderança política. Não podendo ser revertida até o dia 6, a cassação deixará o eleitor sujeito a uma circunstância inédita na história: eleger um “sem-candidatura”. É o preço que o governador Almir Gabriel poderá pagar pelo risco que assumiu, de eleger o seu candidato de qualquer maneira.

Nº 293 (Outubro de 2002) ELEIÇÃO – MARIA GOVERNADORA? – O segundo turno poderá consagrar mais uma zebra na política paraense, elegendo Maria do Carmo, do PT, como a nova governadora do Pará. Se isso acontecer, os petistas passarão a ser a força política dominante no Estado. Vai depender da postura da deputada santarena se esse novo domínio se consolidará ou será meteórico.

Nº 294 (Novembro de 2002) ELEIÇÃO – O CAMPANHEIRO LULA NO PARAÍSO – Depois de insistir na disputa pela Presidência da República tanto quanto Allende e Mitterrand, Lula conseguiu vencer. Sobe para uma posição que poucos líderes de esquerda ocuparam, como González e Walesa. Sua vitória entrou para a história. Mas agora começa outro capítulo. A glória pode ficar do lado de fora.

Nº 295 (Dezembro de 2002) POLÍTICA – SAI O INTELLECTUAL, ENTRA O OPERÁRIO – Ganha o Brasil com essa troca? É a dúvida que fica. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso chegou à presidência, oito anos atrás, com o melhor currículo entre os chefes de Estado de todo o mundo. O operário Lula da Silva o substitui prometendo corrigir os muitos e graves erros deixados pela “era FHC”. Sairá quando? Com qual título? O Brasil quer ter esperanças. Fará jus a esse direito?

2003

Nº 296 (Janeiro de 2003) POLÍTICA – NOVO GOVERNO. NOVO? – Ainda não há uma marca pessoal de Simão Jatene no secretariado com o qual ele inicia o seu governo. Essa constatação indica falta de identidade da nova administração ou, pelo contrário, é sinal de que a continuidade será o traço forte desse “modo tucano de governar”? A resposta vai depender dos próximos passos do novo governo, sobre o qual paira a sombra de quem o viabilizou, o médico Almir Gabriel.

Nº 297 (Fevereiro de 2003) ELETRONORTE – PADIM SARNEY DE NOVO – O Maranhão é um importador de energia de Tucuruí (e do Nordeste), mas quem continua a indicar o presidente da Eletronorte é o senador José Sarney. Sempre foi assim. Continuou a ser assim com o PT na presidência da República. Por que Sarney pesa tanto nos assuntos de energia? E por que dá tanta importância à Eletronorte? Perguntas que o Pará, mais uma vez no rabo da fila, não responde. Nem o PT.

Nº 298 (Março de 2003) CVRD – O DRAGÃO DA MALDADE – Para o bem ou para o mal a Companhia Vale do Rio Doce tem, no Pará, importância que nenhuma outra empresa possui em qualquer outro Estado brasileiro. Mas não é amada pelos paraenses, como prova mais uma temporada de caça à companhia com a instalação de uma siderurgia no Maranhão. Mas há razões ocultas também.

Nº 299 (Abril de 2003 – 1ª quinzena) CVRD – QUEM FICA NO FRONT? – O governo do Estado e a CVRD querem assumir, a partir de agora, a liderança no campo de batalha que se formou no Pará contra a empresa. Mas se a sociedade, que deu partida à campanha, não continuar acompanhando os acontecimentos, quem fará a prova dos nove no final da operação?

Nº 300 (Abril de 2003 – 2ª quinzena) POLÍTICA – JATENE E EDMILSON REÚNEM. ALMIR É QUEM SAI PERDENDO – Depois de vários anos, o governador do Estado e o prefeito da capital voltaram a se reunir. O encontro foi risonho e franco. Os dois anunciaram obras comuns em proveito da população. O único que ficou mal na foto colorida foi o ex-governador Almir Gabriel. Mais ranzinza e intolerante do que nunca, embora à distância e, agora, passivamente.

Nº 301 (Maio de 2003 – 1ª quinzena) SIDERÚRGICA – A OPÇÃO MARANHENSE – Parece pouco provável que o governo consiga mudar o projeto da CVRD e de sua sócia chinesa de instalar em São Luís do Maranhão uma siderúrgica para transformar o minério de Carajás em placas de aço. Não só pelos estudos econômicos já realizados como porque a própria administração estadual se preparou para induzir um pólo siderúrgico no Pará. Não está preparada para nenhum dos outros desafios que a riqueza mineral do Estado lhe impõe.

Nº 302 (Maio de 2003 – 2ª quinzena) DESENVOLVIMENTO – A MARCA DE LULA – O presidente Lula reacendeu as esperanças de que seja possível corrigir erros no modelo de ocupação da Amazônia. Numa reunião com os governadores (exceto o do Pará), Lula se comprometeu a colocar a floresta como prioridade do desenvolvimento e não mais da destruição. Desta vez é para valer?

Nº 303 (Junho de 2003 – 1ª/2ª quinzena) AMEAÇA – A DÍVIDA DE R\$ 1,5 BILHÃO – Um terço de tudo o que o Estado arrecada ao longo de um ano pode ir parar na conta da Construtora Andrade Gutierrez. Alegando não ter sido paga pelo que fez na PA-150, a empresa recorreu à justiça para receber do Estado 1,5 bilhão de reais, na maior cobrança que uma empresa privada já fez do governo em todos os tempos. O caso é explosivo. Bem que merecia uma CPI. Talvez ela pudesse abrir a caixa preta da PA-150, um sorvedouro de dinheiro público.

Nº 304 (Julho de 2003 – 1ª quinzena) CVRD – A HORA DA DECISÃO – Nos próximos dias a CVRD anunciará onde irá instalar a maior unidade de beneficiamento prevista para o minério de Carajás. O resultado já está sendo antecipado: a fábrica ficará em São Luís. Logo oferecerá compensações ao Pará, mais uma vez restrito a produtor de matéria-prima. Mas isso é tudo o que o Estado pode obter da maior empresa que atua no seu território?

Nº 305 (Julho de 2003 – 2ª quinzena) LIDERANÇA – PARÁ: SEM VOZ – Estado potencialmente mais rico da federação brasileira, o Pará precisa tomar decisões certas, na hora certa, para usar bem seus muitos recursos naturais. Mas falta-lhe um grande líder e outras lideranças para entestar os enredos montados além de seus limites. É um Estado em orfandade política.

Nº 306 (Agosto de 2003 – 1ª quinzena) GUERRA – O PÚBLICO VAI GANHAR? – A maior empresa do Pará e o mais poderoso grupo de comunicação estão em guerra aberta. Mas a sociedade é que poderá ganhar se dessa disputa resultar um maior compromisso da Companhia Vale do Rio Doce com o Estado e do grupo Liberal com a informação. Por faltarem a ambos identidade com a verdade, por enquanto essa é uma briga sem mocinhos pelo meio.

Nº 307 (Agosto de 2003 – 2ª quinzena) AMAZÔNIA – FLORESTA: SÓ PARA INGLÊS VER? – O governo Lula diz que vai mudar a cultura do desmatamento pela cultura da floresta na Amazônia. Mas na hora de levar a sério esse compromisso, os órgãos do governo federal preferem ficar atrás do papel e da retórica. O desafio, se não for respondido, vai provocar nova explosão neste verão.

Nº 308 (Setembro de 2003 – 1ª/2ª quinzena) ELEIÇÃO – CADÊ OS CANDIDATOS? – As articulações para a eleição do próximo ano já começaram. A maior aliança em perspectiva é a do PSDB com o PMDB. Apesar do acerto entre o governador Simão Jatene e o deputado federal Jader Barbalho, a candidatura para Belém não está decidida. Faltam nomes. E os que existem estão escondendo o jogo.

Nº 309 (Outubro de 2003 – 1ª quinzena) SARNEY – O CORONEL ATACA OUTRA VEZ – Com sua base no Maranhão, o senador José Sarney ataca para todos os lados, influenciando tanto no Nordeste quanto na Amazônia. Talvez seja o mais bem-sucedido coronel das oligarquias brasileiras. Mais até do que ACM. Ele ataca novamente no Pará, influenciando em nomeações e fazendo valer sua influência na administração petista.

Nº 310 (Outubro de 2003 – 2ª quinzena) FRONTEIRA – O SONHO ACABOU – Para a maioria das pessoas que se mudou para a Amazônia e para as que nela sempre tiveram sua moradia, o sonho da fronteira como o lugar da realização dos sonhos se frustrou. É o que mostra o Atlas do Desenvolvimento Humano. A região cresceu menos do que o resto do país e o que produziu vai parar nas mãos de cada vez menos gente. Ao invés do paraíso perdido, o inferno antevisto.

Nº 311 (Novembro de 2003 – 1ª quinzena) SIVAM – A CAIXA PRETA DA GEOPOLÍTICA VAI SER ABERTA FINALMENTE? – Maior projeto de geração de informação da Amazônia, o Sivam não tem sido discutido à altura do seu tamanho, no valor de dois bilhões de dólares. No momento em que seu início sofre atraso e suscita novas polêmicas, este jornal reproduz trecho de um debate promovido pelo Museu Goeldi, para que não permaneça inédito.

Nº 312 (Novembro de 2003 – 2ª quinzena) FLORESTA – PRONTA PARA EXPLODIR – Uma cena inédita (madeireiros sitiando servidores federais) mostrou, na semana passada, que o antagonismo em torno da exploração da floresta amazônica pode assumir um radicalismo sem paralelo. Antes que a tensão se torne sangrenta, um personagem precisa aparecer com mais ênfase no enredo: o governo.

Nº 313 (Dezembro de 2003 – 1ª quinzena) SUDAM – MAIS UM ESTALEIRO – Filhos e noras do ex-governador Hélio Gueiros são apontados como participantes de um dos projetos irregulares do acervo negativo da extinta (e ainda não renascida) Sudam. Depois do “caso” da Ebal, é a vez do Estaleiro Maguari. Na mesma área, com a mesma história. Captando mais recursos dos incentivos fiscais.

Nº 314 (Dezembro de 2003 – 2ª quinzena) A HISTÓRIA ACABOU. COMO O SONHO?

<p>Nº 315 (Janeiro de 2004 – 1ª quinzena) FERROVIA – A GUERRA QUE TODOS PERDERAM – O Pará ganhou e perdeu na guerra-relâmpago para impedir que o dinheiro do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia fosse aplicado na Ferrovia Norte-Sul, que está sendo construída do Maranhão para Goiás, com conexão para o centro-sul do país. O dinheiro voltou para os cofres da União.</p>
<p>Nº 316 (Janeiro de 2004 – 2ª quinzena) SUPERZONA – A IMORALIDADE É LIMITE? - A história do projeto Sarney, estendendo a toda Amazônia Ocidental os benefícios da Zona Franca de Manaus, atesta a incapacidade das lideranças amazônicas de estar à altura do tempo em que vivem.</p>
<p>Nº 317 (Fevereiro de 2004 – 1ª quinzena) SUPERZONA – UMA ENGRENAGEM MILIONÁRIA – Por trás de uma disputa pelo porto de Manaus está a ação de um poderoso grupo que tem manobrado na Zona Franca de Manaus para enriquecer. Com R\$ 2 milhões esperava assumir o controle da Receita Federal e o movimento de entrada e saída de mercadorias, um negócio no valor de US\$ 10 milhões por mês.</p>
<p>Nº 318 (Fevereiro de 2004 – 2ª quinzena) CVRD X GOVERNO – MAIS UMA PARA O MARANHÃO – O governo do Estado e O Liberal dizem que é blefe, mas a CVRD mandou desativar a abertura da mina de bauxita de Paragominas e começa a transferi-la para o Maranhão. Pode estar se repetindo a novela que levou a Alcoa para o Estado vizinho. Enquanto isso, os bicudos, cada vez mais trombudos, agem emocionalmente.</p>
<p>Nº 319 (Março de 2004 – 1ª quinzena) CVRD X ESTADO – CHAMEM O DE GAULLE – O conflito entre a CVRD e o governo chega, afinal, ao judiciário. Qualquer que venha a ser o resultado, a administração Simão Jatene, chamada à responsabilidade, que não quis assumir por vontade própria; ficará orfã nessa questão.</p>
<p>Nº 320 (Março de 2004 – 2ª quinzena) MINERAÇÃO – GOVERNO SE MEXE. E ERRA. – O governo do Estado convocou a toque de caixa o conselho de meio ambiente, antes que a justiça o obrigasse a fazer isso, para examinar o licenciamento do projeto de bauxita da CVRD. Mas tomou uma decisão estapafúrdia: separou a lavra do transporte do minério. Enfiou-se ainda mais no buraco do descrédito.</p>
<p>Nº 321 (Abril de 2004 – 1ª quinzena) DESENVOLVIMENTO – O PARÁ PAROU: POBRE – O discurso oficial é de que o Pará está se desenvolvendo e o governo está resolvendo seus problemas. Mas os índices sociais não confirmam essa fotografia cor de rosa. O produto da exploração dos recursos naturais do Estado não fica com os seus habitantes. Para os jovens, a herança é ainda pior.</p>
<p>Nº 322 (Abril de 2004 – 2ª quinzena) REDIVISÃO – POR TRÁS DE MATO GROSSO – Depois de acertar por várias décadas os limites que o IBGE traçou para separá-la do Pará, Mato Grosso saiu para briga. Quer ficar com 2,2 milhões de hectares que atualmente estão no Pará. Se ganhar, levará o quê? Se perder, qual o tamanho do prejuízo do Pará? O governo Simão Jatene pode estar subestimando o problema. O Pará pode começar a encolher.</p>
<p>Nº 323 (Maio de 2004 – 1ª quinzena) DESMATAMENTO – O FOGO, OUTRA VEZ – A constatação de que os primeiros anos do século XXI têm sido tão desastrosos para a floresta amazônica quanto as três últimas décadas do século anterior parece estar impedindo que se aprofunde uma suspeita: a realidade é ainda mais grave do que aparentam os números. É o que sugere um dos autores do diagnóstico sobre o ano de mais fogo da história, o de 1987.</p>
<p>Nº 324 (Maio de 2004 – 2ª quinzena) MINÉRIOS – O PARÁ É DO MUNDO – Até o final da década o Pará se tornará um dos centros mundiais de mineração, metalurgia e siderurgia. Por trás desse crescimento está a China. Ao seu lado, a CVRD. Será o verdadeiro desenvolvimento desta vez?</p>
<p>Nº 325 (Junho de 2004 – 1ª quinzena) PODER – MAIORANAS E BARBALHOS: TEM BRIGA NA IMPRENSA – A guerra declarada pelos dois principais grupos de comunicação do Estado arrefeceu, teve uma trégua ou espera o melhor momento para ser retomada? Na dúvida, eles podiam acertar-se num ponto: a partir de agora, as escaramuças teriam que ser fiéis à sua aparente razão de ser: o jornalismo. Assim, a opinião pública ficaria sabendo mais.</p>
<p>Nº 326 (Junho de 2004 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – SERÁ POSSÍVEL O PIOR? – A corrida até a prefeitura de Belém tem sido uma prova de obstáculos e de imprevistos. O problema é que, depois das baixas no percurso, no ponto de chegada o eleitor pode ter a pior das surpresas. Nesse caso, não importará quem vença. Belém perderá.</p>

Nº 327 (Agosto de 2004 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – COMO BARATA TONTA – Desinformado e manipulado por uma cobertura burocrática da imprensa, que tem interesses em jogo, o eleitor anda atrás de referências para escolher seu candidato à prefeitura de Belém. Vai buscá-las até nas páginas de uma revista paulista, embora sujeito a comprar gato por lebre.

Nº 328 (Agosto de 2004 – 2ª quinzena) - POLÍCIA - FAROL NO MUNDO DO CRIME - Empresários considerados exemplares podem ter no armário esqueletos surpreendentes. Essa é a conclusão da maior operação já realizada pela Polícia Federal contra uma autêntica rede financeira que funciona clandestinamente no Brasil. Foram presas 63 pessoas, oito delas no Pará. Muitas escaparam, certamente mais importantes. A informação vazou? Uma nova operação será realizada. O alvo, agora, tem mais peso: seriam os tubarões.

Nº 329 (Setembro de 2004 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – TUDO MUDA: TUDO IGUAL – O final da corrida eleitoral apresenta promessas de novidades para o futuro. Uma delas: novas alianças políticas, colocando como adversários aliados de hoje – e vice-versa. O reembaralhamento das cartas políticas, porém, pode não mudar nada, em essência, no Pará. O futuro se parece, cada vez mais, a uma miragem.

Nº 330 (Setembro de 2004 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – A CARAVANA VAI PASSAR – Não importa quem seja eleito: o novo prefeito poderá ser o melhor ou o pior do que o atual, mas dificilmente conseguirá responder ao maior desafio de uma cidade afogada em paradoxos, esgarçada pela pobreza, sem perspectiva de melhoria e com a ameaça de deixar de ser o centro do poder quando (e se) o Pará for dividido. Belém precisa de lucidez e audácia. Não é o que os candidatos estão lhe oferecendo.

Nº 331 (Outubro de 2004 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – QUEM GANHOU, PERDEU – Quase todos ganharam um pouco e perderam um pouco na eleição deste ano. O poder está distribuído entre mais gente do que antes, mas pode ficar novamente polarizado a partir do primeiro dia do próximo ano, quando será dado o tiro de largada para mais uma corrida eleitoral. Aquela na qual estiveram mirando com um olho todos os que disputaram os mandatos neste ano.

Nº 332 (Outubro de 2004 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – CONFIAR EM DUCIOMAR? – O senador Duciomar Costa obteve uma vitória nítida sobre Ana Júlia Carepa. Sua legitimidade como prefeito eleito está fora de dúvida. Mas quem acreditará na sua promessa de fazer o melhor por Belém? Talvez só se ele permitir aos cidadãos acompanhar o que fizer na prefeitura desde o início. E para valer.

Nº 333 (Novembro de 2004 – 1ª quinzena) CRIME – COLARINHOS NA CADEIA – A elite paraense está em polvorosa. Senadores, empresários, políticos e figurões estão indo parar na cadeia, algumas vezes algemados. São acusados de enriquecer desviando dinheiro público. Entre dúvidas e protestos, essa é uma novidade no panorama de impunidade, que até então prevalecia. Pelo menos neste aspecto, o Brasil parece que mudou.

Nº 334 (Novembro de 2004 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – CAMPANHA JÁ NAS RUAS – Já há tiroteio entre os dois lados que se apresentaram no novo campo de batalha eleitoral para 2006. A guerra ainda não foi formalmente declarada, mas as escaramuças são crescentes. Elas vão colocar em campos opostos Simão Jatene e Jader Barbalho, que eram os mais recentes aliados na política paraense?

Nº 335 (Dezembro de 2004 – 1ª quinzena) JADER BARBALHO – FINALMENTE, A VERDADE? – Pode ser que agora, no julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, seja possível saber se o ex-senador e ex-governador foi mesmo o destinatário de parte do dinheiro desviado do Banco do Estado do Pará entre 1984 e 1985. Mesmo que por linhas tortas, a apuração da denúncia contra Jader Barbalho pode chegar a um bom destino: a verdade.

Nº 336 (Dezembro de 2004 – 1ª quinzena) POLÍTICA – E DEPOIS DE JATENE? – O PSDB conseguiu empurrar para 2005 a decisão sobre a cassação do governador Simão Jatene. O perigo maior passou. Mas o panorama da política paraense poderá mudar se o TSE consumir a degola. O deputado Mário Couto, a alternativa mais forte para essa circunstância, se contentará com um mandato-tampão? A sucessão tucana estará em causa.

2005

Nº 337 (Janeiro de 2005 – 1ª quinzena) PODER – O REI DA QUITANDA – O poder de Romulo Maiorana Júnior, o principal executivo do maior grupo de comunicação do Norte do país, contrasta com a situação de um Estado destituído de informação, de opinião e de posição. O grupo Liberal é mais poderoso do que o Estado no qual atua. Mais do que um título, esse é um epitáfio: o que lhe dá força é o que enfraquece o Pará.

<p>Nº 338 (Janeiro de 2005 – 2ª quinzena) VIOLÊNCIA – A AGRESSÃO DO MAIORANA – Diante de um seletor público horrorizado, Ronaldo Maiorana, diretor do grupo Liberal, me espancou, com a ajuda de dois PMs, transformados em seus jagunços urbanos. Foi apenas um ato de desequilíbrio ou reflete a distorção de um poder exercido sem regras e limites? Cabe à sociedade paraense buscar a resposta e dar-lhe a solução.</p>
<p>Nº 339 (Fevereiro de 2005 – 2ª quinzena) AGRESSÃO – UMA VOLTA NO TEMPO? – Parecia que o Pará estava livre da época de violências praticadas contra quem exerce o direito de opinião e crítica. A agressão que sofreu, se não for apurada e devidamente punida poderá fazer o Estado voltar no tempo e contribuirá para o agravamento de uma situação que ameaça a imprensa nos grotescos do Brasil arcaico.</p>
<p>Nº 340 (Fevereiro de 2005 – 2ª quinzena) CRIME – O MARTÍRIO DE DOROTHY – O mundo inteiro ficou chocado com a bárbara execução da missionária Dorothy Stang, no interior do Pará. Esse impacto pode provocar modificações muito mais profundas do que podiam imaginar os que decidiram se livrar dela. Mas para que isso ocorra um personagem terá que assumir um novo papel nessa história: o governo.</p>
<p>Nº 341 (Março de 2004 – 1ª quinzena) ELITE - GUERRA VAI CONTINUAR? – Os dois principais grupos de comunicação do Pará estão novamente em guerra. Os Maiorana acusam os Barbalho, que acusam os Maiorana. Na acusação, parece que ambos têm razão. A defesa pode ficar, mais uma vez, para outra ocasião, se as escaramuças, que ameaçam abrir novos caminhos para a opinião pública, forem suspensas.</p>
<p>Nº 342 (Março de 2005 – 2ª quinzena) GRILAGEM – O FANTASMA VAI APARECER? – Atrás de um fantasma, uma quadrilha de grilagem de terras tem agido com total desembaraço no Pará, usurpando milhões de hectares do patrimônio público. Essa história de impunidade pode estar começando a acabar. O primeiro passo foi dado pelo presidente do TJE. Mas a caminhada ainda é longa.</p>
<p>Nº 343 (Abril de 2005 – 1ª quinzena) IMPRENSA – PERSEGUIÇÃO “LIBERAL” – Depois de fazer “justiça com as próprias mãos”, o advogado Ronaldo Maiorana descobriu o caminho da justiça. Agora na companhia do irmão, Romulo Júnior, e da empresa, Delta Publicidade, já propôs quatro ações contra o editor deste jornal. Meu crime? Não ter apanhado em silêncio. Melhor ainda: não ter silenciado sobre os abusos do grupo Liberal. Liberal apenas no nome.</p>
<p>Nº 344 (Abril de 2005 – 2ª quinzena) MINERAÇÃO – JURUTI E CANAÃ: REVOLUÇÕES? – Juruti é, atualmente, um dos mais pobres municípios do Pará. A Alcoa pretende investir em Juruti R\$ 1 bilhão para produzir 4 milhões de toneladas de bauxita por ano. Seu projeto vai mudar completamente a região. Para melhor ou para pior? A resposta, mais complexa do que parece, pode ser obtida se Juruti olhar para o que acontece em Canaã dos Carajás.</p>
<p>Nº 345 (Maio de 2005 – 1ª quinzena) JUSTIÇA – MUITA ROUPA SUJA – O poder judiciário no Pará passa por uma fase de transformações. Denúncia do Ministério Público contra ex-desembargadora, que desviou R\$ 3 milhões de depósitos judiciais, pode trazer a público “fatos espantosos”.</p>
<p>Nº 346 (Maio de 2005 – 2ª quinzena) DESMATAMENTO – AMAZÔNIA ESTÁ ACABANDO – Dramaturgia à parte, o drama existe. E já é uma tragédia, pronta e acabada. Até onde a Amazônia resistirá à destruição – feroz e veloz – da sua floresta?</p>
<p>Nº 347 (Junho de 2005 – 1ª quinzena) ECLUSAS – CONCLUSÃO AMEAÇADA – O orçamento do sistema de transposição da barragem de Tucuruí estourou: agora chegou a R\$ 600 milhões. O rio Tocantins ameaça ficar bloqueado por mais tempo do que o previsto.</p>
<p>Nº 348 (Junho de 2005 – 2ª quinzena) POLÍTICA – PT: A BANDEIRA, O “LARANJA” LEVOU – A crise do governo do PT revela a grande perda da esquerda: a bandeira que trouxe da oposição para o poder.</p>
<p>Nº 349 (Julho de 2005 – 1ª/2ª quinzena) TERRAS – CAÇA AOS PIRATAS – A Amazônia se tornou um paraíso para os piratas fundiários. A situação se tornou tão grave que o judiciário quer formar uma força-tarefa para combatê-los. Finalmente.</p>
<p>Nº 350 (Agosto de 2005 – 1ª quinzena) DESMATAMENTO – O FOGO, 30 ANOS DEPOIS – Três décadas depois do escandaloso desmatamento da Volkswagen no sul do Pará, o fogo continua a ser a ferramenta do pioneiro na floresta amazônica. Depois de seu uso, a mata vira pasto. E o futuro, quimera.</p>

<p>Nº 351 (Agosto de 2005 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO 2006 – PRIMEIROS CANDIDATOS – Ninguém sabe o que vai acontecer amanhã na política brasileira. Mesmo assim, os candidatos começam a se postar em seus lugares para a corrida eleitoral do próximo ano. O ex-vice-governador Hildebrando Nunes poderá ser um deles. Em coligação surpreendente.</p>
<p>Nº 352 (Setembro de 2005 – 1ª quinzena) POLÍTICA – SURGE O PRIMEIRO-MINISTRO – O pronunciamento do ministro Antônio Palocci pode ter atenuado o desgaste do governo do PT. Mas talvez não por muito tempo. Nem lhe recompondo o perfil original. Lula saiu ainda mais enfraquecido do episódio.</p>
<p>Nº 353 (Setembro de 2005 – 2ª quinzena) ECLUSAS – NUNCA MAIS? – No próximo ano o canteiro de obras da hidrelétrica de Tucuruí será desativado. Se isso acontecer, dificilmente as obras de transposição da barragem no rio Tocantins serão concluídas. A navegação ficará interrompida por mais quanto tempo?</p>
<p>Nº 354 (Outubro de 2005 – 1ª quinzena) VIOLÊNCIA – O PARÁ É ISSO – A mãe conta seu drama em carta ao jornal. Três dias depois o jornal, como se não tivesse publicado a carta, anuncia em manchete que o governo tudo está fazendo para acabar com a onda de violência que motivou a carta da leitora. Restringe-a, porém, à Grande Belém. Essa tsunami, contudo, arrebenta em todos os lugares. O Pará é o estado da violência.</p>
<p>Nº 355 (Outubro de 2005 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – REVANCHE EM CARTAZ – Almir Gabriel e Jader Barbalho poderão medir forças novamente pelo governo do Estado. Na luta anterior Almir ganhou. E agora? Há possibilidade de surpresas pelo caminho, mas o ponto final é o de sempre: os políticos do passado voltam. Trazendo consigo o passado. O futuro foi exilado do Pará.</p>
<p>Nº 356 (Novembro de 2005 – 1ª quinzena) PARÁ – CADA VEZ MAIS POBRE – Os números do empobrecimento do Pará são tão espantosos quanto o despreparo das suas elites dirigentes. As estatísticas são maquiadas e a propaganda prevalece sobre a leitura racional dos números quando se trata de encarar a realidade. Ela mostra que o Estado se distancia cada vez mais dos seus sonhos de progresso.</p>
<p>Nº 357 (Novembro de 2005 – 2ª quinzena) IMPRENSA – HÁ MESMO LIBERDADE? – Um caso pessoal, em um Estado menor da federação, pode expressar problemas maiores e mais graves que se antepõem à consolidação da democracia no Brasil. Os poderosos precisam ouvir críticas sem reagir com violência contra o crítico. A liberdade é um sustentáculo da diversidade numa sociedade madura.</p>
<p>Nº 358 (Dezembro de 2005 – 1ª quinzena) POLITICA – JATENE: DE NOVO CANDIDATO? – Simão Jatene surpreendeu, ao receber uma inédita homenagem no reduto empresarial “jaderista”. Na semana passada, com um discurso violento contra o ex-senador, como se estivesse no palanque, o governador visou o alvo declarado. Mas pode ter atingido também seu correligionário, o ex-governador Almir Gabriel, que já se anuncia como o candidato do PSDB ao governo em 2006.</p>
<p>Nº 359 (Dezembro de 2005 – 2ª quinzena) POLÍTICA – TUCANOS JÁ TÊM CANDIDATO? – O governador Simão Jatene garantiu aos vereadores de Belém que o nome para sua sucessão é o de Almir Gabriel, que o antecedeu. O PSDB pode conseguir, no Pará, o que pretendeu alcançar no país: mais de 20 anos seguidos no poder. Como isso será possível? E a que preço?</p>
<p>2006</p>
<p>Nº 360 (Janeiro de 2006 – 1ª quinzena) BELÉM – CRESCENDO CONTRA O FUTURO – Belém vai completar 400 anos em 2016. Nos 300 anos era uma das três grandes cidades do Brasil. Agora, é a 9ª, a 10ª ou muito abaixo disso. A julgar pelo que faz agora, seu futuro pode ser desfavorável. Ela se parece a uma grande aranha, em cujas teias estão atados um terço dos paraenses. O que a capital lhes reserva?</p>
<p>Nº 361 (Janeiro de 2006 – 2ª quinzena) IMPRENSA – O PODER DE O LIBERAL – O maior império jornalístico do Norte do país vai dar um novo salto tecnológico em relação à concorrência, passando a imprimir suas publicações com a melhor qualidade. Mas qual o conteúdo do que irá imprimir? Investindo em máquinas, deixa de investir no que mais conta no jornalismo: os jornalistas. Conseguirá esconder essa insuficiência com cores mais vivas?</p>

Nº 362 (Fevereiro de 2006 – 1ª quinzena) CVRD – GRANDEZA FORA DO PARÁ – A Companhia Vale do Rio Doce está comemorando grandezas sem paralelo na sua história e na do país. O Pará contribui bastante para esses números recordes. Mas se beneficia pouco dessas realizações. Por quê?

Nº 363 (Fevereiro de 2006 – 2ª quinzena) POLÍTICA – TUCANO X PETISTA: QUEM MENTE? – Enquanto Lula ia a Marabá, Jatene ficava em Brasília. O presidente acusou os governadores de se apropriar de obras federais, que disse serem muitas. No dia seguinte, o governador respondeu que o presidente mentiu nas contas e na acusação. Mas os dois têm suas razões. E o público, as suas também. Dentre elas, desconfiar dos dois políticos. Eles só têm razão quando se acusam.

Nº 364 (Março de 2006 – 1ª quinzena) A LIBERDADE É O DONO – Quando um dono de jornal bate num jornalista, o caso é de rixa pessoal, e não violação à liberdade de imprensa. Mesmo que a agressão tenha tomado como pretexto um artigo de jornal. É o entendimento da Associação Nacional de Jornais, a ANJ, que fala – e cada vez mais sem disfarces – em nome e a favor dos donos da imprensa.

Nº 365 (Março de 2006 – 2ª quinzena) JATENE DE NOVO NO PÁREO? – O governador, que parecia ter renunciado à reeleição, pode estar se interessando de novo por ela. Se isso for verdade, Almir Gabriel deixará de ser o candidato do PSDB ao governo do Estado? Antes de terçar armas com os adversários, os tucanos podem se engalfinhar entre si, apesar das aparências em contrário. O cenário político, aliás, vive mais de aparências do que de realidades.

Nº 366 (Abril de 2006 – 1ª quinzena) CVRD – DECIFRA-ME OU TE DEVORO – Espantosos por uma ótica, assustadores por outra, os números da Companhia Vale do Rio Doce traduzem, camuflam ou exaurem o dinamismo do Brasil. De qualquer maneira, a maior empresa privada do país e da América Latina não pode mais ser ignorada. Ela pode abrir as portas do futuro. Ou fechá-las de vez. No Pará, em especial.

Nº 367 (Abril de 2006 – 2ª quinzena) POLÍTICA – TUCANOS: IMPÉRIO DE 20 ANOS – Os tucanos esperavam ficar 20 anos no poder do Brasil. Não conseguiram. Mas podem realizar a façanha no Pará. E se tornar o grupo que mais tempo comandou a política estadual em todos os tempos. A que se deve esse recorde? O que ele proporcionará ao Pará?

Nº 368 (Maio de 2006 – 1ª e 2ª quinzenas) POLÍTICA – A ALQUIMIA DO TUCANATO – Depois de 12 anos no comando do executivo paraense, o PSDB tem o direito de prometer “um novo Pará” ao Pará que os tucanos deixaram ficar mais pobre? A imagem do novo existe apenas na lépida e fagueira propaganda que a social-democracia utiliza no Estado.

Nº 369 (Junho de 2006 – 1ª quinzena) MULTINACIONAL – ALCOA AQUI: BOA NOTÍCIA? – A multinacional americana está mesmo disposta a refazer sua história na Amazônia? É o que anunciam seus representantes, prometendo um projeto diferente para o aproveitamento da jazida de bauxita de Juruti. Há motivos para acreditar?

Nº 370 (Junho de 2006 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – DECISÃO EM 1º TURNO? – Se Simão Jatene fosse o candidato, provavelmente o PSDB poderia decidir no primeiro turno. Com Almir Gabriel, essa possibilidade é menor. Num 2º turno, Lula poderá ajudar ainda mais o candidato do PT, se garantir logo a presidência. Desde que o candidato não seja tão pesado.

Nº 371 (Julho de 2006 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – MAQUINAÇÃO DE BASTIDORES – O que parecia definido nas preliminares parece agora uma grande dúvida: a vitória do PSDB no 1º turno da eleição para o governo do Estado. A chapa situacionista terá que enfrentar três candidaturas oposicionistas, mais consistentes do que se podia prever. Qualquer que seja o resultado, ele só se completará em 2010.

Nº 372 (Julho de 2006 – 2ª quinzena) AMAZÔNIA – OS DONOS DA TERRA – Eles multiplicam seu patrimônio à custa e uma região indefesa e mal-informada sobre sua própria riqueza. São os megalatífundários, alguns dos quais se dizem donos de autênticos países, que poderiam comandar pessoalmente, se existissem. Mas são “fantasmas”, manobrados por pessoas inescrupulosas, que se aproveitam de um Estado inerte.

Nº 373 (Agosto de 2006 – 1ª quinzena) NÍQUEL DE CARAJÁS – MINAS DE US\$ 2,3 BI – Esse é o incrível valor do investimento da CRVD em dois projetos de níquel no sul do Pará. É do tamanho do orçamento anual do governo do Estado, mais de 90% dele gasto com o custeio da máquina pública. Mas esses mastodontes minerais, que se espriam pela província de Carajás, uma das maiores do planeta, se engasgam com um “mosquito”: o licenciamento ambiental.

Nº 374 (Agosto de 2006 – 2ª quinzena) CRVD – A MÚLTI BRASILEIRA – Nunca uma empresa brasileira ousou tanto e conquistou tanto quanto a Vale do Rio Doce. Ela está prestes a se tornar a segunda maior mineradora do planeta. Mas, se o seu jogo perigoso não der certo, quem pagará a conta? O Pará, que fornecerá cada vez mais riquezas nesse tabuleiro, deveria se interessar por ele.

Nº 375 (Setembro de 2006 – 1ª quinzena) “NOVO PARÁ” – MIRAGEM ONEROSA – Os tucanos, que já governaram o Pará por oito anos seguidos, querem ficar no poder por mais quatro anos – ou mais. Dizem que é para criar o “novo Pará”, a terra do desenvolvimento. Os resultados sociais desse processo mostram, porém, que o Estado ficou mais pobre. E as perspectivas não são boas. Por que, então, o PSDB é forte?

Nº 376 (Setembro de 2006 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – O PERDE E GANHA – Mais incerto do que os resultados da eleição do dia 1o será o dia depois. Um país em busca do novo pode frustrar ainda mais suas esperanças. As fórmulas mágicas – e fáceis – perderão seus efeitos. O que virá depois delas? É a pergunta a responder a partir do dia 2.

Nº 377 (Outubro de 2006 - 1ª quinzena) ELEIÇÃO – IMPRENSA: MILITANTE OCULTA – A perplexidade se instalou na mente do eleitorado do Pará quando as edições dominicais de O Liberal e do Diário do Pará foram para a rua. Ana Júlia apareceu na frente na pesquisa do Ibope empatada com Almir Gabriel no Vox Populi. Há uma nova promessa de vencedor? E quem está indo atrás do novo favorito?

Nº 378 (Outubro de 2006 – 2ª quinzena) ELEIÇÃO – ANA JÚLIA GANHOU. E DAÍ? - Chega ao fim o reinado de 12 anos dos tucanos no governo do Pará. O povo preferiu a mudança, ainda que não se saiba em que ela consiste e como fazer para alcançá-la. Provavelmente nem a candidatura vitoriosa sabe. O governo do Estado, fora da realidade local, se tornou um poder decorativo diante de tantos desafios graves que o Pará dos nossos dias impõe.

Nº 379 (Novembro de 2006 – 1ª quinzena) ELEIÇÃO – O QUE VIRÁ COM ANA? - Primeira mulher e primeira petista a governar o Pará, a senadora Ana Júlia Carepa não tem escolha: ou se supera para realizar a mudança que prometeu ao povo ou repetirá as experiências desastrosas de administrações do PT que não se prepararam para enfrentar o desafio do novo.

Nº 380 (Novembro de 2006 – 2ª quinzena) JUSTIÇA – MAIS UM CRIME – O assassinato do promotor Fabrício Couto, dentro do fórum de Marapanim, causou um choque no Estado, com repercussão nacional. Mas talvez não provoque as medidas capazes de impedir que novo crime venha a se repetir. Ou outros crimes. A capital está cada vez mais distante do sertão. E de costas para ele.

Nº 381 (Dezembro de 2006 – 1ª quinzena) FLORESTA – O PROTETOR APARECE – A menos de um mês do fim de seu mandato, o governador Simão Jatene criou o maior conjunto de áreas protegidas do mundo. Seu ato foi saudado como histórico. E surpreendente: durante seus três anos e 11 meses anteriores fez exatamente o contrário. Metamorfose generosa ou sinuca de bico para sua sucessora?

2007

Nº 382 (Dezembro de 2006 – 2ª quinzena) GOVERNO – MUDANÇA PARA VALER? - O Pará que o novo governo encontrará é um desafio terrível. Ana Júlia Carepa prometeu mudanças para responder a esse desafio. Mas até agora não mostrou como as fará: nem dispõe de gente testada nem apresentou um verdadeiro programa de governo. Quando começa a agir, virá com boa surpresa?

Nº 383 (Janeiro de 2007 – 1ª quinzena) HIDRELÉTRICA – TUCURUÍ: MAIOR AINDA - A Eletronorte guarda a sete chaves um novo projeto: construir uma terceira casa de máquinas na hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins. A barragem da usina, que é a segunda maior do Brasil e a quarta do mundo, seria prolongada pela margem direita para aproveitar a água excedente no pique do inverno, como agora. O assunto já está na presidência da República.

Nº 384 (Janeiro de 2007 – 2ª quinzena) GOVERNO – MÊS UM: PARA ONDE? - O governo Ana Júlia ainda não tem uma marca definida. Balança entre suas alas e a composição com aliados. Procura conciliar elementos opostos sem deixar de formar sua própria base política. Mas será muito difícil promover mudanças de verdade com essa prática.

Nº 385 (Fevereiro de 2007 – 1ª quinzena) PODER – PARÁ DE HOJE: CHICAGO? - A disputa entre os Maiorana e Jader Barbalho se transformou numa guerra suja. Os dois contendores perderam o próprio controle e descambaram para uma agressão tão rasteira que passou a ofender o decoro público. Se não pararem, como será a próxima batalha?

Nº 386 (Fevereiro de 2007 – 2ª quinzena) TELEVISÃO – É POR BAIXO DOS PANOS? - Fez-se incômodo silêncio depois que a juíza Rosileide Filomeno rejeitou a ação popular contra o “convênio” entre a Funtelpa e a TV Liberal. A decisão não era para ter qualquer efeito legal, mas parece que teve consequências práticas: criou um ambiente favorável a um novo entendimento. Agora, à distância da opinião pública?

Nº 387 (Março de 2007 – 1ª quinzena) IMPRENSA – PARA VENDER MAIS – Numa iniciativa rara na imprensa, o jornal O Liberal reduziu em 20% o seu preço de venda. Foi uma medida de surpresa. Para tentar atrair ainda mais o leitor em fuga, passou também a oferecer calendário de mulher nua. É uma prova de força ou reconhecimento da fraqueza?

Nº 388 (Março de 2007 – 2ª quinzena) GOVERNO – O ENCANTO ACABOU? - A cabeleireira e a esteticista da governadora se tornaram assessoras especiais do governo. Ficaram nos cargos por um mês, até a denúncia pela imprensa. Obrigado a demiti-las, o governo diz que foi um acidente. O culpado? Ora, o mordomo. São confusões secundárias ou há essas confusões por que só secundário predomina? Três meses depois, Ana Júlia Carepa chega à mídia nacional. Mas isso não é mérito.

Nº 389 (Abril de 2007 – 1ª quinzena) DESENVOLVIMENTO – O QUE FICA: O BURACO – Há meio século começou o ciclo dos “grandes projetos” na Amazônia, com o embarque do primeiro carregamento de manganês do Amapá. Os projetos se multiplicaram desde então, as histórias se repetem, mas ninguém parece interessado em tirar as lições que elas podem oferecer. Por isso, repetem-se os erros.

Nº 390 (Abril de 2007 – 2ª quinzena) POLÍTICA – QUEM AINDA VOTA EM JADER? - Em 1974 o jovem advogado e deputado estadual Jader Barbalho era o líder incontestado da oposição no Pará, como lembrou o presidente Lula em Brasília. Três décadas depois, quantos dos seus eleitores continuam votando em Jader? Sua trajetória de enriquecimento pessoal engoliu seus dividendos políticos.

Nº 391 (Maio de 2007 – 1ª quinzena) CRIME – A VIOLÊNCIA DE BELÉM – O assassinato dos irmãos Novelino exibe as marcas da violência na cidade. Desta vez, a polícia agiu rapidamente e com eficiência. Mas o enredo do drama não está concluído. Muitas perguntas ainda são feitas nos bastidores da versão oficial. Enquanto não forem respondidas, o interesse coletivo não estará atendido.

Nº 392 (Maio de 2007 – 2ª quinzena) – GOVERNO – PERDIDO NA PARTIDA – Qual o saldo de cinco meses do governo Ana Júlia Carepa? Muita energia, tempo, crédito e imagem desperdiçados em crises secundárias: nepotismo, contratação irregular, relações duvidosas, disputas intestinas. A gestão do PT ainda não conseguiu chegar ao principal: as mudanças que podem melhorar a difícil situação do Pará. Para fazê-las é que foi eleito.

Nº 393 (Junho de 2007 – 1ª quinzena) JUSTIÇA – A VERDADE SE ALEVANTA – A imprensa já tem uma garantia: há juízes no Pará que reconhecem a importância da crítica. Jornalista que procede corretamente na fiscalização do poder, em nome da sociedade, abordando temas de interesse público, pode exercer o seu ofício. É a posição firmada pela juíza da 7ª vara penal de Belém. Ela está sozinha ou demarca nova posição do judiciário?

Nº 394 (Junho de 2007 – 2ª quinzena) CAULIM – O MAIOR ACIDENTE INDUSTRIAL – Mesmo que tenha havido contaminação da água, o vazamento de caulim produzido pela Imerys em Barcarena foi o maior acidente industrial já registrado no Pará. Não é o primeiro nem será o último que acontece na região, em parte pelo excesso de concentração de fábricas. Serve de alerta para o futuro: um novo acidente pode ser muito mais grave.

Nº 395 (Julho de 2007 – 1ª quinzena) – CARAJÁS – A CONTA DO BILHÃO – A Vale já começou a comemorar um aniversário que só acontecerá em outubro: o primeiro bilhão de toneladas de minério de ferro produzido em Carajás. Se seus planos derem certo, o 2º bilhão acontecerá em menos de uma década. E toda a melhor jazida de minério de ferro acabará em mais um século. O que sobrar para nós destas festas? As batatas?

Nº 396 (Julho de 2007 – 2ª quinzena) POLÍTICA – A CAÇA AO PODER – Os Maiorana e os Barbalho estão em nova rodada de escaramuças. Desta vez não é apenas por motivos políticos: as razões comerciais se tornaram mais fortes. Agora, o grupo Liberal já não é o único dono das comunicações no Pará. A situação mudou de vez ou pode reverter? É o que está por trás da nova temporada de acusações.

Nº 397 (Agosto de 2007 – 1ª quinzena) POLÍTICA – CANDIDATO A MENOS – O escândalo na Secretaria de Saúde do Estado poderá queimar uma das candidaturas que vinha sendo trabalhada para a prefeitura de Belém, na eleição do próximo ano: a do ex-deputado federal José Priante. Ruim para o PMDB? Talvez não para o ex-governador Jader Barbalho.

Nº 398 (Agosto de 2007 – 2ª quinzena) MINERAÇÃO – AGORA, É CURIONÓPOLIS – O futuro do Pará está indissolúvelmente associado à mineração. Por uma razão: seu subsolo é muito rico. Mas a exploração dessa riqueza não tem resultado em desenvolvimento. A cada novo projeto renascem as esperanças, mas elas se frustram com o tempo. Esse ciclo vai se repetir com a nova mina de ferro da CRVD em Serra Leste? Esta é a questão.

Nº 399 (Setembro de 2007 – 1ª quinzena) REDIVISÃO – QUAL PARÁ QUEREMOS – O Pará, o atual, ou o que os separatistas querem criar, não consegue conciliar a exploração das suas riquezas naturais com o progresso. Manter tudo como está para ver como vai ficar significa consolidar e perenizar as distorções que estão fazendo o Estado crescer como rabo de cavalo: sempre para baixo.

Nº 400 (Setembro de 2007 – 2ª quinzena) EDIÇÃO ESPECIAL 20 ANOS – O JORNAL DO LEITOR – Qual maior presente que uma publicação como esta pode receber na comemoração dos seus 20 anos de vida? O retorno do seu leitor. O Jornal Pessoal é, rigorosamente, um jornal do leitor, como poucos o foram na história da imprensa. Depende apenas dele, na mais democrática e profunda das relações. O jornal se oferece quinzenalmente nas bancas de revistas àqueles que se dispõem a procurá-lo e adquiri-lo. A relação, portanto, depende tanto do jornal quanto do leitor.

* **Nº 401 (Setembro de 2007 – 1ª quinzena) IMPRENSA – GRUPO LIBERAL NO FIM?** - Uma boataria se espalhou pela cidade: o grupo Liberal pediu falência. A verdade não é essa e a interpretação não é exatamente a que se espalhou tão rapidamente em Belém, como o fogo na floresta amazônica. Mas há um fundo de verdade em tanta informação desencontrada.

* **Nº 402 (Outubro de 2007 – 1ª quinzena) CARTA-ABERTA – À GOVERNADORA DA MUDANÇA** – Ana Júlia Carepa foi eleita pelo povo paraense para mudar os rumos do Estado. A um trimestre de completar o primeiro ano do seu mandato, ela não cumpriu alguns dos compromissos que simbolizavam a novidade de sua gestão comparativamente aos antecessores. Cumprirá ainda?

* **Nº 403 (Outubro de 2007 – 2ª quinzena) CRVD – ELA ENRIQUECE. E NÓS?** - A Companhia Vale do Rio Doce está cada vez mais rica e internacionalizada. Quando aumenta sua presença em outros países, acata as exigências que lhe são feitas pelos governos locais, inclusive sobre os trabalhadores. Não é da mesma maneira que procede no Brasil. Aqui, desrespeita os direitos do trabalhador, que paga a conta do crescimento.

* **Nº 404 (Novembro de 2007 – 1ª quinzena) CRIME – O AUTOR DA NOVELA** – É da prisão que o principal assassino dos irmãos Novelino comanda agora os novos capítulos dessa história, às vésperas de seu julgamento pelo tribunal do júri. Como é que o ex- investigador Sebastião Cardias tem esse poder? O que é que ele pretende? Quem está por trás dele? São perguntas atrás de respostas.

* **Nº 405 (Novembro de 2007 – 2ª quinzena) – O LIBERAL – NOVIDADE AOS 61 ANOS** - Hoje, O Liberal é o mais antigo diário em circulação no Pará. Mas divide o mercado com o Diário do Pará. No dia 15, a fase atual, comandada pelos herdeiros de Romulo Maiorana, se tornou a mais longa das três etapas da vida do jornal, que já foi o líder. Qual o seu futuro?

APÊNDICE B**Agenda do Jornal Pessoal – Edições nº 1 a 400*****Categorização das manchetes de capa****

CATEGORIAS	SUBTEMAS	OCORRÊNCIAS
CENÁRIOS POLÍTICOS	Constituição de 1988	1
	Eleições presidenciais	5
	Eleições estaduais	32
	Eleições municipais	24
	Pacote econômico (governo Collor)	1
	Privilégios da administração pública	1
	PSDB no poder (Pará)	4
	PT no poder (Pará)	5
	Prefeitura PT x Governo PSDB	4
	Almir Gabriel	13
	Almir Gabriel x Jader Barbalho	12
	Almir x Jader x Hélio Gueiros	3
	Almir Gabriel x Simão Jatene	2
	Ana Júlia Carepa	5
	Ana Júlia x Edmilson Rodrigues	1
	Duciomar Costa	2
	Edmilson Rodrigues	3
	Edmilson Rodrigues x Simão Jatene	1
	Hélio Gueiros	7
	Hélio Gueiros x Jader Barbalho	11
	Jader Barbalho	17
	Jader Barbalho x A. C. Magalhães	2
	Jarbas Passarinho	2
	José Sarney	3
	Luiz Inácio Lula da Silva	3
	Luiz Otávio Campos	3
	Simão Jatene	5
Simão Jatene x Jader Barbalho	2	
Subtotal	174 (43,39%)	
GRANDES PROJETOS	Albrás	1
	Alcoa	3
	Alumínio	1
	Bauxita	1
	Caulim	1
	Cia Vale do Rio Doce	22
	Cia Vale do Rio Doce (Projeto do cobre)	14
	Cia Vale do Rio Doce x gov. estadual	3
	Projeto Jarí	2
	Hidrelétricas	1
	Hidrelétrica de Belo Monte	2
	Hidrelétrica de Tucuruí	7
	Subtotal	58 (14,46%)

CONJUNTURA ESTADUAL (Pará)	Banpará	2
	Economia	3
	Eleição na UFPA	1
	Ferrovias Norte Sul	1
	Finanças do Estado	2
	Garimpos	7
	Guerrilha do Araguaia	1
	Idesp (extinção)	1
	Impostos	1
	Justiça	5
	Mudança da capital	1
	Indicadores sociais	4
	Redivisão territorial	2
	Terras/ grilagem	11
	Violência	1
	Eldorado dos Carajás	4
Subtotal	47 (11,72%)	
IMPrensa	Imprensa e política	11
	Grupo Barbalho	1
	Grupo Maiorana	9
	Grupo Barbalho x Grupo Maiorana	4
	Jornal Província do Pará	1
	Jornal Pessoal	9
	Caros Amigos (filho de FHC)	1
	Subtotal	36 (8,98%)
CONJUNTURA AMAZÔNICA	Indicadores sociais	3
	Desmatamento	9
	Economia	1
	Expulsão de estrangeiros	1
	História	1
	Internacionalização	1
	Narcotráfico	6
	Classe política	2
	Índios	1
	Saúde	1
	Sivam	2
	Sudam	5
	Zona Franca de Manaus	2
Subtotal	36 (8,98%)	
ESCÂNDALOS	Andrade Gutierrez	1
	Aura	1
	Banpará	1
	Basa	3
	Carlos Santos	1
	Ebal	1
	Empréstimo (gov. estadual)	1
	Fazenda Paraíso	2
	Funtelpa	2
	Grupo João Santos	1
	Jogo do bicho	1

	Justiça do Pará	2
	Ibama	2
	Operações da Polícia Federal	1
	Rede Celpa	2
	Rodomar	1
	Sotave	1
	Incentivos fiscais	6
	Subtotal	30 (7,48%)
CRIMES DE ENCOMENDA	Caso Paulo Fonteles	4
	Caso Chico Mendes	1
	Caso Dorothy Stang	1
	Caso Fabrício Couto	1
	Caso irmãos Novelino	1
	Caso João Carlos Batista	1
	Caso Péricles	1
	Caso Bruno Meira Matos	4
	Subtotal	14 (3,49%)
CONJUNTURA MUNICIPAL (Belém)	Indicadores sociais	2
	Estação das Docas	3
	Macrodrenagem	1
	Subtotal	6 (1,5%)
TOTAL		401 (100%)

*Total de 401 números, incluindo edição extra (Junho/2000)

**Categorias estão organizadas em função da quantidade de ocorrências

APÊNDICE C – Entrevista com Lúcio Flávio Pinto

Entrevista gravada, concedida em 11 jan. 2003 (Belém - PA)

1. De que forma a experiência do jornalista norte-americano Isidore Stone influenciou no surgimento do Jornal Pessoal?

I.F. Stone criou o I.F. Stone's Weekly, que circulou nos EUA entre 1952 e 1971. Começou o jornal com uma tiragem de 5 mil exemplares, só para assinantes, com capital fornecido por pessoas que consideravam importante que o jornal circulasse. Teve a tarifa especial do correio, que permitiu que o jornal se pagasse. A diferença entre a tarifa especial e a normal era o salário dele. Pôde alcançar amplitude no mundo oficial (todo mundo lia, os jornalistas liam). Os jornalistas liam muitas vezes com raiva porque ele foi um dos primeiros críticos da mídia. E graças ao conceito que ele conseguiu estabelecer era uma das publicações mais importantes dos EUA.

O jornal era administrado pela mulher do Stone. Durou até 1971, quando ele teve um infarto. Ele começou com 45 anos e já estava com 71. Ele, então, não pôde prosseguir. Antes, por causa de um problema de saúde, o jornal já havia passado de semanal para quinzenal (de weekly para by-weekly). E ele ainda continuou, de 1971 a 1989, como contribuinte do New York Review of Books, do The Nation (uma publicação socialista, que existe nos EUA desde 1856; é semanal) e escreveu o livro – o maior dos que ele escreveu – O julgamento de Sócrates.

Sempre considerei o I.F. Stone o melhor jornalista. Ele surgiu num país de administração pública especializada. As camadas médias da administração americana não são maleáveis ao poder político. São profissionais, mesmo, e por isso respeitaram os direitos que a publicação tinha. Também o fato de que a sociedade civil tem a consciência da importância da publicação e por isso contribui para que

ela permaneça. Por outro lado, também há um público que sabe da importância de ter uma espécie de “auditor da informação”, como foi o Weekly.

2. O Jornal Pessoal aceita contribuições externas?

A primeira diretora do jornal foi não ter publicidade. Eu já havia feito outras experiências em imprensa alternativa com publicidade, com equipes, e cheguei à conclusão de que a publicidade é uma opção ideológica. Por mais que a publicação seja um sucesso, se ela não refletir o pensamento dominante, ela vai ter problemas com a publicidade. Portanto, eu preferi não ter este problema, não ter publicidade. Em segundo lugar, eu aceito colaboração, desde que esta colaboração seja a seguinte: a pessoa comprar exemplares do jornal. Porque, em todas as poucas vezes em que se apresentou a possibilidade de alguém contribuir mais, essa contribuição exigia responsabilidade editorial. E o único prazer legítimo de fazer o JP é a ausência de limites, é não ter nenhum limite, exceto na minha própria capacidade. Se você tem publicidade que exige reciprocidade editorial, você já está se cerceando. Então, nunca aceitei.

E achava que era uma coisa simples: se você quer ajudar o jornal, compra 10, 20, 50 exemplares do jornal. Mas pouquíssimas vezes isso aconteceu. Então, a pergunta que me faço é: por que o Stone resolveu fazer um jornal já com 45 anos, um profissional estabelecido na praça, a grande imprensa americana sendo de alto nível...

Analisando bem o que o Stone escreveu, não só nos boletins dele, mas nos livros que foram feitos com base no que ele escreveu, a gente vê o seguinte: primeiro, ele teve uma importância muito grande para a manutenção da história dos EUA – uma história outsider. Ele preservou determinadas informações que, talvez se ele não tivesse registrado, elas teriam se perdido. Em segundo lugar, ele também preservou os modos de ver os fatos. E era tão importante, que muito antes de ele publicar os livros, que começasse a reunir as coletâneas de artigos dele, a gente vê que vários autores tinham usado essas informações sem citar a fonte; se apropriaram intelectualmente do material dele, que foi revelado por ele, e que só ele havia publicado. Também mostra o outro lado, o da apropriação indébita do patrimônio intelectual alheio. Isso mostra que o jornalismo tem sua contribuição especial, no conjunto das ciências sociais. O jornalismo não é o patinho feio, apenas; não é um ramo de conhecimento indefinido. Ele tem o seu objeto, a sua metodologia e o mesmo valor científico que têm a política, a psicologia, a sociologia, a antropologia, desde que o jornalista realize seu trabalho usando de métodos próprios. Essa foi uma das contribuições dos livros dele [Stone].

3. Em que aspectos a experiência do JP coincide com a do Stone?

Primeiro, é pessoal. O jornal dele, só ele fazia. O meu jornal, só eu faço. Têm pessoas que consideram pretensão dizer isso. Eu não tenho mais onde escrever da maneira que escrevo. Eu rompi definitivamente com a grande imprensa em 1988. De lá para cá até houve algumas possibilidades de voltar, mas vi que já não consigo me ajustar. Minha única relação com a grande imprensa hoje é uma coluna semanal, que sai no site da Agência Estado, não sai no jornal, e um banco de dados que formei para entrar no portal da Agência Estado graças à sensibilidade de um Mesquita, o Rodrigo Mesquita, que é diretor da Agência Estado. O que torna o JP necessário é o fato de que a grande imprensa, por incompetência, por desleixo ou por comprometimento, não cobre determinados assuntos que sem o JP não teriam sido registrados ou entendidos.

O que caracteriza o JP, também em relação a Stone, é que a gente tem compromisso com os fatos importantes para a agenda dos cidadãos. Se a publicação desses fatos vai acarretar problemas pessoais, problemas políticos, se pode até resultar em ameaça à integridade do repórter, isso não interessa. Esses fatos têm que ser registrados de qualquer maneira. Se eles aparecessem na grande imprensa, o JP não teria sentido. O jornal de Stone também não teria existido. Ambos nasceram da insatisfação com o modo de cobertura dos acontecimentos pela imprensa.

No caso do JP, especificamente, foi o fato de que em junho de 1987 foi assassinado o Paulo Fontelles. Havia um aspecto pessoal. Eu era amigo dele, vi como ele morreu; fiquei chocado com a morte dele. E um segundo aspecto, mais importante que o pessoal, foi que até então estava vigente uma lei não escrita na fronteira amazônica, segundo a qual, na capital, os direitos fundamentais das pessoas eram respeitados; no interior, era a selvageria. E o Paulo foi morto na capital. Foi o primeiro crime político da fronteira, na capital. Eu achava que a grande imprensa não podia deixar de registrar, de investigar, de checar os organizadores e os assassinos. Naquela época eu trabalhava n'O Estado de S. Paulo e n'O Liberal.

APÊNDICE D – Entrevista com Lúcio Flávio Pinto

Entrevista gravada, concedida em 18 jul. 2005 (Belém - PA)

1. Lúcio, passados quase 18 anos de existência do Jornal Pessoal, que avaliação você faz dessa experiência?

A principal é que eu perdi o domínio do Jornal Pessoal. O jornal é que me comanda ao invés de eu comandá-lo. Porque já devia ter parado. Acho que o jornal já mostrou que é inviável: por não aceitar publicidade, por ser em papel, por ter como única forma de comercialização as bancas de revistas. Ou seja, ele está desafiando tudo aquilo que é mais primário no marketing. Então, sobrevive de teimosia. E todas as vezes que sai o último, mais um número do jornal, eu digo: “Este é o último. Não vou fazer mais nenhum”.

A minha vontade é de não fazer mais nenhum porque me sinto prisioneiro do jornal. O jornal me impõe encargos que já estão se tornando insuportáveis. Mas, a -cada vez que eu recebo um golpe por fazer o Jornal Pessoal, esse golpe, ao invés de me convencer de que devo parar, me desafia a continuar. Então eu perdi o domínio do Jornal Pessoal. O jornal passou a ser uma entidade demoníaca para mim, porque tem vida própria. E a suspeita que eu tenho é que, para que continue tremulando como uma bandeira, um porta-estandarte, vai ter de me arruinar. Eu não saberia dizer porque, racionalmente, o Jornal Pessoal continua. Porque, racionalmente, não era para continuar. Já era para ter é acabado.

Na verdade o Jornal Pessoal é um ornitorrinco. Para que existe o ornitorrinco? Ninguém sabe. O ornitorrinco é um desafio a tudo, até à estética, mas existe. Então o Jornal Pessoal é um ornitorrinco da imprensa.

2. Nesse processo, qual o papel do seu leitor?

O leitor é a própria razão de ser do jornal. O Jornal Pessoal não tem outra receita a não ser o seu leitor. Um dono de banca de revista me disse: “Seu Lúcio, não dá para o senhor arranjar uma outra briga?”. Porque a venda do jornal cresceu [por ocasião da agressão cometida por Ronaldo Maiorana]. Mas não aumentou a tiragem. Houve uma nota do Mauro Bonna dizendo que na edição seguinte à agressão (não posso dizer que é espancamento; já houve uma ação judicial por causa disso), o JP tirou 10 mil exemplares. Não. A única edição que tirou fora do normal foi a seguinte, em que tirou 3 mil. É, eu poderia ter tirado mais, mas eu achei que no número seguinte [a tiragem] iria cair. Então, não valia a pena tirar uma edição grande só por uma circunstância. E de lá para cá continua o jornal com dois mil exemplares.

Isso é uma coisa que me desafia porque o Bandeira 3, de 1975, portanto há 30 anos atrás, tinha dois mil exemplares e vendia tanto ou mais que o Jornal Pessoal. É terrível que você, 30 anos depois, tenha a mesma tiragem, como se não tivesse crescido esse segmento do mercado. Este é mais um elemento da imponderabilidade do Jornal Pessoal. Mas as pessoas tiram muita xerox do jornal, porque em alguns lugares você pode tirar xerox a 10 centavos e o jornal sai por 1,20. É menos da metade do preço de capa. As pessoas não conseguem dar valor ao conteúdo do Jornal Pessoal. Elas acham que estão fazendo uma boa coisa tirando a xerox do jornal para se nutrir de informações que exaurem quem informa.

O Jornal Pessoal já teve um ciclo: [na época da agressão] subiu um pouquinho na venda. O encalhe era menor. Hoje, voltou a ser exatamente o que era antes. Então, você não consegue formar um novo público, não consegue incorporar as pessoas. A saída seria ir para a internet, um site, só que na internet teria de ter um patrocinador. Isso significa renunciar a quase 18 anos de uma diretriz. Então eu não penso mais a longo prazo, nem penso porque sai o Jornal Pessoal. Ele sai. Se não sair, acabou. Só tem uma coisa que sempre me martelou há muitos e muitos anos. É o I.F. Stones Weekly, que foi a minha inspiração. Ele circulou durante 19 anos, primeiro como semanal, depois como quinzenal. Então 19 anos é uma data marcante para mim. Eu gostaria que o Jornal Pessoal durasse um dia a mais do que o I.F. Stone's, não numa competição com o Isidore Stone, totalmente descabida, mas com os Estados Unidos, com a possibilidade de ter um alternativo que dure tudo isso. Mas eu sei que isso é uma irrealidade, uma fantasia, uma miragem.

O Jornal Pessoal, na verdade, está fora do contexto. Existe em Belém do Pará como um OVNI. As pessoas lá fora não conseguem entender o Jornal Pessoal: “Como é isso aqui? Que negócio é esse aqui?” Ele não existe, é um OVNI, porque não se enquadra em nenhuma das classificações, nenhuma das expectativas. O Jornal Pessoal é um não jornal, ele não existe. Ele está materializado, mas não existe. Com 40 anos de profissão, com toda a experiência que tive nesse longo percurso, tenho absoluta certeza que ele só vai poder ser lido quando acabar. Infelizmente - para mim, é infelizmente mesmo - ele não é um elemento do contemporâneo. É um elemento do depois. [Digo]

infeliz porque não vai ser um instrumento da ação; vai ser um instrumento da reflexão pós-fato, e isso é triste porque confirma o destino colonial da região.

O compromisso de maior fôlego a que o Jornal Pessoal se propôs era de não deixar que isso acontecesse. Era perturbar esse destino colonial manifesto da Amazônia e eu constato que isso não consegui, e não conseguirei. Então é por que eu sou incapaz, por que meus méritos não permitem que eu alcance isso ou por que está acima da capacidade de qualquer pessoa, individualmente, ou mesmo nas organizações menores, evitar que na Amazônia aconteça isso?

Nos últimos números do Jornal Pessoal eu estava fazendo uma análise comparativa entre a reação de Juruti ao projeto da Alcoa, de bauxita, e a reação de Canaã dos Carajás aos projetos de cobre e níquel da Vale do Rio Doce. Tentei estabelecer uma ponte entre duas situações distintas dentro da Amazônia, dois mundos completamente diferentes, e a pedra de toque, de ligação entre esses dois mundos é o grande projeto de multinacional, o grande projeto mineral. O dono do grande projeto sabe o que quer, o dono da região não sabe. O pessoal de Juruti, que é uma comunidade tipicamente amazônica, cuja mentalidade é determinada por uma economia que tem na farinha de mandioca o principal produto, poderia ter uma perspectiva boa se pudesse se relacionar de uma maneira mais evoluída com a Alcoa. O habitante de Canaã dos Carajás é de uma região que eu vi com meus olhos, cheia de floresta e hoje completamente desmatada. Daqui a 20 anos eu não sei o que vai acontecer nessa região, com os processos de erosão, de sedimentação. Esta população não é mais ligada à floresta como Juruti. Está em um estágio mais avançado, já tem uma fundação, uma agência de desenvolvimento lá em Canaã. Mas o preço da evolução é não ser a Amazônia. Ali nos estamos no sertão. E quem viu o que era antes e quem já viu um sertão acabado sabe que o futuro é logo ali.

O futuro não tem perspectiva, nem é de longo prazo. Ao contrário do jargão do desenvolvimento sustentável, é um futuro desequilibrado. Então você faz essa analogia e verifica que não há os personagens para fazer essa história nova ou eles estão ligados a uma visão maniqueísta, lá de Juruti, das freiras, o bom e o mau, o tradicional e o amador. Ou eles estão num contexto extremamente determinante e limitador, como no caso de Canaã. Ou seja, eu estou escrevendo para quem?

3. E a partir dessa pergunta - está escrevendo para quem? – pergunto a você: essa publicidade involuntária gerada pela agressão trouxe mais leitores, novos leitores, surgidos a partir do episódio?

Objetivamente, não. O que pode ter acontecido é que aumentaram os leitores transitórios. Não é só o fato de que um leitor lê o jornal emprestado do outro. É que tira-se xerox. E a repartição pública é a principal conspiradora porque não paga nem os 10 centavos por cópia. É de graça. Então tiram-se dezenas e dezenas de exemplares do jornal sem que isso reverta em fundos. Como o jornal não tem caixa dois, não tem Delúbio, não tem Valério, o jornal não pode sobreviver. Então o jornal é uma teimosia. Se não tivesse havido a agressão do Ronaldo, o Jornal Pessoal iria acabar. Eu já tinha me conscientizado disso, aceitado, o que é doloroso para mim. Mas com a agressão eu disse: “Não, eu vou tirar mais alguns”. Aí vem a condenação e eu tenho de tirar mais alguns para poder dizer “Não, eles não me derrotaram”.

Agora já é como num episódio do Dr Jivago, aquele sujeito que está resistindo para mostrar que tem dignidade humana, que não vai se curvar. É uma atitude de resistência. Já não é mais com um propósito de [manter] uma filosofia editorial. Não. É uma resistência, é testemunhar que você resiste. O Jornal Pessoal, depois da agressão, depois dessa condenação e de algumas barbaridades que têm sido cometidas, apenas quer testar a sua capacidade de resistência. Agora, eu sei que essa capacidade está no limite, que não vai ser por muito tempo. Vai ser impossível. Por mais que eu queira, por mais que eu não seja mais o agente do processo, vai chegar o momento em que fisicamente ele vai estourar.

4. Como você se sente, 19 anos depois de iniciada essa experiência? Você foi um homem de grandes redações, o jornalista paraense mais importante da sua geração, aquele que entrava no gabinete dos governadores. Hoje, com mais de 30 processos judiciais e lutando para manter o seu alternativo, mudou alguma coisa na trajetória do jornalista Lúcio Flávio?

A principal coisa que mudou é que eu fiz uma opção definitiva pela pobreza. Eu aceito que vou ser uma pessoa pobre, que vou morrer pobre. Eu sou de uma geração que sempre teve emprego à sua espera. Eu nunca pedi emprego, nunca fui demitido. Nós somos da geração do pleno emprego, então achávamos que iríamos ver nossas vidas transcender independentemente de seus acidentes. Eu estou há 12 anos fora da Previdência. Isso, de certa forma inconscientemente, está me proibindo de me aposentar. Mas essa foi uma opção que eu fiz. Fiz uma opção de pobreza mesmo. A minha declaração de rendimento não tem variação patrimonial desde 1988. Tenho e continuo tendo o que

tinha antes, mas agora deteriorado...O carro que eu tinha é de 1988. Ele é mais decorativo do que para uso.

5. É o Passat que está na garagem?

É. Se me perguntam: “O senhor vai vender seu Passat, seu Lúcio?”, respondo: “Não, ele está lá [na garagem] para decorar”. Mas o que evito é incorporar o papel de vítima, de injustiçado. Eu fiz essa opção. Quando comecei o *Jornal Pessoal*, tinha 38 anos. Hoje eu estou me aproximando dos 56 e começo a me tornar sexagenário. O *sexagenão* não existe, só existe o *cinquentão*..(risos). Eu tinha vários propósitos, vários projetos, para depois dos cinquenta anos. Porque se eu tivesse continuado a pagar a Previdência, minha aposentadoria viria aos 44 anos. Eu comecei muito cedo. Imaginava que iria desenvolver vários projetos.

Tenho vários na cabeça e estou transferindo esses projetos para meus amigos, daqui e de fora. Esse fim de semana, por exemplo, transferei um dos grandes projetos que tinha na cabeça, que era escrever a história da censura do jornal Estado de São Paulo, da qual eu tive o privilégio e a infelicidade de participar. E não vou fazer porque passo a maior parte do meu tempo me defendendo dos processos judiciais. Tenho uma montanha de documentos para processar, tenho 78 cadernos de anotações para rever. Eu sei que não vai dar, isso não vai acontecer. Eu já estou preocupado com o que vai ser feito de meu material. Em 1978, quando o Octavio Mendonça fez a apresentação do meu primeiro livro, ele disse que uma das coisas mais importantes era o meu arquivo, que não tinha nenhum arquivo melhor na Amazônia. E tenho consciência disso.

Já nos últimos tempos estou dividindo, fazendo duplicatas, porque uma grande parte da história da Amazônia está aí dentro [de sua casa] e eu sei que muitos desses documentos ninguém tem mais. Foi essa coisa interessante da época do regime militar. Você encontrava pessoas mais dispostas a defender a causa. Então muita gente da burocracia oficial mesmo, do governo militar, me tornou fiel depositário de determinados documentos com cópia única, sem nenhuma outra cópia. No caso, por exemplo, do Jari, eu tive acesso à troca de correspondência do Daniel Ludwig com o general Geisel. E eu vejo que o Elio Gaspari escreveu a história desse período sem considerar essa correspondência, que é fundamental para tirar a imagem de grande general prussiano que o Geisel tem e que o Elio ajudou a construir. Porque o Ludwig tratava o Geisel como um empregado. Por que ele tratava? Porque pagava o secretário particular do Geisel, que era o capitão Heitor Aquino Ferreira. Então, o Ludwig, com aquela visão pragmática que tinha, ele dizia: “Se eu pago o secretário do presidente, o presidente me deve tratamento cerimonioso”.

Então essa documentação que saiu no meu primeiro livro, que eu pude trabalhar nos Estados Unidos, essa documentação devia mudar um pouco da história. Mas a gente vê que a história que nós escrevemos aqui dificilmente vai emergir na história que é escrita nos grandes centros. Eu sinto que provavelmente as grandes tarefas que iria fazer depois de passar esses anos todos no jornalismo, preso à conjuntura, essa tarefa eu não vou poder executar por causa dos processos judiciais. É isso que me revolta, porque estou em plena condição, feita a opção pela pobreza, tendo todo esse material na mão, tendo vivido esse período todo, estou em plena condição de dar um testemunho para um futuro melhor. Mas não vou ter tempo.

6. Pessoalmente, espero que você tenha tempo, que esse quadro se reverta. Bem, Lúcio, gostaria de falar com você sobre a questão da linguagem do JP. Você, que já deu aula em faculdade de jornalismo, sabe das controvérsias a respeito da informação e da opinião como gêneros. Eu trabalho na tese com a perspectiva do Manuel Carlos Chaparro, segundo a qual não existe separação entre informação e opinião, mas construção entre ambas. No caso do conteúdo do *Jornal Pessoal*, como é que você o classifica? São reportagens? São artigos? São análises?

Eu nunca me denominei jornalista investigativo. Eu sou jornalista. Só que sou um jornalista, como disse o José de Souza Martins no meu segundo livro, de 1980, que sempre procurei ter um contexto. Informação descontextualizada é como o Google. Você pode navegar 50 horas e estará completamente desorientado, desnorteado, sem capacidade de intervenção na realidade. O *Jornal Pessoal* é uma agenda amazônica. Ele quer entrar na agenda dos cidadãos, quer fornecer informação útil. Não adianta minha informação estar num belo trabalho acadêmico se não está disponível aos agentes sociais, aos personagens, aos atores, ao príncipe da história.

O *Jornal Pessoal* é sempre analítico. Mas analítico com base nos fatos, nas informações. A minha trajetória no jornalismo é exemplar no sentido de que eu sempre fui um escravo dos fatos. Houve épocas em que eu escrevia só sobre problemas fundiários. De cada cinco artigos, três eram sobre assuntos fundiários porque estávamos no auge da apropriação das terras públicas com a formação de capital das empresas privadas.

É por isso que o José de Souza Martins, que é muito interessado nisso, me estimulou a publicar *No rastro do saque*. Depois eu passei a tratar de hidrelétricas. Passei meses e meses e meses escrevendo sobre Tucuruí. Eu tive de estudar. Eu estou com vontade de publicar um livro que será principalmente sobre o debate em torno de Tucuruí. Nunca na história da humanidade a imprensa tratou tão profundamente a construção de uma hidrelétrica como no caso de Tucuruí. Às vésperas do enchimento do reservatório houve um debate no auditório da Secretaria da Fazenda, provocado pelas matérias. Felizmente naquela época eu tinha a cobertura de *O Liberal*. A Comissão para a Amazônia da Câmara dos Deputados veio para cá e trouxe os consultores da construção da barragem. Esses consultores, segundo me foi dito por dois deles depois desse encontro, vieram e disseram o seguinte: “Vamos esmagar esse jornalista. Porque esse jornalista deve ser porta-voz de interesses, deve saber as coisas de orelhada”. Porque o único não técnico no debate era eu. Tenho a transcrição total da conversa, que dá mais ou menos 400 folhas de papel. Nós debatemos em profundidade.

Eu não sou engenheiro, não sou um barragista, mas ao longo do processo fui me interessando, estudando. Coincidiu que na época fui aos Estados Unidos e levantei toda a bibliografia interessante que havia. Me tornei uma pessoa que dominava o assunto. Podia discutir com os engenheiros modelos de calibre, de calibragem, tudo isso. Então, o que é esse tipo de jornalismo? É um jornalismo baseado nos fatos. Sem fatos ele não existe. Eu não posso inventar, tenho de saber qual é a base factual. E a base factual não é a que tenho disponível aqui, mas a que eu tenho disponível na globalidade. Mais recentemente, a grande contribuição do *Jornal Pessoal* foi mostrar a penetração da China em uma época em que ninguém estava vendo a China. Tenho absoluta certeza de que o JP foi o primeiro jornal que disse: “Olha, os chineses passaram os japoneses”. E o *Jornal Pessoal* foi o primeiro que mostrou na Amazônia o deslocamento da influência americana pela influência japonesa e porque se deu, quem e quais foram os personagens dessa transferência de influências na Amazônia. Que ocorreu na Amazônia antes de qualquer lugar.

Por que isso acontece? O princípio do jornalismo é o princípio da investigação dos fatos. Não existe jornalismo investigativo, existe jornalismo. Tem uma frase do Jack Anderson que diz o seguinte: “Nada resiste a uma boa investigação dos fatos”. Nada. Você pode levar tempo, mas com dedicação, com aplicação, você vai acabar descobrindo tudo. As matérias do *Jornal Pessoal* não são notícias, não são reportagens, não são artigos. São análises. Elas são uma auditação dos fatos. Eu, como jornalista, sou o auditor do povo. E não existe, na estrutura institucional da nossa sociedade democrática, não existe auditação mais popular que a do jornalista. O jornalista é um servidor público, com a vantagem de não ter nenhum atrelamento institucional.

Então eu pergunto: isso interessa ao povo? Interessa ao povo porque o povo tem de saber. Às vezes eu tenho que levar o interesse ao povo para que ele se materialize, outras vezes eu tenho que trazer. O povo tem de saber. Às vezes eu publico no *Jornal Pessoal* matérias que eu sei que não vão interessar à maioria dos leitores do *Jornal Pessoal*, mas é minha obrigação dar na capa. Se eles não vão ler naquela hora, azar o deles. Porque eles deveriam ler. Determinadas matérias saem no *Jornal Pessoal* porque só saem no *Jornal Pessoal*. Por exemplo: quando surgiu o Projeto do Sossego, foi anunciado para todo mundo, para toda imprensa nacional. Por que aquele enfoque só saiu no *Jornal Pessoal*? O enfoque de que ali estava uma revolução tecnológica que iria abrir novas perspectivas. Porque não saiu em nenhum lugar. Eu rastreio tudo o que sai na imprensa. É uma coisa fundamental para mim.

Em 1974 eu estava em São Paulo fazendo meu mestrado em ciência política com o melhor orientador que eu podia ter, que era meu chefe no Estadão, o Oliveiros Ferreira. Era amigo do dono do jornal, ganhava muito bem. Por que eu voltei, por que rompi com tudo isso? Já tinha terminado todos os créditos do meu mestrado, estava com a tese pronta praticamente. Faltava só arrematar. Mas verifiquei que se eu continuasse em São Paulo poderia ter fotos muito bem feitas de momentos da história da Amazônia. Mas não teria o filme completo. Eu teria que voltar para cá porque aqui teria a observação sistemática. Eu teria de estar com as antenas bem ligadas para poder perceber as mudanças na Amazônia. Mas perceber a mudança na dupla perspectiva: de fora para dentro e dentro para fora.

Essa é uma análise da Magali [Bueno], que é uma pessoa que eu não conheço, mas que é de São Paulo, da USP (Geografia). Ela fez a análise do pensamento do Márcio Souza, do Samuel Benchimol e do meu. Ela fez uma análise muito interessante para mostrar que embora eu seja o menos acadêmico deles todos, o pensamento que está mais articulado é o meu porque eu voltei para a Amazônia, eu fiquei aqui. Todos os outros colegas muito mais habilitados do que eu, mais

Amazônia. E a minha concepção de floresta não é uma concepção de museu, de poesia, porque vejo que a Amazônia tem uma especificidade física. E quando a floresta desaparece, para mim não é um problema de paisagem, é um problema de identidade da região, de qualidade. Sem a floresta, a Amazônia é um cerrado, é uma savana. E com isso ela perde a vantagem comparativa, acabou-se. Aqueles que não foram senhores da sua ação, da sua história, estão liquidados.

Eventualmente poderiam ter uma perspectiva grande, mas eles não têm o comando do processo. Dependem de circunstâncias que são aleatórias em relação à sua vontade. Na Amazônia nós temos enquanto tivermos floresta, enquanto nós formos uma possibilidade que a ciência ainda não exauriu. O que significa biodiversidade, o que significa biotecnologia, o que significa a produção de uma madeira? A ciência não tem uma resposta. Por isso o mundo inteiro está interessado na Amazônia. Na hora em que eles tiverem uma resposta, que não será uma resposta única, mas várias respostas para várias demandas, e for secundária a existência física da Amazônia, nós acabamos. Isso é a construção de um pensamento permanente. Às vezes dizem: “Ah, o Lúcio Flávio tem uma memória fantástica”. Não tenho. Se eu parar de pensar nisso a memória vai embora, acaba.

Eu seria um sociólogo qualquer em São Paulo. Aqui não, aqui eu sou aquele jornalista que os caras não sabem nem quem sou, afinal. “Ele discute a hidrelétrica, ele discute a mineração em profundidade”. Eu conheço os processos tecnológicos da mineração, sei os caminhos, o jargão. Eu estou na Amazônia e é isso que faz a diferença. Se eu fosse um sociólogo em São Paulo, eu tenho a absoluta certeza de que não teria essa função.

7. A respeito do papel das fontes no Jornal Pessoal, como que se dá o seu relacionamento com elas na apuração dos fatos?

Na apuração dos fatos, hoje [o relacionamento com as fontes] é secundário. Por incrível que pareça, é mais na consolidação da informação. Por exemplo, há muitos anos atrás eu tive uma percepção sobre o caulim. Eu achava que nós iríamos caminhar para ser os grandes produtores de caulim no mundo. Mas eu queria ter certeza se aquela qualidade do caulim iria permitir que a Amazônia, no momento de mudança geral da economia do caulim, com a desativação das minas da Cornuália, na Inglaterra, se nós realmente teríamos densidade para ocupar esse espaço.

Aconteceu que por carta, depois por internet, conversei com vários geólogos, discuti com eles. “Olha, a minha idéia é essa, é essa e essa”. É incrível. Os geólogos não tinham essa idéia. “Uma pessoa que poderia lhe falar tudo sobre isso é o Breno Augusto dos Santos”. O Breno é um dos raros geólogos que é intelectual. Descobriu Carajás e tal. Então, de vez em quando eu o consulto: “Breno, eu estou pensando nisso e isso e isso. O que você acha?” Recentemente eu fiz uma consulta e ele disse: “Lúcio, esse é um tema tão de vanguarda que eu não tenho nada para lhe dizer. O que você está me dizendo é mais do eu o que eu sei. Então eu não posso lhe dizer”.

Eu fiz uma consulta sobre o problema do cobre, sobre o que significava o trajeto de hidrometalúrgica em substituição à pirometalurgia. Eu não estou querendo demonstrar conhecimento, eu tenho uma dúvida profunda. Por quê? Porque vai entrar em operação a primeira planta experimental de hidrometalurgia do mundo, lá em Sossego. Existem várias questões técnicas que eu não domino. É a mesma coisa no direito. Tem algumas questões técnicas, sobretudo na área onde eu menos atuo, que é a área civil.

Eu preciso conversar com os especialistas que se dedicam dia-dia, permanentemente, a esse tema. As minhas fontes são importantes para eu consolidar os meus *approachs*, meus *insides*. Como jornalista, eu posso estar hoje preocupado com o minério, amanhã com o projeto de florestas e o terrível é que as pessoas querem uma opinião minha. Elas me perguntam: “Lucio, tu já leste? O que é isso, o que tu achas? Deve-se apoiar ou deve-se combater o projeto?” A minha opinião é o endosso disso e a Amazônia é um leque de temas tão profundos e tão de vanguarda que exaurem uma pessoa. Nos meus sete anos na universidade, como professor do curso de comunicação, fui tentando criar jornalistas para dividir essas tarefas. Infelizmente não consegui porque as pessoas não estão dispostas a dedicar sua vida à Amazônia.

Eu adoro a literatura, adoro a poesia, e se dependesse de mim eu ficava lendo literatura o tempo todo. Eu estava me especializando em Sociologia da Cultura, mas vi que a Amazônia tem esse campo enorme, vasto. E eu não quero isso só para mim. Ao contrário. Quero dividir. Se tivesse 500 grandes jornalistas, não dariam conta do assunto. Então essas minhas fontes são minha retaguarda. Às vezes eu descubro que essa retaguarda não tem resposta tal a velocidade da Amazônia. É incrível. Eu tento transmitir isso nas palestras, como precisam urgentemente se dedicar à Amazônia. Urgentemente, porque a Amazônia não é um problema para daqui a pouco não, é para ontem. Se nós não resolvermos esses problemas, estamos liquidados. O caso do alumínio está liquidado. Temos agora a bauxita, alumina, cobre. São problemas que se a gente não resolve, o setor produtivo resolve.

Eu estava conversando com o Breno outro dia. Quando que, anos atrás, a gente podia imaginar que um dia se transportaria ferro gusa de caminhão, em mil viagens, para embarcar um navio, por 530 km? Ninguém jamais poderia imaginar isso. Se alguém na década de 70 falasse isso, eu iria dizer: "Tu és mentiroso, sem vergonha". A Amazônia é uma coisa apaixonante porque ela mobiliza toda a sua capacidade intelectual, mental, de percepção, entendimento e compreensão.

8. E a grande imprensa nesse processo? Como você avalia a cobertura - se é que ela existe de fato?

Eu sempre fiz um pouco de imprensa alternativa paralelamente à grande imprensa. Como correspondente da Veja, correspondente do Estadão, sempre estive vinculado a alguma coisa fora daqui. Sempre queria ir à redação porque na redação você encontra as pessoas que estão cobrindo os fatos do dia-dia que você não pode cobrir. Tem as pessoas que estão ligadas às estruturas de poder das elites, os editores, o dono do jornal. Pelas redações passam muitas informações.

isso] você tem de ter apoio para se deslocar. Quando isso desaparece, o primeiro grande efeito negativo é desestimular os grandes profissionais. Onde estão os grandes profissionais hoje? Eles não estão nas redações. Então eu acho que é falta de investimento na qualificação de mão-de-obra. Quando muito, uma empresa manda um certo profissional fazer um estágio uma vez na vida num veículo na sede da rede. Depois nunca mais.

Você não tem investimento na qualificação da mão-de-obra. Eu falo sobre cobre e já estive nas principais minas de cobre do mundo. Já conversei com os principais técnicos. Esse conhecimento, essa conversa com os técnicos, não tem preço. Eu fui à Geórgia pra ver a maior mina de caulim dos EUA. Conversei com um homem de 78 anos, um dos mais antigos geólogos americanos, especialista em caulim. Aí ele me disse: “Olha, vocês nunca terão um caulim igual a esse que nós temos aqui”. Virei para o Breno e disse: “Breno, nós temos aqui caulim mais puro que o da Geórgia”. Essa troca de informações entre duas pessoas que têm o conhecimento tem profundidade. Aí o Breno disse: “Lúcio, realmente, eu não tinha nem me apercebido. É mais puro do que a Geórgia”. Nós estamos além daquilo que parecia o nirvana do caulim. Então você vai checar tudo na escala mundial, pois a Amazônia é mundial.

Quem não entender a Amazônia no mundo, não entende Amazônia, está fora, está comendo poeira. Essa qualificação é um investimento caro porque você manda buscar um livro desses no exterior e é caríssimo. Às vezes eu me valho do seguinte, quando o cara diz assim: “Lúcio, eu queria fazer uma assinatura do Jornal Pessoal”. Eu digo: “Não, eu vou te mandar, aí tu mandas aquele livro tal”. Eu consigo fazer isso, por essa permanente atenção que eu tenho. Mas o sujeito da redação não tem estímulo nenhum para isso.

10. Passados seis meses da agressão, gostaria que você avaliasse a cobertura do episódio, o papel dos seus colegas jornalistas, e a solidariedade manifestada pelos da terra e fora dela.

A solidariedade mais operativa veio dos EUA. O diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos em Harvard mandou aquela mensagem, dizendo: “Se você quiser vir aqui passar um mês, venha, passe um mês. Se quiser passar um ano, passe um ano. Se quiser passar dois anos, venha, passe dois anos aqui. Mas venha. Eu não fui, não pude ir. Nem sei se irei. Mas ele não fez nenhuma grande declaração. Ele tomou uma atitude. Outra amiga minha, lá da Universidade da Florida, mandou uma mensagem dizendo: “Lucio, o seguinte: chega de sujeira, chega de covardia. Vem embora. Nós aqui providenciamos para você ficar”.

Mas para eu aceitar isso teria que abandonar os processos, ou seja, me sujeitar a condenações. Os processos estão em curso e eu não poderia atender. Houve outras manifestações. Por exemplo, um ato de solidariedade feito no auditório da Justiça Federal e lá o doutor Ênio Candotti, presidente da SBPC, sugeriu que fosse formado um grupo de advogados. Na mesma hora aceitaram a idéia de formar um grupo de advogados democráticos. Depois daquilo eu tentei quatro vezes contactar as pessoas e não tive nenhum retorno. Não se formou grupo nenhum.

O que eu entendo é que as pessoas ficaram muito escandalizadas no mesmo dia da agressão, na mesma hora da agressão. Uma médica me procurou na mesma hora, escandalizada: “Olha, está aqui meu nome, meu telefone. Me ligue. Eu vou depor a seu favor”. Liguei N vezes. Não atendeu nunca mais. No início, as manifestações foram maravilhosas. Eu guardo isso para sempre na minha vida. Mas senti o seguinte: que se eu fosse atrás da reação, de criar reação, eu iria descuidar da minha defesa. Porque, em termos práticos, ninguém se incorporou, não houve nenhuma incorporação, alguém que chegasse para mim e dissesse: “Lúcio, é o seguinte: eu vou assumir os teus casos. A partir de amanhã meu escritório assume”. Tem que ser um escritório porque o que você precisa é acompanhar o Diário da Justiça permanentemente e estar no Fórum.

Já faz duas semanas que todos os dias eu estou no Fórum. Não houve isso. O que eu percebo é o seguinte: a Amazônia é um tema de interesse, mas não é de interesse permanente. Ele é episódico e o interesse pelos meus casos também. Assim, essa reação foi episódica, foi muito intensa, depois desapareceu. Não é que ache que tenha de ficar uma mobilização permanente. O que teria que ter é uma solução. Qual é a solução? “Nós vamos assumir o caso do Lúcio. Ele não vai mais precisar se defender”. Eu não estou me defendendo porque eu quero. Eu não tenho outra saída. “Vamos deixar que ele trate do jornal. Se o Jornal Pessoal parar, uma parte da história da Amazônia deixa de ser escrita”. E isso, sem nenhuma dúvida, é o que me impulsiona a escrever. Eu preciso escrever essa história, registrá-la. Eu tenho de registrar o que está acontecendo no momento que está acontecendo, [nessa] ilusão de que a gente possa ser uma arma de combate.

Mas é preciso que eu tenha tempo. Eu não tenho. Minhas condições de trabalho são terríveis. Veio uma tevê canadense aqui me filmar. Eles estavam me filmando e diziam: “Mas como é? Como é a redação?” “Eu não tenho redação”. “Como, não tem redação?” “Minha redação é lá no quarto, vamos lá”. Não existe no mundo uma redação de jornal assim. Aí eu estava na rede, no intervalo,

descansando, e ligaram. Era uma assessoria de imprensa e dizia: “Lúcio, nos estamos aqui em São Paulo e tal. Nós vamos ter uma entrevista amanhã. Eu queria que você mandasse um repórter para cobrir”. A imagem que a pessoa tem é que eu estou numa sala tal, com secretária. Então isso mostra que não é preciso nem de estrutura. É preciso ter dedicação.

Às vezes eu acesso determinados documentos que obtenho e não tenho tempo para ler. Se acumulam documentos e mais documentos e eu não tenho tempo. Então, se eu tivesse uma entidade preocupada com a história da Amazônia, era o caso de dizer: “Vamos liberar o Lúcio para que ele processe o que ele tem. Não precisa nem acumular mais para frente, mas o que tem para trás. O que eu tenho para trás é a história desses 40 anos”.

11. Nenhuma entidade manifestou esse interesse?

Até agora, a única vez que eu tive uma coisa dessas foi da Universidade da Flórida, quando eu recebi uma bolsa de seis meses pra escrever o livro sobre o Jari, um dos símbolos do capitalismo americano. Depois nunca mais. Então o que eu gostaria? Gostaria de ter uma verba pra eu me manter, pesquisar, escrever. Por exemplo, esse livro sobre Tucuruí é fundamental porque não houve um debate popular tão aprofundado sobre uma hidrelétrica no mundo, e não sou eu quem digo, é o (...), que escreveu uma tese depois de doutorado sobre isso, acompanhando a cobertura da imprensa sobre Tucuruí. Então, isso é fundamental, importantíssimo. A minha biblioteca, hoje, tem mais de 30 mil livros e tem uns 100 mil documentos que precisam ser catalogados.

12. Esse acervo está todo aqui [em sua casa]?

Está espalhado em três lugares. Eu tenho preocupação com a segurança. Eu não posso abrir [tudo] porque há documentos confidenciais, anotações. O caso do Jari, por exemplo, eu levei dez anos pra escrever alguns dos documentos, como essa correspondência do Ludwig com o Geisel. Havia bloqueio das minhas fontes. O bloqueio mais longo era de dez anos. Eu respeitei. Eu só deixo de cumprir [o bloqueio] se a fonte morre. Se morreu, o contrato deixa de vigorar. Mas nesse caso a pessoa estava viva e então tive de respeitar durante dez anos.

APÊNDICE E – Entrevista com Lúcio Flávio Pinto

Entrevista concedida por e-mail em 31 jul. 2006

1. No livro *Jornalistas e Revolucionários*, o professor Bernardo Kucinski diz que anos 70 surgiu uma espécie de "estilo alternativo" no jornalismo brasileiro que perdura até hoje. E, entre outros, cita você como exemplo de jornalista que nunca mais abandonou esse estilo. O que pensa disso?

Larguei a grande imprensa em 1988. Até então mantive um pé nela e outro na imprensa alternativa. Combinava as vantagens de estar em grandes redações, como as da revista *Veja*, de *O Estado de S. Paulo* ou do *Diário de S. Paulo*, com a necessidade de expressão em *Opinião*, *Ex*, *Versus*, *Nacional*, *Movimento*, *Bandeira 3*. Mas meu sonho de ter uma estrutura alternativa dentro da grande imprensa, através da sucursal regional da Amazônia do Estadão, se desfez e decidi fazer a ruptura, que me foi difícil e onerosa. Uma só vez tentei retornar à grande imprensa, quando fui convidado para dirigir a sucursal amazônica da *Gazeta Mercantil*, em Belém. Assumi o cargo e dois dias depois pedi demissão, indicando meu irmão para me substituir. Não consegui me ajustar à grande imprensa outra vez. Não sei se ainda conseguirei. Vejo essa perspectiva com uma certa preocupação. O *Jornal Pessoal* tem uma existência precária. Pode acabar a qualquer momento. O que farei então? A rigor, eu devia ter deixado o jornalismo, mas a alternativa, a vida acadêmica, nunca me agradou, ao menos no Brasil. É muito burocratizada, vive engalfinhada em lutas estereis e se distancia muito da realidade. Tentar o jornalismo convencional de novo? Talvez não apenas já não consiga, mas também não me queiram. Espero que essa crise, quando se instaurar, seja criativa.

2. No mesmo livro, Kucinski reproduz uma declaração sua, demonstrando descontentamento com o "espírito de feitor" de Raimundo Rodrigues Pereira à época do jornal *Movimento*. Gostaria que falasse a respeito.

O Raimundo, como muitas das personalidades marcantes, sempre foi muito concentrador. Como trabalha muito e é competente, exigia que não só o acompanhassem como o seguissem. Ele surgiu na minha vida quando estava muitos degraus acima. Procurei acompanhá-lo, mas não era fácil. Nem

recomendável para quem, afinal, estava profissionalmente bem atrás dele, mas não na compreensão da Amazônia. A histórica edição especial sobre a Amazônia da revista Realidade só existiu graças a ele. É um trabalho antológico no jornalismo brasileiro. Mas contém distorções na abordagem dos temas que podiam ser evitados se o Raimundo acolhesse certas críticas, como as que fiz na carta referida, escrita para o Sérgio Buarque de Gusmão (que a repassou para o Kucinski, sem meu conhecimento e para minha surpresa). O Raimundo era meu ídolo e guia nessa época. Mas esse defeito me fez assumir uma postura crítica, especificamente no tratamento da Amazônia, sem deixar de respeitá-lo e querer-lhe bem. Particpei de vários dos empreendimentos dele, inclusive no malfadado Retrato do Brasil, primeiro os fascículos (que abriu-lhe as portas para comercialização em Belém) e em seguida no jornal, efr

7. Lúcio, vou entrar agora numa seara mais pessoal...Você tem mais três irmãos jornalistas - Elias, Raimundo e Luiz. O que representa para você estar numa família de tantos jornalistas? Foi influência do seu pai? Como é a sua relação - pessoal e profissional - com eles?

Papai fez um bom jornal, para sua época e local, entre 1952 e 1954, em Santarém, o Baixo-Amazonas. Me criei entre livros, jornais, conversas e viagens, muitas vezes com ele. Sempre escrevi jornais, desde os do colégio, do clube, do bairro. Abri as portas para os outros. Raimundo participou de um curso que dei quando assumi a secretaria de A Província do Pará, em 1971 (Guilherme Augusto e Ademir Silva também se tornaram jornalistas nesse curso). Raimundo trabalhou comigo no Estadão e no Bandeira 3, além de A Província. Elias, nove anos mais novo, seguiu seu próprio rumo. Luís é o artista da família, junto com o Paulo, que é de teatro, onde faz tudo. Conversamos, trocamos idéias, mas cada um na sua, respeitando a autonomia e as circunstâncias alheias. Podíamos fazer uma corporação, mas falta-nos talento para tanto. Ou uma máfia, mas o problema é que a combateríamos antes. Acho que formamos a maior família jornalística do país, modestamente falando.

8. Fale um pouco também de sua mãe. Gostaria de saber como ela e, de resto, sua família (mulher, filhos) encaram as dificuldades que você vem enfrentando nos últimos anos?

Mamãe, que se aproxima dos 80 anos, sofre muito com a minha opção profissional. Fica sempre sobressaltada a cada edição do JP, querendo que o jornal dure, mas sem criar confusão (termos antitéticos, infelizmente). Mas me dá todo apoio, carinhoso e silencioso, exceto quando alguma ameaça se materializa e ela reage como convém. Afinal, é a dona do galinheiro.

9. Por fim, gostaria que falasse de Santarém, de sua relação com a cidade onde nasceu. Sei que há pouco tempo esteve lá e que foi comovente para você. Santarém repercute de alguma forma em seu trabalho? Que memória (s) guarda de lá?

Tenho ido pouco a Santarém, por vários fatores. Mas ela é uma presença cada vez mais viva dentro de mim. É a minha matriz amazônica, ao mesmo tempo minha Rimine e minha Dublin. Espero que com o tempo minha capacidade de escrever melhore o bastante para me tornar capaz de expressar o que vai dentro de mim. Um dos meus trabalhos é fazer o flash-back dessa formação, tão forte que me fez chorar ao ver o rio Tocantins represado em Tucuruí. Sou um homem que se urbanizou e se cosmopolitizou, se me permite o neologismo. Mas segue em duplo movimento: de abstração e universalização e de volta e regionalização. Do que resultará esse movimento expansivo e contrativo, não sei.

APÊNDICE F – Entrevista com Lúcio Flávio Pinto

Entrevista gravada, concedida em 27. jul 2007 (Belém - PA)

1. Prestes a completar 20 anos, o Jornal Pessoal chega a um momento bastante singular de sua história. Em sua opinião, que contribuições o JP deu à imprensa paraense nesse período?

Eu acho que o fato dele existir. O Jornal Pessoal é uma anomalia. Então, por ser uma anomalia, sob vários aspectos, passou a ser uma referência. É aquela coisa exótica, inusitada, original, que todas as pessoas que tropeçam nele - e é preciso tropeçar para poder tomar ciência da existência dele -, tomam um susto e se interessam em saber porque existe esse jornal. É o “ornitorrinco da imprensa”. O ornitorrinco não deveria existir, mas existe; então, à medida que você tem uma informação sobre o jornal, você se interessa. Eu tenho percebido isso: que se o jornal não tivesse essa longevidade, teria desaparecido como algo que, talvez algum dia, alguém se lembrasse.

Como existe contra todas as probabilidades, é o jabuti em cima da árvore. Todo mundo quer saber: “Quem colocou o jabuti na árvore?” É aquela famosa imagem do Vitorino Freire: “Meu filho, se você encontrar um jabuti em cima da árvore, [saiba que] jabuti não sobe em árvore. Alguém colocou lá”. Todo mundo quer saber quem é que carrega esse jabuti. Eu acho que é essa a função do Jornal Pessoal, a de ser uma anomalia. Como se fosse um patinho feio na democracia brasileira, porque é um jornal perseguido, é um jornal que incomoda. Na democracia brasileira, a liberdade de expressão deveria ser uma coisa normal. Mas ela não é; é uma anomalia.

2. Você se refere costumeiramente ao Jornal Pessoal como um alternativo. Gostaria de esclarecer o uso desse termo. Para você, o que é alternativo na imprensa?

É quase que o sentido etimológico da palavra. É uma alternativa a algo. O alternativo não deveria existir porque a imprensa tem toda a liberdade para informar. E eu próprio me assusto - e nas duas tentativas que eu fiz de acabar com o Jornal Pessoal, antes que o Jornal Pessoal acabasse comigo, me fiz essa pergunta: "Por que tenho que manter o Jornal Pessoal se a imprensa está aí, com acesso a todas as informações?" -, pois cheguei à conclusão de que a imprensa, se não deixasse de informar apenas por incompetência, porque não sabe dar a informação, o Jornal Pessoal não tinha razão de existir. A sua razão de existir está na omissão: "Eu sei que a informação existe, mas não vou dar".

Dou um exemplo: quando a Vale do Rio Doce comprou a Inco, esse foi um fato que teve uma abundância de informações. A começar porque a Vale do Rio Doce, sendo uma empresa com ações em bolsa, e da bolsa de Nova Iorque, que tem ações ADR circulando pelo mundo, tem de informar para que não pareça manobra. Desde então a Vale criou a área de sala da imprensa, que não tinha. A sala da imprensa é a Vale dizendo: "Eu estou dando todas as informações possíveis". Quando ela fez a compra, que foi a maior compra já feita por uma empresa do continente, em todos os tempos, na América do Sul, todo mundo, com essa abundância de informação, martelou nos mesmos pontos que a Vale queria que fossem divulgados: que finalmente iria se tornar uma empresa de amplitude internacional, que estava fazendo uma compra de 19 bilhões de dólares, que pagou *cash* para afastar todo tipo de concorrência. Então é um fato alvissareiro, recordista, como quase tudo que a Vale tem feito. Mas ninguém atentou para algumas situações. E não é que eu seja mais competente do que qualquer outra pessoa, não; é a mesma competência ou inferior. O problema é que como sempre achei que sou o menos preparado de todos, tenho que me permitir ler os documentos.

Não recebo só o press release, por mais rico que seja. Por mais que na sala de imprensa estejam todas as informações, vou ao documento original. Fui e fiquei escandalizado porque o governo do Canadá impôs tantas exigências que ao comprar a Inco, a Vale se tornou a Inco. Ela se metamorfoseou para ser a Inco, tanto que a sede da Vale para assuntos de Inco - embora a empresa tenha dois projetos aqui em Carajás - é canadense. O governo do Canadá, capitalista como é, se mostrou muito mais defensor dos interesses do seu povo do que o governo brasileiro, que também é capitalista, mesmo dirigido por um metalúrgico. Eu fiz uma matéria mostrando isso aí, e mostrando o risco do endividamento que a Vale tinha assumido. Esses foram pontos que não apareceram na grande imprensa. Não é que a grande imprensa não possa noticiar. Pode. Tem profissionais muito mais qualificados do que eu, mas é porque não quis. Porque não interessa, no ponto de vista dela e para o acerto que tem com as grandes corporações.

Com base nessa informação, um grupo de advogados, engenheiros e geólogos moveu uma ação no Rio de Janeiro, que era a ação que tinha que ser feita, perguntando para o juiz dos feitos da privatização - existem 120 ações contra a privatização - se a Vale poderia realizar uma transação dessas, que implica em variação patrimonial, sem comunicar para o juiz do feito. É uma ação muito bem feita. E quando essa ação foi protocolada, na Vara Federal do Rio, um dos autores me ligou do Rio e disse: "Lúcio, eu estou te mandando por e-mail uma cópia da nossa peça, para tu analisares e noticiares. Mas nós estamos divulgando para a imprensa diária também. Então tu não vais poder ter o privilégio da informação". Eu disse: "Olha, eu não quero. Eu sou quinzenário. Não tenho mais essa pretensão, mas eu até gostaria de que aquilo que estou pensando neste momento não se materialize. Estou pensando que ninguém vai dar". Aí o cara disse: "Mas eu não acredito que ninguém vai dar. É uma ação muito importante". E eu disse: "É, sei que é, mas não vão dar". E ninguém deu.

Então, é essa a resposta sobre por que o Jornal Pessoal tem de existir. Eu acho que, em parte, isso é resultado da situação que nós vivemos, de alianças, que veda o acesso da opinião pública e ilude o cidadão de que ele, tendo a internet, se torna todo-poderoso porque pode criar sua própria mídia. Essa é uma ilusão. E muita gente cai nas teias dessa ilusão navegando sem parar na internet. Está perdendo tempo. Por outro lado, não só culpo as estruturas mais amplas; culpo também o profissional. Acho que o profissional, sob alegação de que não vai compactuar com uma estrutura viciada, de patrão, de acerto de empresas, se omite.

Muita coisa que não sai na imprensa é omissão individual do jornalista, e isso eu tenho observado no período da democracia. Acho que um dos vírus corrosivos desse ânimo é a figura da pessoa jurídica do indivíduo, que é um aperfeiçoamento perverso do que a Abril instituiu quando criou a Veja, que foi a CDA (Cessão de Direitos Autorais). A Cessão de Direitos Autorais ainda representava um certo respeito pela figura do autônomo. Você cedia para a empresa [os direitos]. Por que a Abril fez isso? Para multiplicar os ganhos dela nas várias publicações que tinha, com material que pagava uma vez e faturava 10, 15, 20 vezes. Com a Rede Globo isso se tornou muito pior, porque, para fraudar a Previdência, para aumentar o lucro e para instituir uma cumplicidade patronal, a Globo obrigou as pessoas físicas a se tornarem pessoas jurídicas. Ela oferecia como compensação para a "venda da alma" - porque isso significou, em grande parte, vender a alma - a possibilidade da pessoa usar a

imagem dela, disseminada e valorizada pela Globo, para públicos pequenos. Os jornalistas começavam a fazer palestras, dar consultoria, fazer publicações especializadas, ganhando muito dinheiro. Com isso amoleceram e às vezes até anularam completamente o compromisso com a opinião pública. Por essa razão, acho que em grande parte é culpa individual, dos profissionais.

3. Um estudo mais aprofundado desses 20 anos mostra que o Jornal Pessoal é um jornal de campanhas. Uma que salta aos olhos foi essa, sistemática, que você fez contra o convênio de fato espúrio entre a TV Liberal e a Funtelpa. Neste cenário, que outras campanhas destacaria como importantes nesses 20 anos do JP?

O Jornal Pessoal surgiu com uma campanha: não permitir que a volta do crime de encomenda, com fins políticos, se estabelecesse [no Pará]. O Jornal Pessoal é produto desse empenho: exibir para o público todas as informações para que não houvesse impunidade. Eu poderia até dizer: “Isso foi bem sucedido porque conseguimos prender o James Vita Lopes”. Nunca considerei que isso foi bem sucedido, porque, na verdade, eu aponte o nome, não do organizador, mas do mandante, e ninguém foi atrás, nem a família. Aí vi que a família acreditou numa mentira, na segunda pista do assassinato, e preferiu ficar com essa mentira do que enfrentar a verdade, que era a de quem realmente mandou matar.

Não foi o Joaquim Fonseca, não foi o Josiel Martins. O jornal fez a parte dele. Se as pessoas não foram atrás, não pressionaram, foi porque ninguém quis esclarecer. Eu acho que o Jornal Pessoal teve esse objetivo, em alguns casos, de alertar. Inclusive quando foi preso o James, fui na prisão. Foi um encontro difícil, porque ele me odiava. Deixei extravasar tudo, dizer tudo o que tinha para dizer contra mim. Eu ouvi de corpo presente e dentro da cela, com ele. Aquilo para mim foi um teste: responder por aquilo que digo diante da pessoa que me odeia. Sei que se fosse em outra circunstância, ele talvez tivesse feito até pior. Mas cumpriu a pena, um terço da pena a que foi sentenciado, e eu, no julgamento, tive uma atitude, digamos assim, paradoxal. Eu estava, de certa forma, defendendo a posição dele, porque não era ele o fim. E todo mundo queria que fosse ele o fim. Não era. O fim ainda estava muito além dele, mas as pessoas não quiseram acompanhar. Eu dou esse exemplo.

O outro [exemplo] foi o Sivam. Desde a primeira hora me coloquei contra o Sivam. Uma das coisas que eu disse na época, em 2001, foi que o Sivam iria prejudicar o controle do tráfego aéreo na Amazônia. Eu disse: ao invés de se aplicar no Sivam por achar que ele vai permitir melhoria do controle do tráfego aéreo, que era um dos objetivos, que se investisse no Cindacta-4, pois deixaria de haver o ponto negro na Amazônia, que é entre o Cindacta-1 e o Cindacta-4. Na transição da área de jurisdição do Cindacta-1, com base em Brasília, e do Cindacta-4, com base em Manaus, há um buraco negro. Eu escrevi isso em 2001. Naquela época recebi as maiores críticas do pessoal do controle de tráfego aéreo, do pessoal da Aeronáutica, da área de segurança. Mas isso se comprovou verdadeiro. O acidente com o avião da Gol e o Legacy, e agora o apagão em Manaus, mostram a falência do Sivam. A grande imprensa só descobriu isso agora.

O que acho que é o mérito do Jornal Pessoal? É o mérito do jornalismo. Não é jornalismo bom ou ruim, não. É o jornalismo. Se você tem que investigar o fato, você vai nos documentos originais, vai ao máximo próximo do fato bruto. Você faz um vôo cego, até o momento de chegar na pepita, como se fosse um garimpeiro. Você vai na pepita e ela vai iluminar; vai iluminar para trás. Isso é um desafio para o jornalismo. Porque você está diante de um fato novo. Não tem bibliografia, não tem fonte, não tem gente disposta a se arriscar, e você se arrisca. Você pode se arriscar mal, pode ter um resultado negativo, mas tem um resultado que é sempre positivo: você provoca discussão, coloca o fato novo diante da opinião pública. Eu cito o caso da famosa salinização, com o fechamento da barragem de Tucuruí. As pessoas ficaram me ridicularizando - “Lúcio é o homem do sal” - e esqueceram o outro lado. Primeiro que nunca disse que iria salinizar. Disse que havia o risco da salinização, que eles [os técnicos] não estavam considerando. E graças a essa denúncia, pela primeira vez, na história da construção da barragem, houve um estudo a jusante. Nunca no Brasil tinham feito isso.

Nós tivemos um debate em maio de 1984 no auditório da Sefa. Veio toda a equipe técnica da Eletronorte e do Consórcio Engevix-Themag, numa sessão promovida pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara, que na época era presidida pelo Coutinho Jorge. Nós ficamos das nove da manhã até as quatro da tarde num debate feroz, cuja ata eu tenho até hoje e que um dia espero publicar. No fim o pessoal da Engevix-Themag foi lá, me abraçou. Era um pessoal a quem eu tinha combatido o tempo todo. E eles me disseram: “Olha, graças a você, nós fizemos um estudo que é de valor histórico”. Fui até ver o modelo reduzido que eles fizeram no Rio de Janeiro, sobre Tucuruí. Então é o seguinte: o jornalismo tem compromisso com o fato. Você vai atrás do fato. Não interessam as circunstâncias, a conjuntura, se é a favor ou contra. Isso sempre foi o Jornal Pessoal. Quando vi que determinados fatos não eram absorvidos pela opinião pública, que a opinião pública não tinha

consciência daquela importância, eu martelei até que esse fato se incluísse na agenda e fosse discutido.

4. A respeito da agressão cometida contra você por Ronaldo Maiorana, em janeiro de 2005, recentemente, durante um debate na UFPA, ouvi de uma professora que o episódio foi um divisor de águas para o JP, porque gerou uma visibilidade que até então o jornal não possuía. Você concorda com essa afirmação?

Não. Não concordo porque o Jornal Pessoal foi muito mais premiado antes do que depois. O prêmio da Itália foi antes, o da Fenaj foi antes. O único prêmio depois foi o do CPJ. É claro que teve repercussão porque não é todo dia que um jornalista é agredido, nem todo dia que um jornalista é agredido por outro jornalista de uma empresa jornalística. Tinha que ter o choque, e houve esse choque. Houve um eco, uma onda de repercussão. Basta acessar o Google para ver. Você acessa o nome Maiorana e 60% [dos links] são relacionados à agressão. Ficou uma mancha para sempre, que nunca mais vão tirar. É isso que vai ficar dos Maiorana. Eles nunca fizeram nada de mais importante. É isso que vai ficar da pessoa deles. Mas para mim, não.

A grande reflexão que fiz na noite desse dia, sozinho, foi sobre o que pode vir agora, depois disso. Essa foi a minha grande preocupação. Todas as vezes que fui ameaçado de morte - já fui ameaçado de agressão várias vezes, fui agredido pelo Calilo [Kzan] -, a minha preocupação foi a seguinte: o que virá depois. Não posso permitir isso, porque o que virá depois é muito mais grave. Eu sempre combati isso e combati da maneira que o jornalista deve combater: atrás da informação, do que tem por trás. É o mesmo com relação à minha condenação. Eu já fui condenado seis vezes, mas não posso deixar que a condenação transite em julgado, porque a partir do momento que eu deixar, estarei vulnerável. E ninguém sabe como será o dia seguinte na cadeia. Nós não somos preparados para isso. Veja esse pessoal do colarinho branco que vai para a cadeia. Muda a vida do cara no dia seguinte. Alguns deles, não sei como continuam depois disso. Eu desmoronaria, talvez.

5. Falando em processos: qual a sua situação atual? Com quais processos você está lidando mais diretamente? Eu gostaria de um balanço neste sentido.

Às vezes, as pessoas não têm idéia do que é a teia de vários processos movidos por pessoas poderosas. Eu, por exemplo, sou muito parabenizado porque ganhei cinco ações penais. Aí a pessoa diz: "Você está livre disso!" Não, está pior. Para se ter uma idéia, dos cinco, eles recorreram de quatro. Perderam prazo em um. Só descobriram o erro depois, mas já era irremediável porque tinha transitado em julgado. Dos quatro, subiu primeiro um para o tribunal. Foi distribuído para uma determinada desembargadora, a doutora Raimunda Noronha. Os outros três subiram depois. E foram distribuídos para outra desembargadora. Eu achei aquilo estranho. Por quê? Se não fosse usado o critério da dependência, da prevenção, tudo bem. Mas foi usado o da prevenção. Por que foi para outra desembargadora? Isso é uma coisa que envenena. Porque você não pode raciocinar apenas na letra da lei. Pela letra da lei tinha que ir para a primeira, já que o critério é da prevenção. As partes são as mesmas, as causas são basicamente as mesmas, originárias da mesma vara.

Eu entrei anteaquem [25/07/2007] com uma petição para o vice-presidente, para ele explicar por que a prevenção não foi para a primeira desembargadora. Pode ter sido um erro? Pode. Pode ter sido uma falha do processamento, mas não é provável. Ou estou deduzindo errado ou houve alguma coisa que fez com não se satisfizessem com a primeira distribuição. Isso aí é um veneno. Um outro é um incidente no penal e que agora vai passar pela Câmara Civil Criminal isolada. Vai ter o julgamento, e é um desgaste enorme porque agora não tem mais instrução. Na mesma época estava havendo um outro incidente, esse na ação civil de indenização deles [dos Maiorana] na 4ª Vara Cível. Eles pediram indenização por danos morais e materiais. [Dano] Moral é subjetivo, mas material é objetivo. Eles diziam que meus artigos tinham provocado, na expressão literal, uma perda de capital para a empresa Delta Publicidade. Mas não provaram nada. A única prova que eles sempre juntam é o exemplar do jornal. Acham que basta dizer e está provado. Eu disse na minha constatação que não estava provado. Eles pediam trezentos salários mínimos de indenização, mas não provavam nada. E eu queria a prova.

Naquela época só havia o balanço de 2004, porque sempre o balanço deles está um ano atrasado. Então, que fosse [apresentado o balanço], para ver a posição do capital antes da agressão. Logo em seguida eles publicaram o balanço de 2005, aí aditei o pedido - que já tinha sido aprovado pela juíza, há um ano e meio atrás - de que fosse juntado o balanço de 2005. Isso eu pedi logo em seguida, mas só foi despachado agora - porque por essa vara, desde que o processo começou, já passaram três juízes. A nova juíza despachou - agora é titular, antes era substituta -, para que eles [os Maiorana] se manifestassem. E eles entraram com uma petição dizendo que, primeiro, eu sempre uso esses documentos para atacar. Dizem que nos dois últimos números do jornal eu ataquei

violentamente, de novo, a família e a empresa. Dizem que a prova já está constituída, que eu perdi o prazo, que já está precluso meu direito de apresentar o pedido de provas, que deve ser indeferido, e que ela revogue o despacho.

E uma coisa que exige que você esteja sempre lá é que eles entraram com a petição, mas não devolveram os autos. E já tinha passado o prazo do advogado, de vista, que são cinco dias. Eu disse: “Deveriam devolver dia 8, e hoje é dia 11. A petição está aqui e vocês não juntam porque aqui não estão os autos”. Por que isso? Para protelar o meu recurso. Porque eu ia ter que ver os autos. Mas não esperei e fiz o recurso. Mostrei que estava precluso o direito deles de precluírem, de pedirem a preclusão. Porque já tinha passado um ano e meio. O deferimento foi em audiência e eles tinham representantes na audiência. Então, perdeu. Quanto ao de 2005, tinham que ser juntado [o balanço], porque era a comparação. Se eles disseram que tinha perda de capital, teriam que juntar o balanço de 2004, para ver quanto era o capital de 2005. Porque são uma empresa de sociedade anônima, e são obrigados a indicar a perda do capital e a provisionar. Esta é a prova material e eles sabem disso. Tentaram tumultuar, criar constrangimento. Mas se não pode apenas reagir. É preciso reagir atacando. E qual foi meu ataque? Disse: “O artigo X

e eu achava que nunca, jamais [duraria tanto]...No início eu nem pensava nisso. Achava que o Jornal Pessoal iria durar um, dois anos. Quando o Jornal Pessoal começou a demorar mais, pensei: “Será que um dia vai chegar perto do Stone?” Quando ele passou realmente, eu disse: “Bom, enfrentando condições diferentes, sendo um produto muito menos relevante, um produto provinciano, paroquial, junto do Stone, pelo menos na duração o Jornal Pessoal vai ter que ser considerado”.

Porque tem essa filosofia especial, que é uma filosofia de desafio, quase de estoicismo, que é não aceitar publicidade. Isso nunca vi. Todos procuram [por publicidade]. Por exemplo, o Opinião começou com uma diretriz editorial de nunca aceitar que a publicidade fosse mais do que vinte por cento do espaço total do jornal. Uma preocupação que nunca precisou ter porque nunca chegou perto disso. Mas o Jornal Pessoal, não. É zero. Não tem nunca. Nunca cedeu nem à tentação. Algumas vezes que ouvi isso de “vamos fazer um anúncio”, [disse] não, de jeito nenhum. Acho que nisso o JP é único.

9. É um jornal anticapitalista?

Não...No fundo, foi um critério de comodidade pessoal. Eu sabia que se aceitasse publicidade, iria ter problemas. Por que, quem iria anunciar inicialmente? Pessoas que gostam de mim, que me apóiam. Mas que também não gostam de ser contrariadas, porque no número sete do jornal, um amigo meu, dono de uma grande construtora, disse: “Vamos fazer. Eu vou custear tudo e tu vais viver do Jornal Pessoal”. E eu disse: “Se repetir no número oito, eu aceito”. E não repetiu porque eu estava fazendo uma matéria contra a construtora dele. Então, eu não queria isso.

Já tinha tido essa experiência. Um dos momentos mais terríveis para mim foi no Bandeira 3. Porque no Bandeira 3 eu queria ter publicidade. Ligava para as pessoas, ligava para as agências e no número sete, o último número, disse: “Eu quero fazer um registro das agências de publicidade, que nada fizeram para que o jornal se viabilizasse, e tudo fizeram para que ele acabasse”. Eu queria ter o prazer de, na próxima publicação, não depender das agências nunca mais. Quando o primeiro número do jornal circulou com cinco mil exemplares, lá no Liberal – e todo mundo lá dentro sabia que tinha sido impresso lá -, um dono de agência de publicidade, na redação, me disse: “Lúcio, agora vou fazer um anúncio”. Respondi: “O anúncio que eu queria era para o Bandeira 3. Para este, não quero”. Ele ficou perplexo: “Mas tu não queres?”. “De jeito nenhum!”, eu disse. “Pega teu anúncio e enfia...!” Sabe esses prazeres que não têm preço? Eu disse: “Enfia no teu...!”

10. A experiência do Bandeira 3 é de 1975. São 12 anos entre o Bandeira 3 e o Jornal Pessoal. Apesar dos contextos históricos diferentes, é possível associar as duas experiências?

Teve uma no meio, que foi o Informe Amazônico, em 1981 [1980]. Era o primeiro ensaio. Eu tentei sentir o mercado, vamos dizer assim. O Informe Amazônico era uma publicação no estilo do Relatório Reservado. Especializada, só sobre a Amazônia, voltada mais para a economia. Eu vi que semanal seria difícil e que mensal demoraria muito. Então, o melhor era ser quinzenário. Foi uma publicação quinzenal e durou doze números Não deu para manter. Eu terminei fazendo o jornal de uma forma precária e tive um problema de doença nessa época. Não pude continuar. Já foi uma aproximação do que poderia ser o Jornal Pessoal.

Eu tentei uma [outra] fórmula quando fiz o Agenda Amazônica. O Agenda era o seguinte: preocupação de longo prazo. Mas para você fazer uma publicação jornalística, tem de ter as matérias do dia, matérias que são mais quentes. Não podem ser apenas temáticas. O Agenda Amazônica durou dois anos e era uma publicação mensal. Durou 24 números, o dobro do Informe Amazônico. Mas não agüentei.

A mudança entre 1975 e 1987 é que eu tinha tentado de tudo na imprensa alternativa. Na época do Opinião, eu trabalhava no Estadão cinco dias por semana e dois dias para o Opinião. Toda a informação que conseguia amealhar como coordenador nacional das pautas do Estadão, transferia para o Opinião. Por isso, Opinião tinha matérias com o melhor das informações da imprensa diária que não saíam por causa da censura, e saíam no Opinião até um ponto em que a censura não deixou mais. O Jornal Pessoal é produto dessa experiência. É um pouco da utopia e o realismo. Eu vi que só podia ser viável sozinho, em tamanho mínimo.

11. E é viável? Tem sido?

Ele é viável na pobreza. Então é preciso aceitar ser pobre. Porque é evidente que nunca vai ser viável economicamente, nunca vai dar lucro. Não pode dar lucro. É impossível. As pessoas às vezes ficam maquinando..Eu sei que muita gente fica pensando: “Como é que o Lúcio consegue fazer o Jornal Pessoal e viver?” Outro dia saiu num blog que são os milionários, meus amigos ricos, que subsidiam o jornal. Só tem um amigo que me ajuda. Foi depois de um dia, há uns dois anos e meio

atrás, quando eu disse que iria acabar com as cortesias. São cortesias que faço questão de ter porque não posso mais ter assinatura.

O Jornal Pessoal já teve uma época só de assinatura. Chegou a ter 1.200 assinantes. Mas aí tive de começar a investir. Havia três pessoas contratadas. E vi que precisava de anúncio para manter [o jornal]. Tive de parar, acabar com as assinaturas, porque se não teria de fazer anúncio. E não queria. Então essas cortesias iam acabar, porque não dava para manter. Aí esse meu amigo disse: “Quanto custa a cortesia?” Eu disse: “Custa x”. “Então, a cortesia eu pago”. E ele paga a despesa postal, porque não aceito que inclua o valor do jornal. É uma despesa pequena, a postagem das cortesias. O jornal não tem condição de manter as cortesias.

12. Você continua com a tiragem de dois mil exemplares? As cortesias representam quanto?

Dá mais ou menos 180 cortesias. Tem gente que é louca para receber o Jornal Pessoal, mas não tenho como manter a assinatura. Então são essas cortesias. São pessoas que multiplicam o jornal lá fora, onde o jornal não tem condição de chegar. Mas se esse amigo parar de me ajudar, eu paro. É simples. A matemática do Jornal Pessoal é simples: A comissão de distribuição e circulação é de 40%. Entre encalhe, cortesias e perdas, mais 30% (às vezes, quando o assunto é muito sério, sobre um pouco). Logo, sobre o preço de capa, desconto de 70%. Sobram 90 centavos por exemplar. O que dá para pagar as despesas industriais. Jamais o lucro.

Você coloca na ponta do lápis, tranquilo. De onde é que sai? Só pode ter uma explicação: ele quer ser pobre. Eu ando de ônibus. Meu carro está aí; é meu último patrimônio. Tenho minha casa. Tudo que tenho, foi [adquirido] até 1989 e de 1989 até 1993, o FGTS, que o jornal O Estado de S. Paulo me pagou na íntegra, com todos os meus direitos. O doutor Júlio [Mesquita Neto] disse: “Vamos pagar tudo”. Durante quatro anos vivi do meu FGTS, depois de 18 anos trabalhando no jornal, sem parar.

13. Seus artigos estão publicados no site da FGV e no Américas.inf, do José Casado. Você recebe por isso?

Recebo. Talvez até não recebesse se não fosse o editor, que é um grande amigo meu, que sempre foi um grande amigo, o José Casado. É um brilhante jornalista e tem essa característica: sempre foi entusiasmado com o Jornal Pessoal. Isso me permite ter uma certa renda...Agora, eu não compro roupa. No meu aniversário, meus amigos me dão porque sabem que não vou comprar. Não tenho condição. Me condicionei a ser uma pessoa pobre. Pobre, não digo, mas uma pessoa remediada. E isso [acontece] com uma pessoa que durante parte da vida, pelo menos até pouco antes de deixar a grande imprensa, ganhava um salário muito bom, vivia tranquilamente. Então eu aceitei [a nova vida], sem problema.

14. E os preparativos para a festa dos 20 anos do Jornal Pessoal?

Não vai ter festa. O que estou tentando é fazer o livro. Certamente não vai dar para terminar o livro e vou ter de encontrar uma outra forma, talvez uma edição especial do jornal, com as declarações das pessoas que escreveram. Estou tentando fazer um livro de uma forma diferente. Estou tentando contar a história do período, com o que acho hoje e com o que achei na época. Mas não reproduzindo as matérias, e sim alguns trechos, e encadeando-os tematicamente. Como o Jornal Pessoal cobriu o governo Hélio Gueiros ao longo do tempo? A relação do Hélio Gueiros com Jader Barbalho, o rompimento, as causas. E eu próprio me surpreendo, olhando a coleção do jornal, [em ver] como o jornal era bem informado.

Por quê? Porque ganhava muito bem no O Estado de S. Paulo. Não tinha problema de sobrevivência. Podia me dedicar ludicamente ao Jornal Pessoal e circulava em todos os ambientes. Eu tinha informação de cocheira, de todos os lugares. E o que é impressionante - quem tiver um pouquinho de isenção, que compare aquela época com os dias de hoje - é como eu dizia as coisas de uma forma tão crua, tão direta, e no dia seguinte estava com a vítima da crítica. Achava que podia haver essa convivência. Eu largava “o ferro” no Hélio Gueiros. Ele foi distribuir dinheiro do jogo do bicho: eu larguei “o ferro” nele. Eu larguei “o ferro” na Ebal, dos filhos dele. E no dia seguinte estava lá, até um ponto que ele não suportou. Quando teve uma entrevista coletiva na Secretaria da Fazenda, o secretário era o Frederico Monteiro, casado com uma amiga de juventude. E teve uma hora que o Hélio Gueiros, no meio de todo mundo, todo mundo ao redor dele, ele disse, olhando para mim: “Jornalista mente”. Eu disse: “Governador, eu sou jornalista, mas não minto”. Ele disse: “Mente”. Eu disse: “Eu não minto!”. E comecei a elevar a voz e ele também. Aí o Frederico arrastou o Hélio Gueiros para a sala dele, porque senão nós iríamos aos tapas, ali. Vi que já não dava mais.

Esse período, eu acho muito importante, porque foi um período em que eu tinha informação, circulava com todos os líderes políticos, todos os líderes empresariais, pegava a informação privilegiada e

publicava tudo no Jornal Pessoal. Depois tinha a tempestade, mas ela vinha depois e eu encarei isso, até o limite em que estourou tudo. Acho esse um período importantíssimo e reconstituindo esse trabalho para o livro - que eu espero editar um dia -, vou mostrar como a imprensa andou para trás. Não quero dizer: “Eu sou o melhor jornalista do planeta”. Não. São as possibilidades objetivas do jornalismo. Qualquer um pode fazer. O que eu faço, qualquer um pode fazer. Basta querer fazer. O problema é que há um número cada vez menor dos que querem fazer isso. As pessoas dizem: “Esse é um jornalismo excepcional”. Não. Esse é o jornalismo comum. Nós devíamos fazer isso todos os dias.

15. Eu estava pensando enquanto você comentava do Hélio Gueiros: no Liberal, seu nome não vai ser citado nunca, a não ser por acidente, como no caso da coluna da Míriam Leitão e do Élio Gaspari...

Olha, terça-feira passada (23/07), saiu uma foto no Liberal do dom Orani, padre Bruno Secchi e dom Flávio, de Abaetetuba, todos eles olhando para o lado, interessadíssimos. Sou eu quem está falando lá. Me cortaram da foto (risos). Todos eles olhando atentamente. Dom Orani está assim, bebendo as palavras. E cortaram a foto. Foi no 5º Mutirão da Comunicação Social. Tinha gente do Brasil inteiro. Quem pegou [o jornal] no dia seguinte, que estava lá, deve ter tomado um choque. Porque a foto saiu grande. O Liberal perdeu esse parâmetro do respeito.

16. O Diário é que às vezes me confunde um pouco. Algumas vezes você é citado no jornal e outras vezes, não. Eu procurei no jornal notícias sobre a homenagem que a SBPC te fez. Salvo engano, não houve notícia nenhuma. Ou seja, há uma relação contraditória do Diário com você.

O Diário é o seguinte: eles publicaram três páginas sobre a minha agressão, que foi realmente uma cobertura ótima, e não fui ao beija-mão do Jader, etc e tal. “Nós fizemos e ele não retribuiu. Se ele não retribuiu, nós não vamos mais fazer”. Eu entendo isso. Não fui. E não irei nunca. Porque eu só quero que eles façam jornalismo. Eu os critico demais. Nessa edição agora [julho de 2007], mais uma vez bato neles. [Digo que] Estão começando a perder posição por falta de profissionalismo. Tem gente lá no Diário que me odeia. Então é isso: não publicaram [a homenagem da SBPC]. Eu fui obrigado a escrever uma matéria nesse último número porque, pôxa, foi a primeira vez que um paraense foi homenageado. Foi a primeira vez que um jornalista no Brasil inteiro foi homenageado e não saiu nada.

Quer dizer que as pessoas nem se tocam por esse aspecto? É a profissão! Somos nós! A maior sociedade científica do continente homenageando pela primeira vez um paraense e um jornalista...Naquele dia, na abertura, fiquei muito emocionado. Olhei aquelas 2.200 pessoas, segundo os cálculos. Acho que dois terços eram de fora. As pessoas ficaram muito solidárias. Eu senti aquele clima bom, aquela energia boa dentro do auditório. Fiz meu discurso lá e fui aplaudido na hora em que critiquei a Vale do Rio Doce. Eu sinto esse apoio muito forte de pessoas que às vezes não sabiam de nada, mas que tomam conhecimento e sabem avaliar a situação. Aqui, não.

17. Onde estão os leitores do Jornal Pessoal? Estão no serviço público, nas universidades? Onde você consegue localizar seus leitores?

Hoje de manhã eu vinha da natação. Na esquina da Aristides Lobo com a Rui Barbosa estava o meu jornaleiro, o Seu Renato, lendo o Jornal Pessoal. Essa coisa me dá tanta alegria. Ele não estava me vendo. Estava lendo a última matéria sobre o acidente de Congonhas, interessadíssimo. Tanto que não estava observando. Eu bati nele, disse: “Ei, Seu Renato”. Ele tomou um susto. Então, às vezes, eu me surpreendo. Tem um porteiro de um prédio na Avenida Magalhães Barata que sempre liga. Ele tem um jornalzinho interno, do síndico, e reproduz matérias do Jornal Pessoal. Eu fico sensibilizado porque vejo que o grande problema do Jornal Pessoal é chegar [às pessoas]. Se ele chega, consegue ter uma linguagem acessível para essas pessoas. Isso para mim é importante, porque é um público que não aparece muito no público estratificado do jornal. E tem uma coisa: o Jornal Pessoal é lido, em média, por 15 pessoas por exemplar. Isso é cinco ou seis vezes o volume de leitura normal de um jornal. E também se tira muito xerox [nas repartições]...

18. A descoberta da jazida de Carajás, pelo Breno dos Santos, está fazendo 40 anos. E uma das campanhas que você faz certamente é no sentido de alertar sobre o papel da Vale e sua presença no Estado do Pará. Como você avalia essa presença, 40 anos depois da descoberta de Carajás?

O orçamento de investimento da Vale do Rio Doce, este ano, para o Estado do Pará, é dez vezes maior do que o orçamento de investimento do Estado. Só aí é possível ter uma idéia da diferença de

peso entre a Vale do Rio Doce e o Pará. A Vale é muito mais poderosa que o Estado. Eu estive pela primeira vez em Carajás em 1968, um ano depois da descoberta - eu nem conhecia o Breno; fui conhecê-lo logo depois -, levado pelo gerente da United States Steel, da Companhia Meridional de Mineração. Tive a oportunidade de, desde o início, perceber a importância de Carajás. A Vale só entrou em 1969. Eu entrei em Carajás antes da Vale. E o Jornal Pessoal é do cliping. E quando o Jornal Pessoal não está no cliping - isso é informação lá de dentro -, o próprio Roger [Agnelli, presidente da CVRD] cobra, e cobra muito. Ele quer ver, quer ler. Ele era minha testemunha no processo contra os Maiorana e por duas vezes não compareceu à audiência. A juíza mandou perguntar se eu insistia, e disse: "Insisto". E ele teve que depor sob ameaça da Polícia de ir buscá-lo. E deu um depoimento horrível. Negou tudo, inclusive aquilo que ele realmente fez: processar o Liberal.

Tem um episódio típico dessa coisa. Eu estava nove horas da noite aqui em casa. Me liga o chefe da Comunicação Social, que trabalha no Rio, dizendo que estava em um jatinho e que deveria ir para São Luís, mas que desviou para Belém. Queria que, às seis horas da manhã, eu fosse ao Hilton tomar café da manhã com ele, porque o Roger estava em um jatinho, indo do Rio para Belo Horizonte, e ligou quando leu o cliping. Eu tinha dito que ele [Roger Agnelli] introduziu a visão do banqueiro na Vale do Rio Doce, transformou uma empresa econômica em uma empresa financeira. Aos berros, ele dizia: "Tompson, eu não sou banqueiro!". Ele disse que todos os jetons de conselhos que participava, ele doava para instituições de caridade. Disse: "Marque um café da manhã. Desvie, marque às seis horas da manhã, mas mostre para ele que não sou banqueiro". Então, que negócio é esse? Um jornalzinho desses incomodar um homem na maior empresa privada do continente, a segunda maior mineradora do mundo?

Aconteceu a mesma coisa com a Mineração Rio do Norte. O presidente da Mineração Rio do Norte me ligou de um celular, em um táxi, no Rio de Janeiro, quando leu a matéria da multa, que devia se transformar na maior multa da história do Brasil. A Mineração Rio do Norte foi acionada pela Receita Federal porque reduziu capital indevidamente. Teve que depositar 340 milhões de reais para poder recorrer da autuação. Esses exemplos dizem o seguinte: o Jornal Pessoal pode passar a vida inteira sem ter nenhuma importância. Mas quando, por acaso, entra numa fiação, pode provocar um curto circuito no sistema. Isso aconteceu em alguns momentos no Jornal Pessoal, quando foi impossível deixar de considerar o que ele estava escrevendo. Eu vou dizer o seguinte, sem nenhuma pretensão, sem coisíssima nenhuma: eu acho que ninguém escreve melhor sobre a Vale do que o Jornal Pessoal.

Digo isso porque é o seguinte: logo que a Loloca [Rosângela Maiorana] entrou com o primeiro processo contra mim, em 1992, em 1995 o então presidente da Vale do Rio Doce, Francisco Schettino, me mandou uma carta, como presidente da Vale do Rio Doce, dizendo o seguinte, com toda a formalidade: "Lúcio, você tem sido um crítico constante da Companhia Vale do Rio Doce. Mas nós aprendemos, ao longo do tempo, a considerar sua crítica como positiva, que muito nos ensina. Eu e meus diretores lemos sempre o Jornal Pessoal e tiramos do Jornal Pessoal as melhores lições sobre como nos conduzir etc etc etc". E me mandou a carta sem nenhum motivo para me mandar. Por que ele estava me mandando? É uma carta que juntei em todos os meus processos. Ele queria que aquilo fosse usado daquela maneira. Foi o último presidente da Vale estatal. Foi ele quem passou para a Vale privatizada. Foi uma carta enviada dois anos antes da privatização. Já estava no processo de preparo da empresa para ser vendida.

Isso não quer dizer - volto a insistir - que eu seja um repórter excepcional. Não é nada disso. Sou simplesmente aquele repórter que cumpre o seu dever e tem uma condição excepcional em relação aos outros: publica tudo aquilo que apura. Eu sei que a Míriam Leitão é muito mais preparada; o Joelson Beting é muito mais preparado; Luiz Nassif é muito mais preparado e têm inúmeros outros muitos mais preparados. Mas eles não têm condição de publicar aquilo que estão apurando. Ou porque não têm mesmo, porque há uma vedação objetiva, ou porque chegaram num ponto que não podem mais. Não podem porque carregam a instituição, não é? A Míriam é a instituição O Globo. Então ela não pode pensar só por ela. Ela tem um grau de autonomia, mas tem um peso por trás dela. É comentarista da TV Globo, não só do jornal O Globo. Então, o que tenho a perder? Nada. Estou mais ou menos na situação no manifesto do Partido Comunista: só tenho a perder os grilhões da escravidão.

19. Neste sentido, você então realiza o sonho – talvez o sonho mais alimentado de todo jornalista -, que é poder publicar aquilo que apura. Isso te faz feliz? Você é um homem feliz, apesar de tantas dificuldades com o Jornal Pessoal?

Eu sempre fui [feliz]. Em todas as adversidades. Porque tem uma coisa que considero a razão da minha alegria, da minha paz de espírito: nunca fiz nada que contrarie a minha consciência. Todas as

vezes que minha consciência me disse: “Lúcio, não faz”, não fiz. Não me arrependo de nada em função disso. Claro, cometi muitos e muitos erros. Nenhum grave. Nunca, nenhum erro me disse: “Você fez de má fé, você fez porque foi venal, fez porque foi covarde. Você avaliou pelo seu critério pessoal”. Nunca. Então estou sempre preparado para enfrentar essas coisas. Nesse ponto sou feliz. Às vezes vêm principalmente jovens do curso de Comunicação, jovens jornalistas, e dizem: “Ah, eu quero fazer o meu Jornal Pessoal. Como é que devo fazer?”. Eu digo: “Trabalhe 21 anos na grande imprensa, circule pelo mundo, faça tudo o que tem de fazer e aí faça o seu Jornal Pessoal”.

APÊNDICE G – Entrevista com Lúcio Flávio Pinto

Entrevista concedida por e-mail em 20 set. 2007

1. Você recorda o período (sei que começou em 1972) publicou a coluna “Jornal Pessoal” em A Província do Pará?

Comecei a coluna Jornal Pessoal no final de 1972, em A Província do Pará, quando fui para São Paulo, de onde a remetia. Era uma página no caderno 3, de domingo. Fiquei até meados de 1973, quando o Milton Trindade e o Jares começaram a fazer cortes. O Leal me convidou para passar para O Liberal exatamente quando rompi com A Província, por não aceitar a censura. Continuei a publicar uma página aos domingos. Em 1974 também passei a fazer o Informe Amazônico, às quintas-feiras. Quando voltei a Belém, no final de 1974, mantive a seção. Em janeiro de 75 comecei o Bandeira 3, semanal, que durou sete números. Passei meses pagando as despesas com O Liberal. Aí entremeei Jornal Pessoal e Informe Amazônico, com oito edições de um suplemento dominical que criei, o Encarte, até que minha coluna diária ficou no meu nome, aí por volta de 1980. Em 1981 tirei 12 números do Informe Amazônico, autônomo, com oito páginas, formato ofício, que circulava apenas entre assinantes.

2. Você também manteve a coluna "Jornal Pessoal" em O Liberal?

Mantive. Num primeiro momento, como já disse, era a página Jornal Pessoal aos domingos. Já era como um jornal, com temas diversos. Aí passei a escrever a coluna Informe Amazônico, às quintas-feiras. Quando voltei, mantive o Jornal Pessoal dominical por algum tempo. Depois, passou a ser o Informe Amazônico diário. E, em seguida, a coluna diária com o meu nome.

3. Havia diferença entre esta coluna e o Informe Amazônico?

A página Jornal pessoal era diversificada, com uma ênfase sobre cultura. À medida que fui abordando cada vez mais temas amazônicos, decidi criar a coluna Informe Amazônico, porque a opinião pública sabia pouco sobre o que estava acontecendo na região, na época dos "grandes projetos". Quando saiu o Informe e a coluna passou a ser personalizada, os temas se abriram.

4. Sobre o Bandeira 3, o que quer dizer com "Passei meses pagando as despesas com O Liberal"? Eram as despesas com a gráfica de O Liberal?

Isso. O Liberal tinha iniciado em 1972 o off-set, mas quase não explorava os recursos novos. Foi justamente isso o que aprendi num suplemento dominical que editamos no Diário de S. Paulo, entre 1969 e 1970 (Jornal de Domingo). Por isso, ao fazer o B3, eu ia para a gráfica de O Liberal editar diretamente na fotomecânica e na impressora porque comecei a usar novos recursos, inclusive a letreset. Entrava no sábado e só saía na segunda-feira. Assinei promissórias por conta do uso da gráfica. E resgatei todas elas. Quando paguei a última, a dona Ruth Gonçalves, a mulher das finanças, me disse: "O 'seu' Romulo disse que se tu não pagasses, era para eu rasgar todas as promissórias". Mas paguei e guardo as promissórias como um troféu. Mas em consequência da loucura que fiz, trabalhando no Estadão, trabalhando no Liberal e fazendo o B3, peguei um pigrarro nervoso. Minha primeira filha, criança, sabia que eu estava chegando porque minha tosse chegava antes. "Lá vem o papai", dizia.

5. Qual a diferença do Encarte para as colunas anteriores?

O Encarte era coletivo. Pagava os colaboradores, em geral do próprio O Liberal. Foi uma matéria no Encarte sobre a fuga dos presos da lancha da polícia que deu processo pela Lei de Segurança Nacional para mim e o Paulo Ronaldo.

6. Todas essas iniciativas foram as matrizes do JP, não? Que semelhanças o JP guarda com essas experiências anteriores?

O JP é um produto de todas essas experiências. Porque antes de escrever um jornal solo tentei todas as formas viáveis, todas efêmeras. O B3 durou 7 números. O Informe Amazônico, 12. O Encarte, 7. Verifiquei que tinha que adotar o tamanho mínimo, singular. E optar pela pobreza para poder sobreviver.

APÊNDICE H – Entrevista com Manuel Sena Dutra (Jornalista, ex-repórter de O Liberal, editor do jornal Ciência Amazônia, da SBPC, e professor doutor aposentado da Universidade Federal do Pará)

Entrevista gravada, concedida em 1º jun. 2006 (São Luís - MA, por ocasião do IV Encontro Nacional de História da Mídia)

1. Como foi sua experiência de trabalho com o jornalista Lúcio Flávio Pinto?

Eu trabalhei muito próximo, junto com o Lúcio, logo depois que terminei meu curso de graduação em Recife. Voltei para o Pará e foi uma experiência muito interessante porque na época o Lúcio tinha trânsito nos grandes jornais. Teve época que ele escrevia nos dois principais jornais de Belém ao mesmo tempo.

2. Província e Liberal...

É. E trabalhar com o Lúcio foi um grande aprendizado pelo rigor que ele tem até hoje pela busca pela informação, a severidade no contato com as fontes, na apuração; enfim, é um jornalista completo, extremamente ético e extremamente dinâmico. Hoje, quando estou fora do jornalismo militante, estou na academia como professor e pesquisador, aliado aos anos em que eu fui jornalista militante, o Lúcio Flávio é uma presença constante no meu trabalho, por essa base que eu tive, e que foi a felicidade de trabalhar com ele logo depois que terminei o curso de graduação.

3. Na sua opinião por que acontecem com o Lúcio esses dissabores, essa avalanche de processos judiciais?

O que acontece com o Lúcio assim de maneira tão cruenta acontece com uma geração, com grande parte de uma geração de jornalistas que acompanhou grandes transformações no Brasil na década de 1970, 1980, até alguma coisa de 1990. Por incrível que pareça, na época dos governos militares, nós — eu fiz parte dessa geração, tive sorte de trabalhar de alguma forma, trabalhando fora dos grandes centros, trabalhei numa pequena cidade de interior, mas pude acompanhar também essas transformações —, por incrível que pareça a gente publicava coisas que hoje não se publica, que hoje são temas interditados, estão no índice. A gente, naquela época, tinha medo da censura dos militares, de ser chamado nos quartéis, mas as nossas matérias saíam. Você mesmo é testemunha de como a gente fazia grandes matérias sobre queimadas, problemas fundiários, questão indígena, mineração etc e tal. Isso eu estou falando em termos de Amazônia.

No Brasil todo, com a racionalização muito forte que tomou conta das empresas jornalísticas, a gente

mídia tradicional. Ele optou por uma via sem saída, conscientemente sabendo de todos os riscos que correu, corre e provavelmente vai correr. Então ele está praticamente só.

Ele é um paradigma, é um signo do qual você se aproxima e também corre riscos...Então, ou você se aproxima para correr riscos ou você se afasta também. Me parece que há muito mais afastamentos do que aproximações, apesar de que ele tenha mais aproximação de qualidade do que de quantidade.

4. Haveria outras escolhas? O Lúcio poderia ter seguido outros caminhos talvez mais produtivos para a realidade amazônica, para a sua própria condição de jornalista que faz do jornalismo um preceito de vida?

Eu considero o Lúcio um cientista social, de profundíssimo conhecimento, de uma erudição imensa, e acredito que pela sua própria erudição, pelo seu próprio temperamento, não se adaptou. Ou, sabendo disso, nunca procurou se adaptar - digamos - às regras acadêmicas, às regras das comunidades científicas, onde ele esteve por algum tempo, como lá na federal do Pará. Ele se relaciona com os cientistas, mas sempre como outsider, como alguém de fora, por causa de uma certa disciplina, por causa de certas regras que cada comunidade científica se impõe.

Acredito que jamais aceitaria esse tipo de limites, digamos assim, que chamam de rituais acadêmicos, as linguagens próprias de cada grupo, até pelo seu próprio temperamento e pelo fato que ele acredita que o jornalista tem que falar de tudo que interessa a todos. E a gente sabe que não é essa a regra que comanda a vida dentro da academia.

Agora, ele continuou e acredito que continuará escolhendo a via do jornalismo para dar essa grande contribuição. Ele poderia escrever excelentes livros, excelentes trabalhos monográficos, aprofundar as suas temáticas prediletas sobre a questão amazônica, sobre a questão mineral, questão fundiária, questão ecológica. Ele faz isso com competência particular no campo jornalístico que escolheu e que contribui com o campo científico também. Então é uma escolha de vida pela qual ele paga um preço muito elevado.

5. E quanto aos processos judiciais? Como você encara a situação dele?

Os inimigos do Lúcio Flávio, de alguma forma, estão conseguindo pela via judicial, com excesso de processos e com, digamos assim, uma complacência -, para falar uma palavra bastante suave - de setores do Judiciário. Porque o Lúcio também toca no Judiciário e o Judiciário nem sempre gosta do que ele diz. Então, de uma certa forma, os inimigos dele estão conseguindo acorrentá-lo. Tanto é que imaginei que ele estaria nesse encontro e ele não está. E a gente sabe que ele está quase sem poder sair de Belém porque a qualquer momento tem de receber oficial de Justiça, intimações etc e tal, sob pena de perda de prazo e eventuais condenações.

Nesse sentido, acredito que a situação dele é muito arriscada hoje, do ponto de vista pessoal. Eu pessoalmente imagino que ele tem preparo para isso. Ele sabia o que estava fazendo. Ele está dentro de um cipoal pela via da artimanha dos seus inimigos, que de alguma forma um dia sonharam com ele pedindo que parassem com isso e [que] ele pararia, coisa que jamais fará.

APÊNDICE I – Entrevista com Paulo Roberto Ferreira (Jornalista, ex-repórter de O Liberal, ex-editor do jornal alternativo Resistência e atual diretor geral da TV Cultura do Pará)

Entrevista gravada, concedida em 1º jun. 2006 (São Luís - MA, por ocasião do Encontro Nacional de História da Mídia)

1. Como foi sua experiência de trabalho com o Lúcio Flávio Pinto, editor do Jornal Pessoal?

Eu comecei a minha atividade profissional com o Lúcio. Ele organizou um seminário em 1974, quando não existia curso de comunicação social em Belém. O Lúcio voltava de São Paulo, onde tinha trabalhado na revista Realidade, na Veja, e também no Estado de S.Paulo. Ele voltou para Belém como correspondente do Estadão, montou uma sucursal e resolveu lançar um jornal chamado Bandeira 3, um jornal alternativo, com o objetivo de retratar aquela realidade. Era o momento da famosa distensão política do governo Ernesto Geisel, e então o Lúcio achou que era o momento da gente ocupar aquele espaço com um jornal alternativo. Fez um seminário sobre comunicação, sobre jornalismo. Algumas pessoas participaram. Entre elas, eu, Nélio Palheta, o Elias Pinto, irmão do Lúcio, e outras pessoas. E a partir daí nós começamos a trabalhar no jornal.

2. Você lembra o ano?

Foi em 1975. O seminário foi em 1974. O jornal começou em janeiro de 1975. E já no primeiro número o Lúcio criou um constrangimento terrível para o então candidato ungido a governador, Aloísio Chaves, que era um ex-reitor da Universidade Federal do Pará, nomeado pela ditadura. Antes de assumir, o Lúcio conseguiu um documento onde Aloísio explanava mais ou menos o plano de trabalho dele. O Lúcio publica, no primeiro número, esse plano de trabalho, que fazia uma análise que contrariava a orientação dos governos militares. Isso causou certo mal-estar.

Então o jornal já nasceu polêmico, criando uma situação, ou seja, trazendo uma informação que estava sendo gestada nos bastidores, às escondidas, e o Lúcio trouxe isso. Essa experiência foi muito rica, a de começar trabalhando com o Lúcio, porque ele nos estimulava a fazer um jornalismo diferente daquilo que a gente estava vendo na grande imprensa. Um jornalismo crítico, [para] buscar informação que não era acessível a todo mundo e fazer com que a opinião pública pudesse tomar conhecimento dessas informações. Então foi de uma riqueza muito grande trabalhar com ele lá. Depois o jornal acabou. Circularam cerca de sete números, somente. [Houve] as dificuldades de sempre para manter um jornal alternativo, [entre elas] falta de anunciantes. Os anunciantes tinham muito medo.

Enfim, acabou o jornal e o Lúcio foi para o Liberal. A partir de uma matéria minha que saiu no Bandeira 3, o Cláudio Leal, que era o diretor, viu a matéria, consultou o Lúcio sobre quem tinha feito, o Lúcio me indicou e eu fui. Fiz um teste e fui trabalhar no Liberal. Já em 1976 o Lúcio fez um caderno no Liberal chamado Encarte, um suplemento que saía aos domingos. E eu participei dessa equipe junto com outros companheiros. E também não demorou muito, porque numa edição o Lúcio publicou uma entrevista com Raimundo Rodrigues Pereira, que era o editor do Movimento, e o Romulo Maiorana (pai) não gostou do conteúdo. A partir daí acabou o caderno.

O Lúcio então sempre manteve essa trajetória. Trabalhou no Estadão durante muito tempo, até que chegou um momento em que ele não agüentou a censura. Lá no Liberal mesmo ele trabalhou durante muito tempo escrevendo artigos. Escrevia a coluna Repórter 70, a parte de cima da coluna, de notícias mais longas, mais interessantes. Bom, a relação com Lúcio foi essa. Foi de uma pessoa com quem eu comecei no início. Depois nos tornamos parceiros, companheiros de redação. E hoje vejo o trabalho do Lúcio, com o Jornal Pessoal, como um exemplo de alguém que faz um jornalismo com o compromisso apenas de relatar aquilo que o jornalista percebe, analisa, sem compromisso com o poder, sem compromisso com grupos econômicos, a ponto de o jornal não ter anúncio. E o Lúcio, por conta dessa sua integridade, tem pago um preço muito alto.

A gente sabe das dificuldades em que ele tem vivido e que culminaram com esse episódio triste, lamentável, de uma pessoa se sentir atingida pelo jornal, por uma crítica que o Lúcio faz, partir para a agressão e não exercer seu direito de cidadão, de procurar contestar ou esclarecer a informação. Isso é lamentável, mas mostra que o Lúcio incomoda pelo seu jornalismo. Agora, o que é mais grave de tudo isso é que essa família que já vinha movendo ações contra ele, como o caso da Rosângela Maiorana, que já tinha ações contra o Lúcio, que já tinha movido várias ações, foi engessando o jornalista. Uma forma de censura muito sutil que a maioria da opinião pública desconhece. E não só essa família. Outras pessoas poderosas, de Belém, do Estado. Inclusive Cecílio Rego de Almeida, lá do Paraná, um grileiro. Todo mundo reconhecia, até o Tribunal de Justiça do Estado o reconhece como grileiro, mas ele está processando o Lúcio porque o Lúcio o chamou de grileiro. E o próprio tribunal o considera um grileiro, uma pessoa perigosa. O presidente do tribunal deu ordens para que nenhum desembargador ou juiz dê seguimento a qualquer ação sem consultar a presidência, o foro máximo do Tribunal.

E o Lúcio está sendo processado não por pessoas pobres, por pessoas humildes, por denegrir a imagem de uma pessoa, mas por relatar informações que a opinião pública tem direito [de saber]. Então o Lúcio é um exemplo de jornalista, um exemplo de jornalismo. Porque ele influenciou uma geração inteira, continua influenciando e se mantém. A sua própria condição de vida é uma condição de integridade. Esse exemplo nos espia e nos faz refletir sobre o papel de uma pessoa que abraçou o jornalismo não como uma profissão para ganhar dinheiro, mas sobretudo como um agente público, um agente que está a serviço do interesse coletivo. É realmente uma alegria poder relatar essa convivência e me sentir companheiro de uma pessoa que é um jornalista da maior importância, não só para nossa região, mas para o país.

Não é à toa que lá fora o trabalho de Lúcio é reconhecido. Já ganhou dois prêmios, um na Itália e um nos Estados Unidos, porque ele faz realmente um trabalho da maior importância, porque o interesse coletivo desse público está em jogo, porque a Amazônia é um espaço que é espoliado, dividido, tratado como se fosse uma mercadoria, sem nenhum valor. O Lúcio tem relatado esse processo todo de ocupação, esse processo de grilagem, esse processo de negociação, onde não se leva em conta nem a presença do ser humano nem a condição do ambiente, do ecossistema, que existe naquela

região. Nesse sentido que o Lúcio tem compromisso. São com essas coisas, com as pessoas, com o planeta. Ele procura refletir isso no seu Jornal Pessoal.

3. Que tipo de resposta a sociedade paraense está dando a esse esforço?

Infelizmente, o reconhecimento que o Lúcio tem ainda é de uma elite cultural, de pessoas que já compreenderam [seu trabalho] e dão respaldo. As pessoas que são ligadas às instituições, de uma maneira geral os intelectuais, são solidárias com o Lúcio. Mas não vamos esquecer que no dia que o Lúcio sofreu a agressão, acontecia um aniversário, um evento festivo lá no restaurante. Inúmeras pessoas procuraram o Lúcio naquele momento para dizer que estavam com ele. Deram telefone, deram e-mail, para se comprometer a ser testemunhas. E quando ele registrou a ocorrência, que ele começou a telefonar para as pessoas, começou a passar e-mail, as pessoas fugiram como quem foge do diabo. Porque têm medo do poder da família Maiorana.

Infelizmente a maioria das pessoas desconhece [essas questões], porque os jornais, de uma maneira geral, principalmente o jornal líder de audiência, o grupo de comunicação líder de audiência, não divulga nenhuma linha sobre o assunto. Infelizmente a maioria da população está excluída do acesso à informação.

APÊNDICE J – Entrevista com Raimundo Rodrigues Pereira (Jornalista, atuou nas revistas Veja e Realidade. Foi fundador e editor dos jornais alternativos Opinião e Movimento, e da revista Reportagem. Atualmente é repórter da revista Carta Capital)

Entrevista gravada, concedida em 10 jun. 2006

1. Como grande nome não só deste campo, mas de todo o jornalismo brasileiro, de que modo você conceitua o termo “imprensa alternativa”?

Esse termo gera confusão porque não diz alternativa a quê. Ele foi usado algumas vezes, indevidamente, também para caracterizar uma imprensa que só existiria durante a ditadura militar, porque a grande imprensa não estava cumprindo o seu papel. Então, para mim, o termo era ruim porque eu acho que imprensa profissional, que pretende se apresentar como serviço público neutro, não é neutra. Toda a imprensa, não só a imprensa dos partidos como a imprensa dos grupos, ONGs, organizações diversas, ela tem sempre - de modo explícito ou implícito - um propósito, um interesse a defender. Isso não é ilegítimo.

A grande imprensa afirma que não tem interesses a defender porque quer ter apoio público, dos órgãos públicos, uma proteção que freqüentemente o poder público dá como se ela fosse neutra. É como o governo Lula considerar que a defesa da Globo é uma questão de interesse nacional. Também tem outra confusão: durante o período da ditadura algumas vezes se usou o termo imprensa alternativa para discriminar a imprensa militante partidária. É e como se a imprensa militante partidária não fosse também uma imprensa alternativa em termos gerais. Talvez até mais alternativas que as outras, porque o partido é uma alternativa de poder político da sociedade, uma visão de sociedade.

O partido tem uma imprensa que expressa uma alternativa. Portanto, os problemas de conceito são mais ou menos esses. Veio outro dia veio um rapaz me entrevistar para fazer um trabalho acadêmico e ele dizia que tinha uma visão que correspondia a esse engano. Porque achava que a imprensa alternativa tinha sido uma imprensa de gente que sofreu muito com a ditadura, que sofreu perseguições, que teve grandes perdas econômicas etc. Isso não é verdade. No meu caso não é verdade. Eu não tive perda econômica que fosse decorrência da ditadura. Eu deixei de ser funcionário das grandes empresas. Aliás, nem deixei porque voltei, tenho um certo caminho. Imagino que hoje seja mais difícil, mas eu sempre tive um certo caminho na grande imprensa, também. E ao longo da ditadura não sofri perseguição econômica. Eu construí minha casa, tive filhos. Isso é porque essa juventude ignora a imprensa. A imprensa alternativa da qual participei foi apoiada.

E mesmo o trabalho acadêmico que é muito conhecido no Brasil, que é o livro do Bernardo Kucinski, ele não só embaralha todos esses conceitos e faz uma grande confusão, como tenta caracterizar essas ligações entre a imprensa alternativa da qual nós participamos com a imprensa da clandestinidade como uma coisa ilegítima. O livro dele tenta provar isso. Foi mal pesquisado, mal feito. Uma difamação.

2. Você chegou a se contrapor publicamente ao Kucinski, que teria se comprometido a fazer uma revisão da obra. Como foi isso?

A minha impressão dos contatos que mantive eu com ele - porque nós temos laços. Tivemos uma amizade no passado e mantemos contato. Não temos nenhuma relação de inimizade pessoal, apenas divergências em questões conceituais – é de que ele tem consciência de que o livro tem erros e que deveria corrigi-los. Eu pretendo, de alguma maneira, fazer essas correções de modo público. Eu acho que é uma responsabilidade que eu tenho.

3. Você fez imprensa alternativa? Concorda que fez?

Pode ser chamada dessa maneira. Eu prefiro chamar de imprensa popular. Existe imprensa popular, existe imprensa democrática, nacional, que era o Opinião. Não era um jornal controlado pelos setores populares. Ele era um jornal de um burguês progressista dos raros, na época, 1972, um grande empresário [Fernando Gasparian] movido por interesses de defesa da nação brasileira, da cultura brasileira. Um empresário de grande valor. Causa uma certa confusão englobar tudo como o nome de alternativo, mas eu nunca protestei quanto ao fato.

4. Você deixou o Opinião já no governo Geisel...

No começo do governo Geisel. O governo Geisel é de 1974. No primeiro ano eu ainda estava dirigindo o Opinião. No começo de 1975 houve um desentendimento e fui demitido. A equipe saiu para fazer o Movimento.

5. Estou trabalhando a partir da tese de que a imprensa alternativa é aquela que representa uma alternativa ao poder das grandes corporações de mídia. Você vê expressões dessa imprensa hoje no Brasil?

Sim, vamos usar esse termo genérico – “imprensa alternativa”. Porque existem também grupos que fazem uma imprensa de direita, a serviço de grandes grupos, inclusive em relação à imprensa burguesa democrática. Existem coisas até piores. Continua existindo uma imprensa de setores militares descontentes, que querem derrubar a situação atual.

A imprensa alternativa produzida pelo setor popular tem inúmeros experimentos, inúmeros trabalhos. Posso citar aqui a nossa vizinha, a Caros Amigos, a própria Reportagem, uma revista que nos fizemos até julho do ano passado, e inúmeros sites que são feitos por pequenos grupos. Nós vamos retomar o que estamos fazendo num site diário, mas pretendemos retornar com um trabalho de acompanhamento da conjuntura e fazer algumas reportagens especiais. Eu já conhecia e você me trouxe aqui um exemplar do jornal do Lúcio, que pode perfeitamente ser catalogado dentro dessa classificação.

6. Eu gostaria que você falasse do trabalho que o Lúcio desenvolveu com você lá no Movimento e na Realidade também.

Eu conheci o Lúcio acho que 1971, se a memória não me falha, no trabalho de preparação da edição da Realidade Amazônia. Ele participou da equipe e depois foi colaborador do Opinião, colaborador do Movimento. E depois eu tomei conhecimento mais pelos jornais, pela imprensa, do trabalho dele. Até pessoalmente freqüentei por varias vezes a Amazônia neste período e vi o trabalho dele.

7. E qual a análise que você faz do trabalho dele?

Eu essas coisas dão trabalho para você analisar. Você tem que ter algum tempo...Eram coisas que precisava fazer e não fiz. Fazer uma reflexão mais profunda é difícil. É um tipo de trabalho intelectual de um certo gênero que talvez devesse ser mais estudado, mais trabalhado, para dar resultados melhores.

8. Nem é isso que eu estou pedindo, porque não teríamos condições. Você já tinha me dito que faz tempo que não vê o Lúcio...

Você não se dá conta porque o trabalho jornalístico é muito envolvente. O dia-dia é cheio de novidades incríveis e só quando você começa a estudar um pouco mais você percebe que as coisas são mais complicadas. É bom estudar para você fazer um pouco mais, pensar, inclusive para fazer um bom jornalismo.

9. Raimundo, você vem de algumas das experiências mais marcantes da imprensa brasileira, em Realidade, Veja, Movimento, Opinião, projetos dos quais qualquer jornalista gostaria de ter participado e você participou. Trinta, quarenta anos depois, olhando para trás, que balanço você faz? A imprensa mudou, melhorou, piorou?

Não é só a imprensa brasileira. Eu estou convencido de que o país sofreu um golpe muito grande com o movimento de 1964. Tudo na vida é contraditório. Então algumas coisas avançaram, foram

descobertas muitas coisas, foram criadas coisas novas, mas no sentido mais geral, político, do desenvolvimento - e a imprensa é parte disso -, houve um atraso. Num país moderno, numa economia como a de hoje, a imprensa é parte dos próprios negócios, ela é parte da formação cultural. Então nesse campo houve um atraso.

Há algumas experiências importantes, marcantes, em vários campos, mas no geral o que predomina é uma degradação. Vamos pegar um exemplo mais visível, o grande Jornal Nacional, que junto com a novela das oito são quase instituições do país. Ele [o JN] é muito ruim, muito ruim do ponto de vista de dar uma informação e te ajudar a organizar o conhecimento dos fatos para você se desenvolver politicamente, culturalmente. É um produto muito conservador e ao longo da história do país cometeu inúmeros erros decorrentes da posição conservadora que tinha. A edição do Jornal Nacional que não é uma coisa do Bonner, mas da estrutura de organização social de poder no país. Pode ver a Veja depois que o Mino saiu. O Mino era para ser muito respeitado pelo pai, o Civita. Mas o Civita favoreceu o sistema e a cada sete anos eles trocam de equipe. Veio o Guzzo, veio o Gaspari, o Mário Sérgio Conti, depois veio a equipe desse menino que morreu agora [Tales Alvarenga]. Agora tem uma equipe nova. Então são várias equipes. Não dá.

Nunca fiz esse estudo, mas a minha impressão falando em termos gerais - e quando você fala em termos muito gerais você comete muitas imprecisões - é uma decadência contínua. Não é uma questão só pessoal, claro. É também porque o patrão escolhe as pessoas a partir de certos rumos que ele toma. Então se você comparar a Veja de hoje... Não sei como vai ficar a situação agora, depois que eles venderam uma parte expressiva para o capital estrangeiro. Eu acho que vai piorar mais. Antes da venda a empresa vivia de pagar juros.

É que nem o Brasil. O Brasil não pode fazer muita coisa porque grande parte do orçamento está comprometido com os títulos. Por essa razão você tem títulos de propriedade fundiária que são da época de Dom Manuel, você tem títulos de dívida que são de Dom Pedro, que ele assumiu com a Inglaterra. Você vai rolando e o país pagando. E sempre o sujeito acha que esses compromissos são inalienáveis, irrecusáveis. E os compromissos com a Previdência, com os funcionários, tudo isso é para um segundo plano. Quando se fala em defender os direitos da Previdência é como se você estivesse defendendo a escravidão. [Veja o caso] da Globo. Ela também embora fez uma grande renegociação de dívida. Teve ajuda do governo. Não é ruim só por uma intenção. É ruim porque o país está metido num ciclo ruim, que expressa esta tentativa de sair por vias da ajuda externa, por vias do capital estrangeiro, não com base na valorização dos recursos nacionais, no trabalho de seu povo. Pelo contrário. Explora o trabalho do povo para fazer isso.

10. Gostaria de saber o que você pensa da discussão sobre opinião e informação no jornalismo. No jornalismo que pratica, como funcionam a opinião e a informação?

Essa é uma questão muito interessante. Nós aqui, recentemente, acho que há uns três anos, juntamos um grupo de intelectuais e discutimos isso. E foi uma discussão muito interessante porque desde o Opinião, que já tinha esse nome, tinha opinião, nós combinamos de fazer um jornalismo de investigação do dia-a-dia, que é como a imprensa do Brasil atual se apresenta. Quer dizer: eu investigo o que está acontecendo, o que é fato. Não é uma questão de opinião, é uma questão de fato. Como se para escolher os fatos não precisasse de um ponto de vista. Se é um bom jornalismo, ele tem que partir dos fatos. Mas ninguém observa os fatos sem um ponto de vista, a partir de uma posição.

E isso não é só do jornalismo, é da própria física. Eu fiz engenharia e me formei aqui na USP, em física. A radioatividade, a mecânica quântica, elas batem no fato que você não tem como ver o mundo sem ser a partir do ponto de vista e de realizar uma experiência, um evento qualquer, para confirmar alguma tese, sem ser tomando uma certa posição, intervindo nos fatos. Nós esperamos, aqui no projeto, desenvolver um pouco mais isso. Para tornar isso mais explícito para as pessoas. Porque as pessoas não percebem, que quanto mais profunda for a sua visão de longo prazo... Portanto, você adquire capacidade para observar certos fatos que ocorrem.

Opinião é quando você junta um monte de pequenos detalhes e transforma aquilo ali num ponto de partida. Não pode ficar a cada momento repetindo esse conjunto de detalhes. Você só consegue trabalhar com esse conjunto de pequenos fatos quando você dá nome para eles. A Revolução Francesa é um conjunto de eventos ao longo de dez anos. Você tem que criar um conceito. A imprensa da grande burguesia quer se apresentar como uma coisa objetiva.

11. Falando em imprensa burguesa a ANJ lançou, junto com a Unesco, a Rede Nacional em Defesa da liberdade de imprensa. No Brasil democratizado de hoje, que tipo de liberdade de imprensa existe, na sua opinião?

É como dizem os clássicos...Se usa freqüentemente a palavra liberdade para confundir. Se há imprensa, há liberdade. Como diz o Bush, a liberdade de iniciativa econômica é a principal das liberdades, que é o direito de comprar e vender. Então é uma confusão que infelizmente o capitalismo consolidou. Por exemplo, o trabalhador assalariado: é uma forma de escravidão, de exploração. Infelizmente a maioria ainda acha que tem a liberdade de escolher o seu trabalho. Você não pode deixar de reconhecer que o trabalhador compra e se informa pelos canais da burguesia, por um ato de vontade. Ele não é forçado, não existe uma escravidão da polícia, daquele patrão. Você pode sair. Do regime de escravidão antigo para o regime de escravidão assalariada houve um avanço. Não é uma coisa igual. É bem diferente. Ninguém quer a volta da escravidão. Os trabalhadores das camadas populares não estão unidos, não têm força para montar qualquer coisa comparável ao que a grande burguesia faz. Devido a essa desunião não temos recursos para fazer um jornal como o Movimento. Por uma questão de fragilidade política do movimento popular nós não fazemos uma coisa para competir. E não estou me excluindo disso. Nós estamos aqui na luta. Nós somos responsáveis por construir isso.

Então não é uma questão que eles nos impõem. Você pode jogar Veja no lixo se quiser. Eu parei de assinar, mas compro The Economist, que é muito conservadora, mas é uma revista de grande qualidade e que tem repórteres no mundo inteiro. Porque eu preciso saber. Eu tenho que tirar por um filtro. Eu tenho necessidade de um jornal diário aqui, ou seja, o Estado, a Folha, o Globo, ou outro jornal qualquer.

12. Nos estudos que tenho feito me deparo o tempo todo com a questão da independência da imprensa. O que é, para você, imprensa independente?

Isso também às vezes se apresenta de um modo absoluto. Eu inclusive quero (agora nos próximos meses; não sei se vou ter êxito) entrar num partido político para acabar com essa confusão. Porque às vezes algumas pessoas, por conservadorismo, acham que eu sou um jornalista melhor porque eu não faço parte de um partido político. Eu acho isso um erro. Acho que partido é uma coisa extremamente importante eu quero me filiar a um partido.

13. Já sabe qual?

Tenho aí algumas idéias iniciais. Muita gente me tem como uma pessoa do PC do B. Tem gente importante, por incrível que pareça, que acha que eu sou do PC do B que talvez eu esteja escondendo. Eu nunca fui do PC do B, mas tem gente que acha. Não porque eu queira dar satisfação para alguém, não. Eu acho que a militância partidária é importante. Eu também nunca fui do PT, que é um partido no qual o povo depositou tantas esperanças. Eu acho que ele fracassou e acho muito difícil o PT retornar ao rumo. Acho inclusive que a crise foi sendo resolvida no sentido de piorar o PT, não no sentido de melhorá-lo. Mas um jornalista militante, portanto não independente nesse sentido partidário, pode ser um grande jornalista.

O Marx foi jornalista. Ele sempre foi um militante. Não foi dos partidos comunistas porque não existiam na época, mas Angels continuou a obra dele e participou de todas as discussões sobre os partidos e da longa disputa para a formação do partido alemão. Foi o grande partido ligado à classe operária e que deu origem para um ramo torto, associado à social-democracia. De um modo geral, a independência, como todo conceito, tem que se ser relativizado.

As pessoas são dependentes umas das outras. O indivíduo nasce completamente dependente da mãe e precisa adquirir independência. É preciso que as pessoas sejam independentes senão a relação não vai para frente. Um jornalismo mesmo partidário, ele deve ter esse compromisso porque o jornalismo tem uma tarefa.

APÊNDICE L – Entrevista com Élson Martins (Jornalista acreano, ex-correspondente do jornal O Estado de S. Paulo em Rio Branco - AC. Fundador do jornal alternativo Varadouro em Rio Branco, nos anos 1970)

Entrevista concedida por e-mail em 28 mai. 2007

1. Num artigo escrito em 2002, você apontou o Jornal Pessoal como o melhor jornal da Amazônia. Em sua opinião, o que, naquele momento, colocava o JP nesta condição?

Considero o JP, de certa forma, o único sobrevivente da imprensa alternativa dos anos 70. Acho que sempre foi e continua sendo o melhor jornal da Amazônia. É independente, corajoso, ético, investigativo e tem propostas claras em defesa da região. Não admira que não seja bem aceito e

difundido nas escolas de comunicação, pois suas idéias ferem interesses dentro da própria classe jornalística e em setores ambientalistas. Politicamente, desperta iras, reveladas ou não.

2. Você ainda vê o jornal do Lúcio como o melhor da Amazônia? Por quê?

Lúcio é preparado e obstinado. Quem visita sua casa sabe o quanto. Ele se interessa por tudo que diz respeito à Amazônia: junta papéis, faz anotações, tem sensibilidade para enxergar valor num panfleto escrito por um anônimo em escolinha de beira de rio. Lúcio é um cientista social. Para mim, seu único defeito é não saber (ou não querer) liderar um grande projeto editorial amazônico partilhando seus arquivos e seu conhecimento com a sociedade de forma mais ampla e simples, com a ajuda de outras pessoas. Mas talvez seja exigir demais dele.

3. Você protagonizou uma rica experiência na imprensa alternativa do Acre, como o Varadouro. Apesar do contexto histórico distinto, é possível ver proximidades entre o alternativo acreano e o Jornal Pessoal?

Claro. O Varadouro e o Jornal Pessoal possuem alma. Uma alma amazônica. Publicamos artigos do Lúcio no Varadouro, como colaboração dele. Hoje vejo isso com mais clareza: Lúcio se incomoda com forâneos que enxergam a Amazônia com o olhar do colonizador. Sem influência dele, eu também enxergava isso. Cheguei a utilizar o termo **bwana** para identificar o colonizador que chega à região impondo regras – sociais, econômicas, culturais etc. Tirei a expressão das revistas em quadrinhos do Fantasma que lia nos anos cinquenta. Lúcio passou a utilizar a mesma expressão. O colonizador de que falo não é apenas o fazendeiro, o grileiro, o madeireiro ou o explorador de minérios. Pode ser também o cientista social, o ongueiro, os técnicos contratados pelo governo para projetos “sustentáveis”, e também jornalistas “especializados”.

4. É fato que a grande imprensa amazônica tem muitas dificuldades para colocar na agenda os problemas mais complexos da região. E quando o faz, não dá conta de discutir esses problemas com profundidade. Em sua opinião, por que isso ocorre?

A grande imprensa da região está na mão de empresários com pouco interesse na sustentabilidade da região. É aliada do grande capital e trabalha com olho grande no lucro, ainda que isso implique em trair projetos coletivos fechando os olhos para a agressão ao meio ambiente. Também não temos mais nas redações jornalistas com poder e vontade de se opor a essa escolha editorial. A grande imprensa do país e da Amazônia tem compromisso com as elites. Algumas matérias podem desmentir isso, mas são sazonais e requentadas, só servem para legitimar a ameaça verdadeira que se amplia. Quer melhor exemplo do que acontece no Estado do Pará, que se fragmenta e se descaracteriza como amazônico por conta de “empoderados” como a Vale do Rio Doce? Já tivemos lutas melhores e mais legítimas nos anos 70/80. Agora, a resistência talvez tenha que ser mais globalizada com o mote: “o planeta terra vai morrer” ou “estamos próximos do fim do mundo”.

5. As relações promíscuas entre poder político-econômico e imprensa são notórias na região Norte (a exemplo do que acontece, em maior ou menor grau, nas outras regiões). Quais as consequências dessa promiscuidade para o jornalismo praticado na Amazônia?

Elas parecem catastróficas. Mesmo no Acre cantado em prosa e verso essas relações existem e, sorratamente, como cupim em alfarrábios, minam e destroem as potencialidades da região. A esquerda moderna, na qual, e por desespero, ainda fazemos fé, também participa dessa elite incapaz de trabalhar com o novo, e de criar uma sociedade diferente baseada em conhecimentos tradicionais. Lúcio diz, apropriadamente, que a guerra da Amazônia hoje é a guerra da ciência e da tecnologia. Vendo pelo lado positivo, podemos afirmar que dispomos no mundo e no país de tecnologia simplificada que transformaria a Amazônia num paraíso. Bastaria desengavetar as centenas de projetos comunitários já testados e que enriqueceram muitos currículos acadêmicos. Por que os políticos não os transformam em políticas públicas, com execução de baixo custo? Para isso conviria estabelecer, antes, o equilíbrio de saberes: os acadêmicos teriam que ter a humildade para sentar com os pajés, os seringueiros e extrativistas, os ribeirinhos e somar conhecimentos de igual para igual. Mas entendo que isso fica mais difícil a cada dia, por falta de humildade, ética, identidade e ideologia.

6. Você tem notícias de outras experiências alternativas em andamento na Amazônia?

Não sei não, mas sonho que estejam acontecendo. Afinal, em todos os tempos as novas gerações surpreenderam levantando bandeiras inimagináveis. E a informática está aí escancarando janelas. Tenho visto muitos sites bem feitos e coisas incríveis no Youtube (é isso?); entretanto, desconectados uns dos outros (a desconexão social e cultural parece ser o grande mau do século 21). Também

acredito nos velhos sábios, da floresta e das academias, tipo o filósofo francês Edgar Morin, que recomenda apostar no improvável.

APÊNDICE M – Entrevista com Luiz Maklouf de Carvalho (Jornalista. Foi editor do jornal alternativo Resistência, de Belém, correspondente de Veja na Amazônia, repórter do Jornal da Tarde e Jornal do Brasil. Atualmente é repórter da revista Piauí)

Entrevista concedida por e-mail em 25 jul. 2006

1. O que representou para você a experiência como editor do Resistência? Qual a importância desse jornal na história da imprensa alternativa do Pará?

O jornal Resistência, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, foi um dos jornais alternativos regionais de vida mais longa no país. Durou cinco anos e sete meses e tirou 61 edições. A primeira saiu em fevereiro de 1978 (número zero) e a última em setembro de 1983. A tiragem média era de três mil exemplares, mas uma delas, o número 5, tirou cinco mil exemplares. A edição foi quase toda apreendida pela Polícia Federal durante uma das duas invasões nas gráficas que o que o imprimiam. Resistência ganhou quatro prêmios Wladimir Herzog.

Fui escolhido para ser editor do Resistência numa votação apertada de assembléia geral, em 1978. Era candidato do grupo representado pelo advogado Paulo Fontelles de Lima, assassinado em junho de 1987, a quem atribuo o maior mérito individual, seja pela criação da SPDDH, seja pela criação do jornal, sem demérito de outros. Eram anos da ditadura e a proposta era somar com outros jornais da imprensa alternativa na luta contra a ditadura e pela redemocratização do país.

Estudante de Direito e militante do movimento estudantil - me formei em 1981 - vinha, antes do Resistência, de uma experiência na chamada grande imprensa local: fui revisor de O Liberal, repórter de A Província, repórter e editor de geral de O Estado do Pará, onde ganhei um Prêmio Esso Regional Norte em 1977, com uma matéria sobre corrupção no uso do dinheiro do Banco da Amazônia em um projeto agrícola. Pouco depois disso fui afastado deste jornal porque seu dono, o empresário Avertano Rocha, chocado com uma reportagem que denunciava a violência policial, vetou sua publicação e mandou me demitir, passalho que também atingiu outros repórteres da editoria de Geral. Daí fui para o Resistência. A partir de um certo tempo também passei a ser o correspondente do jornal Movimento no Pará.

Resistência foi uma experiência marcante para todos os que o fizeram. Acho que o nome expressa bem o que ele foi. Era uma batalha fazê-lo sair. Além das apreensões, sofremos processos. Algumas vezes o jornal teve que ser impresso fora de Belém (até mesmo em São Paulo). Acho que ele deu uma boa contribuição na luta contra a ditadura no Pará – e essa é a sua maior importância. Nos curtos períodos em que outras tarefas me afastaram da editoria do jornal, esta função foi exercida pelos jornalistas Paulo Roberto Ferreira e Marcos Soares (nome que então usava, por questão de segurança, o neto de Pedro Pomar, Pedro Estevam - acho que hoje ele está na Adusp)

O jornalista Lúcio Flávio Pinto foi um dos colaboradores eventuais. Algumas vezes cedeu matérias suas. Ao que me lembre, uma delas chegou a ser capa.

2. Olhando de longe, depois de mais de 20 anos fora do Pará, como você percebe a imprensa paraense hoje?

Apesar dos esforços de jornalistas sérios que neles trabalham, os diários de maior circulação estão muito longe de praticar um jornalismo de qualidade. Salva-se o Jornal Pessoal, do Lúcio Flávio Pinto.

3. Sobre o Jornal Pessoal: como leitor, que impressões você guarda da publicação editada por Lúcio Flávio Pinto?

Acho que a experiência jornalística do Lúcio – Bandeira 3 e outras, bem antes do JP - foi uma referência importante na formação de vários jornalistas paraenses, entre os quais me incluo. Faz tempo que ele carrega a bandeira de um jornalismo independente de governos, de poderosos e de interesses econômicos. Esse esforço não é pouca coisa numa região em que esses interesses são justamente os que prevalecem. Além do destemor em enfrentá-los, Lúcio é, muito provavelmente, no Brasil e no mundo, o jornalista que mais conhece com profundidade as questões da Amazônia. Daí as merecidas premiações internacionais.

APÊNDICE N – Entrevista com Walter Rodrigues (Jornalista, ex-correspondente do jornal O Estado de S. Paulo em São Luís-MA, e editor do jornal alternativo Colunão)

Entrevista concedida por e-mail em 4 ago 2006

1. Você trabalhou com Lúcio Flávio Pinto? Quando e onde?

Em 1977, por indicação dele, fui contratado em Belém para ser correspondente d'O Estado de S.Paulo em São Luís. Na época, o Lúcio batalhava para que o Estadão organizasse uma sucursal na Amazônia, que iria do Maranhão aos estados do extremo-norte. Chegamos a atuar um pouco como sucursal, chefiada por ele.

Uma reportagem que ele pautou e coordenou nessa época - "Amazônia, a ocupação ilegal" (o título é meio frio, mas não o texto ou o conteúdo), com a colaboração dos correspondentes amazônicos, ganhou menção honrosa do Prêmio Esso. Durante o tempo em que trabalhamos juntos e nos anos subsequentes, quando raras vezes pude encontrá-lo pessoalmente mas nunca deixamos de ter contato, o Lúcio foi ficando cada vez melhor, não apenas no talento profissional, mas também na assombrosa capacidade de trabalho. Ele lê e escreve quase furiosamente e ainda encontra tempo não apenas para andar pelas estradas da Amazônia e até pelo exterior, como também para se interessar pelo destino de cada rua, de cada prédio importante de Belém.

É um jornalista, um cidadão e um homem de primeira linha, na sensibilidade individual, na responsabilidade social, na cultura, no talento e na honestidade. Digo isso com a autoridade de quem às vezes discorda dele, sem que isso abale a nossa amizade e a grande amizade e carinho que tenho por ele.

2. Que contribuições o Jornal Pessoal traz para o debate das grandes questões amazônicas, em sua opinião?

Pouca gente acumulou tanta informação sobre a Amazônia quanto ele [Lúcio Flávio], com a grande vantagem de que não observa do ponto de vista dos exploradores, mas dos explorados. O Lúcio é uma espécie de auditor permanente do saque fundiário, energético e mineral da Amazônia. É também a denúncia viva de uma imprensa em geral corrupta e corruptora, simbolizada n'O *Liberal*.

3. Em seu Jornal Pessoal, Lúcio Flávio Pinto rejeita a veiculação de publicidade por considerá-la corruptora. O que você pensa dessa tese?

Não acho que a veiculação de publicidade seja necessariamente corruptora. Depende acima de tudo do jornalista e do quanto ele dependa de fontes potencialmente inimigas da liberdade. Acatar publicidade com critério é até melhor, por exemplo, do que receber ajuda não declarada de pessoas de boa fé que desejam ajudar, mas não querem aparecer. Quando você bota um anúncio e reivindica a condição de independente, o leitor passa imediatamente a observar como você se porta em relação aos interesses do anunciante.

Note, por exemplo, que o governo Lula anuncia em jornais e revistas que lhe são extremamente hostis. O pior anunciante é o que anuncia "por fora", como a embaixada dos EUA, conforme apurou o repórter Bob Fernandes em memoráveis reportagens para *Carta Capital*. Em todo caso, respeito a opção do Lúcio e acrescento que não há muita diferença entre querer ou não querer anúncios, quando se faz jornalismo independente, porque a grande maioria dos governos estaduais, prefeituras e empresários quer distância disso...

4. Como você vê a decisão de Lúcio Flávio de trabalhar solitariamente, depois de tantas experiências conjuntas que ele vivenciou em redações de jornais?

Pouca gente fica só porque quer. O bom, no caso, seria uma associação de jornalistas independentes. Mas só Deus sabe como isso é difícil.

5. Você vê singularidades entre o Jornal Pessoal e o Colunão? Quais?

Há muitas diferenças. O *Colunão* (que, aliás, está em recesso forçado causado por anemia financeira) aceita anúncios, assim como aceita que a maioria dos anunciantes sejam fugazes. Em geral preferimos anúncios de sindicatos. Além disso, na maior parte do tempo, o *Colunão* circulou como encarte, editorialmente independente, de outro jornal, até que este último mergulhou na corrupção mais deslavada e tornou nosso "inquilinato" impossível. Porque o problema aqui no Maranhão não é apenas o dos anunciantes intocáveis, Alcoa, Vale do Rio Doce, empresas de ônibus etc.

É o "por fora", é o pagamento do noticiário, muitas vezes produzido nos palácios e publicado cinicamente como se fosse de autoria do jornal. Neste aspecto, no Pará há menos descaramento,

acho. Mas há outras diferenças. Uma delas é que o Lúcio faz um jornal mais pessoal, mais profundo e com diagramação mais severa. O ponto comum é a independência. Somos orgulhosos disso. Isso produz desafetos em todos os quadrantes, mas também leitores e admiradores de melhor qualidade. Costumo dizer que tenho os melhores leitores do Maranhão. Assim acontece com o Lúcio, que tem sofrido muito, muito mesmo, até a covarde agressão física desse Maiorana execrável, mas goza também de um respeito que o outro jamais terá.

6. É praxe, na imprensa burguesa, os jornais se referirem a si mesmos como "independentes". Para você, o que é "independência" no jornalismo?

Imprensa independente é aquela que se guia por princípios, que não é mercenária, nem partidária. Isso não quer dizer que não tenha "linha", que não tenha "lado", que não tenha opinião. Quer dizer que assume clara e objetivamente seus pontos de vista e que não falsifica nem esconde os fatos quando contrariam a tese. Se lhe parece inevitável, muda a tese e explica ao leitor por que mudou. A Agência Carta Maior e o Le Monde Diplomatique, por exemplo, fazem imprensa independente, assim como o Jornal Pessoal e muitas outras publicações. Em outras, o grau de independência varia (não devemos confundir Carta Capital com Veja, por exemplo), mas a regra hoje em dia, especialmente nas TVs privadas, é o mercenarismo e a manipulação.

A independência é prima da honestidade. O jornalista independente, por exemplo, por mais esquerdista que seja, tem de refletir se é verdade que o Maluf algum dia defendeu o estupro. Trata-se de uma falsidade tão grande quanto aquela da direita de que o Brizola tinha fugido do Brasil vestido de mulher. Ninguém precisa dessas lorotas para execrar o malufismo.

APÊNDICE O – Entrevista com Carmen Silva (Jornalista, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Pará e coordenadora da Comissão de Direitos Humanos e Liberdade de Imprensa da Fenaj)

Entrevista concedida por e-mail em 8 ago. 2006

1. Como você recebeu a crítica feita por Lúcio à nota emitida pelo Sindicato dos Jornalistas do Pará quando da agressão [cometida pelo empresário Ronaldo Maiorana ao jornalista, em 21 de janeiro de 2005]? Lúcio atacou a nota, que considerou pusilânime face ao ocorrido.

A nota foi elaborada e debatida pela diretoria do Sinjor-PA em reunião extraordinária. Nós, da diretoria do Sinjor, nos manifestamos sim contra a agressão, uma vez que na nossa avaliação foi intolerável e condenável. Contudo, a nota também deixa claro que não aceitamos ser usados como massa de manobra para alimentar a disputa entre os dois grupos de comunicação do Pará, RBA e ORM, ambos alvos de ações judiciais e de fiscalização movidas pelo Sinjor-PA por irregularidades trabalhistas.

No caso da RBA, ainda há o agravante de impedir o acesso de diretores, fazer campanha constante de difamação contra a entidade e censurar qualquer material informativo vindo do Sinjor-PA, em uma violação à liberdade de imprensa, que eles dizem defender.

O nosso objetivo principal era tornar o caso do Lúcio um ícone para chamar atenção da sociedade, do poder público e da categoria para as cotidianas agressões contra jornalistas que, em grande parte, nem chegam a ser denunciadas. É importante destacar também que o caso do Lúcio foi denunciado à Fenaj e consta no relatório "Violência e Liberdade de Imprensa no Brasil", documento elaborado pela Comissão de Direitos Humanos da Fenaj, a qual coordeno, e que foi enviado a autoridades e entidades de defesa dos Direitos Humanos.

2. Também gostaria que analisasse, como dirigente sindical, as condições existentes para o pleno exercício do jornalismo no Estado do Pará, visto que Lúcio frequentemente acusa os jornais locais de omissão face aos grandes problemas da região, em função de interesses privados.

O controle dos meios de comunicação de massa na mão de poucos, em especial grupos políticos e famílias, é uma realidade deplorável no Brasil, inclusive no Pará. Neste modelo "adotado" pelo País, a informação passa a ser indevidamente vista como um produto, a ser negociado comercialmente para atender a interesses econômicos e políticos. Esta prática quase sempre mascara a realidade e omite fatos. A Amazônia, infelizmente, não foge a esta regra. Os problemas da região só vêm à tona se forem objeto de barganha e, resolvida a questão publicitária, some dos noticiários. Nesta questão,

Lúcio é uma voz que tem resistido a esta prática e mostrado o outro lado da notícia que não consegue espaço na grande mídia.

Assim, a informação como bem social veiculada através de um jornalismo de qualidade, ético e responsável acaba virando um ideal que só é defendido por poucos. A Fenaj e os sindicatos brasileiros, como o do Pará, defendem a democratização dos meios de comunicação, como forma de romper com o monopólio da mídia e colocá-la realmente a serviço da sociedade.

3. Como você vê o poderio exercido pelos grandes grupos de mídia no Pará, especialmente a ORM e a RBA?

A concentração dos meios de comunicação, como já dissemos, não colabora para a construção de uma sociedade justa, já que ao manipular a informação para atender a interesses pessoais ou de um grupo, reduz a mídia a serviço de uma minoria, concentradora de renda, e a afasta da população, que segue desinformada e sem conscientização de seus direitos. O poderio destes grupos se adequa a esta política, comprometendo a qualidade do jornalismo feito na Amazônia e, ainda pior, colaborando para a alienação do povo em torno dos problemas da região, dificultando sua superação. Só com uma mídia democrática, que permita o acesso de muitos aos veículos de comunicação, é que poderemos ter uma sociedade mais consciente e interessada em exigir e construir um País mais justo.

APÊNDICE P – Entrevista com Bernardo Kucinski (Jornalista, professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Foi assessor de imprensa da Presidência da República no governo Lula, no período 2003-2006)

Entrevista gravada, concedida em 18 setembro de 2007, em São Paulo (SP)

1. No livro A Síndrome da Antena Parabólica, o senhor fala de um novo impulso alternativo, diferente daquele registrado nos anos 70. Que novo impulso é este?

Hoje o alternativo, com certeza, está na internet. O alternativo, o extraordinário, numa dimensão que a gente nunca imaginou antes. Qualquer pessoa pode escrever, ter seu blog, seu site, seu jornal, seu boletim, com baixíssimo custo e altíssima penetração. É um mundo novo que se abriu. Antes disso havia algumas outras coisas, aqueles fanzines, coisas desse tipo. Mas hoje a internet é tão extraordinária que implodiu o conceito de comunicação de massa, de comunicação pessoal. Ela é tudo ao mesmo tempo, e certamente é uma comunicação com um forte componente alternativo.

2. Em sua opinião, a expressão “alternativa”, referindo-se a esta imprensa contra-hegemônica, tem um novo sentido em relação àquele usado nos anos 70?

O alternativo pode ter uma definição meio metafísica. Quer dizer, aquilo que não é o dominante, não é o convencional, que não é o “feijão com arroz”. É o dissidente, o que vai contra a corrente. Eu definiria, em termos gerais, assim. Mas eu acho que as melhores definições são as mais datadas, mais delimitadas no tempo e no espaço. Por exemplo, no meu livro sobre a imprensa alternativa nos anos 70, eu me restringi a um universo de veículos que tinham um aporte jornalístico como fator dominante, mesmo tendo propósitos políticos e até político-partidários, mas que tinham como característica operacional o aporte jornalístico. Possuíam redações e certa autonomia jornalística. Agora, mesmo naquela época, existiam centenas de publicações, algumas até regulares; por exemplo, boletins das comunidades eclesiais de base, que não tinham densidade jornalística. Era uma pessoa que escrevia, talvez duas ou três. Não havia jornalistas. Esses não entraram no meu universo, mas podiam ter entrado se eu tomasse outra definição. Uma definição mais radical de alternativo talvez pegasse esse outro universo. Depende muito. Você pode definir de várias formas, em cada momento, em cada época.

3. Voltando à internet, que experiências o senhor destacaria hoje como bem-sucedidas no Brasil, no campo da imprensa alternativa?

No jornalismo impresso a Caros Amigos, indiscutivelmente, e talvez a revista Fórum. Existem muitos poucos veículos. Existe um conjunto de veículos que têm patrocínio de governos estaduais, prefeituras e um certo viés alternativo no sentido de que, como não precisam de aporte comercial, podem fazer vanguardismo, experimentação gráfica, podem tratar de temas de interesse restrito, que não tenham apelo para a grande massa. Existem alguns veículos desse tipo, das secretarias de

cultura e governos estaduais. O jornal Já, de Porto Alegre, talvez seja um alternativo. Agora, na internet, você tem dezenas, centenas de sites, no Brasil e no exterior.

4. Neste campo do alternativo o senhor situaria o Jornal Pessoal, de Lúcio Flávio Pinto, que está completando 20 anos de existência?

Resposta - Certamente. Ele é um dos poucos que sobreviveu desde aquele período [anos 1980]. A informação que eu tinha é que ele [Lúcio Flávio Pinto] havia encerrado o jornal, e foi por isso que eu não o mencionei. Ele tinha dois jornais, o Jornal Pessoal e o Agenda Amazônica. O Agenda Amazônica, ele fechou [em 2001]. Certamente é o alternativo típico. Apesar de ser um jornal de uma pessoa só, tem todas as características pela radicalidade, dissidência, por ser contra a corrente.

5. No livro Jornalistas e Revolucionários, o senhor define Lúcio como um jornalista outsider. Para o senhor, o que é ser outsider no jornalismo?

Bem, eu sou um outsider, também. Trata-se do sujeito que o *establishment* que não vê com bons olhos, [pois] acha que vai criar problemas. É um sujeito que tem de se virar sozinho. Não faz muita média. Mas essa definição tem de ser localizada no tempo e no espaço. Eu acho que no Brasil existe uma situação pela qual o domínio das redações fica circulando sempre entre as mesmas pessoas. Elas saem de um jornal e vão para outro, saem de uma televisão e vão para outra; são sempre as mesmas pessoas. Pessoas em geral talentosas, caso contrário não seriam quadros dirigentes; que têm a confiança dos donos, senão não seriam contratadas o tempo todo; e que também gozam da confiança dos jornalistas, senão também não teriam muita utilidade para o proprietário. Então são pessoas que têm de fazer média entre o bom jornalismo e uma certa fidelidade ao patronato, que, como sabemos, no Brasil não é um patronato muito democrata. Tem um viés autoritário. E existem alguns jornalistas que não conseguem fazer essa média. Eles se revoltam num certo momento ou são intransigentes. Às vezes viram colaboradores, como, por exemplo, o Washington Novaes, e às vezes não são aceitos nem como colaboradores. Não são bem vistos nem como colaboradores. Então vão se afastando, vão se tornando outsider. O Aloysio Biondi era aceito pelos proprietários porque era muito talentoso, tinha liderança, era carismático. Mas ele foi se afastando aos poucos. Na questão das privatizações foi se tornando mais intransigente. Contam um episódio que me parece que é verdadeiro, que quando a Folha de S. Paulo quis chamá-lo de volta para fazer uma coluna, não sei se diária ou semanal, ele concordou, desde que pelo mesmo salário deixassem fazer uma página. Aí não queriam mais. Porque em uma página ele influiria, ele determinaria o tom do jornal. Eles [os dirigentes da Folha] queriam que ele viesse para legitimar o jornal, mas não para dar o tom do jornal. Então, o Biondi se tornou um outsider. Eu acho que a definição de outsider é um corolário da definição do sistema. Quando o sistema é autoritário, você tem os outsiders. Quando não é, você não tem. Eu morei na Inglaterra muitos anos e lá é mais difícil encontrar um jornalista outsider. Tinha lugar para todo mundo lá, mesmo para os mais radicais. Aliás, quanto mais diferente o sujeito era, mais era requisitado. Aqui o diferente assusta. Então o outsider está ligado ao modo autoritário da nossa sociedade. Eu imagino que deve haver outsiders em vários campos, na cultura, no cinema, na engenharia, no serviço público.

6. O Lúcio Flávio se encaixa perfeitamente nesta definição. Ele tinha uma coluna, até há alguns anos, na Agência Estado. Era único espaço que havia restado para ele, mas que também foi fechado. Bem, o Jornal Pessoal não acabou. Ele continua. O senhor não é mais assinante?

Eu li em algum lugar que ele [o JP] havia encerrado...

7. Ele sistematicamente faz essa ameaça [de fechar], mas o jornal completou agora 20 anos com uma edição especial, com artigos de colaboradores. Do que o senhor conhece do Jornal Pessoal, que papel o senhor considera que a publicação cumpre na Amazônia?

Eu não sou leitor regular do Jornal Pessoal. Eu tive acesso ao jornal em alguns momentos muito esparsos. Teve uma época que eu recebia o jornal em casa. Ele [Lúcio Flávio] mandava para mim, acho que durante um ano, mais ou menos. Eu estive algumas vezes em Belém, em reuniões. Inclusive na última vez o Lúcio também estava na palestra. Minha impressão é a de que ele é uma figura quase mítica na região, uma figura histórica, que fica um pouco acima das coisas.

8. Seria um intelectual, no sentido do intelectual público?

Olha, eu não sei definir porque não sei se sou um intelectual. No PT tinha o grupo dos intelectuais. De vez em quando me chamavam, mas mais freqüentemente não me chamavam. Porque o jornalista não é visto como um intelectual, e como predomina no meu caso a imagem do jornalista, então ela é vista de forma meio depreciativa. Eu não sei como é a imagem do Lúcio na Amazônia, mas tenho

impressão de que é mais como jornalista do que como intelectual. A minha impressão é essa, mas não tenho certeza.

9. Há algum tempo houve uma polêmica nas páginas do JP entre o senhor e o Lúcio. Fale a respeito.

Foi durante a administração petista em Belém, quando ele acusou o prefeito de corrupção com empresas de ônibus. Naquela época eu trabalhava no Instituto Cidadania, do Lula, e não gostei da matéria dele [Lúcio]. Eu achei que ele adotou esse jornalismo que hoje é corrente, de ilações. São ilações. Você não tem nada para provar e lança suspeições sobre as pessoas. E eu escrevi para ele na ocasião.

9. Ele foi um grande crítico da administração de Edmilson Rodrigues...

Mas o que me incomodou não foi a questão da crítica, foi [o fato] de lançar ilações de que havia corrupção, uma caixinha e na verdade não havia prova nenhuma. Me pareceu que aquilo não era consistente, que não foi o que aconteceu. Nem sequer tratavam-se de ilações, que, com um pouco de "desconfiômetro", eu poderia dizer: "É isso mesmo". Para mim pareceu que não era.

10. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre o que representou a presença de um partido de esquerda no poder o do seu trabalho na assessoria da Presidência da República.

Sobre isso eu ainda não estou falando porque saí faz um ano e meio, e não acho correto ficar falando a respeito. O que posso dizer é que foi uma experiência importante porque nunca trabalhei próximo ao poder, ainda mais a Presidência da República, que é uma usina de decisões muito violenta, quase uma praça de guerra, uma sala de situação de guerra, onde você tem de fazer um informe diário, matinal, para o presidente, onde a responsabilidade é muito grande. Foi um desafio que eu acho que consegui enfrentar. Era um trabalho muito específico.

11. O senhor pretende escrever um livro a respeito?

Não sei. Pode ser.

12. Quais os projetos atuais? O que o senhor está fazendo atualmente?

Eu agora estou sem projeto nenhum. Vou ser aposentado compulsoriamente daqui a um mês e estou esperando propostas.

APÊNDICE Q – Entrevista com Luiz Pinto (Diagramador e ilustrador do Jornal Pessoal, Foi ilustrador e diagramador de O Liberal, de Belém)

Entrevista concedida por e-mail em 25 set. 2007

1. Há quanto tempo está no jornalismo? Onde já atuou e a que se dedica atualmente?

Comecei oficialmente no "Bandeira 3", em 1975, fazendo ilustrações e desenhando uma tirinha com meu primeiro e único personagem fixo, que era um boi-bumbá e um papagaio. Daí fui para o "Estado do Pará" (hoje Diário do Pará), já diagramando. Antes fiquei uma temporada em São Paulo, trabalhando nas oficinas de "O Estado de S. Paulo" e fazendo ilustrações esporádicas para alguns jornais alternativos, como "Argumento" e "Opinião". Depois de "O Estado do Pará" fui trabalhar na diagramação do jornal "A Tarde", em Salvador, onde fiquei por quase um ano. De volta a Belém, entrei para a equipe de diagramação de "O Liberal", em 1979, na minha primeira temporada, saindo para voltar poucos anos depois, já ilustrando e diagramando. Nessa época (1982), a charge de "O Liberal" era feita pelo Chico Caruso, e vinha do Rio de Janeiro, via radiofoto. Como algumas charges eram de assunto nacional, o Leal (Cláudio de Sá Leal, editor-chefe), me propôs, nessas ocasiões, fazer a charge sobre a política local. Eu topei e depois acabei sendo efetivado como chargista, substituindo o Chico.

Depois que saí de lá, já nos anos 1990, eu e Socorro Costa (minha mulher), tentamos trabalhar por conta própria, montando uma agência de comunicação. Mas foi apenas uma tentativa. Nesse período, fizemos a História em Quadrinhos do Círio de Nazaré.

No final dessa década fui contratado pela Regional da "Gazeta Mercantil" para fazer diagramação e bicos de pena, que são a marca desse jornal, até 2002.

Atualmente, além do "Jornal Pessoal", estou finalizando a História em Quadrinhos sobre a Cabanagem. Quadrinho de autor é o que gostaria de fazer pelo resto da minha vida. Espero conseguir, pois os projetos são inúmeros.

2. Como você explica a presença de tantos jornalistas na família?

Acredito que eu, Raimundo e Elias fomos à reboque do Lúcio para o jornalismo. Mas por trás há a presença do nosso pai, que foi repórter fotográfico antes de entrar para a política. Depois, foi editor de um jornal seu em Santarém. Apesar de não ter completado nem o primário, na época, foi um autodidata, com talento para o discurso e gosto pela leitura, chegando a dominar o inglês e o espanhol. Foi o mentor do Lúcio, abastecendo a biblioteca de casa com coleções de livros. O sonho dele era fazer um herdeiro político, o que, felizmente, não conseguiu.

3. Como irmão daquele que certamente é o mais prestigiado jornalista da Amazônia, e sendo você mesmo um profissional atuante e talentoso da área, como classifica a importância de Lúcio Flávio para a imprensa regional?

Como irmão do Lúcio fica difícil classificá-lo profissionalmente. Mas de todos os jornalistas com quem convivi ele, sem dúvida, é o mais dedicado e, acima de tudo, correto na postura que um jornalista precisa ter para exercer a profissão. É de uma independência total na sua análise dos fatos. Tenho muito orgulho, como amazônida, de ter um profissional do gabarito dele nos servindo e representando.

4. Você é ilustrador do Jornal Pessoal desde as primeiras edições. Sua presença nas edições, portanto, não permite que o JP seja um jornal tão "pessoal". Como é sua relação de trabalho com o Lúcio?

O Lúcio já me confessou que uma das suas frustrações é não saber desenhar. Por isso ele precisa de muita paciência para depender de um artista para fechar o jornal. O que, talvez, pouquíssimos leitores do JP saibam é que as idéias das charges de capa são sempre dele. Normalmente ele termina de fazer o texto no domingo e manda o material pela Internet pra gráfica, para na segunda-feira eu fazer a editoração do jornal. No final da manhã ele faz a revisão. Portanto, eu não teria tempo de ler o teto da matéria de capa e criar a ilustração. Assim, no domingo, ele me liga e diz como quer a charge. Isso me incomodava um pouco, já que não gosto de trabalhar como "desenhador" de aluguel. Mas já me acostumei com isso. Abro essa exceção pra ele. O Lúcio é um patrão linha-dura, cobra muito,

Entrevista concedida por e-mail em 2 out. 2007

1. O jornalista Lúcio Flávio Pinto trabalhou por 17 anos para o Grupo Estado - boa parte deles como correspondente em Belém. Sobre este período, ele afirma que nenhum jornal brasileiro compreendeu tanto a Amazônia como o Estadão. Em sua opinião, que contribuições Lúcio deu para a amplitude dessa compreensão?

O Lúcio começou a trabalhar no Estado quando eu ainda era um adolescente. Conheci-o através das suas matérias. Mais tarde, já trabalhando no jornal, soube como foi o processo que a levou para a correspondência em Belém, com foco em toda a Amazônia. Era a época dos militares no poder e Lúcio Flávio fez do Estado uma referência sobre o processo de ocupação sem critérios e sem preocupação com políticas de ordenamento territorial.

A época do milagre acabou e o Lúcio com certeza de um uma enorme contribuição para os brasileiros abrirem os olhos e conscientizarem-se sobre o processo perverso de ocupação da Amazônia.

2. Mais recentemente, até fevereiro de 2003, Lúcio colaborava semanalmente com a Agência Estado escrevendo a coluna Carta da Amazônia. De onde surgiu a idéia e quanto tempo durou essa colaboração? Que razões levaram ao fim da coluna?

Logo que assumi a direção da Agência Estado fui a Belém. Nos meus planos estava um encontro com o Lúcio para convidá-lo a voltar colaborar conosco. Isso aconteceu, mas não foi possível viabilizar a volta dele como repórter com possibilidades de deslocamento e dedicação exclusiva. Ele já tinha se tornado um personagem da Amazônia e tinha os seus próprios compromissos.

Viabilizamos a volta dele com uma coluna semanal sobre a Amazônia. Apesar do vasto conhecimento que o Lúcio detém sobre a Amazônia, a coluna não teve a disseminação esperada entre os jornais ligados à Agência Estado. Por isso, em mais um momento de crise dos jornais, a coluna foi cortada.

3. A grande imprensa brasileira, de modo geral, é acusada por Lúcio Flávio de cobrir mal a Amazônia. O sr concorda?

Concordo. Para se cobrir a Amazônia de uma forma ampla e profunda seriam necessários dezenas de jornalistas, com um farto orçamento para viagens e deslocamentos. Nenhum jornal está fazendo isso.

4. Como o Grupo Estado cobre hoje aquela região?

Não atuo profissionalmente no Estado. Hoje, sou só acionista. Como leitor considero a cobertura do Estado sobre a Amazônia fraca, como a de todos os jornais brasileiros.

5. O senhor acompanha a experiência alternativa de Lúcio, o Jornal Pessoal? O que pensa deste jornal?

Como um ato heróico. Pela coragem e pela falta de resultados. Vivemos no tempo da rede, da internet, da Web 2.0. O caminho para se conseguir uma ação jornalística eficiente sobre a Amazônia está aí. Através da Internet seria possível montar um sistema alternativo de cobertura da Amazônia, que enriqueceria sobremaneira uma iniciativa como Jornal Pessoal. O problema para se fazer isso é falta de cultura e conhecimento.

6. E de Lúcio, que imagem guarda de seu ex-funcionário?

Um profissional sério e leal. Como pessoa, um amigo.

7. Quanto ao senhor, que atividades desempenha hoje no grupo Estado? Está com algum projeto em andamento?

Desenvolvo um projeto de rede social com foco em pequenas e médias empresas, cadeias do agronegócios, inovação e desenvolvimento – o Peabirus, que privilegia a articulação de novas arquiteturas de negócios e a desobstrução de canais de distribuição de produtos e serviços. E procura facilitar e fomentar possibilidades de comércio, parceiras de negócios e pesquisa entre seus usuários – os agentes das cadeias mencionadas acima.

A plataforma está no endereço <http://www.peabirus.com.br>. Através dela é possível promover o compartilhamento de informações, a criação de conhecimento coletivo e a realização de negócios entre seus membros. Enfim, uma plataforma de Mídia Social, com um modelo de negócios claro e eficiente.

APÊNDICE S – Entrevista com Sérgio Buarque de Gusmão (Jornalista, coordenador do Projeto Repórteres do Futuro, da Oboré Comunicações)

Entrevista concedida por e-mail em 19 out. 2007

1. Onde e como você começou a trabalhar no jornalismo? Teve passagem pela imprensa alternativa?

Comecei em *A Província do Pará*, jornal dos Diários Associados em Belém, em 1967. Em 1970 tornei-me correspondente da revista *Veja* no Pará, e em 1972 mudei-me para São Paulo, passando rapidamente pela *Veja* e a seguir fui para *O Estado de S. Paulo*. Em 1975 integrei a equipe que fundou o semanário alternativo *Movimento*, do qual fui editor de Assuntos Nacionais.

2. Que projetos desenvolve atualmente no jornalismo?

Coordeno o curso *Repórter do Futuro*, de complementação universitária, dado pela Oboré – Comunicações e Artes a estudantes de jornalismo. Uma atividade fixa é o módulo “Jornalismo em Situações de Conflito Armado” promovido pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha em parceria com a Oboré e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - Abraji.

3. A respeito do Lúcio Flávio: trabalhou com ele? Quando e onde?

Trabalhei em *A Província do Pará*, num de seus regressos a Belém, depois de ele ter estudado Sociologia e trabalhado nos Diários Associados em São Paulo. Também integramos a equipe que produziu a edição especial da revista *Realidade* sobre a Amazônia em 1971, vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo. Ainda fizemos juntos, com outros jornalistas, um semanário alternativo em Belém, o *Bandeira 3*, com a cara do *Pasquim*. Em 1974-75 voltamos a nos encontrar na redação do *Estadão*.

4. Qual a sua opinião sobre o Jornal Pessoal? Que papel você considera que o alternativo de Lúcio cumpre na Amazônia?

O *Jornal Pessoal* encerra a contradição de expressar, simultaneamente, a fortuna e a miséria de nossa imprensa. Fortuna por ser ele o que é, uma fonte de documentação e reflexão acerca da região, especialmente o Pará, cobrindo com acurácia e rigor o cenário de transformação profunda que a região atravessa sobretudo depois do ciclo de intervenções realizadas pelos governos militares a partir de 1970. A face miséria está na lacuna que preenche, pois existe para cumprir o papel essencial da imprensa, seja ela qual for, incluindo a imprensa comercial clássica, que eu chamo de valor universal: noticiar os fatos de interesse público. O índice da nossa grande imprensa é hoje tão abrangente e dissimulado que sobressai a notícia-epitáfio, aquela só publicada para enterrar o assunto.

5. Você concorda com o argumento de Lúcio, de que o JP só existe por que a imprensa amazônica não dá conta de cobrir as grandes questões regionais?

Atingiu o jornalismo no que tem de mais sagrado: a luta de idéias se trava com penas, não com punhos.

7. Além do JP, você tem notícia de outras experiências alternativas em curso no Brasil?

Vi, há não muito tempo, uma crítica frívola ao projeto dos jornais pessoais. É estultícia de quem não conhece a história da imprensa, pois esse tipo de publicação está na gênese, fortaleceu, dinamizou e engrandeceu o jornalismo. Basta citar os americanos Tom Payne, paladino da causa da independência com o seu *The Common Sense*, e, modernamente, Isidore Feinstein Stone, e o seu *I. F. Stone's Week*, o qual, se bem me lembro, influenciou Lúcio Flávio Pinto na modelagem de seu *Jornal Pessoal*. No passado, fizeram jornais pessoais dezenas de ativistas, entre eles Antônio Borges da Fonseca, dono de uma folha de nome saboroso, *O Repúblico*, e Cipriano Barata, editor da *Sentinela da Liberdade*, escrita onde ele estivesse preso. É uma experiência que está sendo retomada e talvez seja oxigenada pelos blogues da internet.

8. Você trabalha na formação de jornalistas, como é o caso dos cursos que dá em parceria com a Oboré. Quais os desafios que o futuro reserva, em sua opinião, para os profissionais de imprensa?

Considerando, como considero, que o jornalismo é a segunda atividade mais generosa do mundo, só superada pela de cozinheiro, essa gente que dá de comer às pessoas, acho que o desafio é tão antigo quanto renovado: capacitar-se para apurar, editar e servir reportagens de interesse público. Aos jovens que ainda não têm rumo, ofereço a definição do jornalista e humorista americano Finley Peter Dunne, formulada nos anos 20: "A função da imprensa é confortar os aflitos e afligir os confortados".

9. Concorda com a seguinte afirmação: os jornais brasileiros são cada vez mais "empresa" e cada vez menos "imprensa". Por quê?

Concordo em parte, porque não aceito dicotomia tão severa, embora entenda essência da observação. É possível haver imprensa de alto nível sustentada em empresas com a vocação para o serviço público. Os melhores jornais do mundo (o americano *The New York Times*, o francês *Le Monde*, o inglês *The Independent*, para citar poucos) não são editados por ONGs. Os empresários da comunicação só deveriam atentar na especificidade do seu negócio, que tem na outra extremidade o direito sagrado à informação. Sobre isso gostaria de fazer uma citação nacional, mas sou obrigado a recorrer a uma decisão da Corte Suprema dos Estados Unidos: "É o direito dos ouvintes e dos telespectadores que é essencial, e não o daqueles que transmitem a informação".

10. Por que a experiência do Instituto Gutenberg foi interrompida?

Para dar uma resposta simples e direta, foi interrompida porque nos faltou sustentação financeira.

APÊNDICE T – Entrevista com Rodolfo Lisboa Cerveira (Economista aposentado, leitor do Jornal Pessoal)

Entrevista concedida por e-mail em 23 out. 2007.

1. Há quanto tempo lê o Jornal Pessoal? Tem a coleção completa?

O mesmo tempo de sua existência. Desde o primeiro número até aos 403, da segunda quinzena de outubro/2007.

2. No estudo das 400 edições do JP, identifiquei o senhor como o leitor que até hoje mais enviou cartas ao jornal. Como explica sua disposição em comentar com tanta frequência os textos de Lúcio Flávio Pinto?

Em primeiro lugar porque aprecio o seu estilo. O segundo momento vem porque problemas técnicos e até científicos são redigidos (e bem redigidos) numa linguagem jornalística de fácil compreensão e agradável digestão. Uma outra questão que me prende ao editor de JP, é o de ser uma fonte inesgotável de notícias políticas, econômicas e sociais, principalmente aquelas ligadas ao nosso mundo amazônico. Devo esclarecer que nem sempre concordo com as suas colocações, o que num primeiro instante, poderia ensejar a minha participação ativa na, digamos assim, coluna do leitor, mas

não é esta a razão da freqüência, repito que é a fluência de seu linguajar e os fundamentos de suas proposições;

3. Qual a maior virtude do JP, em sua opinião? E a principal falha?

A primeira pergunta deste item imagino já tê-la respondido anteriormente. De qualquer maneira admito completá-la por ser ele um emérito descobridor de certos “esquemas” de intrigas de “políticos” e “empresários” regionais e nacionais, e escancará-los totalmente nus a nós outros, nesse pequeno e grande JP. Há também, o destemor; pois apesar de estar rodeado de muitos companheiros que fazem parte do poder, ainda assim, consegue ser intemorato, conforme assinaei arriba. As falhas, de acordo com o próprio Lúcio, ficam por conta da montanha de processos judiciais que responde contra de seus desafetos. Para encerrar, é que deveríamos ter vários e infidáveis Lúcios;

4. O senhor tem contato pessoal com Lúcio Flávio Pinto?

Não. Sempre que posso e permitem-me assisto às suas palestras e discussões. Já fui seu aluno num curso livre do NAEA.

5. Lê regularmente os jornais paraenses? Quais? Se lê, como analisa o conteúdo oferecido por eles sobre a realidade amazônica?

Leio jornal apenas nos sábados e domingos. As informações diárias retiro dos telejornais. Leio atualmente o Diário do Pará porque tem os melhores articulistas. Fartei-me dos Passarinhos, Torquatos, Peres, etc, do jornal dos Mairorana. Foi uma alternativa, na verdadeira acepção da palavra. Claro, os dois jornais (da capital) trabalham em proveito próprio. São empresas “corporativas” e “familiares”, mas estas do que aquelas;

6. O senhor concorda com o argumento de Lúcio, de que o JP só existe por que a imprensa amazônica não dá conta de cobrir as grandes questões regionais?

Literalmente, não. A grande imprensa não dá bola para as questões regionais, como já foi dito. Acho que há outras razões mais essenciais, tais como: ética, credibilidade e profissionalismo. Estas sim, são as qualidades intrínsecas e afins do JP;

7. O senhor acompanhou o episódio da agressão cometida por Ronaldo Maiorana contra o Lúcio? O que pensa a respeito?

Acompanhei com evidente contrariedade e repúdio. Foi uma ação torpe, mesquinha, inepta além de iníqua, própria de indivíduos desqualificados. Mas não foi essa a opinião de uma instituição que congrega profissionais jornalistas. Paciência...